



O presidente da ABL Marcos Vinícios Vilaça e o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim na inauguração do Painel de Francisco Brennand, artista pernambucano, que homenageia o Centenário de Morte de Joaquim Nabuco.

As duas vidas de Nabuco: o reformador e o diplomata

CELSO AMORIM

Embaixador.
Ministro das
Relações
Exteriores.

Meu caro Presidente Marcos Vinícios Vilaça,
Minha cara Ana Maria Machado, Secretária-Geral da Academia Brasileira de Letras,
Professor Fernando Lyra, Presidente da Fundação Joaquim Nabuco,
Embaixador Afonso Arinos, meu amigo e colega,
Joaquim Aurélio Nabuco e demais familiares do nosso homenageado,
Eduardo Portella, a quem devo meu primeiro cargo público, digamos, não estritamente burocrático,
Senhoras e Senhores Acadêmicos,
Senhores e senhoras parlamentares,
Embaixadoras, Embaixadores,
Senhoras e senhores,

Discurso proferido em 18 de janeiro de 2010, na Academia Brasileira de Letras, por ocasião da homenagem ao centenário do falecimento do Embaixador Joaquim Nabuco.

Sinto-me honrado em dirigir-me à Academia Brasileira de Letras na ocasião em que se homenageia o centenário do falecimento de um dos fundadores da instituição que serve de casa à literatura e à cultura brasileiras. Primeiro Secretário-Geral da Academia, o Embaixador Joaquim Nabuco foi também, ao lado de dois outros imortais, o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa, um dos fundadores da moderna diplomacia brasileira.

Início esta palestra com a confissão de uma certa perplexidade, cuja superação exigirá reflexão mais extensa e profunda do que aquela que pude fazer. O título desta conferência foi dado há cerca de três semanas. Caso tivesse de escolher um título hoje, teria optado por algo distinto. Muito provavelmente seria “O Enigma Nabuco”, ainda que isso significasse um plágio mais ou menos consciente. É que o que mais me impressionou nesse convívio concentrado com alguns aspectos da obra e da biografia de Joaquim Nabuco foi a complexidade do personagem, insuscetível de definições simplistas. Para um observador contemporâneo, mais afeito às doutrinas e teorias do século XX, Nabuco aparece como um pensador que associa atitudes absolutamente modernas com posições que, à primeira vista, ao menos, seriam “datadas”. Nada mais atual, por exemplo, que o impulso reformador em busca de justiça social que anima Nabuco. O mesmo pode-se dizer da acuidade psicológica de sua análise, não só sobre o político, mas sobre o homem Balmaceda. Sua percepção de que o futuro do Brasil está intimamente vinculado ao do conjunto da América do Sul não poderia ser mais contemporânea.

Tudo isso contrasta com sua defesa de um regime controlado por uma pequena elite (que, de resto, ele criticava), com seu temor das consequências de lideranças populares (ou populistas), tanto na França quanto no Chile (e obviamente no Brasil). Seu apego a autores que, diferentemente de outros do mesmo século, são totalmente desconhecidos de um estudante mediano de Ciência Política ou mesmo de História dos dias de hoje — literatos franceses e tratadistas ingleses, no dizer irônico de José Murilo de Carvalho — é igualmente desconcertante. Por outro lado, é justamente esse convívio de contrários que torna a personalidade de Joaquim Nabuco objeto do fascínio de tantos estudiosos. É também o que a torna

absolutamente moderna, quase existencialista, no sentido filosófico do termo. Como um personagem de Sartre, Nabuco é permanentemente levado a fazer escolhas: entre a sua classe e a sua causa, entre permanecer fiel às suas convicções monárquicas ou servir à pátria mesmo que sob regime republicano. É evidente a angústia – sentimento tão sartreano – de Nabuco diante da necessidade de ter de optar entre os seus ideais abolicionistas e os interesses do governo brasileiro da época, o que fica patente nas repetidas justificativas da decisão de dirigir-se ao Papa, em sentido contrário ao da diplomacia do Império.

Enigma pressupõe a possibilidade, ao menos em tese, de decifração. Não me atreveria a tentá-la em relação a personalidade tão rica, tão complexa e, ademais, tão estudada. Chama atenção especialmente a contradição entre o sentimento antiescravista que acompanha Nabuco desde a juventude com a afinidade – que tem algo de racional, algo de sentimental – com um regime político cuja base era a própria escravidão.

Diante de tantas escolhas, Nabuco não renunciou a sua liberdade. Nem pretendeu sufocar um lado de sua alma. Em outras palavras, não recorreu à “má-fé”, que o teria levado a compor um personagem talvez coerente, mas desinteressante, além de inautêntico. O enigma Nabuco é também a essência de sua grandeza.

~ Nabuco, homem de seu tempo

O período em que Nabuco se forjou como homem público, do final do século XIX até a primeira década do século XX, foi extremamente marcante na vida brasileira. San Tiago Dantas sintetizou com precisão o espírito daquela época:

“Um contraste singular reinava entre a economia e a inteligência, entre a situação de debilidade material do país e a força com que irrompiam os sinais de uma nova mentalidade. Nos mesmos anos, por um desses descompassos que fazem a maravilha do espectador, elevava-se a um nível, até então inatingido, a vida intelectual do país”.

Em um sentido amplo, os intelectuais e políticos daquela etapa – mesmo considerando a variedade de visões entre eles – compõem a geração fundadora da República brasileira. A própria noção de nacionalidade ganhava densidade intelectual naquele período de forte questionamento e elaboração teórica.

A atmosfera histórica dominada por “dois estados de espírito distintos, o realismo imediatista e o desejo por grandes coisas”, no dizer de San Tiago Dantas, é o ambiente em que Joaquim Nabuco transitou. O traço distintivo dos expoentes daquela geração é justamente esse “desejo por grandes coisas”, cada qual senhor de uma interpretação própria, mas unificados, em sentido mais profundo, na crença no futuro do País. Daí a necessidade de pensar o Brasil, de estudar sua história, de refletir sobre suas realidades.

A proclamação da República isolou Nabuco – monarquista convicto até o fim – da vida política militante. Continuou ele a se dedicar, com afinco, à vida intelectual. Não se omitiu dos debates públicos. Sua contribuição está registrada nos livros que escreveu após 1889. Alguns deles integram qualquer lista de textos fundamentais para se entender o Brasil.

Passado mais de um século, o fato que mais chama a atenção no alvorecer da República – o Brasil era então considerado um país de quinta categoria, como assim definiu o latino-americanista inglês Percy Martin – é a confiança de homens como Nabuco nas forças profundas da nacionalidade.

É um momento hegeliano da nossa história, no qual se evidencia uma percepção da realidade que replica a visão do filósofo alemão sobre a importância das ideias. Cito Hegel: “A cada dia, fico mais convencido de que o trabalho teórico logra mais feitos do que o trabalho prático. Uma vez que o campo das ideias é revolucionado, o estado atual das coisas não continua a resistir”.

É nessa atmosfera intelectual de idealismo otimista que Nabuco contribuiu para revolucionar, a seu modo, o “campo das ideias”, mesmo em um terreno habitado por vozes discordantes e contraditórias.

~ Nabuco, liberal, abolicionista e pioneiro da questão social

“O escravo brasileiro, literalmente falando, só tem de seu uma coisa — a morte. Nem a esperança, nem a dor, nem as lágrimas o são...”. Raramente se terão escrito palavras tão fortes, tão sentidas e ao mesmo tempo tão apropriadas para definir a desumanização do escravo.

O pensamento de Joaquim Nabuco transitava entre o elã reformista e a preservação da ordem estabelecida. Sua ação política pretendia transformar o Império em um sistema de bases mais liberais sem, contudo, fazer ruir suas estruturas. Desejava ver, à maneira, por exemplo, de Gladstone, na Grã-Bretanha, a monarquia brasileira progredir para um formato mais descentralizado em sua relação com as províncias; um formato em que o Poder Moderador fosse mitigado pelo Conselho de Ministros; em que a Câmara dos Deputados assumisse, em detrimento de um Senado aristocrático, a dianteira na lide das questões nacionais. Mantinha, no entanto, sua confissão monarquista, apesar de nunca ter aceitado os títulos nobiliárquicos que lhe foram oferecidos.

Nabuco queria, antes de mais nada, ver o fim da escravidão. Da tribuna, em conferências e nos artigos que publicou na grande imprensa, batalhou com afincos pela abolição. Mas não se contentava com a abolição da escravidão meramente formal, jurídica, no papel. Desejava ver o ex-escravo verdadeiramente integrado ao sistema produtivo e à sociedade.

Nabuco poderia ser qualificado, de acordo com a terminologia mais atual, como um liberal progressista. Embora gestado no caldo cultural da aristocracia e do patrimonialismo burocrático característicos do seu século, não hesitou em confrontar o cânone político. Mesmo em prejuízo de sua trajetória eleitoral, empunhou a bandeira do abolicionismo, transformando-a na causa de sua vida pública. Para Nabuco, a manutenção do regime de escravidão era o verdadeiro grilhão que atava o Brasil ao atraso e impedia que o País atingisse a civilização. Sua profecia, infelizmente, encontrou guarida na realidade: “A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Bra-

sil”. Passados mais de cem anos, basta pensar na inter-relação dos problemas sociais e raciais, atestada pelas estatísticas ou por qualquer olhar minimamente crítico, para comprovar a exatidão desse prognóstico.

Para Nabuco, a abolição da escravidão era, na mesma proporção, um imperativo ético e uma precondição para a modernização do Brasil. Nabuco terá sido, quiçá, o principal formulador conceitual da causa abolicionista. Rebouças, Patrocínio, Luís Gama foram, antes de mais nada, mobilizadores da opinião pública. Nabuco deu consistência intelectual à causa. Associou-se à *British Anti-Slavery Society* – talvez a primeira OnG de que se tem notícia. Redigiu obras sobre a libertação dos escravos e sobre seu próprio envolvimento emocional com a causa.

Em Roma, foi recebido em audiência pelo Papa Leão XIII. Tinha como missão autoimposta defender a emancipação dos escravos e pedir uma condenação da Igreja Católica à manutenção da prática de se escravizarem seres humanos. “O homem não pode ser escravo do homem”, dizia, segundo linha de raciocínio que parecia sorver-se de inspiração kantiana, matizada por uma tendência talvez mais próxima do liberalismo pragmático anglo-saxão do que do igualitarismo rousseauniano. Nabuco admite que “o movimento contra a escravidão no Brasil foi um movimento de caráter humanitário e social antes que religioso”. Recorreu ao Papa exatamente para pressionar os dirigentes no Brasil. Leão XIII viria a publicar uma Bula Papal que condenava a escravidão a partir de uma perspectiva humanista. Pode-se dizer, assim, que o político pernambucano teve uma pequena parcela de responsabilidade em levar a Igreja Católica, ainda no século XIX, a adotar uma visão mais avançada sobre a universalidade dos direitos humanos. A Bula, entretanto, só viria a ser publicada depois do I3 de maio de 1888, não tendo efeito prático para a causa antiescravagista no Brasil. É interessante notar a preocupação de Nabuco, registrada em *Minha Formação*, em justificar sua posição, distinta da dos governantes da época, embora próxima, no fundo, segundo sua percepção, dos sentimentos da Família Real. A diplomacia do Império levaria a melhor, mas somente no curto prazo. Os que viveram o período da ditadura militar no exercício de função públi-

ca entendem perfeitamente este conflito de lealdades. E é um testemunho em favor de Nabuco que tenha optado por defender seu ideal, em detrimento das posições reacionárias dos últimos gabinetes do Império.

Em *O Abolicionismo*, Nabuco sublinha a preocupação com o futuro socioeconômico do ex-escravo, com a integração do brasileiro de origem africana na sociedade nacional. Ressalte-se a ausência dessa preocupação no debate político do Império e da República Velha. Nenhum partido político da Monarquia e da Primeira República – à exceção de talvez algum partido marginal ou, como se diz hoje em dia, “nanico” – trazia em seu programa menção a tão relevante e crucial questão não somente para o futuro do ex-escravo, mas para o porvir do país. O ex-escravo foi totalmente abandonado pelo governo, pela Igreja e pelos empresários.

Referindo-se a *O Abolicionismo*, Gilberto Freyre atesta que a famosa obra “expressa um reconhecimento, nas décadas de [18]70 e 80, de já haver no Brasil uma questão social e não apenas um problema de substituição do trabalho escravo pelo livre”. O autor de *Casa Grande e Senzala* indaga “como teria surgido em Joaquim Nabuco essa espécie de argúcia – a do político, a do parlamentar, a do analista e intérprete de aspirações brasileiras, sensível à importância do social?”. Em seu entender, a resposta está em três fatores: a Faculdade de Direito do Recife, cujo nome pioneiro era Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas, o autodidatismo de Nabuco e a sua “condição de brasileiro de Pernambuco”.

Em 1884, Nabuco sentenciou:

“As reformas de que imediatamente necessitamos são reformas sociais que levantem o nível do nosso povo, que o forcem ao trabalho e deem em resultado o bem-estar e a independência que absolutamente não existem e de que nenhum governo ainda cogitou para a Nação Brasileira. Eis a razão pela qual abandonei no Parlamento a atitude propriamente política para tomar a atitude do reformador social. Foi porque eu me desenganei das reformas políticas”.

A ideia social de Nabuco inspiraria em 1949, ano do centenário de seu nascimento, Gilberto Freyre e um grupo de políticos e intelectuais a proporem a criação de um instituto de pesquisas sociais “destinado a cuidar de desdobramentos da questão social no Brasil. Cuidado, cujo início – apenas o início – se verificou com a incompleta e um tanto retórica abolição de 13 de maio”. A iniciativa resultou na Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas em Ciências Sociais. Coerente com o pensamento e a ação do grande brasileiro, o Instituto Joaquim Nabuco tem como propósito o “estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do Norte e do pequeno lavrador dessas regiões que vise ao melhoramento dessas condições”.

Para além da adesão aos princípios do liberalismo clássico, Nabuco foi, portanto, pioneiro da introdução da questão social no Brasil. Mais do que um intérprete da formação do Brasil, Joaquim Nabuco foi defensor de uma agenda para o futuro, que incluía, além do fim da escravidão, a própria redefinição da questão agrária.

~ Nabuco e Rui: divergências de enfoques e identidade de propósitos

Interessante notar como as vidas de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa – dois dos grandes homens públicos da *Belle Époque* brasileira, frequentemente comparados – estiveram sempre entrelaçadas. Apesar das diferenças de personalidades, opiniões e trajetórias, mantiveram inabalável amizade, admiração recíproca e compreensão.

Ambos nasceram no mesmo ano, 1849. Nabuco teve berço aristocrático-rural, e Rui vinha uma família de classe média urbana. Foram colegas na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, militaram na política acadêmica na agremiação estudantil “Ateneu Paulistano”, inspiraram-se na fonte liberal de pensamento.

Os estilos de entender e fazer política apresentam marcantes diferenças, porém. Nabuco tinha como valor principal a ordem, no caso monárquica, que acaba por matizar seu ideário da reforma político-social, particularmente o federalismo, a abolição, a integração socioeconômica do ex-escravo, a reforma agrária e a elevação do padrão de vida do pequeno trabalhador rural. Mudar sim, porém dentro da ordem estabelecida.

Gilberto Freyre explica o itinerário de Nabuco: “ao apresentar-se como ‘reformador social’, ele se define por esta opção, para a época insólita, de renovação da ação política pela perspectiva social”. E acrescenta: “tomou rumos diferentes dos seguidos pelo pai [o Senador Nabuco de Araujo] rigidamente jurista. Tomou rumos sociais. Pode-se dizer que plasticamente sociais, no sentido de não serem doutrinariamente isto ou aquilo”. Valorizou suas experiências de vida: “Para Nabuco, povo, gente do povo, homem do povo, negro, gente de cor, foram realidades com que conviveu”. A leitura das lembranças de Massangana endossa essa interpretação.

Afonso Arinos de Melo Franco ressaltou o “Humanismo de Nabuco”, humanismo do século XIX, que combina o liberalismo com o individualismo. Esclarece que “o individualismo de então – é esta uma palavra nova, posta em circulação por Alexis de Tocqueville – era uma doutrina essencialmente liberal, uma doutrina essencialmente evolutiva, transformadora, progressista – não se confundia com o egoísmo –, mas era fundada na “crença nas possibilidades de aprimoramento e da evolução do homem”. Para o ex-chanceler, é esta a grande lição do “individualista e liberal” Joaquim Nabuco.

Chega a ser difícil explicar como Nabuco – indivíduo de superior inteligência, ambição legítima pelo poder e dotado de plasticidade no pensamento e na ação – priorizou a fidelidade ao Imperador D. Pedro II, mesmo após a proclamação da República, a ponto de sacrificar seu futuro político, suas possibilidades de ação prática. Mergulha em ostracismo na solidão de Paquetá, onde já se encontrava no 15 de novembro de 1889.

Já Rui relegava a segundo plano a forma de governo, seja ela monárquica, seja republicana. Aplica-se muito bem a Rui Barbosa a definição de Karl Mannheim,

segundo a qual “a utopia da mentalidade liberal humanitária é a ideia” – ideia defendida em sua essência, independente das circunstâncias. Na visão de Rui, por exemplo, a democracia deveria ser tanto um valor nacional como internacional.

Assim, para Rui Barbosa, a forma de governo (e sua ordem política) é apenas um detalhe que pode e deve ser mudado, se é um empecilho para a implantação das ideias que defendia: federalismo, liberdade individual, abolicionismo, industrialização, Estado de Direito e igualdade das nações.

Como primeiro ministro da Fazenda da República, Rui tentou empreender gestão modernizadora e reformista da estrutura produtiva do país, pois, como bem observou San Tiago Dantas, “desejava ver abertas as portas da oportunidade num país até então congelado pelos privilégios da classe proprietária”.

Rui atua com determinação de aço e tem plena consciência de que “os governos revolucionários não são, não podem ser governos econômicos”, conforme expressa com notável franqueza. Por outro lado, Hermes Lima – ministro das Relações Exteriores do governo João Goulart e saudoso membro desta Casa –, considerando as fortes e autorizadas críticas de Rui aos vícios, principalmente às fraudes eleitorais, da Primeira República, aponta com lucidez ter sido o tribuno baiano um dos principais ideólogos da Revolução de 1930 – ou seja, da derrubada da ordem política então vigente: “Rui fora o revolucionário histórico por excelência da Segunda República”.

~ Nabuco: a reforma agrária.

Rui: a revolução industrial.

Nabuco proferiu um dos seus discursos mais importantes da campanha abolicionista no Recife, na Praça de São José do Ribamar, em 5 de novembro de 1884. Nele levanta “pela primeira vez a bandeira de uma lei agrária, a bandeira da constituição da democracia rural”. Afirma que

“não há outra solução possível para o mal crônico e profundo do povo senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futu-

ro, a vós e vossos filhos, pela posse e cultivo da terra. É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra, e que o Estado os ajude a sê-lo”.

Este bem poderia ser o lema do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo do Presidente Lula.

Nabuco sustentou ainda que

“A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado de pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra ao Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões: a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão”.

Poucas vezes, se é que houve alguma, um político ou intelectual daquela época terá proferido palavras tão contundentes. Não é à toa que Alceu Amoroso Lima, grande batalhador da liberdade e das causas sociais, se pergunta no prefácio que escreveu, em 1966, para uma edição popular de *Minha Formação*: “Quando terá o Brasil outro Joaquim Nabuco para levar adiante a revolução social, a da passagem do trabalho livre ao trabalho justo, ou melhor, do nominalmente livre ao realmente livre?”.

No ideário revolucionário de Rui Barbosa, sobressai sua luta pela industrialização do Brasil. Para ele, a República só se consolidaria “quando suas funções se firmassem na democracia do trabalho industrial”. Rui aponta ainda como base da industrialização o ensino industrial que em sua visão “inaugurará a iniciação das forças populares na obra política do Estado”. Rui intuiu, assim, a revolução democrática que seria desencadeada pela industrialização, com todos os percalços que conhecemos. Não é exagerado dizer que essa revolução teve um dos seus lances mais expressivos na eleição, em 2002, de um operário, vindo do ensino industrial e das lutas sindicais, para a presidência da República.

Nabuco, patrono da reforma agrária, e Rui, pioneiro da industrialização, complementam-se e apontam os dois maiores desafios da modernização democrática do Brasil. E é mister reconhecer a audácia de Nabuco como precursor da justiça social no Brasil. Mais uma vez, é Gilberto Freyre quem assinala: “Num dos seus discursos de abolicionista, Nabuco repetiu esta frase que ele próprio chamou de ‘revolucionária’: ‘O que é o operário? Nada. O que virá ele a ser? Tudo.’” Não há aqui um eco, talvez inconsciente, de doutrinas socialistas do século XIX que Nabuco, ele próprio, não professou?

Com a Lei Áurea, o abolicionista venceu a causa de sua vida política. Como a escravidão servia de sustentáculo para o Império, a abolição antecipou o ocaso do reinado de Pedro II. E a proclamação da República abreviou a carreira política de Nabuco. O pensador pernambucano viria a ser reconduzido à vida pública por Campos Sales e pelo Barão do Rio Branco, este seu amigo de juventude, que lhe facultaram renascer para o serviço da Pátria, não mais no Parlamento, mas, desta feita, na diplomacia.

~ Nabuco diplomata

Político, escritor, jornalista, intelectual engajado, prócer do movimento abolicionista, Nabuco foi também diplomata de grande destaque.

Ainda na mocidade, a pedido de seu pai, Nabuco de Araújo, um dos expoentes do Segundo Reinado, Joaquim Nabuco seria nomeado adido da Legação brasileira em Washington. Nos Estados Unidos, atentou, pela primeira vez, nas movimentações no tabuleiro da geopolítica global e nas virtudes e nos vícios da democracia de massas. Há, em *Minha Formação*, análises penetrantes sobre a vida política dos Estados Unidos, em contraste com os costumes e práticas europeias.

Alguns anos depois, seria designado adido de nossa representação em Londres, embora por curto lapso de tempo, tendo tido que regressar logo ao Brasil, em função do falecimento do pai. Sobre a capital britânica, afirmou, reve-

lando grande sensibilidade: “o que há em Londres como prazer de vida não é a arte, mas o conforto; não é a regra, as medidas, o tom das maneiras; é a liberdade, a individualidade; não é a decoração, é o espaço, a solidez”.

A reflexão fez-me recordar a sensação que tive, em certa ocasião, ao atravessar a Waterloo Bridge, aí pelos anos 80. Vivia eu na Holanda, para onde havia sido mandado pelo Itamaraty, como para uma espécie de exílio dourado, onde purgaria o pecado de haver ofendido os brios do regime militar ao autorizar e financiar, como presidente da Embrafilme, a película “Pra Frente Brasil”, de Roberto Farias. Aproveitando alguns dias de folga – o que não era difícil de obter na pacífica Embaixada na Haia –, fui visitar o meu orientador, Ralph Miliband, na capital britânica. Ao deslocar-me a pé do Centro Cultural do South Bank – onde estão localizados o Royal Festival Hall, a Hayward Gallery, além da cinemateca, teatros e outras salas de concerto –, em direção ao Aldwich, onde fica a London School of Economics, tive a sensação de que Londres era uma espécie de grande cérebro, no qual, como num filme de Tarkovski, se moviam pessoas e ideias, formas diferenciadas de agir e de ver o mundo. Alguns séculos antes, o grande dicionarista e filósofo Samuel Johnson havia definido a grande cidade com uma frase simples e magistral: “*He who is tired of London, is tired of life*”. Nabuco bem captou essa confluência das liberdades individuais como característica da capital britânica.

Na política brasileira do século XIX, a diplomacia oferecia-se como alternativa ao ostracismo da política eleitoral-partidária. Em período anterior a sua profissionalização, a carreira diplomática afigurava-se como a segunda opção de políticos ou pretendentes; uma sinecura com que eram compensados nos períodos em que seus partidos estavam excluídos do exercício do poder. No Império, como aliás até muito recentemente na República (ainda que de forma mais contida), a atividade diplomática fazia as vezes de banco de reservas da política e do estamento burocrático.

Nabuco ingressou na diplomacia por essa porta, da mesma forma que Juca Paranhos. À época em que Nabuco foi enviado a Washington, o futuro Barão do Rio Branco seria designado, também a pedido de seu pai, Cônsul do Brasil

em Liverpool. Nabuco de Araújo, a propósito do futuro do herdeiro, a quem desejava ver substituir a si como homem de Estado, chegou a dizer: “seu talento não deve morrer na diplomacia”. Alceu Amoroso de Lima faria comentário bem mais mordaz e, aliás, pouco lisonjeiro à diplomacia em seu prefácio a *Minha Formação*.

Nabuco regressaria a Londres, já no período republicano, desta vez para preparar as memórias da defesa brasileira na disputa com a Inglaterra pela posse da região do Pirara. Foi resgatado para o serviço público pelo Presidente Campos Sales, que o designou representante do Brasil na disputa de fronteiras com a Guiana Inglesa, a ser arbitrada pelo Rei Victor Emanuel, da Itália.

Ao aceitar o convite, após mais de uma década de hibernação política a que se submeteu na esteira da troca de regime, o monarquista de luto converteu-se, finalmente, em funcionário da República. Afirmou que a aceitação da missão que lhe foi confiada era resposta a um chamado patriótico. Após a longa – e vitoriosa – campanha abolicionista, a nomeação para a Comissão de Limites da Guiana Inglesa marcava seu regresso ao que Ângela Alonso, uma de suas biógrafas mais recentes, classificou como seu “leito natural”: a diplomacia. Na realidade, é parte do enigma que envolve o vulto de Nabuco saber afinal qual era o seu leito natural: a diplomacia, a mobilização abolicionista ou a tribuna parlamentar.

Já em Londres, foi chamado a ocupar, inicialmente de forma interina, a chefia da missão do Brasil na capital britânica, vaga desde o falecimento do seu ocupante. As relações com a Inglaterra, país que acolhera sua causa abolicionista ao fio de tantos anos, andavam estremecidas: além da invasão da Ilha de Trindade, em 1895, à revelia da soberania brasileira, a ocupação da região emoldurada pelos rios Tacutu, Cotingo e Rupununi opunha o Rio de Janeiro a Londres.

A mediação italiana resultou em bipartição – supostamente – salomônica do Pirara. O laudo arbitral do Rei Victor Emanuel concedeu 3/5 do território disputado à Grã-Bretanha e 2/5 ao Brasil. O argumento brasileiro sobre o *uti possidetis* – o título de propriedade sobre um território com base na anterioridade e antiguidade da ocupação – havia sido refutado. A decisão foi vista como uma derrota di-

plomática para Nabuco e para o Brasil. O contraste com as vitórias do Barão do Rio Branco nas questões de Palmas e do Amapá também alimentou a interpretação de que o Brasil havia sido alienado de território que lhe cabia.

A opinião pública e a historiografia viriam a redimir Nabuco. Há um quase consenso de que a escolha do árbitro influenciou o resultado do laudo arbitral, muito mais do que a qualidade das memórias preparadas. O mediador italiano, que nutria pouco discretas simpatias pela Inglaterra, buscou solução que não melindrasse Londres. A despeito da relativa falta de precisão histórica e técnica do laudo arbitral, a decisão italiana foi plenamente acatada pelo governo brasileiro. O respeito às decisões arbitrais sobre nossos limites tem sido sempre um postulado de nossa diplomacia.

Joaquim Nabuco seria nomeado, em 1905, primeiro embaixador do Brasil em Washington, assim que a legação brasileira nos Estados Unidos foi promovida à categoria de embaixada – a primeira entre todas.

Na época, o *status* de “embaixada” era privilégio concedido às grandes potências. Era considerado uma mostra de hierarquia superior e, ademais, havia um efeito prático: o embaixador tinha acesso ao presidente de uma maneira que o ministro de legação não tinha. O gesto de elevar a legação dos Estados Unidos, portanto, não estava desprovido de simbolismo político: sinalizava que o Brasil republicano passava a atribuir prioridade à agenda continental. Era a materialização da transferência do eixo preferencial da diplomacia brasileira da Europa para as Américas. No mesmo ano, como manifestação de reciprocidade, foi no Rio de Janeiro que os Estados Unidos também inauguraram sua primeira embaixada na América do Sul.

Ao assumir a embaixada em Washington, Nabuco trabalhou em sintonia com o Barão do Rio Branco para estreitar as relações com os Estados Unidos, país que já dava mostras da importância que iria adquirir ao longo do século XX. Em pouco tempo, Nabuco conquistou grande prestígio na capital norte-americana, a ponto de o Presidente Theodore Roosevelt ter aconselhado um diplomata recém-chegado a conhecer logo o embaixador do Brasil, segundo ele, “porque não há em Washington personalidade mais interessante”.

A “aliança não-escrita”, assim definida pelo historiador Bradford Burns, forjava-se na percepção do peso relativo das duas repúblicas no hemisfério. Mesmo antes de assumirem o *status* de superpotência, os Estados Unidos dos tempos do Barão e de Joaquim Nabuco balanceavam, de certo modo, o eurocentrismo que dominava as relações internacionais. Pode-se dizer que o laudo arbitral sobre o diferendo com a Inglaterra traumatizara Nabuco. Como assinala Rubens Ricupero, mais do que o resultado em si, passou a preocupar Nabuco o seu arrazoado, que poria em risco nossa soberania sobre boa parte do território nacional, especialmente na Amazônia. Daí a afirmação, que hoje pode até soar simplista, segundo a qual “para nós a escolha é entre o monroísmo e a recolonização europeia”.

A aproximação com os Estados Unidos da primeira década do século XX não estava, portanto, eivada de nenhum sentido de subserviência ou de assombro. O cálculo de Rio Branco e de Joaquim Nabuco era de que os Estados Unidos estavam dispostos a impedir ingerências europeias no continente americano. Além disso, tal movimento reforçava a posição do Brasil em sua vizinhança imediata.

A “alta inteligência”, para recorrer ao jargão diplomático da época (hoje talvez se dissesse “parceria estratégica”), com os Estados Unidos parecia, assim, de grande interesse para o Brasil. Com o benefício da visão retrospectiva, pode argumentar-se que Nabuco nutria uma visão que viria a revelar-se talvez excessivamente otimista sobre o comportamento dos Estados Unidos como potência global. Se, por um lado, conforme previu em *Balmaceda*, aquele país optou por não se lançar em aventuras neocoloniais do tipo praticado pelas potências europeias, a evolução dos fatos não confirmou sua opinião de que Washington não buscaria estabelecer uma esfera de influência própria na América Latina e Caribe.

Como embaixador brasileiro em Washington, Nabuco trabalhou para fazer do Rio de Janeiro a sede da Terceira Conferência Pan-americana de 1906. Vitorioso, fez gestões para que o Secretário de Estado Elihu Root viesse ao Brasil, no que passou à História como a primeira visita do chefe da diplomacia americana ao exterior. Nabuco presidiu a Conferência, tendo-se empenhado,

em seus eventos preparatórios, em evitar que as rusgas entre países do continente impedissem que o encontro chegasse a bom termo.

De volta a Washington, imbuídos do espírito de integração continental, Root e Nabuco trabalharam conjuntamente pela expansão do *Bureau* das Repúblicas Americanas, que chegou a ter suas atividades concentradas na residência do embaixador do Brasil. A União Pan-americana, que viria a ser formalizada na Conferência Pan-americana de Buenos Aires, já após o falecimento de Joaquim Nabuco, é, evidentemente, um embrião da atual Organização dos Estados Americanos.

Em vista de seu sucesso na condução da Conferência Pan-americana, Nabuco foi cogitado para assumir a chefia da delegação brasileira que seria enviada à Haia para a Segunda Conferência de Paz. O evento provocava grande movimentação na comunidade internacional. Na Haia, seriam definidas as próprias bases do Direito Internacional. Em face de problemas de saúde, que já enfrentava, e do convite de Rio Branco a Rui Barbosa, Nabuco somente pôde colaborar com os preparativos para a atuação brasileira na Conferência.

Rio Branco, homem público acima de tudo racional, aceita a impugnação do nome de Nabuco – seu escolhido – por influentes setores republicanos, para chefiar a delegação brasileira. Acolhe a indicação do nome de Rui Barbosa para ser o representante do Brasil nessa pioneira e importante assembleia internacional – a primeira na história a reunir todos os Estados soberanos.

Apesar da campanha movida contra seu nome pelo *Correio da Manhã*, Joaquim Nabuco demonstra grandeza de espírito ao apoiar e colaborar com o amigo Rui Barbosa na estreia do Brasil na política global. Preparou perfis dos delegados que conhecia – os embaixadores aqui presentes reconhecem a importância dessa tarefa quando nos preparamos para uma negociação – e trocou farta correspondência com o chefe da delegação brasileira. Entre as sugestões que faz a Rui, Nabuco lembra o exemplo da missão do Conde Witte aos Estados Unidos por ocasião do Tratado de Portsmouth, oportunidade em que o enviado russo saiu das regras e das etiquetas, dirigindo-se à imprensa americana, e “conquistou para seu país a boa vontade geral”. Recomendava Nabuco a Rui:

“Você não é um diplomata de carreira, está numa missão em que o estadista não tem que considerar protocolos nem formulários, e por isso pode libertar-se de quantas regras tolas e anacrônicas que ainda prendem o nosso ofício, num tempo em que a opinião é a força das forças em política”.

Em muitos embates recentes e atuais da diplomacia brasileira, sobretudo em questões econômicas e comerciais, as lições de Nabuco continuam a servir de inspiração.

Foi nas Conferências do Rio de Janeiro e da Haia que o Brasil debutou na diplomacia multilateral. O multilateralismo viria a se consolidar como um canal privilegiado de expressão dos princípios, pontos de vista e interesses brasileiros no mundo. Uma ordem internacional organizada por regras previsíveis e em que se constriam o arbítrio e o uso unilateral da força é não só moralmente desejável como também do mais profundo interesse para uma nação de vocação pacífica como o Brasil. Não é exagerado crer que o Brasil, desde aquele momento, desenvolveu uma visão verdadeiramente multilateralista das relações internacionais.

Nabuco, entretanto, nutria opinião algo distinta daquela de Rui. Ao contrário de Rui Barbosa, que na Segunda Conferência Internacional da Haia consagrou-se pela defesa da igualdade soberana entre os Estados, o pernambucano acreditava que a extensão de direitos iguais para todos os países representava, na verdade, manancial de desigualdade no cenário internacional. Segundo seu raciocínio, os países mais populosos ficariam, em termos proporcionais, sub-representados em uma ordem internacional formada por unidades que se beneficiassem das mesmas prerrogativas jurídicas. É um debate que continua vivo, se não na teoria, pelo menos na prática, e que pode ser resumido, por exemplo, pela latente disputa de competências entre a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da ONU. Também está presente na polêmica em torno das novas configurações informais da chamada “governança global”, no fim do século passado e no início do atual: G-8, G-20 e todos esses “gêses”.

A visão de Rui triunfou. Convencido, o Barão do Rio Branco instruiu a delegação brasileira à Haia a defender a tese de que qualquer país independente, a despeito de suas dimensões, da região em que estivesse localizado ou do seu grau de “civilização” (era este mesmo o termo utilizado), seria titular dos mesmos direitos nas relações internacionais. A defesa da igualdade soberana dos Estados tornou-se, desde então, um pilar da ação externa brasileira.

Apesar dos argumentos que expôs em longa missiva a Rui Barbosa, Nabuco não poderia ser definido como um defensor da desigualdade ou da hierarquização entre países. Ele compreendia essa desigualdade como uma situação de fato e buscava reservar ao Brasil o espaço de grandeza, segundo ele, correspondente à sua dimensão. Entendia que, em um sistema organizado pela diferença de capacidades relativas entre os países, ao Brasil cabia a inclusão no rol dos “grandes”.

O pensamento realista de Nabuco estava, naturalmente, influenciado pelas noções de seu tempo. A principal preocupação dos formuladores da política externa brasileira de então, bem como de outras nações militarmente fracas, era a preservação da integridade territorial e da soberania nacional (já me referi ao “trauma do Pirara”). A preocupação, respectivamente de Rui e Nabuco, com a universalidade dos princípios e com a preservação da soberania nacional, resultou no histórico compromisso brasileiro com uma ordem internacional fundada em regras.

~ O pensamento diplomático de Nabuco: a questão da América Latina e da América do Sul

Forjado em uma matriz cultural eminentemente europeia, Nabuco foi tomado de fascínio pela sociedade norte-americana, pela vivacidade de sua democracia, pela abertura do país aos fluxos migratórios. O que veio a ser confundido por um certo revisionismo histórico com deslumbramento era, na verdade, fascínio com a própria ideia de modernidade. Nas conferências que proferiu em várias universidades americanas, entre as quais se destacam as de Chicago e Wisconsin, transparece sua admiração pelo Novo Mundo e pela

contribuição que acreditava que os Estados Unidos dariam à civilização, dizia ele, “para além do tabaco”.

Merece destaque a análise do cenário internacional que Nabuco faz em carta a Campos Sales em 1906. O embaixador brasileiro em Washington enxerga com clareza a relevância da política exterior e expressa sua preocupação com a elevação do nível de tensão entre as potências do período:

“Minha impressão é que para todos os países da Europa e da América o problema externo tende cada dia mais a sobrepujar os problemas internos, porque estamos caminhando para uma época em que a sorte de todos eles, sem exceção, tem que ser afetada pela solução que tiver o conflito de influência e preponderância entre os grandes sistemas atuais de força” – e é interessante notá-los – “como sejam a Tríplice e a Dupla Aliança, o Império Britânico e a doutrina Monroe”.

O decantado pan-americanismo de Nabuco por vezes oculta a importância que ele atribuía às relações com os países vizinhos mais próximos. Pressentiu o grande estadista que o continente sul-americano está unido não somente pela circunstância geográfica, mas também pela escolha de uma forma de governo que revelava um sentido de destino comum: já na época, o sistema republicano.

Em *Balmaceda*, obra notável, sobretudo pelo pioneirismo que representa esse estudo sobre um estadista, seu contemporâneo, de outra nação sul-americana, Nabuco afirmou:

“O interesse que antes já me inspiravam as coisas sul-americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de novembro. Desde então, começamos a fazer parte de um sistema político mais vasto. Desse modo, o observador brasileiro, para ter ideia exata da direção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do Continente, a auscultar o murmúrio, a pulsação continental”.

O moderno impulso integracionista, que levou à criação do Mercosul e da Unasul, não poderia encontrar expressões mais felizes e apropriadas.

No livro sobre o estadista chileno, Nabuco adiantou a prioridade que confere à América do Sul para a inserção internacional do Brasil. Aponta, com firmeza, a necessidade de um caminho próprio: “A solução do problema tem assim que ser procurada dentro de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços, ou, quando mais não seja, registre os sacrifícios dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum”. Não é outra a inspiração, por exemplo, da cláusula democrática do Mercosul.

É um dos primeiros intelectuais brasileiros a trabalhar e priorizar o conceito de América do Sul. Coloca-se como um “espectador sul-americano”, chama a atenção para o fato de que “dia a dia torna-se mais importante, para nós, conhecer o estado político da América do Sul”.

O livro sobre o presidente chileno logra, a um só tempo, radiografar um momento histórico da circunstância regional, a revolução chilena de 1891, e descrever – até com certo registro trágico-poético – o quadro psicológico da personagem central. A composição de Nabuco sobre o isolamento e a solidão que levaram Juan Manuel Balmaceda a tirar sua própria vida, enquanto asilado dentro da legação argentina em Santiago, não recorre a imagens fáceis ou a dramatização edificante. Além de extraordinário esforço historiográfico e literário, revela a densidade intelectual e a profundidade de análise do autor.

É traçado paralelo, frequentemente (inclusive numa ode de Pablo Neruda), entre a trajetória de Balmaceda e aquela de Salvador Allende. A plataforma de governo progressista, a alienação dos setores mais conservadores da sociedade e o fim trágico seriam elementos presentes nas biografias desses dois líderes chilenos. Não é possível, tampouco, ler a descrição de Nabuco dos últimos dias de Balmaceda sem evocar a memória de outros políticos que escolheram abreviar dramaticamente suas próprias vidas.

A figura de Balmaceda, por quem o autor nutre doses similares de interesse e de antipatia, serve de pretexto para o verdadeiro mote central do livro: as tensões presentes no regime presidencialista entre participação popular e ordem pública, entre autoridade e democracia, entre eficácia e representatividade. Não há uma palavra sobre o substrato econômico do balmacedismo. Não há menção ao controle sobre o salitre, por exemplo. Joaquim Nabuco discorre, na obra, sobre o equilíbrio de poderes entre o Executivo e o Legislativo em uma república, sob a ótica dos perigos da excessiva concentração do poder. Monarquista e liberal, Nabuco perfilou-se, no campo das ideias, aos parlamentares republicanos chilenos. Mais importante que este tipo de escolha é o esforço de análise de dilemas institucionais até hoje vivos, a partir do estudo de uma situação específica vivida por um país sul-americano.

Em *Balmaceda*, vem à superfície a percepção de Nabuco acerca da importância da estabilidade da região e do progresso dos vizinhos para o Brasil. Com grande atualidade, diz ele: “A liberdade argentina tornou-se um interesse direto para o Brasil, como era para os argentinos a liberdade chilena no tempo de Rosas. É do interesse do boliviano e do peruano que o Estado mais vizinho lhe ofereça um asilo seguro, e sirva ao seu país de estímulo”.

Apesar de algo longo, cito por extenso, dada a sua importância para a compreensão do sentimento de Nabuco, um parágrafo do capítulo final do livro:

“Desde que é preciso aceitar o inelutável” — isto é, a República — “o estudo da Revolução chilena tem grande interesse para nós do ponto de vista da evolução política do Hemisfério. De fato, dado o progresso da moral universal, não é possível que a civilização assista indefinidamente impassível ao desperdício de força e atividade humana que se dá em tão grande escala em uma das mais consideráveis seções do globo, como é a América Latina. A manutenção de um vasto continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África. Como se fará a redenção dos países centro e sul-americanos? Onde acharão

eles amparo contra os seus governos extortores? Como se fará nascer e crescer em cada um deles a consciência do Direito, da Liberdade e da Lei, que neles não existem, por não ter sanção alguma?”

Ainda hoje, os muitos progressos alcançados na sedimentação do estado democrático na América Latina e no Caribe, bem como os avanços econômicos e sociais da região, não podem servir de pretexto para que se baixe a guarda.

Merece registro, na dimensão sul-americana de Nabuco, a intenção por ele expressa, em carta ao Barão Homem de Melo, em 1882, de “fundar e dirigir no Brasil um jornal”, que teria entre seus propósitos ser um periódico “sul-americano interessado em desenvolver relações que não existem entre o nosso e países como a República Argentina e o Chile. Um jornal assim, estou certo, seria o maior serviço que se poderia prestar ao Brasil”.

No horizonte ideológico em que um homem de seu tempo podia mover-se, o pan-americanismo afigurava-se como a expressão de uma integração regional possível. Nabuco abraçou essa causa com ardor. Chegou a pre-nunciar a formação de uma comunidade política nas Américas. O desenvolvimento altamente assimétrico no continente americano faz com que essa visão seja hoje matizada por natural cautela. Subsiste, por certo, o interesse em estreitar a cooperação entre todos os países das Américas, mas seria arriscado falar em integração entre entidades com tanto desnível de poder.

A integração regional assume, assim, formas diversas. O Mercosul, estruturado inicialmente para incentivar o aumento do intercâmbio econômico, apesar da forte motivação política que inspirou os seus primórdios, constituiu a vértebra central de um processo de afirmação da América do Sul como espaço geopolítico. A União de Nações Sul-americanas, a Unasul, ao ter logrado envolver todos os países do continente em torno de um projeto de coordenação política, significou um passo adiante nessa caminhada. No final de 2008, a convite do Presidente Lula, foram reunidos, na Costa do Sauípe, na Bahia, os chefes de Estado de todos os países da América Latina e Caribe. Foi nesta conferência – a CALC, como ficou conhecida – que todos os países da região

encontraram-se, pela primeira vez, em dois séculos de História, tendo como base uma agenda própria, sem tutela externa.



Vale a pena, novamente, recorrer a Nabuco, desta vez em *O Estadista do Império*: “A política exterior é a política por excelência, sobretudo para as *nações quase de futuro*, como o Brasil”. A referência ao país “quase de futuro” não era exceção no pensamento dos homens da época. A crença na excepcionalidade do país, acompanhada da percepção de que o Brasil só alcançaria sua grandeza quando cruzasse a linha de chegada da modernidade, inquietava aquela geração. Rui Barbosa, por exemplo, acreditava que o Brasil figurava entre as “nações repletas de porvir”. A formulação clássica de Stephen Zweig, concebida já em meados do século XX, povoou o imaginário coletivo brasileiro por gerações.

Nabuco, Barbosa e o austríaco Zweig, cada um a seu modo, acertaram no prognóstico. A noção de “quase futuro”, em um primeiro momento, dispensou o “quase” e, depois, fez do futuro o presente – como reconhecem hoje governos estrangeiros e a opinião pública mundial. A política exterior – “a política por excelência”, como define Nabuco – assume uma parte da responsabilidade desse processo, ao traduzir no cenário internacional a atitude de uma nação que, altivamente, pretende contribuir para a formação de uma ordem mais multipolar, mais democrática, mais justa e mais solidária.

~ Nabuco, Quixote brasileiro

Guiado em toda a sua trajetória pelo casamento entre a teoria e a prática, Joaquim Nabuco pode ser considerado como um dos mais completos políticos nacionais.

Ele revela em *Minha Formação* as duas fontes principais para a fixação de suas convicções. A primeira é teórica – o livro *A Constituição Inglesa*, de Walter Bagehot, obra sobre a qual confessa: “tirei dela, transformado-a a meu

modo, a ferramenta toda com que trabalhei em política, excluindo somente a obra da abolição, cujo estoque de ideias teve para mim outra procedência”.

A outra fonte é prática, a experiência decisiva de sua infância, narrada no capítulo “Massangana”, no qual ele diz: “A escravidão para mim cabe toda”. Sua “identificação humana com os escravos”, segundo seus próprios termos, seria “um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão, que decidiu, estou certo, do emprego ulterior de minha vida”.

A capacidade de unir a teoria à prática se revela, de modo especial, em *O Abolicionismo*, que, no entender de Francisco Iglésias, é “a reflexão mais coerente, profunda e completa já feita no Brasil sobre o assunto, um dos livros mais importantes das ciências sociais jamais escritos no Brasil”. A opinião é corroborada, entre outros, por Evaldo Cabral de Melo, que, em conferência pronunciada no Itamaraty, em 1999, por ocasião do sesquicentenário do nascimento do nosso homenageado, aponta a centralidade, para Nabuco, da escravidão como elemento definidor da sociedade brasileira.

Nabuco foi um intelectual capaz de ver as realidades de seu tempo além de sua posição de classe ou de sua filiação ideológica. Conforme enfatizou Gilberto Freyre, Nabuco foi “um desertor de sua casta, de sua classe, de sua raça, cujos privilégios combateu com [...] vigor e [...] desassombro”. Leonardo Dantas Silva se refere, nesse contexto, a um discurso de 1884, dirigido à classe dos artistas pernambucanos, em que Nabuco repudia a identificação com os proprietários de terra e com os comerciantes: “escolheria”, diz ele, “o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário, porque está nele o germe do futuro da nossa pátria; porque somente o trabalho manual dá força, vida, dignidade a um povo”.

Em outro registro, vale a pena lembrar a vigorosa defesa que Nabuco, católico, fez da secularização das instituições, tanto para os vivos como para os mortos. Certa feita proferiu, no Parlamento, discurso em que denuncia que “o cadáver do General Abreu e Lima passou pelas ruas do Recife sem que a autoridade civil, que tinha jurisdição sobre o cemitério municipal, [...] reclamasse o corpo para dar-lhe sepultura. Quando se tirou a prova de que não eram só os vivos, mas eram também os mortos que estavam sujeitos à perseguição religio-

sa”. Observe-se que Abreu e Lima – o general brasileiro que foi companheiro de Simon Bolívar – defendia um ideário político de inspiração socialista e que Nabuco era um liberal. Tal diferença de pontos de vista não arrefeceu a defesa que Nabuco, numa atitude digna do famoso aforismo de Voltaire, fez dos direitos humanos e da dignidade de Abreu e Lima, mesmo depois de morto. Como se sabe, o cadáver do general bolivariano foi afinal sepultado no Cemitério dos Ingleses, mais tolerante em matéria religiosa.

Machado de Assis, grande amigo e admirador de Nabuco, registra a “isenção de espírito” do grande pernambucano: “O seu juízo da Revolução Praieira [...] me pareceu excelente. Não traz aquele cheiro partidário, que sufoca os leitores”.

A racionalidade de tonalidade britânica (isto é, pragmática) de Nabuco, sublinhada por Gilberto Freyre, não prejudicou sua adesão a princípios nem levou ao abandono do idealismo. Em *Minha Formação*, assim define sua vocação de homem público: “Procurei na política o lado moral, imaginei-a uma espécie de cavalaria moderna, a cavalaria andante dos princípios e das reformas”.

Essa autodefinição nos remete à figura de Don Quixote em sua fidelidade a um ideal, na doação de si mesmo a uma causa, tão bem descrita por San Tiago Dantas em seu famoso ensaio “Don Quixote, apólogo da alma ocidental”.

No prefácio de *Minha Formação*, Nabuco fez uma digressão reveladora de sua atitude diante da vida e da sociedade, em que dá indícios de que a sua verdadeira causa, tão ou mais que a própria abolição, foi o Brasil. Cito uma passagem que certamente servirá de inspiração àqueles que estão na vida pública:

“Se alguma coisa observei no estudo do nosso passado, é quanto são fúteis as nossas tentativas para deprimir, e como sempre vinga a generosidade. Não dou, entretanto, o *bon à tirer* a este livro, senão porque estou convencido de que ele não enfraquecerá em ninguém o espírito de ação e de luta, a coragem e a resolução de combater por ideias que repute essenciais, mas somente indicará alguma das condições para que o triunfo possa ser considerado uma vitória nacional, ou uma vitória humana, e para que a vida, sem ser uma obra de arte, o que é dado a muito poucos, realize ao menos uma parcela de beleza”.

~ O enigma Nabuco

Nabuco provoca surpresas pelo foco pessoal na pioneira autobiografia *Minha Formação*, pela denúncia de toda a sociedade em *O Abolicionismo* e pela exaltação e também pela crítica indireta que faz da “grande era brasileira” em *Um Estadista do Império*. Onde está afinal a essência de Nabuco?

É por um lado “desertor de sua casta, de sua classe, de sua raça”, no dizer de Gilberto Freyre, e, por outro, mantém uma fidelidade quase incompreensível à Monarquia e a D. Pedro II. O monarquista e o reformista social, o diplomata e o teórico humanista, o defensor da ordem e da libertação humana, todos conviviam no espírito de Joaquim Nabuco. Mais do que a evolução do dândi juvenil para o intelectual engajado da maturidade – do Quincas, o Belo, para o abolicionista –, a ausência de aparente coesão no seu sistema de crenças amplifica seu caráter enigmático. A grandeza de Joaquim Nabuco também é descortinada pela natureza não-linear de seu pensamento.

Numa tentativa de compreensão da personalidade de Nabuco, destaca Francisco Iglésias que “a aparência apolínea do moço predestinado à política escondia um homem sensível, angustiado, muitas vezes perto do desespero”.



*“Il fait jour dans votre âme ainsi que sur vos fronts.
La nôtre est une nuit où nous (nous) égarons”*

Este verso do poema trágico “*Toussaint Louverture*”, de Lamartine, é utilizado por Nabuco como epígrafe do seu *O Abolicionismo*. A evocação do herói da independência haitiana é de uma dramática oportunidade. Este achado, quase casual, em meio ao garimpo dos textos de Nabuco me leva a concluir esta palestra com uma sentida e profunda homenagem aos muitos – brasileiros, haitianos e pessoas de uma plêiade de nacionalidades – que tiveram suas vidas ceifadas pelo terremoto que vitimou o Haiti no dia 12 último. E não só a eles, mas aos que, com

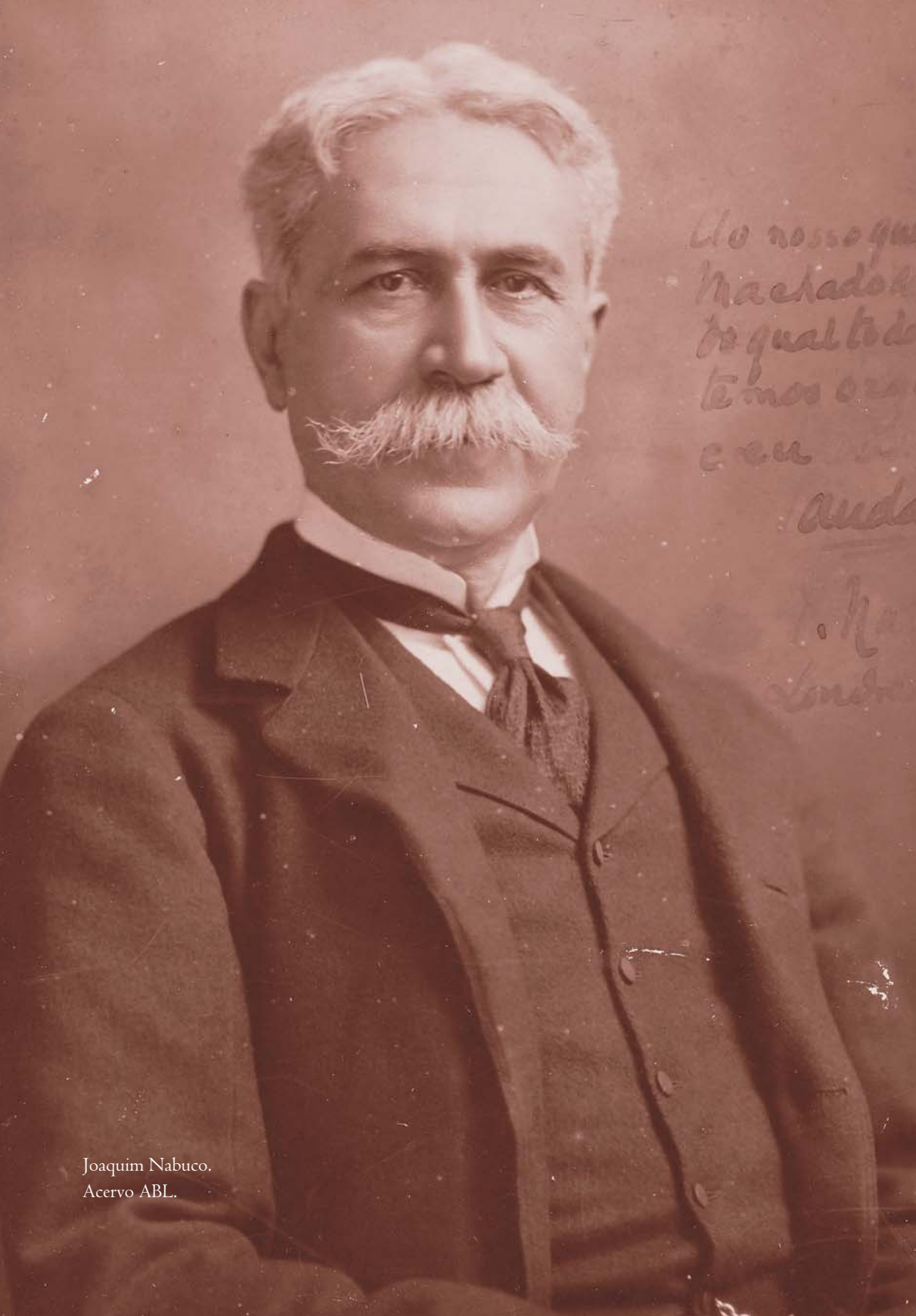
teimosia, lutam por sobreviver — ou para fazer com que outros sobrevivam. O Brasil assumiu um compromisso irreversível com o presente e com o futuro deste país irmão e seu povo sofrido. Nossas Forças Armadas lideram o componente militar da operação de paz da ONU no Haiti desde 2004, tendo contribuído para a estabilização do país e para o bem-estar dos haitianos. Muitos dos brasileiros que perdemos na tragédia da semana passada se encontravam no Haiti para ajudar nesta tarefa. Pôde-se rastrear, no pensamento de Joaquim Nabuco, a solidariedade regional — e por que não dizer as afinidades afro-americanas? — como um princípio de ação diplomática. Nabuco acreditava que os destinos dos países do continente estavam entrelaçados. O sofrimento do povo haitiano é, agora mais do que nunca, comungado pelo povo brasileiro — e motivo adicional para o nosso engajamento. A homenagem ao Embaixador Joaquim Nabuco e ao seu empenho pela dignidade de todos os seres humanos é, por extensão, uma homenagem aos que se dedicam, inclusive às vezes com o sacrifício da própria vida, à melhora das condições de vida do homem sobre a Terra.

Muito obrigado.

~ Referências Bibliográficas

- ALMINO, João. “O Pote de Barro e o Pote de Ferro: a Utopia de Nabuco para as Duas Américas”. In: *Política Externa*. São Paulo: Editora Paz & Guerra. Vol. 18, n.º 2, Set/Out/Nov. 2009.
- ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco. Perfis brasileiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- AMADO, Gilberto. “Nabuco no Teatro da Abolição” In: NABUCO, Joaquim. *Minha Formação no Recife*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.
- BARBOSA, Rui. *O Desenho e a Arte Industrial — Discurso no Liceu de Artes e Ofícios em 25 de Novembro de 1882*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1949.
- _____. & NABUCO, Joaquim. *Meu Caro Rui, Meu Caro Nabuco, Correspondência*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1999.
- BURNS, Bradford E. *A Aliança não Escrita. O Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. “Quincas, o Belo”. In: *Folha de S. Paulo*, 17/I/2010.

- FERNANDES, Raul. *Joaquim Nabuco, Diplomata*. Rio de Janeiro: MRE, s.d.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. "O Humanismo de Nabuco". In: *Estudos e Conferências*. São Paulo: Editora Comercial, 1961.
- FREYRE, Gilberto. "Joaquim Nabuco e as Reformas Sociais". In: NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- FREYRE, Gilberto. "Introdução". In: *Perfis Parlamentares. Joaquim Nabuco*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- _____. *O Instituto Joaquim Nabuco*. In: FREYRE, Gilberto. *Perfis Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994.
- HEGEL, G. W. F. *Letters of January 23, 1807, and October, 1808, in Sholmo Avineri, Hegel's Theory of the Modern State*. Cambridge; Cambridge University Press, 1992.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Texto Introdutório*. In: NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. In: *Intérpretes do Brasil Volume I*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.
- LIMA, Hermes. *O Construtor, o Crítico e o Reformador na Obra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia – Introdução à Sociologia do Conhecimento*. Porto Alegre: Editora Globo, 1956.
- MARTIN, Percy F. *Through Five Republics (of South America) A Critical Description of Argentina, Brazil, Chile, Uruguay and Venezuela in 1905*. London: William Heinemann, 1906.
- MELLO, Evaldo Cabral (Org.). *Joaquim Nabuco. Diários. Volumes I e II*. Rio de Janeiro: Bem Te Vi Produções Literárias & Editora Massangana.
- MENCK, José Theodoro M. *A Questão do Pirara (1829-1904)*. Brasília: FUNAG, 2009.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império. Volume Único*. São Paulo: Ed. Nova Aguilar, 1975.
- _____. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- _____. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- _____. *Balmaceda*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- _____. *Campanha Abolicionista no Recife. Eleições de 1884*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino. *Dois Momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1951.
- _____. *D. Quixote, um Apólogo da Alma Ocidental*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.



Ele nosso que
machado
de qual todo
temos o
e eu
Audi
T. Nabuco
Londres

Joaquim Nabuco.
Acervo ABL.

Além dos tempos

MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

Ocupante da
Cadeira 18
e atual
Presidente da
Academia
Brasileira de
Letras.

No começo do século XX, quando aconteceu no Rio de Janeiro a III Conferência Pan-Americana, os delegados estrangeiros se abismaram com a popularidade de Joaquim Nabuco. Gilberto Freyre escreveu que, a partir dali, Nabuco passou a ser visto como o grande brasileiro do seu tempo e de todos os tempos.

Alceu Amoroso Lima completaria: Nabuco foi a imagem mais fulgurante do humanismo brasileiro, e a mais harmoniosa da nossa história cultural.

Nas comemorações do centenário de sua morte, que a Academia Brasileira de Letras está promovendo, essa visão dele como modelo certamente se imporá em definitivo na cultura dita canônica, decerto ainda um tanto desatenta ao que Eduardo Portella chama “lógica exterminadora do Modernismo”.

Joaquim Nabuco, como um operador da transformação social, trouxe o povo para o combate pela liberdade. Não o contentava apenas o abolicionismo como mudança: queria a verdadeira transformação. E disse: “Acabar com a escravidão não nos basta; é pre-

ciso destruir a obra da escravidão” e implementar a “democratização do solo”.

Por tudo isto, *Minha Formação* é o seu melhor retrato e o seu melhor momento, inclusive como restituição do cidadão do mundo, restituição do extraviado ao seu chão. Ele sempre disse: “Sou cativo de Pernambuco.”

A Academia é em grande parte o contraste entre dois homens inseparáveis: Machado de Assis, o humilde que se fez aristocrata das letras, e Nabuco, que, pertencendo à hierarquia do Império, se fez humilde para melhor escutar os gritos de liberdade.

Atentemos para o que disse, insuspeitamente, Graça Aranha: “Na sua vida precária, sem pouso certo, sem meios, perseguida pela ironia, atacada pelo despeito, a Academia encontra a sua resistência moral em Machado de Assis e Joaquim Nabuco, o par glorioso que ela pusera à sua frente, e cuja assistência justificaria diante do público a sua aparição no caos literário.”

Explica-se que a Academia registre o centenário de morte de Joaquim Nabuco com permanente curiosidade e completa empatia, tal como fez em relação a Machado de Assis.

Promoveremos ciclo de conferências, reedições de algumas de suas obras, iremos a Londres e a Washington para comemorações especiais com a intelectualidade dessas cidades nas quais serviu como embaixador, iremos nos curvar reverentes no Recife e em Massangana, onde ouviremos as badaladas do sino da capela de S. Mateus, o seu “muezzin íntimo”, como belamente recordou Evaldo Cabral Mello.

Tudo isso se fará como ensinou Agostinho de Hipona a respeito do triplo presente: o presente do passado – a memória; o presente do presente – a percepção; o presente do futuro – a esperança.

Temos certeza de que os brasileiros estarão ainda mais convencidos da sabedoria dele recordando o que, em 1909, escreveu no seu diário pessoal: “O

corpo pode ser demolido, não o seja nunca o espírito.” E juntos atentaremos para lucidez de quem, há cem anos, enxergando da vida o claro/escuro e mesmo já com a voz a falhar, segredou ao médico que o atendia: “Doutor, pareço estar perdendo a consciência... Tudo, menos isso!”

Nabuco não perdeu a consciência. Sua consciência está conosco.

RODRIGUES ALVES



VOLUME I

A dado Ivo, o homem o vida,
com seus caprichos e insupor-
tões, me tem ligado sempre e
apesar de tudo: pela educação
permanente e pela opeções
crescentes.

Do seu leitor desle
oridos de 45

Stuart Davis/
Rio de Janeiro 20.10.73/

O louva-a-deus e as folhas amarelas

LÊDO IVO

Ocupante da
Cadeira 10
na Academia
Brasileira de
Letras.

*Na manhã cinzenta de outono
as folhas amarelas caem.*

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

Era em 1957. No escritório do editor José Olympio, em Botafogo, Afonso Arinos de Melo Franco atraía a atenção de um grupo de amigos. Vinha de ser eleito senador da República pelo Estado da Guanabara e se preparava para uma viagem à Grécia. Para os que o rodeavam, ele respirava, naquele ano, o instante mais esplêndido de sua vida. Deixara o seu gabinete de grande letrado para, na carroceria de um caminhão – o “caminhão do povo”, inventado por Carlos Lacerda –, angariar votos nos bairros e subúrbios cariocas. O aristocrata da Rua Dona Mariana havia tomado um salutar banho de povo e derrotado o populismo de Jango e Brizola. Para aquele grupo de amigos, cabia-lhe, agora, apresentar-se em outra eleição e à glória política acrescentar a machadiana “esta a glória que

fica, eleva, honra e consola”. Foi-lhe ponderado ainda que, além de sua obra notável, ele já ultrapassara os 50 anos e se achava na idade adequada para mudar de pele literária.

Os argumentos invocados terminaram por convencê-lo a se tornar o Afonso Arinos II da Academia Brasileira de Letras. E, naquele dia, os que o cercavam afetuosamente estavam longe de imaginar que, em tempos vindouros, a austera Casa de Machado de Assis se enriqueceria ainda com um Afonso Arinos III.

Foi assim que nasceu a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras. Há, porém, nesse episódio, um lance surpreendente. No momento exato em que Afonso Arinos se rendeu à pressão dos amigos e concordou em candidatar-se na primeira oportunidade, um louva-a-deus, entrando por uma janela aberta, pousou na manga de seu paletó. Fez-se na sala um grande silêncio – um silêncio quase religioso. Era como se uma divindade estivesse aprovando a sábia decisão do autor de *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*.

Aquele louva-a-deus, símbolo da esperança e anunciador de fortunas futuras, pareceu a todos os presentes um emissário divino, incumbido de dizer a Afonso Arinos que ele poderia e deveria candidatar-se e enfrentar qualquer outro candidato. Deus estava a seu lado. Restava-lhe, apenas, obter o apoio dos homens – isto é, dos acadêmicos, que, habitualmente, são mais inescrutáveis do que o próprio Deus.

Decorridas algumas semanas, e iluminado não apenas pela luz da Grécia, mas ainda pela luz dos olhos de sua bela e bem-amada Anah, Afonso Arinos apresentou a sua candidatura à Academia, na vaga de José Lins do Rego, que então se abriu, com o falecimento já esperado do nosso grande clássico. O seu concorrente, Guimarães Rosa, publicara no mesmo ano *Grande Sertão: Veredas e Corpo de Baile*, credenciais soberbas para pavimentar a sua aspiração. Mas lhe faltou a ele, Guimarães Rosa, o apoio de um louva-a-deus. E assim Afonso Arinos foi eleito para a Cadeira 25, desde 1990, com o seu falecimento, ocupada por um de seus discípulos e amigos mais estimados, o Acadêmico Alberto Venancio Filho. No primeiro escrutínio alcançou 27 votos, contra dez canalizados para o seu portentoso adversário.

Filho de um estadista, Afonso Arinos foi também um estadista da República. Nele, na figura múltipla e íntegra, desfilam o cidadão, o professor de Direito, o embaixador, o ministro de Estado, o jurista e constitucionalista, o parlamentar, o historiador, o tribuno, o viajante, que tanto amara Roma, embora cheirasse mais a Paris, o cientista social e político, o crítico literário, o jornalista, o autor de memórias incomparáveis (*A Alma do Tempo*, *Planalto*, *A Escalada*, *Maralto*) nas quais se expande a sua vigorosa individualidade, no movimentado cenário em que transcorrem a sua existência pessoal e familiar e a participação na vida nacional; o ensaísta desenvolto de *Mar de Sargaços* e *Portulano*, que aprendeu nas releituras fiéis e frequentes do *Essais* de Montaigne, seu livro de cabeceira, a exercer o mais ondulante e diverso dos gêneros literários; o autor do clássico *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*; o prosador musculoso, que escrevia num estilo belo, metálico e de notável expressividade; o biógrafo que soube reviver a vida de seu pai, Afrânio de Melo Franco, e a do Presidente Rodrigues Alves. E ainda o Afonso Arinos cercado de amigos.

A longa amizade que o ligou a Ribeiro Couto faz-me recordar uma confiança que ele me fez em várias ocasiões: desde a mocidade desejava escrever um livro sobre as grandes amizades literárias. O projeto sempre adiado privou a nossa literatura de um ensaio que haveria de ter, em sua trama, a presença ou a sombra de sua dilatada convivência montaigneana — a do Montaigne do “*De l’amitié*”.

Esse desejo irrealizado de Afonso Arinos impõe uma reflexão.

Quantos livros sonhados terminaram não sendo escritos: sobe à minha lembrança que José Lins do Rego, nos dias finais num leito de hospital, envolvia-me com a exposição do projeto de dois romances que *ainda* pretendia escrever: *Cerca Viva*, história de um homem agrilhado a uma obsessão amorosa, e desenrolado em Vassouras; e *O Menino e o Carneiro*, no qual decerto se entrelaçariam a sua infância e a sua imaginação. Mas os livros sonhados e não escritos fazem parte de nossas biografias. Os espelhos dos nossos desejos e dos nossos sonhos refletem imagens verdadeiras.

Todos esses Afonso Arinos diversos, mas inseparáveis, compõem a verdade e o mistério de uma vida que conciliou os deveres e paixões da atração po-

lítica e partidária e um trabalho intelectual contínuo e infatigável; o trajeto de sua mão por milhares de páginas; a honra que ele conferiu ao seu ofício de escritor.

Há ainda, além dos Afonso Arinos ostensivos e retumbantes, um Afonso Arinos esquecido ou escondido. É o jovem poeta alvejado pela tuberculose que um dia, em Lausanne, viu o cair das folhas amarelas de outono, e escreveu uma elegia; é o cantor melancólico dos poemas secretos de *Barra do Dia*, o poeta *manqué* e bissexto que não se realizou, mas cuja prosa magistral é irrigada pela emoção poética mais peregrina.

No prosador de alta estirpe que foi Afonso Arinos de Melo Franco, o sentimento da poesia, vívido em sua personalidade e no convívio literário, resistia em converter-se em palavras. Em 1937, a publicação de um drama lírico, *Marília de Dirceu*, documentou esse desentendimento entre a intenção e a realização poéticas, indicado aliás numa crítica severa de Álvaro Lins.

O poeta juvenil renasceu em 1955, ano de seu cinquentenário de nascimento. Era o meio-dia de uma maturidade intelectual e de uma vida que se regeria, desde então, por um ritmo vertiginoso, marchetada de tantos triunfos políticos, literários e diplomáticos.

Duplo movimento de exibição e escondimento induziu-o então a reunir os poemas escritos de 1924 a 1937. Em edição fora do comércio, produzida em uma prensa manual de Petrópolis, surgiu *Barra do Dia*. Destinou-o só aos amigos. Era uma confidência ou um sussurro a ser recolhido unicamente por certos ouvidos qualificados — os amigos que entre tantos Afonso Arinos simultâneos ou sucessivos podiam reservar um lugar para o poeta ferido pela nostalgia do que não fora. Leve brisa de desencanto faz estremecerem os versos melancólicos em que ele já perscruta a barra do dia — o sinal de um amanhecer misterioso, ao mesmo tempo eterno e fugidio.

Inveterado leitor de poesia e muso do *Cancionário de Dom Afonso*, de Ribeiro Couto, Afonso Arinos cortejava uma arte esquiva à sua devoção, e que preferia visitar-lhe a prosa. A Poesia, a *White Goddess*, de Robert Graves, sendo uma deusa caprichosa e muitas vezes ingrata e avara na distribuição dos seus dons, tra-

tava-o a pão e água, quando ele, por sua ambição e fervor, deveria e merecia ser tratado a vela de libra.

Ao lado do soberbo desfile de obras, serviços e reconhecimentos que cadenciavam e consagram a vida do autor de *Amor a Roma* e da lei, com o seu nome, que criminaliza os preconceitos raciais, merece guarida um divertido episódio de vida literária, esvaído na trama fugaz dos dias.

Numa noite, na casa de Aníbal Machado, estavam reunidos, entre outros, Sérgio Buarque de Holanda, Otávio Tarquínio de Sousa, Lúcia Miguel-Pereira. Alguém notou que, ao calor e sabor daquela reunião de amigos, faltava a presença tonificante de Afonso Arinos de Melo Franco, o que levou Otávio Tarquínio a pedir a Aníbal Machado que telefonasse para o ausente e o convidasse para vir à sua casa. O resultado do telefonema decepcionou o grupo:

– O Afonso disse que não pode vir, pois já está na cama, de pijama, e relendo o seu bom Montaigne.

Tarquínio, desapontado com o insucesso da incumbência confiada a Aníbal Machado, censurou-o brandamente:

– Você não soube convidar.

E discou para a mansão da Rua Dona Mariana.

– Afonso, estamos aqui na casa do Aníbal, falando mal do Gilberto Freyre.

Do outro lado da linha veio uma voz pressurosa:

– Estou indo para aí imediatamente.

Os que se limitaram a desenhar uma imagem pomposa de Afonso Arinos, chegando mesmo a acusá-lo de ter um rei na barriga, cultivaram dele uma visão redutora. O seu humor complementava a personalidade de ar grave e estudioso que, tanto no convívio literário como nos entreveros políticos mais acesos, reclamava sempre o respeito e até a reverência.

Nosso último encontro ocorreu semanas antes de sua morte. Estava eu na porta da Academia, à espera de alguém, quando o vi aproximar-se. Era uma tarde de feição outonal – uma tarde de folhas amarelas, aquelas que ele decerto amava contemplar nas repetidas viagens à Europa e lhe haviam juncado o caminho de jovem tuberculoso quando, no sanatório suíço de Bella Lui, e ao

lado de seu amigo Ribeiro Couto, ambos esperavam vencer a morte prematura e realizar sonhos ambiciosos.

Aparelhado para enfrentar a tarde fria e chuvosa, e de vento cortante, Afonso Arinos envergava um sobretudo que o devolvia à condição de grande viajante contumaz e de brasileiro cosmopolita e transoceânico. No instante das saudações, perguntei-lhe como estava. E ele me respondeu: “Carregando o peso dos anos”. Retorqui-lhe: “Para Afonso Arinos, o peso dos anos é leve como uma paina”. Ele me abraçou longa e silenciosamente, depositou um beijo no meu rosto e se afastou, rumo ao elevador e à mesa de chá.

Eu estava longe de imaginar que aquela manifestação de amizade e carinho haveria de corresponder, para mim, a um adeus silencioso.

Itamarati: a herança gloriosa

AFONSO ARINOS, FILHO

Ocupante da
Cadeira 17
na Academia
Brasileira de
Letras.

É com prazer que me incumbo da honrosa distinção de receber, nesta Casa de Machado de Assis, o presente titular da nossa Casa de Rio Branco. Foi sempre forte a atração mútua entre a diplomacia e a vocação para escrever. O diplomata tem como uma das obrigações essenciais redigir, para informar seu governo quando se encontra fora do país, ou instruir as missões no exterior a partir da Secretaria de Estado. E formular políticas a serem implementadas nas relações internacionais. Muitos acadêmicos ilustres encontraram na carreira diplomática ambiente propício ao florescimento da vocação para as letras, e vice-versa.

Vossa Excelência dá continuidade a um processo de revisão da política externa brasileira, começado no governo do presidente Juscelino Kubitschek, com a chamada Operação Pan-Americana, iniciando um novo tipo de diálogo com os Estados Unidos. A partir de quando se criou a mentalidade do desenvolvimento econômico, tornou-se evidente que nossa diplomacia devia-se adaptar às

novas realidades. Sob a direção do chanceler Afonso Arinos, no decorrer do governo Jânio Quadros, ela passou a se atualizar com grande celeridade. E foi sustentada, com coerência e senso de iniciativa, pelo seu sucessor, o ministro San Tiago Dantas, durante o governo João Goulart.

Mas a expressão “política externa independente” é inadequada em um mundo onde todas as nações começam a sentir que dependem umas das outras. Independente deverá ser nossa diplomacia, sempre que se impuser o senso da soberania nacional, quando algo ou alguém tentar afastar-nos dos princípios e propósitos em que no baseamos – o da não-intervenção, o do respeito à autodeterminação dos povos, o da projeção cada vez maior da personalidade brasileira no plano internacional, o da sustentação de fórmulas e soluções conciliatórias para dirimir pendências ou conflitos entre os estados, o da intransigência na defesa da paz, o da ajuda prioritária às nações subdesenvolvidas, fórmula diplomática com que se traduz a prescrição teológica da opção preferencial pelos pobres.

A diplomacia deve ser rígida quanto aos princípios, mas flexível na execução. Tampouco pode imobilizar-se. Problemas e desafios surgem constantemente no plano internacional. A eles a política externa se adaptará, conforme os princípios que a norteiam, visando os interesses e a segurança nacionais.

Há pouco, Vossa Excelência observou ser “muito incômodo que o Brasil faça as coisas sem pedir licença. (...) Se o Brasil age por sua própria iniciativa, incomoda os intermediários da dependência.” Não pude deixar de sorrir, recordando um velho amigo, o acadêmico Otto Lara Resende, que então propunha, a gracejar, solução que evitasse tais reações: “Chega de intermediários! Para presidente, Lincoln Gordon.”

O governo brasileiro tem sabido assumir posições sobre problemas externos que lhe dizem respeito, como o aquecimento global, a paz no Oriente Próximo, o comércio internacional, o equilíbrio geopolítico na América Latina. Quanto à preservação do meio ambiente, a natureza nos fez possuidores de ex-

tensão e diversidade sem par, que cumpre preservar com diplomacia, e soberania irrenunciável. Queremos parceiros no comércio internacional, com vantagens e concessões mútuas. Quanto ao continente, somos vizinhos ligados por fronteiras pacíficas a quase todos os países da América do Sul, e não temos problemas com a América do Norte. É esse convívio, sereno sem ser subalterno, firme sem arrogância, a postura que o Itamarati expressa, e da qual não nos devemos afastar.

Vossa Excelência recordava, naquele seu recente pronunciamento, o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, muito claro em seu artigo 6º, ao estabelecer que um dos seus objetivos seja o desarmamento das potências detentoras de armas atômicas. Por ele, os países não-nucleares se comprometem a não ter aquele tipo de artefatos, e os que o possuem a se desarmar. A próxima conferência dos países membros do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, a efetuar-se em Nova York, representará um teste para avaliarmos se as potências nucleares mostram-se também dispostas a se desarmar, ou continuam considerando a comunidade internacional dividida em duas classes politicamente desiguais: a dos que possuem tais armamentos, e a deles desprovida.

O Brasil decidiu não ter armas nucleares. O problema do desarmamento sempre ocupou lugar de destaque em nossa atuação nas Nações Unidas. Ao abrir os debates da 17ª Assembléia Geral da ONU em 1962, Afonso Arinos declarava que “o Brasil é também favorável, em princípio, ao estabelecimento de zonas desnuclearizadas no planeta, desde que as propostas que visem a esse fim não se enquadrem no processo polêmico da guerra fria, do qual continuaremos afastados. A América Latina poderia ser uma dessas zonas desnuclearizadas.” Em consequência, com o apoio e co-patrocinio de outros países sul-americanos, apresentamos projeto nesse sentido, que, na parte resolutiva, instava pela negociação de um tratado vedando a fabricação, experimentação, recebimento e armazenamento de armas nucleares, bem como recomendava a destruição imediata de armamentos daquele gênero que porventura se encon-

trassem em território latino-americano. Cuba, porém, o sabotou, pretextando a necessidade de inspeção no território americano, o que impedia qualquer acordo naquele sentido entre os Estados Unidos e a então União Soviética. Mas daí nasceria o Tratado de Tlatelolco, que, em 1967, prescreveu a desnuclearização da América Latina, mas só em 1994 seria promulgado, no Brasil, pelo presidente Itamar Franco, e subscrito por Vossa Excelência, como seu ministro das Relações Exteriores.

Vossa Excelência nos prestigia com sua presença para homenagear a memória de Joaquim Nabuco, ao ensejo do centenário de sua morte. Tanta honra emprestou a Academia Brasileira a Nabuco quanto ele a esta. Pois o arauto da liberdade, o apóstolo da Abolição, o historiador imperial, o defensor incansável dos interesses nacionais no exterior quando o governo republicano exigiu seu concurso de monarquista convicto, devotou, até o fim (embora quase sempre afastado do Brasil, em missões diplomáticas que o levaram à Inglaterra, Itália e Estados Unidos), interesse ativo e constante pela Academia. Joaquim Nabuco compôs, com Rio Branco e Rui Barbosa – ambos, também, diplomatas e acadêmicos –, a tríade simbólica das virtudes pátrias na fase de transição ente o Império e a República. Ele traçou as intenções e os objetivos acadêmicos no discurso que proferiu em sua sessão inaugural, a 20 de julho de 1897: Eu bem sei que a política, ou, tomando-a em sua forma mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras (...). A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressente, em cada povo, a literatura de toda uma época, mas, para a política pertencer à literatura e entrar na Academia, é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu (...). Só assim não seríamos um parlamento. (...) A formação da Academia de Letras é a afirmação de que, literária como politicamente, somos uma nação que tem o seu destino, seu caráter distinto, e só pode ser dirigida por si mesma, desenvolvendo sua originalidade com seus recursos próprios, só querendo, só aspirando à glória que possa vir de seu gênio.

Rio Branco, convidado por Rodrigues Alves a ocupar o Itamarati, chegou a sugerir ao presidente-eleito, em seu lugar, a nomeação de Joaquim Nabuco. Mas, ao saber que o barão aceitara o encargo, Nabuco lhe escreveu de Londres: A questão é o país. (...) Ainda ontem eu lia no *Spectator*: ‘O Brasil é o mais esplêndido trecho da terra ainda não desenvolvido, mas com os seus negros, os seus índios, os seus mestiços, essa é uma parte da tarefa do branco (*the white man’s burden*, a idéia de Kipling); pesada demais para nós, ela deve pertencer ao jovem Hércules que estira os braços do Atlântico até o Pacífico (*os Estados Unidos*), e não só à sua velha mãe menos ambiciosa e menos ativa (*a Inglaterra*).’ É essa idéia que não somos, e não poderemos ser, uma nação branca, tomar a nós também parte do *white man’s burden*, que os europeus e os americanos do norte têm, que nos deve indignar e mover a fazer todos os sacrifícios pessoais, cada um de nós enquanto é tempo, para garantir a sorte do nosso país.”

Joaquim Nabuco já recusara a Legação em Londres, que o Governo Provisório lhe havia oferecido tão logo proclamada a República. Sob a presidência de Prudente de Moraes, outra oportunidade não mereceu, de sua parte, melhor acolhida. Em 1899, entretanto, o Brasil se aprestava a colocar sob arbitragem a pendência de limites com a Guiana Britânica. O barão do Rio Branco tratava, então, do litígio, com a França, sobre a questão do Oiapoque como fronteira com a Guiana Francesa, cuja solução fora entregue ao Conselho Federal Suíço. Ele conduziu a incumbência a bom termo em dezembro de 1900, como já vencera a disputa do território de Palmas com a Argentina, arbitrada pelo presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, em fevereiro de 1895. O presidente Campos Sales convidou Nabuco para defender os interesses nacionais, e o monarquista histórico acedeu enfim, em carta ao chanceler Olinto de Magalhães, após haver sugerido, entre outras alternativas, o nome de Rio Branco: Tratando-se, sem embargo, de uma questão de caráter puramente nacional, como é a reivindicação de território brasileiro contra pretensões estrangeiras, seria até falta à tradição do passado que há

anos procuro recolher e cultivar, que eu invocasse uma dissidência política, sobre a qual o próprio governo republicano teve o nobre desprendimento de elevar-se. Nessas condições, senhor ministro, não me resta senão pôr-me inteiramente às ordens de Vossa Excelência, agradecendo-lhe, assim como ao presidente da República, a confiança que demonstra na minha lealdade para com o país.

No caso, fatal equívoco brasileiro foi ter aceitado, como árbitro, o rei da Itália. Pois, se a argumentação histórica e jurídica de Joaquim Nabuco não podia ser contestada, outras, bem diversas, eram as motivações do soberano, baseadas em interesses a barganhar com a monarquia inglesa, em detrimento do Brasil. Fraco e incorreto de caráter, Vítor Manuel III – que se dobrou pusilânime, por duas décadas, a todas as vontades e caprichos do ditador fascista Benito Mussolini, para atraí-lo tão logo o viu decaído do poder político – não hesitou em exorbitar das atribuições a ele conferidas pelo Tratado de Arbitramento, que o levariam a resolver juridicamente a pendência.

Afonso Arinos conta que, na minha juventude, (...) em Genebra, tive a honra de frequentar a casa do ilustre professor italiano Guglielmo Ferrero, então exilado na Suíça. *(Ferrero foi membro correspondente desta Academia, onde chegou a proferir uma série de conferências em 1907.)* E de Ferrero ouvi que os estudos feitos pelos técnicos italianos reconheciam o direito do Brasil, mas que o rei mandara alterar as conclusões do laudo, para consentir em assiná-lo.

Quando Rio Branco o informou de que aceitara o Ministério das Relações Exteriores, Nabuco respondeu-lhe em setembro de 1902: “Como lhe disse, sou (...) grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Em vez de pensar em mim para suceder-lhe daqui a dois anos, você deveria, talvez, em fazer-me seu colaborador naquela política.” O que veio a ocorrer. Em janeiro de 1905, Joaquim Nabuco foi nomeado pelo presidente Rodrigues Alves para chefiar nossa missão em Washington, a primeira Embaixada que o Brasil abriu no mundo, mantendo as demais em nível de legação.

Nabuco escreveu, de Washington, a Machado de Assis em fevereiro de 1908, explicando o alcance dos sentimentos que o inclinavam a favor dos Estados Unidos na política internacional: Eu, na diplomacia, nunca perdi um só dia o sentido da proporção e o da realidade. (...) As maiores nações procuram, hoje, garantir-se por meio de alianças; como podem as nações indefesas contar somente consigo? E, desde que o nosso único apoio possível é este, por que não fazemos tudo para que ele não nos venha a faltar?

Sua visão da política externa brasileira, contudo, não fora sempre essa. Em fevereiro de 1899, ao escrever, do Rio, a Magalhães de Azeredo na Itália, Nabuco lhe dizia estar entre os “convencidos de que a nossa decadência nacional começou; que entramos na órbita americana, como Cuba ou as Filipinas, o México ou a Nicarágua; que a nossa evolução far-se-á no mesmo sentido que a dos outros satélites de Washington.”

A glória imperecível de Joaquim Nabuco estará sempre na coragem moral com que soube superpor, aos interesses de classe e da família a solidariedade concreta, atuante e vigorosa com os discriminados e oprimidos, humilhados e ofendidos. Na campanha eleitoral de 1884, falando aos artesãos do Recife no Campo das Princesas, ele já tomava posição: Se eu tivesse que escolher uma classe com a qual devesse identificar a minha candidatura, (...) escolheria, sim, o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário, porque está nele o germe do futuro da nossa pátria; porque o trabalho manual, somente o trabalho manual, dá força, vida e dignidade a um povo.

Passados 118 anos, a profecia de Nabuco se cumpriu em um poderoso líder operário e chefe político pernambucano.

Sentado nos degraus da varanda do engenho Massangana, o menino Joaquim acolhera, um dia, o pobre escravo fugido, espancado e ferido, que lhe implorava proteção. E sentiu-se investir de “um mandato a que não se pode renunciar”, por ele exercido para sempre. Hoje, o Brasil, o Itamarati, Vossa Excelência e todos nós defrontamos opção análoga, perante a tragédia imensurável que se abate sobre um povo miserável, da mesma raça a cujos sofrimentos

imemoriais Nabuco dedicou a vida e a obra. Temos, Estado e nação, o dever de seguir-lhe mais este exemplo, evitando encarar a advertência evangélica de que somos servos inúteis.

Senhor ministro Celso Amorim, nossa tradição diplomática constitui uma herança gloriosa, mas pesada. Herança do visconde e do barão do Rio Branco, de Joaquim Nabuco, de Rui Barbosa, de Afrânio de Melo Franco, de Osvaldo Aranha, de Afonso Arinos, de San Tiago Dantas. O atual governo tem a responsabilidade de mantê-la, e Vossa Excelência o privilégio e a honra de representá-la. Seu êxito será o do Brasil.

Evocação de Rachel de Queiroz no seu primeiro centenário

ARNALDO NISKIER

Ocupante da
Cadeira I8
na Academia
Brasileira de
Letras.

“Conceição passava agora quase o dia inteiro no Campo de Concentração, ajudando a tratar, vendo morrer às centenas as criancinhas lazentas e trôpegas que as retirantes atiravam no chão, entre montes de trapos, como um lixo humano que aos poucos se integrava de todo no imundo ambiente onde jazia...”

Trecho de *O Quinze*

No dia 17 de novembro, Rachel de Queiroz faria 100 anos. Quis o destino que tivesse ela a sua existência interrompida no dia 4 de novembro de 2003, cercada do carinho de todos os acadêmicos e dos seus incontáveis leitores e amigos. Estava cansada, queria ir ao encontro do seu Oyama Macedo, o grande amor que a vida lhe havia reservado.

Fiz-lhe muitas visitas. Era um prazer indizível. Ríamos muito dos causos que surgiam sem parar, na conversa de amigos. Dona de uma

ironia tipicamente judaica (ela se considerava uma velha senhora sionista), usávamos o tempo a nosso favor, vivendo momentos de intensa alegria. E sempre com um gostoso sorvete de manga, que ela mesma ia buscar na cozinha, “para o meu querido afilhado”.

Quando a visita coincidia com a vinda de Austregésilo de Athayde, seu quase irmão, éramos obrigados a devorar também algumas bananas deliciosas do sítio de Athayde, em Itacuruçá. Ele trazia cachos e mais cachos para a sua amiga e confidente, que morava num confortável apartamento no Leblon.

Foi a trama dos dois que me levou à Casa de Machado de Assis. Fui por eles orientado o tempo todo, até que tivesse a alegria de ser eleito. Na posse, em 1984, somente Rachel de Queiroz poderia ser a oradora. A princípio, negou, alegando dificuldades de leitura (os olhos estavam cansados). Mas não resistiu, sobretudo quando eu sugeri que poderia falar bem do Vasco da Gama, seu clube do coração. Ela o fez, não sem antes desdenhar do meu amor pelo América Futebol Club.

Rachel, amiga por mais de 20 anos, solidária, conselheira, de caráter firmíssimo. Não quis ser ministra da República, quando recebeu o convite do seu primo, Humberto de Alencar Castelo Branco. “Não nasci para isso. Sou escritora, e olhe lá!”. E, como tal, exibía uma falsa preguiça. “Escrever me cansa muito”. O que não a impediu de produzir algumas obras-primas da literatura brasileira, além de ter marcado, com o seu estilo personalíssimo, o caminho seguido por outros escritores do seu tempo, como cronista incomparável da última página de *O Cruzeiro*.

Vou-lhes contar um segredo. Eu a conheci num almoço em *Manchete*, a convite de Adolpho Bloch. Era uma cantada daquelas, para que se transferisse da revista que diminuía de importância para a outra que subia os degraus da glória. A conversa foi cercada de respeito e simpatia. Mas os ponteiros, sabe-se lá a razão, não se ajustaram. Penso, hoje, que a própria Rachel não se sentia à vontade para abandonar o barco que a acolhera (mesmo procedimento que teve com a Editora José Olympio).

Sempre votamos juntos, com exceção de uma única vez. Ela queria acolher Roberto Campos. Eu tinha um compromisso anterior. Na vaga seguinte, pre-

Para Arnaldo e
Ruth, o carinho
de sempre de
Rachel e

Maria Luiza
**Tantos
Anos**

Rio, out. 98

Discurso
na
ACADEMIA
de
RACHEL DE QUEIROZ
ADONIAS FILHO

*Inviado Arnaldo, seu, que
esperando mais Ruth,
será mais Rachel*



Rio, nov 82

sidente da Casa de Machado de Assis, tomei a iniciativa de propor a candidatura de Roberto Campos. Ele titubeou, temia outra derrota, mas garanti que isso não sucederia. Corri sério risco. Ele foi eleito com 20 votos. Foi uma emoção!

Rachel, amada irmã de Maria Luíza, com a fibra de boa cearense, sempre teve uma exemplar determinação.

Vou-me situar como leitor apaixonado dos romances de Rachel de Queiroz. Não sou romancista nem crítico literário; como ensaísta pedagógico me posiciono para melhor analisar o relevo da obra da grande escritora.

No dia 4 de novembro de 1977, Rachel foi a primeira mulher a tomar posse na Casa de Machado de Assis. Só isso já é indicativo da importância da sua obra romanesca, se ela mesma não tivesse conquistado, desde a sua estreia literária, em 1930, uma colocação histórica na moderna ficção brasileira.

A literatura faz parte da vida de Rachel de Queiroz como uma realidade primordial, viva. Pela sua própria ascendência, que vem, pelo lado materno, da estirpe dos Alencares, parente, portanto, do autor ilustre de *O Guarani*, e, pelo lado paterno, dos Queiroz, família de raízes profundamente fincadas no Quixadá e no Beberibe.

O parentesco com José de Alencar não é apenas de sangue, mas também de espírito, uma vez que, mudadas as condições históricas, o romance de Rachel de Queiroz é também um chamado à realidade brasileira. E também transcende ao geográfico o vínculo com o Quixadá, de tantas reminiscências para a escritora. Após sua fixação definitiva no Rio, foram incontáveis as visitas a *Não me Deixes*, a bucólica fazenda herdada pela escritora em Quixadá, no sertão cearense.

Rachel de Queiroz veio ao mundo em Fortaleza, Ceará. Quatro semanas depois de nascer, foi com a família para o sertão de Quixadá, onde seu pai, Daniel, era juiz. Foi a sua primeira viagem, uma viagem a cavalo, ao encontro do seu destino, ao encontro do sertão, ao encontro do cenário geográfico e humano que viria a ser a essência da sua obra literária.

Pode-se imaginar, a distância, em alma imaginativa, em inteligência criadora, o que foi este meio no qual cresceu e se formou a escritora. Naquela casa

onde se lia muito, seu pai gostava de ler Camões, Castro Alves, Guerra Junqueiro e, como era de se esperar, páginas de José de Alencar, enquanto sua mãe, contou-nos Rachel no seu discurso de posse na ABL, “sofria de uma incompreensível falta de ouvido para os poetas” e preferia a prosa de Machado de Assis e, naturalmente, de José de Alencar. “No oitão branco, batido de luar, da velha casa de fazenda”, Rachel, ainda menina, debruça-se ao peitoril da janela e procura a lua com os olhos. “E a menina fitava a lua, fitava, esperando o transe, o rapto, o santo. Encandeava-se de lua, fechava os olhos, sentia sob as pálpebras o disco branco”. Argênteo, refulgência, plenilúnio... A menina procurava diligentemente as palavras no dicionário e incorporava-as à sua posse da língua. “Foi essa a minha primeira e mais grave intoxicação poética. Tive outras depois, mais amenas, já vacinada pela leitura e pela experiência que aumentava”.

Em 1917 viajou ao Rio de Janeiro, com a família, que procurava, nessa migração, esquecer os horrores da terrível seca de 1915. A permanência na então capital foi curta, porque alguns meses depois a família emigrou novamente, desta vez para Belém do Pará. Em 1919, regressou ao Ceará. Rachel fez o curso normal em Fortaleza, no Colégio Imaculada Conceição, dirigido por irmãs de caridade, diplomando-se aos 18 anos. Ali foi professora e iniciou-se no jornalismo, como colaboradora da “folha modernista do Ceará”, denominada *Maracajá*. Em 1930, publicou o romance *O Quinze*, que teve grande repercussão, projetando o seu nome, situando-a como pioneira no ciclo do romance nordestino. Coube a essa professora de 20 anos dar ao romance brasileiro uma de suas obras definitivas. Dois anos antes, José Américo de Almeida publicara *A Bagaceira*, que foi o primeiro sinal de um vasto movimento ficcional, com base no ambiente sociogeográfico do Nordeste. Era o início do chamado “ciclo do Nordeste”.

Em 1923, Gilberto Freyre, de volta do estrangeiro, encabeçava um movimento de valorização das forças regionais. Havia nesse “regionalismo tradicionalista” uma certa reação contra o modernismo do Sul e do Centro. Mas sentia-se o mesmo clima renovador e nacionalista. O movimento regionalista difundiu-se por toda a região nordestina, da Bahia ao Ceará e mais ao Norte. Seu

principal resultado é a sequência de obras que, na história da literatura brasileira, constituem o “romance de 30”. Ao primeiro livro de Rachel de Queiroz seguiram-se: *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935) e *Usina* (1936), de José Lins do Rego; *O País do Carnaval* (1932), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar Morto* (1936), *Capitães de Areia* (1937), *Terras do sem Fim* (1944), de Jorge Amado; *Caetés* (1933), *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936), *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos; *Os Corumbas* (1933) e *Rua do Siri* (1937), de Armando Fontes; *Safra* (1937), de Abguar Bastos; e muitas outras, que a história da literatura brasileira registra.

A fórmula do romance do “ciclo nordestino” era buscar no ambiente social, cultural e geográfico os elementos temáticos, os tipos de problemas, os episódios que seriam transformados em matéria de ficção. O *Quinze* é um romance de fundo social, em que a autora aproveita observações da seca de 1915, que ela viu com os seus olhos de cinco anos. É o documentário enxuto e realista, que nasce para espelhar uma região de sofrimento.

O ensaísta Haroldo Bruno, no seu livro *Rachel de Queiroz: Crítica, bibliografia, Depoimento, Seleção de Textos* (Clássicos brasileiros de hoje), registra que o aparecimento de *O Quinze* foi saudado com entusiasmo pelos maiores críticos da época, como Alceu Amoroso Lima. Já convertido ao catolicismo, assim começa Tristão de Athayde a sua resenha crítica:

“O romance é obra, ao que diz a autora, dos seus 19 anos. E por um retrato publicado aqui na imprensa, e de cuja autenticidade não há motivo a duvidar, se confirma a afirmação. Sendo assim, é realmente notável a estreia. O livro possui qualidades literárias fora do comum”.

~ A crítica

Já na opinião do poeta Augusto Frederico Schmidt, comentarista de “As Novidades Literárias, Artísticas e Científicas”, o livro se ressentiria de “algu-

ma coisa mais para que se o possa chamar precisamente de romance”. Mas esse reparo serve antes para indicar os elementos de sóbria modernidade ou de permanência, de equilíbrio entre a herança e a ruptura, a percepção do novo que a obra trazia para os quadros da ficção brasileira, então mais ou menos estáticos, como, aliás, quase tudo na vida brasileira anterior à década de 30. O primeiro romance de Rachel de Queiroz representava um progresso até com relação a alguns aspectos de *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, marco dessa literatura, hoje com importância mais histórica que literária, que antecedia a *O Quinze* apenas de dois anos. Seria uma síntese de tradicionalismo e modernidade, acima das escolas, o que daria forma à proposta estética da escritora.

O crítico português Adolfo Casais Monteiro, no seu estudo “Um romance que não envelheceu” (acrescentado à edição de *O Quinze*), foi “levado a pensar que a mestria de Rachel de Queiroz se deve à sua ‘inocência’: a de ter posto no papel a sua emoção sem a condicionar a uma tese, ou, sequer, à preocupação de procurar inocentes e culpados”. Ele supõe que o milagre está em que “Rachel não quis fazer literatura; e por isso o seu primeiro romance resultou na grande obra literária que ela podia fazer, posta ante a experiência que vivera fundamente no mais íntimo do seu coração”. *O Quinze* não envelheceu porque a matéria da qual é feito está isenta do peso da idade: a simplicidade, a sobriedade da construção, a nitidez das formas, a emoção sem grandiloquência.

Na sua contribuição à moderna ficção brasileira, destaca-se o acervo estilístico, na linha da expressão direta e da incorporação da fala regional; o acervo temático, referente a problemas sociais como a seca, o cangaço e o êxodo sertanejo; e o acervo técnico, no sentido do processo narrativo moderno, em que a narrativa se faz pela fragmentação dos episódios.

O romance *O Quinze* é uma ação conduzida em dois planos, ligados pela figura central de Conceição, que pertence aos dois. É através da sua experiência, através do que ela sente, que os ricos e pobres confluem. Conceição é a fusão da personagem com a autora, é ela que dá autenticidade a cada um dos mundos e, tornando-os próximos, evitando a conhecida divisão entre “bons pobres” e “maus ricos”, nos faz sentir, num plano muito superior, a igual inevitabilidade do drama. As

classes não existem em fórmulas sublinhadas pela romancista, mas no irremediável das coisas, na espontaneidade dos próprios fatos, quer eles sejam exteriores ou interiores, quer se passem à escala dos grupos ou à de cada indivíduo.

Desde cedo também Rachel deixou-se levar para a crônica, gênero em que ela conciliou “a literatura e o jornalismo profissional, a arte e o meio de vida”. A cronista, aliás, nascida estava em alguns dos quadros e em inúmeras situações de *O Quinze*. O poder de observação, a linguagem direta, a capacidade de testemunhar, de participar. A crônica – inspirada no acontecimento imediato, e por isso mesmo jornalístico – não contraria as constantes literárias da sua ficção. A preocupação social está sempre presente. A personagem da crônica dispõe de caracterização como no romance e na peça de teatro – a que Rachel também se dedicou.

~ Na crônica

Em relação à crônica, Rachel mostrou-se de uma constância a toda prova. Há mesmo quem diga que a cronista talvez tenha sido “a inimiga da romancista”, e que o romance brasileiro só teria a ganhar se ela lhe tivesse consagrado exclusividade. A verdade é que a literatura brasileira enriqueceu-se com as milhares de crônicas de Rachel ao longo de quase 70 anos, cuja seleta propiciou a edição dos seguintes livros: *A Donzela e a Moura Torta* (1948); *100 Crônicas Escolhidas* (1958); *O Brasileiro Perplexo* (1964); *O Caçador de Tatu* (1967); *As Meninas e outras Crônicas* (1976); *O Jogador de Sinuca e outras Historinhas* (1980); *As Terras Ásperas* (1993).

Dois anos depois de sua estreia literária, Rachel publicou *João Miguel*. É também um romance regionalista, embora com aspectos de universalidade. Com ele, há uma mudança de perspectiva na visão de mundo da escritora, que passa a enfocar experiência psicológica mais densa. Mas podemos admiti-lo como uma extensão de *O Quinze*, porque a sua grande preocupação, humana e social, é ainda a fixação do mundo nordestino. O drama da seca rural, em sua agressividade, tem nesse romance a complementação da pobreza urbana. Sobre ele escreveu, em 1958, Alceu Amoroso Lima:

“É a mais simples das narrativas: um crime e uma absolvição, e entre eles uma traição de amor. Mas o que se passa na alma simples de João Miguel, criminoso sem querer, arrastado por simples impulso de momento sob a ação do álcool, é que mostra a mão da autêntica escritora”.

Os personagens vivem o seu próprio destino, sem que a autora se faça presente. Simplesmente narra e, mais uma vez, denuncia a tragédia da prisão e da justiça para os pobres do Ceará.

O romance *Caminho de Pedras* apareceu em 1937. A temática é mais ampla, de cunho social, de luta por uma sociedade melhor, com melhor qualidade de vida para todos. Sem ser feminista, no sentido estreito da palavra, Rachel denunciava também a inferioridade social em que é tida a mulher.

Fechando o círculo, em 1939, saiu o romance *As Três Marias*, em que surgiu a pequena sociedade burguesa na comunidade provinciana. Como os anteriores, é um romance de vida, de pessoas que lutam e sofrem, como que presas a um destino inexorável. Traz reminiscências dos anos de formação no Colégio Imaculada Conceição, onde

“Rachel de Queiroz se integra, cria laços de amizade, inclusive com as irmãs, estuda, mas igualmente se dedica aos divertimentos com as colegas e dá-nos, com *As Três Marias*, um depoimento e uma criação em que qualquer ressentimento ou denúncia se dissolve no impulso de confiança, na capacidade de se afirmar do personagem-narrador.” (Haroldo Bruno, *op. cit.*, p. 101.)

~ Dramaturgia

A posição de Rachel de Queiroz na dramaturgia brasileira também tem relação com a sua obra romanesca. No romance *O Quinze*, com chave no diálogo e na cena imediata, na personagem e no episódio, já se revelava a dramaturgia.

Esta tornar-se-á objetiva nas peças *Lampião* (1953) e *A Beata Maria do Egito* (1958), onde os temas são o cangaço e o fanatismo. Assim como no romance, na essência das peças é a personagem feminina que determina a ação. A inquietação psicológica, movida pela visão de mundo feminina, situa a mulher nordestina frente aos três temas constantes de Rachel: a seca, o cangaço e o fanatismo.

A mulher sertaneja, na ficção de Rachel de Queiroz, não se isola individualmente; ao contrário, integra-se nos próprios dramas regionais. Os dramas crescem porque ela está presente, deles participa, anima-os de paixão.

O teatro brasileiro, diferentemente do que se verificou com o romance e a poesia nas décadas de 20 e 30, só na década de 50 e depois participaria da eclosão modernista revolucionária. Também aqui, Rachel de Queiroz muito concorreu para isso. No seu teatro, o nativismo regional surgiu como um espaço capaz de exprimir o drama. A peça *Lampião* trouxe para a dramaturgia o tema do cangaço e o tipo social do cangaceiro, assim como *A Beata Maria do Egito* trouxe o tema do fanatismo religioso como matéria de validade artística, abrindo de fato a nova perspectiva que peças posteriores, de Ariano Suassuna e Dias Gomes, entre outros, viriam consolidar.

Excluindo *O Galo de Ouro*, romance aparecido sob forma de folhetim em *O Cruzeiro*, Rachel voltou ao romance bem mais tarde, no início da década de 70, com *Dôra*, *Doralina*, após longa interrupção. Também este romance tem na criatura humana de todos os dias a própria razão de ser da ficção. Nele predomina a veracidade, a descrição física de cenários e ambientes, além da caracterização das personagens como se fossem gente de registro civil. O exemplo maior é a própria Dôra, ou Doralina, vivendo, amando, sofrendo, como personagem e como símbolo e imagem da própria condição humana.

Segundo o ensaísta Haroldo Bruno,

“esse romance contém, por baixo do seu elevado nível de realização, tais premissas criadoras, tal leque de possibilidades inesperadas, força tão gran-

de para inventar e dizer, que ao escrevê-lo Rachel de Queiroz se confirma e se inaugura novamente, ficcionista que ocupa um espaço imenso em nossa literatura, cujo material é o homem com suas paixões, seus gestos de grandeza e de miséria dentro da vida. É a realidade humanizada e tocante, pois, como dissemos, a criação literária jamais será, para a Autora de *Dôra, Doralina*, um exercício de retórica. Seu discurso é o reflexo da problemática que ela descobre e vive e de que nos fornece agora uma prova de rara vitalidade artística”. (Haroldo Bruno, *op. cit.*, p. 86.)

O romance foi lançado em 1975, com imenso êxito, que a levaria a se tornar, dois anos depois, a primeira mulher a assumir uma Cadeira na Academia Brasileira de Letras. Rachel seria, então, consagrada como a primeira-dama da literatura nacional.

No discurso de saudação a Rachel de Queiroz na Academia, em 4 de novembro de 1977, Adonias Filho, que, além de romancista da mesma seara de Rachel, era um crítico literário competente, sobretudo do romance de 30, mostrou em palavras indeléveis a relevância de Rachel de Queiroz na literatura brasileira a partir do romance *O Quinze*:

“Os grandes recursos, responsáveis pela continuidade da atmosfera ficcional em todos os romances e todas as peças, têm aí sua origem. Concentra-se o drama da seca, e a estória de alguns, convertendo-se em estória de todos, expõe o sofrimento e a piedade em sua projeção maior que é a dos dias comuns. No fundo da desolação, há vida nos corpos e nas almas. Articulam-se os quadros, e a realidade literária torna-se um mundo animado”.

A lembrança do nome de Adonias Filho vem a propósito também porque ele foi um dos mais diletos amigos de Rachel. Durante muitos anos, formavam, juntamente com Otávio de Faria, uma espécie de trindade. Diariamente encontravam-se na cidade. Conversavam de tudo. Adonias era o crítico de

plantão, de quem os outros esperavam o julgamento dos livros e artigos que saíam, porque era o mais sensato e eclético nas leituras, além de ser o crítico profissional do *Diário de Notícias*.

~ Na política

Nos primeiros anos de vida literária, Rachel de Queiroz assumira uma posição de ativista política, como Jorge Amado, que de início identificou-se pessoalmente com a luta partidária, com a militância comunista. Alguns críticos consideram surpreendente, no caso de Rachel, “nessa escritora de esquerda”, sua mudança ideológica. Logo que chegou ao Rio de Janeiro, onde residiu desde 1939, os esquerdistas exultaram com a presença da escritora “com intuítos revolucionários” na capital. Rachel há de ter sido aconselhada, pela intervenção de conterrâneos e parentes, a retirar-se da luta. Desde que rompeu com o Partido Comunista, em 1932, Rachel manteve distância dos militantes das grandes causas sociais. Mas nunca abandonou sua vocação política, nunca deixou de ser uma escritora de participação.

É esclarecedor o comentário de Adonias Filho, na saudação à nossa primeira acadêmica:

“Rachel de Queiroz é, desde o primeiro dia, uma participante. E sempre teve o interesse flagrante pela criatura como parte da humanidade e de um povo. Esse interesse revela-se também na tradutora de autores como Dostoiévski e Emily Brontë”.

É certamente por isso que, como escritora, ela foi incapaz de criar literariamente fora da participação. A sua inspiração “está no grande encontro com as criaturas, os seres e as coisas e, por isso mesmo, frente às realidades imediatas”. Mas liga-se também à tradição cultural da literatura constituída em torno dos grandes debates éticos e dos grandes combates morais. É por este caminho que

deveríamos enveredar se fôssemos comentar algumas das quase 50 obras traduzidas por Rachel de Queiroz.

Sabemos que foi Dinah Silveira de Queiroz – a autora de *Floradas na Serra*, *Margarida La Rocque*, *A Muralha* – que se bateu, com a cumplicidade de vários imortais, para que a Academia se abrisse para as mulheres. Mas Dinah ouviu o sábio conselho de que esperasse Rachel candidatar-se, pois então seria certa a primeira eleição feminina.

~ Acadêmica exemplar

Na sessão de homenagem que fez a Academia, em 1990, comemorando os 80 anos de Rachel de Queiroz, os acadêmicos foram unânimes em proclamá-la a companheira perfeita, a acadêmica exemplar, em quem não se vê velhice alguma, porque os anos passam e ela continuava a mesma Rachel, assim como continuou jovem e dinâmico o seu estilo. Antonio Houaiss, por exemplo, confessou-se “um enamorado dela. Não apenas o espírito dela, o que é uma confissão algo imprudente nesta Casa, mas é verdade. Vejo-lhe beleza em tudo: no falar, no olhar, no sorrir, na gesticulação, no andar, em tudo há beleza em Rachel de Queiroz”. E Abgar Renault fez a leitura da crônica intitulada “Os salteadores à volta na floresta urbana”, que ela escrevera uns 20 dias antes, uma página extraordinária, como criação, como exame de situações, como estilo. E tão atual que parece ter sido escrita ontem.

Como se viu, os romances de Rachel sempre foram escritos com longos intervalos entre si. Como se não levasse a sério a sua prosa consagrada, Rachel de Queiroz sempre declarava que “nunca levou esse negócio de carreira literária muito a sério” e que a sua profissão é mesmo o jornalismo.

~ Prêmio Camões

A comunidade de língua portuguesa, que hoje abrange cerca de 240 milhões de pessoas, não pode ser pensada apenas em termos retóricos e senti-

mentais. Já foram feitos discursos lindíssimos a respeito, criadas entidades para ativar esse intercâmbio (Fundação Luso-Brasileira, Instituto Internacional de Língua Portuguesa, etc.), mas sou daqueles que deseja ver a ideia cristalizada em medidas concretas de ação cultural.

O assunto foi tratado durante as discussões em Lisboa em torno da escolha do “Prêmio Luís de Camões”, vencido em 1994, com amplos méritos, pela Rachel de Queiroz. Era a vez de um brasileiro, pelo sistema de rodízio, e os três representantes portugueses apontaram alguns nomes de respeito em nossa literatura, todos à altura da honraria consagratória.¹ Depois de 5h30min de debate, o júri fixou-se na autora de *O Quinze*, uma forma de homenagear o pioneirismo de Rachel no moderno romance brasileiro, além de significar o apreço pela personalidade que foi sempre fiel à sua profissão.

Aos 82 anos, após um interregno de quase 20 anos, quando todos nos acostumáramos às suas crônicas de jornal, Rachel de Queiroz voltou ao romance não-urbano, de ambiência sertaneja. Após o romance de 30, o sertão renasceu nos anos 50, na obra de Guimarães Rosa. E renasceu outra vez em 1992, em *O Memorial de Maria Moura*, que o apresenta na sua geografia nordestina e o capta no seu momento mítico por excelência.

Nele, Rachel traz de volta certas constantes de sua ficção. Há de novo uma heroína sentimental e sexualmente reprimida, insatisfeita ante a situação de inferioridade da mulher; a personagem vai se revelando aos poucos pela ação e pela introspecção; a gradativa exposição dos problemas sociais se opera pelas circunstâncias da narrativa e não pelas observações do narrador, ou narradores.

Além de Moura, o *Memorial* é narrado por vários outros personagens, entre os quais se destaca o Padre José Maria, uma voz que expressa a solidão, o vazio e a miséria moral do sertão. Através dele a autora chama a atenção do leitor para o equívoco que é, na história dos homens, o fato de que, não raro, eles se lançam à amarga luta pelo poder na suposição de que, assim, estão conquistando ou construindo a liberdade.

¹Três acadêmicos brasileiros, designados por Austregésilo de Athayde: Arnaldo Niskier (coordenador), Oscar Dias Corrêa e João de Scantimburgo.

Uma inovação no livro é o emprego dos nomes dos personagens como título dos capítulos. Assim, Maria Moura, o Padre, o Tonho, Irineu, Marialva, o Beato Romano, os quais se repetem de conformidade com o critério da narrativa. Os títulos são de acordo com o maior papel dos personagens no momento.

O *Memorial* traz outras novidades à ficção de Rachel de Queiroz. Agora, o seu horizonte narrativo não se fixa apenas em acontecimentos, mas tem uma amplitude de saga. É um romance revelador do que foi a outra face do processo civilizatório do sertão. Nele desaparece o herói positivo, que constrói benfeitorias com trabalho pertinaz, para dar lugar ao que enriquece tomando o que os outros juntaram ou produziram.

É um romance de quase 500 páginas, cheio de peripécias ritmadas por salvas de clavinotes, entreveros a arma branca, assaltos, sequestros, fugas, correrias, traições e vinganças. “A dinâmica da violência pontua cada página desse relato escrito com energia dos 20 anos por uma autora que chegou aos 82”, observou o crítico Mário Pontes, no artigo “Os sete fôlegos do sertão” (*Jornal do Brasil*, Ideias/Livros & ensaios, 22 de agosto de 1992):

“O *Memorial*, porém, não é só violência. Como não é apenas a saga de um punhado de heróis civilizadores, guiados pela vontade férrea de Maria Moura, personagem certamente criada a partir de um modelo frequente na história dos sertões nordestinos (e aliás pelo menos uma vez explorado pela literatura da região): o da matriarca dominadora, valente e devoradora de homens. Maria Moura, sem dúvida, cabe quase inteira nesse figurino. Ela é a moça órfã que o padraсто quer violar e os parentes próximos pretendem espoliar. E que enfrenta os abutres revidando cada golpe, antes de finalmente buscar refúgio seguro. A Moura, porém, faz muito mais do que escapar à condição de vítima.

Para além da necessidade de sobreviver e do desejo de vingar-se, Maria Moura descobre a vocação do poder. Sabe que será respeitada e, quando conveniente, temida – pelo tamanho da fazenda que assentar, pela quanti-

dade de ouro em suas arcas e o número de homens a seu serviço. A segunda descoberta é a de que, nas condições existentes, só poderá enriquecer expropriando, ricos ou não. Assim, à frente de uma parelha de fiéis servidores, ela começa a assaltar viajantes, a roubar gado e, sobretudo, a arrecadar ouro, a fonte maior do poder”.

~ Uma heroína brasileira

Quando tive o prazer e o privilégio de ler o *Memorial de Maria Moura*, recebido das mãos experientes da própria Rachel de Queiroz, a impressão que ficou em meu espírito foi a de um romance épico, que tinha todas as melhores características de cinema. Disse isso em sessão da Academia Brasileira de Letras, quando a nova obra da romancista cearense recebeu os primeiros elogios.

A personagem Maria Moura é um misto de Scarlet O'Hara e Maria Bonita. Até o incêndio da casa, provocado por ela, emociona como se estivéssemos diante de alguma obra histórica do cinema norte-americano. O resultado do trabalho de engenharia literária de Rachel de Queiroz não poderia ser outro: a TV Globo montou uma minissérie, que fez o maior sucesso.

As edições do livro foram sequenciais, na justa proporção do seu êxito. A audiência televisiva é extraordinariamente forte: o primeiro capítulo da minissérie foi visto, somente na Grande São Paulo, em quase 1 milhão e 800 mil de domicílios, alcançando o Ibope de 45 pontos, muito acima da estação de televisão que ficou em 2.º lugar.

A mistura da literatura com a televisão provou a sua força, desmentindo os que veem nos dois veículos vocações distintas e inconciliáveis. A TV Globo, saindo do êxito de “A Madona de Cedro”, em que consagrou a obra de Antonio Callado, selecionou o trabalho de uma também Acadêmica (Rachel de Queiroz) para mostrar a riqueza dessa inteligente parceria.

Rachel de Queiroz confessava ser “preguiçosa”, mas escreveu algumas das obras mais importantes da literatura brasileira. Mesmo o *Memorial*, que alguns

pretendem ser um pouco autobiográfico, sobretudo no enfoque da garra nordestina, que Rachel tinha de sobra, foi concluído aos 83 anos de idade.

Ao apresentar o *Memorial de Maria Moura*, na sessão da Academia de 27 de agosto de 1992, Antonio Houaiss expressou sua “sincera admiração racional e sincera emoção ante o livro”, referindo-se, além da narrativa e do enredo, aos seus aspectos linguísticos:

“É um livro, ademais, que encerra, realiza e consoma uma proposta não apenas verbal – e nesse caso de rara beleza e mestria – com um poderoso aparato da arqueologia verbal que Rachel de Queiroz sonda, busca, pesquisa e legitima dentro da nossa língua, naqueles rincões ágrafos, e que estaria evidentemente limitado a um vocabulário restrito, superada a restrição, entretanto, pela poderosa adequação verbal às estruturas culturais e sociais em causa – num universo em que a língua comum de cultura não acusava, ao tempo, mais de cem mil vocábulos, e a regional, mesmo em somatório, não iria além de seis mil palavras; e é aí que o milagre do escritor se manifesta forte: Rachel consegue adequar cada situação mental de cada personagem a essa legitimação verbal arqueológica, dando, paralelamente, um viço quase inaugural não só às expressões dialogais diretas, senão que, sobretudo, às comentadas nas passagens dos discursos indiretos aparentes”.

~ Tantos anos

Rachel de Queiroz, dona de uma prodigiosa memória e de uma alegria inesgotável, acabou cedendo à pressão da sua irmã Maria Luíza e de alguns amigos. Escreveu, em parceria com a mana, o livro *Tantos Anos*, que saiu em setembro de 1999, pela Editora Siciliano.

São recordações, mais que memórias, em que a escritora lembra a sua militância política (“fui comunista por 24 horas; quando o Partido quis interferir na minha obra, cáí fora”), a conspiração de 64 (“Castelo Branco tinha horror à

palavra ‘ditadura’”) e algumas peripécias da carreira literária, como a tremenda surra que deu num crítico do Ceará quando foi injusto com *O Quinze*: “O desgraçado chegou a dizer que o livro tinha sido escrito pelo meu pai. Bati nele até quebrar a sombrinha. Nunca mais escreveu uma linha a meu respeito”.

Gosto de recordar que Rachel foi professora da Escola Normal de Fortaleza. Professora de História, ganhando 400 mil réis por mês, “um ordenado razoável para a época. Deu até para comprar um carro velho, que o meu pai proibiu de dirigir, depois que derrubei o alpendre da minha casa”.

Vale a pena acompanhar o que Rachel escreveu sobre essa época:

“Eu tinha 18 anos e fiquei com grande popularidade entre as meninas porque me punha ao lado delas, ao surgir qualquer reivindicação, assim enfrentando o diretor, que era disciplinador e autoritário. As normalistas chefiavam a campanha junto aos alunos do Liceu e das Faculdades; e vindo um novo concurso me elegeram Rainha dos Estudantes. Fui uma rainha muito festejada”.

Quando lhe pergunto se ela nunca teve atração pelo ensino superior, Rachel, com o sorriso maroto de sempre, contou que jamais se interessou por cursos superiores:

“Embora, na minha época, já houvesse mulheres formadas, médicas, juízas, eu era autodidata. Toda a escolaridade que tive foi de junho de 1921 a novembro de 1925. Contudo, eu lia muito. Mamãe tinha uma biblioteca muito boa e tanto ela quanto papai me orientavam nas leituras. Só cuidavam para que eu não lesse nada que parecesse escabroso, como certos trechos da obra de Eça de Queiroz, por exemplo”.

Rachel não pôde deixar de citar a longa convivência com o grande amor da sua vida, o médico Oyama de Macedo, com quem viveu 42 anos felizes.

Padre Cícero, Jânio Quadros, Graciliano Ramos, Dom Hélder Câmara, Adonias Filho, José Olympio, Gilberto Freyre e o grande amigo Austregésilo

de Athayde são citados em *Tantos Anos*, como personagens que fizeram parte da sua vida.

No artigo “A senhora do sertão e da conspiração”, Eduardo Graça diz que o livro de memórias de Rachel

“surge como uma rara oportunidade de esclarecer detalhes da vida política e intelectual do país, nas últimas seis décadas. O extraordinário aqui reside exatamente nas nuances vividas pela privilegiadíssima espectadora dos grandes fatos nacionais deste século. Poucos viveram experiências tão opostas, que vão de um efêmero deslumbre com o comunismo à decidida participação na conspiração golpista de 64” (*Jornal do Brasil*, Caderno B, Domingo, 12 de julho de 1998).

Nele encontraremos também a explicação das condições que lhe deram o assunto dos seus romances, a chave de suas personagens.

Quanto à permanência da obra de Rachel de Queiroz na literatura brasileira, no que tange à linguagem, Antonio Houaiss já se referira na sessão de 21 de novembro de 1990, em homenagem aos 80 anos de Rachel:

“E se temos dúvida a respeito do futuro desses escritores brasileiros, em que Rachel de Queiroz tem lugar absolutamente certo, mesmo a partir do seu *O Quinze*, e conquista este lugar a cada dia mais; se temos dúvida quanto a outros, não tenhamos dúvida quanto a Rachel. Ela vai encantar os nossos espíritos, a nossa alma, a nossa alegria de viver com as páginas que lhe leremos. E os filhos de nossos filhos irão lê-las com o mesmo encantamento com que fazemos hoje. Não é um voto, não. É uma certeza, num dia glorioso como este que merece certezas. Que Deus a bendiga sempre e que seu futuro esteja assegurado para sempre”.

Inúmeras vezes lemos ou ouvimos Rachel dizer que escrever para ela é um ofício, um meio de ganhar a vida, como nesta revelação: “A verdade é que con-

tinuo detestando escrever. Só vou para a frente da minha velha Olivetti quando estou devendo algo a alguém”. Sem dúvida, esse “dever algo a alguém” era a maneira de Rachel entender a sua obra literária, seja romance, crônica, teatro, literatura infanto-juvenil. Ela sempre concebeu o seu fazer literário como uma forma de participar, de denunciar, de registrar o cotidiano, de entreter e comover seus leitores, de saldar o seu débito para com a humanidade.

Verificamos que há, nos romances de Rachel, a mesma disposição do homem para se atirar a um tipo de existência instável, errante, em que as experiências se renovam, como uma forma de integração, de fuga ou de descoberta interior, uma vocação indeclinável, determinada pelos efeitos da natureza hostil ou da sociedade sobre o homem. Seus romances foram escritos sob o signo da perseguição à liberdade, ou antes, da sua carência. Por isso, suas criaturas romanescas cedem a esse apelo permanente, constante, do romance de Rachel de Queiroz, que lhe dá uma unidade intrínseca, sugere um problema ao mesmo tempo social e existencial, e a esperança de sua superação.

~ Uma canção de amor a Israel

Rachel de Queiroz esteve em Israel e trouxe impressões muito fortes do que ela denominou de “reencontro com o seu povo”. Afirmando que em suas veias corria sangue judeu (por parte dos Alencares, que eram cristãos-novos), ela misturou seus sentimentos, o que não a impediu de ter uma surpresa, feliz e alegre, da realidade de Israel,

“da carne viva que está vivendo ali, daquela mocidade que é dona da terra, que é filha da terra, que é o sabra (aquele cacto, o sabra, nós o temos no Nordeste e se chama palmatória). O sabra, o jovem sabra, não é mais um mártir do holocausto, não é mais um escondido no gueto, não é mais um jovem judeu ambicioso, lutando para vencer as barreiras do preconceito e da discriminação. O jovem sabra é um jovem senhor, um jovem leão pisando a

sua terra, o seu deserto, a sua pedra, semeando a sua semente, com segurança e orgulho, com a certeza de que ele está ali para ficar, ele está ali porque ele é de lá, porque ele é da terra e a terra é dele”.

Os olhos de Rachel se iluminam quando ela fala das três semanas vividas em Israel, da vibração que sentiu ao ser sabatinada pelos integrantes do *kibutz* brasileiro Bror Chail.

Perguntei-lhe de que modo sentiu em Israel o apreço pela educação. Eis a resposta:

“Esse cuidado com a educação é característico da família judia, que chega até o sacrifício, no caso da tradicional *ídiche* mame, que deixa até de comer, deixa de fazer um vestido, que se obriga a qualquer renúncia e esforço para dar instrução, para dar cultura ao filho; é um fenômeno típico de Israel, que a gente aqui no Brasil só muito raramente iguala. O ministro da Educação em Israel me dá a impressão de que tem o trabalho muito facilitado pela colaboração total do país. É o povo que ajuda e vigia, dando largas à sua paixão, que traz na massa do sangue, pela cultura e a instrução. Você, que foi secretário de Educação e Cultura e trabalhou como um leão, viu como é duro no Brasil agir nesse terreno”.

Discorrendo ainda sobre a visita, Rachel de Queiroz, que repetia ser uma velha senhora sionista, falou das escavações arqueológicas:

“A gente sente um choque de estar em contato com cinco milênios de história ali nas mãos. Imagine a emoção de, pela primeira vez, deparar com a história como que fossilizada, como que mumificada na fundura do chão. Estive nas covas dos documentos do Mar Morto. É inesquecível”.



Eis o que se pode recordar, em lágrimas de saudade, o que foi a extraordinária escritora, que mereceu do poeta Manuel Bandeira um dos seus mais inspirados poemas (“Louvação a Rachel de Queiroz”). Sua obra continua viva, na literatura brasileira.

Louvação a Rachel de Queiroz

Manuel Bandeira

Louvo o Padre, louvo o Filho,
o Espírito Santo louvo.
Louvo Rachel, minha amiga
nata e flor do nosso povo.
Ninguém tão Brasil quanto ela,
pois que, com ser do Ceará,
tem de todos os Estados,
do Rio Grande ao Pará.
Tão Brasil: quero dizer
Brasil de toda maneira
– brasílica, brasiliense,
brasiliana, brasileira.
Louvo o Padre, louvo o Filho,
o Espírito Santo louvo.
Louvo Rachel e, louvada
uma vez, louvo-a de novo.
Louvo a sua inteligência,
e louvo o seu coração.
Qual maior? Sinceramente,
meus amigos, não sei não.
Louvo os seus olhos bonitos,
louvo a sua simpatia.
Louvo a sua voz nortista,
louvo o seu amor de tia.
Louvo o Padre, louvo o Filho,
o Espírito Santo louvo.
Louvo Rachel, duas vezes

louvada, e louvo-a de novo.
Louvo o seu romance: *O Quinze*
e os outros três; louvo *As Três*
Marias especialmente,
mais minhas que de vocês.
Louvo a cronista gostosa.
Louvo o seu teatro: “Lampião”
e a nossa “Beata Maria”.
Mas chega de louvação,
porque, por mais que a louvemos,
nunca a louvaremos bem.
Em nome do Pai, do Filho e
do Espírito Santo, amém.

Sob o signo de Euclides – um depoimento

WALNICE NOGUEIRA GALVÃO

Professora
Titular de
Teoria Literária
e Literatura
Comparada da
Universidade de
São Paulo.

Se alguém predissesse que eu passaria a vida trabalhando sobre Euclides da Cunha, teria por resposta incredulidade irrestrita. No entanto...

~ Os trabalhos e os dias

... já como tarefa inaugural, enfrentei a edição das reportagens sobre a guerra de Canudos, devidas a outros autores que não Euclides. Depois, o que consumiria mais tempo, foi a vez da edição crítica de *Os Sertões*. E da correspondência. E da série de reportagens que ele mesmo realizou como enviado especial ao palco dos acontecimentos. E do segundo livro de sermões de Antonio Conselheiro. E dos Autos do Processo sobre a morte de nosso autor. Outras tarefas implicariam no preparo da edição em espanhol de *Los sertones*, da Ayacucho, e de uma antologia. A certa altura, com tantos materiais e tantas

oportunidades de exegese, senti a necessidade de escrever um livro inteiro contendo uma reflexão pessoal sobre a guerra de Canudos e outro só sobre Euclides. Acrescente-se o preparo da reedição do clássico de Olímpio de Sousa Andrade, *História e interpretação de “Os Sertões”*, promovida pela Academia Brasileira de Letras, que me honrou com o encargo; a coordenação do número especial dos *Cadernos de Literatura Brasileira* do Instituto Moreira Salles, comemorativo dos cem anos do livro máximo de Euclides; e, no centenário de morte, do número da *Revista Brasileira* que lhe foi dedicado. E acabou de sair a edição de uma mesa-redonda que organizei há mais de vinte anos com os quatro maiores euclidianistas então vivos. Ao todo 12 livros, entre outros trabalhos.

Tudo começou com um doutorado sobre Guimarães Rosa, que me deixou curiosa a respeito das marcas deixadas por Euclides, que o romancista certamente leu. Por isso resolvi folheá-lo, e fui instigada pela percepção de que *Os Sertões* se baseava numa composição em colcha de retalhos.

Esse tipo de composição arrastou-me para o estudo das fontes de *Os Sertões*. Por isso, passei a ler tudo que havia sobre a guerra de Canudos, para precisar onde Euclides fora buscar todas aquelas informações, inclusive sobre tantas coisas que não presenciara. Li os livros que havia, bem como os documentos do governo e do Exército. A certa altura, ocorreu-me que não poderia estudar essas fontes enquanto não tivesse lido os jornais da época, pois as reportagens feitas pelos demais jornalistas, que não adquiriram notoriedade, não tinham sido republicadas e caíram no esquecimento. As de Euclides não seriam recolhidas em livro antes que se passassem muitos anos após sua morte, e assim mesmo só porque ele ficou famoso.

Não tencionava fazer nada disso, mas fui obrigada a publicar as reportagens para resgatá-las do ineditismo e a escrever um livro, que foi minha livre-docência na USP. Desde então, entre outras incursões intelectuais, volta-e-meia retornava a esse campo, que acabou por se tornar prioritário.

Logo me compenetrei de que não existia uma boa edição de *Os Sertões*. Era voz corrente a necessidade de uma edição crítica, que deveria ser feita em equipe, atendendo à complexidade do livro. Mas ninguém fazia. Um dia, perdi a

paciência, sentei durante nove anos e preparei a edição crítica — o que não era minha intenção inicial. Agora *Os Sertões* dispõe de um texto onde os erros estão corrigidos, onde tudo está assentado e devidamente indicado, nos moldes de um quadro comparativo entre as diferentes edições, servindo para enfatizar as emendas que Euclides foi sucessivamente realizando.

Para preparar essa edição, tive que lançar mão das cartas de Euclides, pois precisava de pistas sobre o que ele andava lendo, o que estava discutindo, com quem se dava, o que pensava naquela fase de sua evolução. Verifiquei que parte do epistolário ainda era inédita, e assim foi amadurecendo a ideia de reuni-lo. Dediquei sete anos a pesquisá-lo. Foi possível dobrar o número de cartas até então conhecidas: encontrei mais cem cartas inéditas e outras cem dispersas por jornais e revistas, não recolhidas em livro.

A próxima tarefa enfrentaria a série de reportagens que Euclides escreveu quando esteve na Guerra de Canudos. Essa série, intitulada *Diário de uma expedição*, já tinha sido publicada, mas estava na hora de republicá-la. Viria depois a edição dos Autos do Processo que absolveram o homem que matou Euclides. A mais recente recupera uma mesa-redonda que coordenei há mais de vinte anos com Antonio Houaiss, Franklin de Oliveira, Oswaldo Galotti e José Calasans.

~ O suporte da análise literária

A abordagem de uma obra de arte literária como *Os Sertões* exige a minuciosa labuta do levantamento preliminar, para fundamentar a interpretação: é uma opção metodológica. E que aprendi com Antonio Candido, de quem fui aluna e depois assistente por toda a vida. Vem de uma tradição dos franceses, que há meio século faziam um tipo de trabalho chamado *explication de texte*. É um tanto raso, despretensioso, e bastante insuficiente; mas é miúdo e ligado exclusivamente ao texto, deixando o contexto de fora.

Depois disso o *New Criticism* norte-americano de raízes inglesas inventou o *close reading*, que é mais sofisticado, mas bem parecido com a *explication de tex-*

te dos franceses. O *close reading*, que Antonio Candido traduziria como “leitura cerrada”, faz-se rente ao texto, colando-se nele, nos detalhes. Coloca-se o contexto entre parênteses, para não correr o risco do extravio por rumos indevidos.

Respeitando a especificidade da literatura, não se pode estudar um texto literário como se fosse um documento histórico ou sociológico ou psicanalítico, coisa que muita gente faz. Vai-se primeiro ao literário, depois podem-se expandir os horizontes. Estudei com Antonio Candido a teoria do “círculo hermenêutico”, que vem da estilística alemã. Pega-se um pormenor do texto, que pode ser, por exemplo, o que chamo de matriz fônica, ou seja, um grupo de fonemas que se repete de várias maneiras em diferentes sintagmas. Testa-se como aquela matriz fônica funciona no texto e depois vai-se alargando o círculo. Começa-se a ligá-lo à história, à política, à sociedade, à época, para depois voltar àquele pormenor.

“Troia de taipa”, antonomásia euclidiana para Canudos, oferece um bom exemplo de funcionamento do círculo hermenêutico. Oximoro baseado na aliteração, sua eficácia começa por ser sonora: dois dissílabos aliterantes, iniciados por “t”, unidos pela preposição “de” que sonoriza o mesmo fonema, apoiados em ditongos tônicos agudos (-ói, -ai); ambos terminam em “a” e aproximam termos opostos. O paralelismo do significante entra em tensão com o contraste do significado. Para chegar a interpretar o conjunto do sintagma, tem-se que abrir o círculo, considerar as implicações de *Tróia* – berço de heróis, disputada pelos deuses –, a gloriosa cidade de mármore que Homero cantou, e *taipa*, que é o modo paupérrimo de construção brasileiro, do interior, sertanejo, em barro batido. A aproximação dos dois termos transfere para a guerra de Canudos as associações dignificantes da guerra de Tróia.

Outros estudos, mais do que literários, tornam-se necessários à compreensão do objeto do livro. Quando se trata de algo tão denso quanto *Os Sertões*, outros campos do saber são obrigatoriamente convocados. Não se pode escapar, por exemplo, a seu cunho de levante camponês, tema que é preciso abordar. Fui buscar Max Weber para entender a laicização da sociedade burguesa e o

desencantamento do mundo; Ernst Bloch, por ser a maior autoridade em milenarismo e messianismo; o Hobsbawm de *Rebeldes Primitivos* e de *Bandidos*, que criou a categoria das rebeldias pré-políticas; e o Engels das guerras camponesas. Ou seja, o próprio objeto de estudo reivindica esses campos e autores.

~ “Tempo de guerra, mentira como terra”

Na abordagem das reportagens coevas à guerra, que depois se tornou o livro *No Calor da Hora*, uma das coisas mais surpreendentes foi perceber como era corriqueira a falsificação do noticiário. Saíam em Nova York e Paris notícias que eram claramente forjadas aqui e depois mandadas para lá.

Os jornais publicavam as novas de que havia navios de outros países ao largo da Bahia, prontos para invadir o Brasil. Foram também vistos e noticiados treinadores militares estrangeiros no sertão, em Canudos, falando outras línguas e equipando os insurretos com o mais moderno armamento.

E Euclides, como todo mundo, acreditava piamente nessa fraude. Mas dá para entender por quê. O Brasil tinha acabado de proclamar a República e de abolir a escravidão, o que trouxe desafio do vexame de pertencer a um país com rei e escravos. Na década de 1820, quando a América Latina inteira (exceto Cuba) se emancipou, só o Brasil continuou monarquista e escravista, apesar de também ter conquistado a independência. Não podíamos aspirar a ser um país civilizado enquanto não fôssemos uma república laica de homens livres.

No momento em que foi proclamada a República, o sentimento geral foi o de que tínhamos dado um salto rumo à modernidade e ao progresso. E nesse ponto estoura uma insurreição monarquista e católica, reacionária, portanto, obra de analfabetos miseráveis do sertão que pretendiam restaurar o Antigo Regime.

O que fez com que as pessoas acreditassem com tanta facilidade nessa armação de má-fé foi o retorno do reprimido. O que estávamos reprimindo? O

fato de sermos mestiços, pobres, católicos, de país atrasado, com rei e escravos. Depois que conseguimos superar isso – superar não, recalcar – apareceu um bando de gente querendo mostrar o que éramos de verdade. Como permitir uma coisa dessas, como ser cúmplice? Só exterminando e arrasando, deixando claro que não aprovávamos. Lembra os tempos da Antiguidade e o costume romano de “talar e salgar”, como fizeram com Cartago, o que significava destruir os campos e a cidade com seus habitantes, não deixar pedra sobre pedra e jogar sal por cima, para que nada mais ali medrasse.

Nem sequer os monarquistas queriam saber dos canudenses. Os monarquistas brasileiros eram aristocráticos, ricos, brancos e moravam em Paris. Foram os primeiros a desmentir a hipótese de intenções restauradoras. Não lhes deram ouvidos. Mas não queriam nada com aquela gente. Ninguém queria.

As reticências da cobertura jornalística de Euclides também chamam a atenção. O temor à censura imperava: o exército lia as matérias dos repórteres e as censurava lá mesmo, no *front*. Os enviados especiais recorriam a eufemismos, esclarecendo que uma certa correspondência perdida tinha-se extraviado na caatinga, ficando espetada nos espinhos. Se indicassem que havia censura, as mensagens subsequentes não passariam.

Ademais, todos os repórteres (com uma única exceção) eram militares, alguns até combatentes. Veja-se onde fica a imparcialidade da imprensa. E como se não bastasse, enviavam as reportagens pelo telégrafo do exército. Às vezes seu comportamento é estarrecedor. Queixam-se, insinuem que há censura, e depois, quando são noticiadas as degolas, saem em defesa do exército. Entretanto, um sentimento de culpa coletivo vai-se avolumar após o fim da conflagração.

Pois só com o término da guerra tornou-se evidente que os canudenses não participavam de qualquer conspiração monarquista nem queriam derrubar o governo republicano; só queriam ficar quietos naquele fim-de-mundo, rezando para salvar suas almas. E não representavam qualquer ameaça, sequer tinham armas até a terceira expedição, que bateu em retirada livrando-se do equipamento. Bastaria deixá-los em paz.

Então o Brasil inteiro, ou pelo menos a opinião letrada, mostrou-se culpadíssimo. A partir de certo momento, os “jaguinhos fanáticos” passam a ser chamados de irmãos, de brasileiros, e a guerra é vista como fratricida. Antes não, era como se eles fossem umas bestas-feras.

E não são os jornais que divulgam amplamente a degola depois da guerra: as menções são escassas. A degola vai ser denunciada só mais tarde, e em livros.

Por isso veio a calhar este trabalho no pior período da ditadura militar: queria, primeiro, entender porque o exército e a imprensa se conduziam daquela maneira; e, segundo, fazer alguma coisa contra ambos. Essa foi a motivação. Eu ficava trançada, trabalhando, porque não podia fazer mais nada, mas me senti obrigada a desenvolver uma investigação que mostrasse como se comportavam tanto o exército brasileiro quanto a imprensa. Porque a imprensa, sob a ditadura, também chamava os ativistas da oposição de terroristas — a palavra usada era essa. Assassinaavam o “terrorista”, em geral sob tortura, e diziam que ele se tinha suicidado, tinha-se jogado embaixo de um ônibus. A indignação extravasou nesse trabalho.

~ União sagrada

Não há dúvida de que havia respaldo popular à guerra. Se achamos que é revoltante o pronunciamento do presidente da República, Prudente de Moraes, sobre Canudos, essa é nossa reação hoje. Mas então ninguém discordava. Além da vergonha, revela um veio autoritário nosso.

Mesmo Rui Barbosa, expoente do liberalismo entre nós, fez uma conferência, que publiquei, revindicando que se matassem e esfolassem os conselheiristas. E depois que tudo acabou alegou que queria pedir *habeas corpus* para eles. Ele se arvora em defensor daqueles que chama de “meus clientes” só depois que todos tinham morrido, não sobrara nenhum. Pedir *habeas corpus* para morto é fazer humor negro.

É bom lembrar que o ideário aprendido pelo oficialato na Escola Militar colaborou para a interpretação equivocada, mas também colaborou para a re-

viravolta que Euclides deu. Copiada do modelo criado pela Revolução Francesa e implantada aqui, resultou que os alunos, em vez de estudar, faziam política o tempo todo.

A gota d'água ocorreu em 1904, quando o corpo discente aderiu à Revolta da Vacina e saiu pelas ruas quebrando lampiões, juntamente com o resto da população. O estabelecimento foi fechado e, depois de algum tempo, reaberto sob um regulamento mais severo, mas já trasladado para Realengo, num subúrbio então distante, para impedir que seus membros tomassem parte na vida política da cidade.

Então, há que se ponderar o seguinte: os mesmos oficiais que comandavam a degola estudavam e absorviam as teorias da Revolução Francesa, com seu professor Benjamin Constant à frente. Segundo elas, o exército deve ser constituído por cidadãos armados. Em primeiro lugar, todos são cidadãos de uma república de homens livres e, em segundo lugar, todos se armam para defendê-la. Na concepção da Revolução Francesa, o exército era o braço armado do terceiro estado, era o povo armado.

Assim, o oficialato foi para Canudos com o objetivo de defender o povo, ou aquilo que pensava ser o povo. E Euclides descobriu que o exército – o braço armado do terceiro estado – de fato estava lá, porém massacrando o terceiro estado, massacrando o povo. Um tremendo equívoco. Isso lhe deu a possibilidade de enxergar as coisas ao contrário. Euclides viu de perto pela primeira vez o povo brasileiro: e eles eram aqueles que estavam lá no sertão. Não era aquela parcela da população carioca branca, bem-vestida, bem-alimentada, que vivia na Corte e com quem ele tinha contato pessoal. Veja-se que até a República, o voto era por renda. Os analfabetos do Brasil votam há apenas 20 anos, só a partir da Constituição de 1988. Os conselheiristas não eram sequer cidadãos.

Por outro lado, degolar revoltosos não era novidade. Atente-se para o apelido popular do coronel Moreira César, comandante da 3.^a Expedição contra Canudos, aquela que debandou: *Corta-Pescoço*. Ele já tinha liderado a degola dos prisioneiros na Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, onde granjeou esse epíteto.

Na instância de Canudos causou escândalo, pois não se tratou de algo esporádico, porém sistematicamente executado, na frente dos generais, dos comandantes da campanha. Mas, porque se passava longe, no fundo do sertão, pensou-se que fora dali ninguém saberia, que não haveria testemunhas. Só que houve gente que saiu de lá disseminando a denúncia aos quatro ventos; e não só Euclides. O caso dele foi apenas mais notório, por causa do alcance do livro e do prestígio que adquiriu.

A repressão foi inexorável. Ainda não havia napalm, mas a conhecida capacidade do povo brasileiro para a improvisação — motivo de orgulho nacional — inventou uma coisa parecida. Os soldados derramavam querosene sobre as casas e atiravam bastões de dinamite em cima: o efeito é de napalm, o fogo gruda na pele das pessoas e não apaga.

~ A cólera de Euclides

Os Sertões acabou por ser a expressão da consciência dilacerada de Euclides. Essa reviravolta ocorre, como vimos, quando descobre a si mesmo como parte integrante do exército republicano em vias de chacinar o povo brasileiro — o mesmo exército que destronou o imperador e liquidou a escravidão. As crenças de Euclides fazem parte desse conglomerado: acredita no exército, na missão civilizadora dos militares, no progresso, na ciência, na República, na emancipação do cativo, na Revolução Francesa.

Ele vê, a si e aos outros, fazendo o papel de algoz. É incapaz de decidir, porque não se desliga inteiramente das crenças, nem do exército, de que aliás já estava reformado. Verificamos que às vezes toma o partido das tropas, às vezes dos canudenses: o que já é um grande avanço, porque aprendeu a admirar aquelas pessoas. Pessoas que tinham tudo para fazê-lo horrorizar-se, como todo o Brasil estava horrorizado, porque eram atrasadas, supersticiosas, beatas, milenaristas, messiânicas, analfabetas, mestiças, e só queriam rezar o dia inteiro. Coisas abomináveis para uma mentalidade progressista, republicana e laica.

Foi um esforço tremendo, algo admirável: ser capaz de aprender a respeitar os conselheiristas, compreender o que estava se passando com eles. É por isso que a linguagem de *Os Sertões* a certa altura começa a se impregnar da visão dos vencidos. Euclides adota em parte o ponto de vista deles e começa a ver aquele mundo, o Belo Monte, que ele batiza de Nova Jerusalém, como que reencantando pela fé.

E exatamente porque é incapaz de tomar um e um só partido, é que seu livro fica ainda mais interessante. Em suas páginas, o leitor acompanha o conflito e a tensão dentro de Euclides. Não é só na exterioridade de uma crônica da guerra que há conflito e tensão: também dentro dele há um esforço convulsivo para chegar a entender alguma coisa.

Quanto ao nível retórico, o livro é tão elaborado, tão sofisticado, mobiliza tantos conhecimentos... Fez sucesso, mas hoje eu me pergunto se *Os Sertões* não são daquelas grandes obras que todo mundo menciona, mas ninguém lê. Tenho a impressão de que *Os Sertões* são um pouco um fetiche, que é preciso exibir na estante. Quando eu era criança, estava presente na biblioteca da casa de meus pais e de toda casa a que eu ia. Hoje já nem tanto, há um aparelho de televisão no lugar antes ocupado por *Os Sertões*.

Retomando: é um pouco um fetiche da nacionalidade, da brasilidade, do bem-escrever, da bela fala, da retórica que nós tanto apreciamos no Brasil, ainda, apesar de tudo. Apesar de Machado de Assis, apesar da poesia de João Cabral de Mello Neto, apesar do imperialismo do audiovisual e do evangelho digital. A impenetrabilidade do discurso confere prestígio e o torna mais respeitável. Ao que parece, quem fala difícil está acima dos outros, é mais inteligente, sabe das coisas. Penso que tem muito a ver com a oralidade de nossa cultura.

~ O labor das letras

Grandiloquente e altissonante, *Os Sertões* instauram seu discurso na clave de uma *retórica do excesso*. Mesmo com o pano de fundo do parnasianismo, à época,

seu estilo já era um tanto arcaizante e retrógrado. Já havia Machado de Assis, que é mais limpo, no qual há uma estética do despojamento, ao passo que em Euclides há um pendor ao exagero, que vai acumulando as expressões e os pleonasmos. Nosso autor os corrige nas várias campanhas de emendas que efetuou nas diferentes edições, já que sua tendência natural era escrever “progrediu para adiante”. Sua índole é pleonástica.

Certamente mistura três estilos: naturalismo, parnasianismo e uma espécie de neo-romantismo, ou traços remanescentes do romantismo. Isso se verifica sobretudo, mas não só, na concepção do artista enquanto vate inspirado e visionário, defensor dos oprimidos. Como Castro Alves, que era portavoz dos escravos: Castro Alves também é excessivo — o que é uma tendência romântica. Consta-se em *Os Sertões* a preocupação científica do naturalismo e do determinismo, casados ao parnasianismo das descrições. A capacidade de Euclides para a descrição fotográfica e até cinematográfica é um traço parnasiano, pois foram os parnasianos que tornaram a visualidade prioritária. A visualidade em Euclides é parnasiana, porém mesclada de emoção; ele é apaixonado, não tem a isenção parnasiana. Nele o parnasianismo, devido à impregnação da vertente romântica, torna-se emotivo.

Do ponto de vista dos gêneros, trata-se de uma narrativa, um *epos*, mas de guerra. Esta, por natureza, se expressa no gênero dramático, que é o modo do conflito. Em qualquer peça de teatro há um conflito entre duas pessoas, ou entre dois partidos, ou entre duas famílias. Como narrativa de guerra, embora seja substantivamente um *epos*, adjetivamente o livro mobiliza recursos do gênero dramático. Há dois gêneros literários, um brigando com o outro, e isso somado aos três estilos.

Acrescente-se o que se pode chamar de ambição enciclopédica, pois Euclides tende ao enciclopedismo e ao ensaísmo. De vez em quando nosso autor suspende a narrativa e elabora um pequeno ensaio sobre algum tema, sobre a gênese do mestiço, por exemplo, ou sobre o cristianismo primitivo. Por isso, trata-se de um livro de composição muito complexa, muito desigual, muito irregular. Tanto mais fascinante.

É uma proeza que nosso autor não se tenha perdido em meio aos materiais que mobilizou e aos recursos retóricos. Leu tantos livros que não conseguiu chegar a uma síntese, fazendo paráfrases das teorias contidas nessas páginas, paráfrases que se contradizem e que se armam em antíteses. E, não sabendo como solucionar o impasse, segue em frente.

Mas a dificuldade de chegar a uma síntese também pode ser sintoma do dilaceramento interno. Por isso Euclides trabalha com antinomias, paradoxos, antíteses e oximoros sem cessar, à cata de oposições. Quando escreve um longo trecho sobre o sertanejo, tem que escrever outro sobre o gaúcho. E no fim das contas, quem vem a ser tão grande quanto Antonio Conselheiro? Só Euclides da Cunha, o autor do livro, o vingador dessa gente. No fundo, o herói do livro é o próprio Euclides.

~ A aura dos canudenses

Os conselheiristas de Canudos recolheram-se, embrenharam-se pelos sertões e escalaram as serras, indo se esconder para proteger-se da hostilidade circundante — em vão.

E isso, apesar de terem criado em Canudos uma organização social mais do que contestatária. Não era viável e não ia chegar longe, evidentemente, como de fato não chegou. Mas, de uma maneira ou de outra, conseguiram esboçar uma alternativa.

Quem é que mandava no sertão? O fazendeiro, o padre e o delegado de polícia: essas eram as autoridades. Os canudenses escaparam dessas autoridades, substituindo-as por Antonio Conselheiro, que as reunia em si. Alimentaram a ilusão de que aquilo poderia ser perene. Subtraíram-se por algum tempo ao regime de propriedade, ao regime de trabalho e ao regime do simbólico. Era uma utopia, mas é notável o que alcançaram.

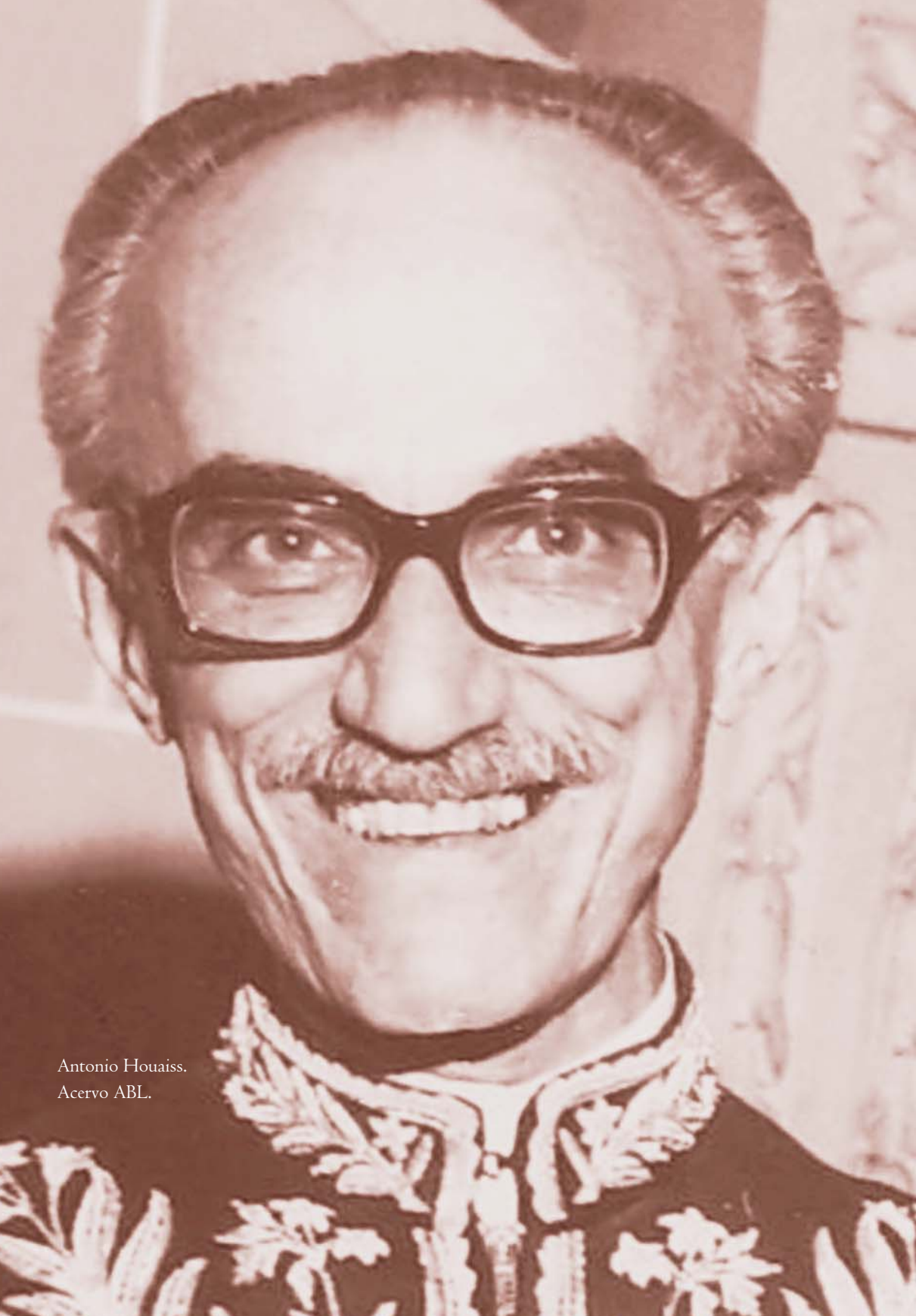
Assim se explica a resistência ao assédio militar, quando preferiram morrer lá dentro. Tinham algo pelo que morrer, era uma criação deles, coletiva, me-

lhor do que seria a vida fora dali. Melhor do que era antes e certamente do que se tornou depois, para as mulheres e crianças sobreviventes, que voltaram a ser semiescravos. Os órfãos foram adotados pelos militares, tornando-se um costume geral levar um jaguncinho de lembrança.

Os trabalhadores que constituíram Canudos eram praticamente escravos, trabalhavam em troca de comida, não tinham nem salário. Eles fugiam das fazendas e se dirigiam ao arraial para serem homens livres. As fazendas esvaziaram-se e os proprietários se amedrontaram. Na correspondência do barão de Jeremoabo, o latifundiário da região e dono de 61 fazendas, acompanha-se esse movimento. Os senhores avisavam uns aos outros que havia êxodo de empregados e que suas propriedades começavam a se despovoar, numa primeira fase. Na segunda fase, quando Canudos já está repleta e a mão de obra sumira, eles passam a temer que os canudenses extravasem do arraial para invadir e ocupar as fazendas. De fato, nunca efetuaram ocupações, mas os proprietários espalharam que os conselheiristas iam tomar as fazendas e proceder a um morticínio.

~ Tarefas sem fim

Para mostrar, mais uma vez, como um trabalho puxa outro: há tempos estou juntando a correspondência passiva de Euclides, ou seja, as missivas que recebeu. É preciso editá-las, para aquilatar melhor o diálogo implícito, definindo o que os destinatários lhe respondiam e esmiuçando o contexto. Só que o tempo anda escasso para levar a tarefa avante. Essas coisas não têm fim: quando abro os olhos, já se passaram trinta anos. Publiquei uma montanha de coisas, é trabalho que rendeu, mas nunca pensei em enveredar por um tal universo e nisso empenhar tantos anos de minha vida. E ainda não posso dar as tarefas por encerradas.



Antonio Houaiss.
Acervo ABL.

Antonio Houaiss

RENATO KOVACH

Em primeiro lugar, desejo agradecer à Academia Brasileira de Letras o honroso convite para participar deste evento, desta emoção que Antonio Houaiss produz em todos nós. Aqui se encontram oito pessoas para evocá-lo e rememorar a falta que ele nos faz após 10 anos de sua partida em 07 março de 1999, aos 83 anos e cinco meses. Somos oito, mas poderíamos ser muitíssimo mais numerosos, para falar de sua personalidade poliédrica – evitando o repetido adjetivo “multifacetado”.

E por que da minha presença nesta homenagem que nos remete ao vazio que nos deixou? Em primeiro lugar, crédito à dedicação com que me honrou, seu médico por quase três décadas, no livro comemorativo dos 80 anos. Assim se referiu a mim: “A quem devo neste octogésimo ano”! Depois, porque, se iniciamos nosso contato como uma relação médico-paciente em 1971, a evolução dos acontecimentos levou-nos a uma amizade crescente e consolidada, sobretudo com a terrível doença e falecimento de

Graduado em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista do programa Life Insurance New York. Residência em Clínica Médica no Atlantic City Hospital e na Georgetown University Hospital. Bolsista do CNPq na Georgetown University Medical Center. Fellow em Nefrologia no National Institute of Health e na Georgetown University. Fellow e mestrado em Cardiologia na Georgetown University. Membro da New York Academy of Sciences.

* Mesa-redonda em 26.II.2009.

Ruth em 1988. Via-o na década de 70, em ocasiões no Leme, quando visitava Dorita de Sá, editora da Enciclopédia Britânica. Encontrei o grupo de trabalho com Houaiss, em que participavam Francisco de Assis Barbosa, José Honório Rodrigues e outros. Sempre acompanhei de perto sua devoção ao trabalho, à minúcia, à sede de justiça e de ética, sua luta pela liberdade, dignidade e igualdade do ser humano. Via-o muitas vezes aqui na Academia, no andar em que se reunia com sua equipe no preparo da Enciclopédia, com Mauro Villar, seu sobrinho, à testa. Não tinha medo de colocar em jogo sua própria vida, na luta pela elevação da cidadania, do ser humano e da melhoria na qualidade de vida. Apaixonado por causas nobres, tinha a coragem das atitudes com convicção profunda. Tornou-se um *workaholic* e pagou caro em muitos episódios marcantes de sua vida, pela intensidade de suas convicções e qualificações.

Sem dúvida, as úlceras hemorrágicas do aparelho digestivo foram um dos exemplos. A primeira redundou em ressecção de 2/3 do estômago, acarretando sérios obstáculos a seus prazeres gastronômicos. Isto aconteceu quando era ainda muito moço. Como sequela, uma aderência lhe produziu oclusão intestinal em 1976. Foi diagnóstico feito por telefone, quando Ruth me relatou os sintomas. Mandeí a ambulância do Hospital Silvestre levá-lo quase que diretamente à sala de cirurgia, onde já o aguardava o cirurgião Renato Bandeira, que o operou de emergência após confirmação radiológica do quadro. Seguiram-se diversos outros eventos de sangramento gástrico, alguns não passaram de sustos. Não era um cumpridor da rotina correta de dieta, para dizer o mínimo... Outro momento trágico foi a fratura de colo de fêmur em 1989, quando seu nome havia sido indicado para a chapa, como vice-presidente na campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Vejam, portanto, os senhores que a minha perspectiva sobre a personalidade de houaissiana é a dos momentos de sofrimento, com o panorama visto nos momentos de dor e angústia. Também foi uma liderança incontestada na luta pelos direitos dos associados do Seguro de Saúde do Hospital Adventista Silvestre, por ocasião do afastamento do Dr. Renato Bandeira e outros médicos do

staff. Mas o episódio fundamental foi a doença de Ruth, sua extraordinária companheira de trabalho e de lutas ideológicas.

A doença de Ruth foi detectada em 03.II.1987. Na noite anterior, Dia de Finados, me telefonou. Tinha um gânglio no pescoço e infelizmente, em fumante inveterada que sempre fora, redundou em evolução maligna terminada em 04 de julho de 1988, após sofrimento intenso para os dois, pois Antonio não mediu esforços à procura de tratamento eficaz. Excelentes oncologistas cuidaram-na com desvelo, inclusive um brasileiro que era do *staff* do Hospital Johns Hopkins e que veio algumas vezes visitá-la, junto com seus colegas do Rio. Tudo, porém, em vão, e com isto se abriu enorme vácuo na existência de Antonio.

Foi quando iniciamos uma verdadeira força-tarefa para manter acesa a chama vital do nosso mestre, com visitas sortidas e frequentes, e sobretudo encontros gastronômicos que incluíam amiúde o Albamar, o Rio Minho, o Alfaia e tantos outros restaurantes, em companhia de Roberto Amaral, Evandro Lins e Silva, Jamil Haddad, Afonso Arinos Filho, Francisco Melo Franco e inúmeros outros colegas diplomatas, companheiros do PSB. Às vezes, vinha o Claude Troigros à casa de Antonio e juntos faziam seus pratos prediletos. Guilherme de Figueiredo descreveu Houaiss como o “hedonista da gastronomia”. Gostava do famoso queijo da Serra da Estrela, criou-se a “lagosta à Houaiss” em sua homenagem, e era um profundo conhecedor de vinhos e cervejas, a ponto de publicar um livro sobre a produção desta última.

Suas inúmeras facetas e interesses fizeram dele professor, depois veio a ser conferencista, escritor, artesão do vocábulo, jornalista, crítico literário, filólogo e linguista, sociólogo e filósofo, tradutor de *Ulisses* de Joyce, enciclopedista, lexicógrafo e lexicólogo, diplomata, cientista político e político socialista militante. No período em que fez parte da delegação brasileira na ONU, entre 60 e 64, exerceu enorme influência sobre os diplomatas dos países colonizados e terceiro-mundistas, quando esteve sob o comando do Embaixador Afonso Arinos e com inúmeros outros delegados, inclusive Josué de Castro e Francisco Mello Franco. Foi um lutador pertinaz e ícone da unificação da ortografia

nos países lusófonos. Além disso, sofreu perseguições e processos, frutos de total inveja, sendo que nos anos 50 foi excluído da carreira diplomática e depois reintegrado a ela. Nos anos 60, durante a ditadura militar, foi novamente atingido por perseguição política, que o fez sofrer física e emocionalmente, tendo sido, de certo modo, um Capitão Dreyfus brasileiro, com a especial característica de ter sido ele mesmo o seu Émile Zola do “*J'accuse*”, pois escreveu sua própria defesa no livreto com este mesmo nome: “A Defesa”. Foi reconduzido ao Itamarati como embaixador. Persistiu na brilhante missão de dirigente do Partido Socialista, junto com Roberto Amaral e Miguel Arraes. Foi guindado, na política, ao Ministério da Cultura, no governo Itamar Franco, com verba ínfima de 0,03%, lutando com denodo para ampliá-la. Abriu caminhos essenciais à reestruturação do Cinema Novo e da organização do Patrimônio Histórico e Cultural do país. Ficou menos de um ano no cargo, por razões médicas e políticas. Em suma, Houaiss foi um grande humanista brasileiro.

Fiz um verdadeiro curso de pós-graduação na Universidade da Vida, tendo como principal mentor Antonio Houaiss, o cidadão do mundo. Só fiz aprender com tamanha qualidade de humanismo, de ética, de abnegação e de amor ao próximo. Embora se considerasse agnóstico, eu o julgava um homem de fé, sobretudo no ser humano. Cultivava a humildade e a esperança. Lembrava um Gandhi em muitos sentidos. Creio que, nas suas últimas meditações, mostrou-se desejoso de chegar-se a uma religião. Sua sensibilidade maior era pela linguagem falada e escrita, daí o seu amor às letras. Talvez tenha, além de sua obra ensaística, política e enciclopédica, o maior número de apresentações em “orelha” de livros publicados por diversos autores, tanto estreantes como já consagrados. Tinha, além das letras, muita sensibilidade para o pictórico, ou seja, pinturas, desenhos, esculturas, fotografias e cinema. Não tinha especial atração pela música, o que me chamava a atenção. Mas não se pode ser tudo.

Era também particularmente sedutor no contato humano, e é bom não ressaltar demais este atributo. Apesar de sua presença física frágil, era dotado de mente poderosa e envolvente. Não por acaso os amigos de fala inglesa pronunciavam seu sobrenome como *Wise* (Sábio), em vez do complicado Houaiss.

Aprendi também a respeitar o seu estoicismo nos momentos graves, tristes e sofridos de sua existência. Isto para não lembrar os últimos três meses passados no Hospital Silvestre, quando lutei com todas as minhas forças de amigo e de médico para conseguir encorpar aquele organismo tão fragilizado pela dificuldade de deglutição, que lhe causava aspiração de resíduos alimentares para o interior das vias aéreas e pulmões. Era o quadro clínico das pneumonias de repetição de fase final.

Como corolário deste longo convívio, tanto em momentos felizes como em outros dramáticos, pergunto-me: fiquei com alguma imagem de amargura ao lembrá-lo? Muito pelo contrário. Foi captada pela minha retina e na área de minha memória a figura do homem refinado, delicado, alegre, excelente *causeur*, contador de casos, verídicos ou anedóticos, com muita verve no *jeu de mots*, versátil ao extremo, doador de bondades e preocupações com o outro. Dele recebi inúmeras gentilezas, em forma de livros, e um quadro maravilhoso que o faz ser lembrado, todos os dias, ao entrar na minha sala de visitas. É uma descrição muito sucinta do que representaram os quase 30 anos de verdadeira fraternidade entre nós. Em conclusão, foi um eterno presente para a minha pessoa.



Exposição: Euclides da Cunha, Um brasileiro.
Foto de Vicente de Mello.

horas de estudo e puer
nas aulas. Assim, am
tempo para luncas
prim do anno com fo

Euclides da Cunha e o pensamento social no Brasil

NÍSIA TRINDADE LIMA

Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde e Editora Científica da Editora Fiocruz.

O centenário da morte de Euclides da Cunha revelou-se um momento ímpar de discussões sobre a contribuição intelectual desse consagrado intérprete do Brasil. Durante as comemorações chegou-se mesmo a falar em cem anos com Euclides da Cunha¹, o que resume de modo sensível a presença do autor de *Os Sertões* na imaginação social sobre o país.

Mas quais as razões de tal permanência? Uma explicação apresentada por alguns analistas, e especialmente no livro escrito por Regina Abreu (1998) sobre a consagração de *Os Sertões*, a atribui ao trabalho incessante de preservação da memória euclidiana tanto pelos intelectuais de seu tempo como pelas gerações seguintes, algo que também poderia ser ob-

* Texto apresentado no *Ciclo de Conferências do Centenário da Morte de Euclides da Cunha*, na Academia Brasileira de Letras, em 8 de setembro de 2009.

¹ Este foi o título de sessão comemorativa organizada pelo CPDOC/FGV em 2009 e que contou com minha participação e da antropóloga Regina Abreu.

servado com respeito às inúmeras atividades deste centenário. Interessante caso de um mestre que, se não fez escola, fez discípulos e teve na pena de Francisco Venancio Filho, Edgard Sussekind de Mendonça, Oswaldo Galloti, Olimpio de Sousa Andrade, e tantos os que se dedicaram a difundir e avaliar seu legado, importantes propagadores. Mas, não obstante a inegável importância de tal processo de consagração ao longo de décadas, considero que nas contribuições substantivas da obra encontra-se uma importante resposta para se entender sua permanência. A recepção e os novos significados a ela atribuídos no curso desses cem anos precisam ser considerados em diálogo com os próprios textos euclidianos.

Claro também que essa presença não esteve infensa a críticas negativas tanto ao estilo que não agradou a Joaquim Nabuco, por exemplo, para quem a leitura de *Os Sertões* o fez pensar em uma escrita rude, agreste, feita com um cipó, como aos argumentos deterministas e ao que muitos apontaram como a mitificação do sertanejo. Os vários estudos que destoam de uma aparente unanimidade indicam também a força social das ideias mobilizadas por Euclides da Cunha.

Um aspecto importante tanto em *Os Sertões* como nos escritos amazônicos reunidos em *Contrastes e Confrontos* e *À Margem da História* consiste no amplo acervo dos conhecimentos mobilizados – das ciências naturais à literatura. A polissemia dos textos corresponde também à diversidade da experiência profissional e pessoal do autor – homem de ciências e de letras –, característica, aliás, que não era incomum em sua época (Sá, 2006). Dessa forma, a depender do analista e da questão selecionada, é possível realçar o engenheiro, o militar, o geólogo, o autor de ficção e poesia e, no caso desta comunicação, o intérprete do Brasil.

De fato, não há qualquer novidade em se mencionar o autor de *Os Sertões* como cientista social e sua obra prima como livro de sociologia. Walnice Galvão, por exemplo, durante este ciclo de conferências referiu-se a tal perspectiva, reportando-se ao volume sobre Euclides da Cunha na coleção *Grandes Cientistas Sociais* (Galvão, 1984). Já em 1906, Sílvio Romero, em seu discurso de recepção àquele intelectual nesta Casa, qualificou o texto sobre a Guerra de Canudos como um trabalho de sociologia e não como obra exclusivamente literária ou como panfleto político. Em suas palavras:

“a intelectualidade local, para exorcizar a denúncia que contém, definiu a obra como arte literária: [...] a crítica indígena não vos compreendeu cabalmente. Tomou o vosso livro por um produto meramente literário [...]. Viu nele apenas as cintilações de estilo [...], considerou-o ao demais como uma espécie de oposição política [...]. Vosso livro não é um produto de literatura fácil, ou de politiquismos inquietos. É um sério e fundo estudo social de nosso povo”. (Romero, 2005, p 286).

Para Romero a natureza sociológica era contraposta à literária, que não é o ponto de vista aqui adotado. A qualidade maior de *Os Sertões* está exatamente neste consórcio entre ciência e arte, e, mesmo no âmbito das ciências sociais, a força expressiva da linguagem não é questão de menor importância, quer no passado, quer em nossa contemporaneidade. Ademais, ainda que à época de Euclides da Cunha tenha se verificado todo um esforço de especialização da ciência e sua diferenciação com relação ao mundo das letras, o consórcio a que me referi caracterizou a obra de muitos outros autores de seu tempo (Sá, 2006).

Neste texto considero a obra de Euclides da Cunha como um marco na abordagem dos contrastes nacionais e da percepção de conflitos e antagonismos como característica do processo de formação histórica e da reflexão intelectual sobre o país. Pretendo também apresentar evidências de como, sobretudo, *Os Sertões* esteve presente na imaginação social e política sobre o país, desde as duas primeiras décadas do século XX, e na agenda das ciências sociais brasileiras em um período crucial de sua formação, durante os anos de 1940 a 1960.

~ O argumento sociológico de *Os Sertões*

Muitas páginas já foram e continuam a ser escritas sobre o evolucionismo e o determinismo biológico/racial e geográfico na obra de Euclides da Cunha, em *Os Sertões* em particular. Afirma-se a influência do filósofo polonês Gumpowicz com sua teoria sobre o conflito das raças e a dos textos do historiador

inglês Henry Buckle sobre o papel dos fatores geográficos, sobretudo do clima, na formação e no desenvolvimento dos grupos humanos.

Entretanto, não é adequado apontar uma apropriação acrítica de teorias deterministas sobre o meio físico ou sobre raça e mestiçagem, tanto em relação a Euclides da Cunha como a outros pensadores brasileiros de fins do século XIX e início do XX, a exemplo, entre outros, de Sílvio Romero, Manuel Bonfim e Alberto Torres. Em todos, verificaram-se leituras seletivas e que indicavam caminhos próprios de interpretação dos problemas identificados no passado nacional; um recurso à história na busca de caminhos de construção de alternativas para o presente e o futuro do que entendiam como uma nacionalidade em formação (Carvalho, 1994).

Percebem-se, no caso de *Os Sertões*, além das passagens que denotam a adesão às visões deterministas de sua época, outros fatores que, de algum modo, o levam a superá-las: a ênfase na importância das circunstâncias, no transformismo e na variabilidade. No que se refere às circunstâncias, evidencia-se na obra euclidiana o peso dos fatores contingentes que levariam a constantes transformações dos cenários e personagens com que lidava o autor. É o que revela o jogo de contrastes que utiliza para caracterizar o sertanejo: “É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos.” (Cunha, 1966a, p. 179).

E em outra passagem:

“Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude [...]. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso [...]. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear de energias adormecidas [...] e da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.” (Cunha, 1966a, p.180).

Um desses momentos de transformação é descrito com rara sensibilidade poética no “Estouro da Boiada”, trecho em que a transformação do sertanejo em um ser heroico constitui uma das mais belas páginas de *Os Sertões*.

Ao lado da importância das circunstâncias e do transformismo, verifica-se a ênfase na variabilidade física do meio, decorrência da peculiaridade da geografia brasileira. Daí o autor criticar a perspectiva de Buckle, incapaz, segundo ele, de captar essa variabilidade. Entre os principais fatores geográficos, Euclides da Cunha irá apontar o papel da Serra do Mar como isolador étnico e histórico, uma imagem retomada por vários autores, inclusive por Dinah Silveira de Queiroz em seu romance *A Muralha*.

Também será enfatizada a variabilidade dos tipos antropológicos, como decorrência da miscigenação. É o que se lê na segunda parte de *Os Sertões* – intitulada “O Homem”. Nela encontra-se, além da conhecida passagem em que se enuncia a visão negativa sobre a mestiçagem “extremada”, vista como retrocesso, uma ampla discussão sobre essa variabilidade e seus efeitos históricos. É curioso lembrar que Euclides denomina aquele trecho, inspirado na obra de Nina Rodrigues, de “um parêntesis irritante”.

Mas logo chegamos ao cerne do que estou considerando seu argumento sociológico. Após a passagem mencionada, o autor afirma que a observação cuidadosa do sertanejo do norte mostraria atenuado aquele antagonismo de tendências, pois o sertanejo “é um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram na fase delicadíssima de sua formação das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo”. (Cunha, 1966a, 178).

Interessante que mesmo a condição de retrógrado é vista de forma ambivalente: negativa no que se refere ao modo como Euclides interpretava a religiosidade popular de Canudos, por exemplo, mas positiva no que se refere a temas como autenticidade dos sertanejos e mesmo heroísmo, como vemos principalmente na parte final de *Os Sertões*.

Vale a pena também rever o trecho do livro no qual se apresenta uma de suas mais belas expressões literárias e sociológicas e que resume o argumento sobre o isolamento do sertanejo:

“Vivendo 400 anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos de vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República.

Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos.” (Cunha, 1966 a, p. 244)

Como observou Antonio Candido em *A Sociologia no Brasil*, da segregação geográfica e cultural, o autor de *Os Sertões* parte para apontar a situação de conflito entre a cultura sertaneja e a que se desenvolvia nas regiões litorâneas. Segundo este autor, Euclides da Cunha teria esboçado, a partir da experiência de Canudos, as bases de uma teoria, salientando o significado social da coexistência de dois Brasis “cujas relações poderiam tomar periodicamente um sentido de grande tragédia coletiva, se não se desenvolvesse uma política adequada para superar a distância entre ambos.”² (Candido, 2006, p. 278).

A matriz dualista, de tanta expressão e influência no pensamento social brasileiro, encontra-se também em outras obras de Euclides da Cunha, além de *Os Sertões*. Vale a pena trazer ao debate o artigo “Da Independência à República”, publicado originalmente em 1900 e depois reeditado em *À Margem da História* (Cunha, 1966b). Um dos pontos centrais que dele pode ser extraído é a ideia segundo a qual o período da Independência à proclamação da República pode ser melhor compreendido quando levamos em conta as contradições de uma sociedade que, sustentada pela ordem escravista, necessitava superar o localismo e a fragmentação dela decorrentes. Daí ser possível afirmar como legado do século XIX a invenção política do Brasil, e é esta a tese central implícita na obra de Euclides da Cunha.

² O artigo de Antonio Candido foi publicado originalmente em 1959 na *Enciclopédia Delta-Larousse* (Rio de Janeiro, Delta S.A, p. 2216-32).

À semelhança de outros autores, Euclides da Cunha refletiu sobre os dois temas que marcaram a produção intelectual durante o século XIX: de que modo organizar o novo Estado e como organizar politicamente a sociedade que se formava (Santos, 2002). Foi neste texto que Euclides observou a precdência do Estado sobre a organização da sociedade como uma das principais características de nossa formação histórica, afirmando ser o Brasil uma nacionalidade criada por uma teoria política.

Nele também está presente a célebre imagem da dualidade básica da sociedade brasileira: um Brasil do litoral, um Brasil dos sertões. No artigo em pauta, atribuiria a esse fato a explicação para alguns conflitos regionais durante o Império, como foi o caso da Cabanagem, uma espécie de prefiguração do que ocorreria em Canudos:

“Simbolizava o repontar da questão mais séria, que passou despercebida à sua visão aguda, e se destinava a permanecer na sombra até nossos dias. [...] Era o crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e os do litoral. O raio civilizador refrangia na costa. Deixava na penumbra os planaltos. O maciço de continente compacto e vasto talhava uma fisionomia dupla à nacionalidade nascente [...]. Ao ‘cabano’ se ajuntariam com o correr do tempo o ‘balaio’ no Maranhão, o ‘chimango’ no Ceará, o ‘cangaceiro’ em Pernambuco, nomes diversos de uma diátese social única, que chegaria até hoje, projetando nos deslumbramentos da República a *silhouette* trágica do jagunço”. (Cunha b, 1966, p. 351).

Este contraste entre litoral e sertão – ora tensão entre civilização e barbárie, ora entre elementos alheios, cópia de outras civilizações, e os elementos virtualmente constitutivos de uma autêntica nacionalidade – está presente em ambos os textos e remete-nos ao debate sobre a ideia do contraste tipológico entre duas ordens sociais proposto por Robert Nisbet (1980) em sua análise sobre o surgimento dos argumentos sociológicos na Europa. Nisbet afirma que foram os conservadores, no âmbito de uma disputa entre diferen-

tes versões relativas ao processo revolucionário francês, os que primeiro conceberam a Revolução como um desfecho dramático e violento ao longo processo de transformações por que passava a vida social francesa sob o Antigo Regime. E, a partir de tal compreensão, problematizaram o individualismo e o rompimento com a tradição, estabelecendo as bases para a crítica sociológica do mundo moderno.

De acordo com Nisbet, a reação conservadora teve profundas implicações para a análise social, influenciando as abordagens de liberais e socialistas, especialmente por meio da tipologia que se ocupa da distinção entre tradição e modernidade. Poucas perspectivas seriam tão dominantes na sociologia quanto o contraste tipológico de duas ordens sociais, como demonstram, entre outras, as oposições entre *status* e contrato (Henry Maine); aristocracia e democracia (Tocqueville); feudalismo e capitalismo (Marx); comunidade e sociedade (Tonies).

No caso brasileiro, a interpretação sobre o contraste entre dois tipos de ordem social não ocorreu predominantemente entre duas fases historicamente sucessivas, mas entre duas ordens que conviveriam por longo período de tempo, contemporâneas, porém distantes culturalmente. Refiro-me à imagem dos dois Brasis, título de conhecido livro de Jacques Lambert, publicado em 1959, que sublinhou não ser tal divisão oriunda de fatores raciais ou étnicos, mas fundamentalmente econômicos e políticos. A obra de Euclides da Cunha, ainda que não tenha sido a primeira a pensar o Brasil como nação dividida, pois encontramos mesmo a ideia de um antagonismo entre litoral e sertão em diversos autores oitocentistas, entre eles José Paulino de Souza, o Visconde de Uruguai, pode ser considerada a principal contribuição na gênese dessa matriz dualista de interpretação da sociedade brasileira.

Em síntese, duas ideias básicas constituem em *Os Sertões* o núcleo de um argumento sobre o Brasil: o isolamento do sertanejo e a alienação das elites diante do desequilíbrio entre litoral e sertão e da própria formação histórico-social do país. Delas decorreu a persistente representação dualista do Brasil (Lima, 2002, 1999). Antes de discutir os ecos da tese do isolamento do sertanejo e da existência de dois Brasis, um breve parêntesis.

Por pensamento social no Brasil tem-se compreendido a produção intelectual em sentido amplo, incluída a expressão artística, dedicada a analisar o modo como a sociedade brasileira foi e continua a ser interpretada. Um dos grandes temas em debate consiste na adequação em se estabelecer um divisor de águas entre o que se convencionou denominar tradição ensaística brasileira, na qual sobressaem nomes como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Manuel Bonfim, Alberto Torres, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros, e a produção intelectual gestada a partir da década de 1940 e moldada pelos cânones acadêmicos de uma ciência social institucionalizada nas universidades como área específica de conhecimento, a partir da década de 1930.³ Como vou procurar demonstrar, há importantes continuidades entre esses momentos, e Euclides da Cunha, com todas as peculiaridades de seu estilo literário e científico, manteve-se como um autor de referência para a recorrente pergunta sobre que país é este.

~ Influência de Euclides da Cunha no pensamento social da Primeira República

Para ampliar a compreensão sobre os ecos da contribuição intelectual de Euclides da Cunha e de sua característica de “revelador da realidade nacional”, como tão bem apontou Gilberto Freyre (1966), faz-se importante inicialmente considerar a força da ideia do isolamento do sertanejo na elaboração de novas imagens do Brasil e dos sertões durante a Primeira República.

Os primeiros anos da República foram palco de um expressivo movimento de valorização do sertão, seja como espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas, seja como referência de autenticidade nacional (Lima, 1999; Lima e Hochman, 1996). Aquele foi um contexto no qual ocorreram importantes viagens científicas destinadas a acompanhar projetos de ex-

³ Ver a respeito Miceli, 1989; Santos, 2002; Oliveira, 1995; Lima, 1999; Villas Bôas, 2006).

pansão da infraestrutura de transportes, como a extensão das linhas férreas e de desenvolvimento regional, a exemplo das viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz e as da Comissão Estratégica de Construção de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, a célebre Comissão Rondon. Nos textos referidos aos relatórios dessas viagens, seriam inúmeros os ecos da imagem euclidiana sobre o isolamento do sertanejo e, devido à sua ampla repercussão na formação de um imaginário sobre o Brasil, vale a pena considerá-la ainda que sucintamente.

As primeiras viagens científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz ocorreram quando a instituição já se consolidara como centro de pesquisa experimental (Thielen *et. al.*, 2002; Lima, 1999; Lima & Hochman, 1996; Stepan, 1976). Inicialmente destinaram-se ao desenvolvimento de trabalhos profiláticos, sobretudo de combate à malária, no âmbito de ações relacionadas às atividades exportadoras, base da economia do país: construção de ferrovias; saneamento dos portos; estudos voltados ao desenvolvimento da extração da borracha na Amazônia. Na década de 1910, importantes viagens ocorreram por requisição da Inspetoria de Obras contra as Secas. Seus objetivos consistiam em realizar levantamentos das condições sanitárias e socioeconômicas das regiões cruzadas pelo Rio São Francisco e de outras áreas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Entre essas, a de maior repercussão foi a organizada por Arthur Neiva e Belisário Penna, em 1912, cujo relatório, publicado quatro anos mais tarde nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, tornou-se um marco do pensamento sanitaria da Primeira República.

Foi-se delineando a imagem de um Brasil doente e questionando o discurso romântico sobre o sertão como espaço saudável. A repercussão do relatório de Neiva e Penna deve também ser relacionada ao clima político e intelectual vivido com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o que propiciou intenso debate sobre a questão nacional. Por outro lado, o imaginário sobre o sertão e a ideia da existência de dois países (o Brasil do litoral e o Brasil dos sertões) influenciavam sensivelmente os projetos intelectuais do período. A tese do isolamento do sertanejo, defendida por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, passou a

ser qualificada como abandono dos sertanejos pelo poder público, como defenderam os participantes do movimento sanitarista da Primeira República. Desse abandono resultaria o grave quadro de doenças endêmicas existente no país. A doença generalizada passou, então, a ser apontada como razão para o atraso nacional, permitindo que fossem revistas ideias sobre a inferioridade racial dos brasileiros (Lima, 1999; Lima e Hochman, 1996; Hochman, 1998; Santos, 1985, 1987 e 2002; Skidmore, 1993; Stepan, 1976).

Da leitura do relatório de Neiva e Penna e da análise de suas imagens fotográficas, fica claro que um dos principais objetivos da viagem consistiu em encontrar evidências que corroborassem a importância epidemiológica da doença de Chagas (Kropf, 2009). Acentua-se a imagem da doença generalizada, mas o que mais se ressalta é o atraso das populações – atraso de três séculos, como assinalam, em uma das várias referências implícitas a imagens presentes em *Os Sertões*.

É o que se verifica em trecho no qual os cientistas ressaltavam a falta de autoridade pública no que refere à garantia de direitos civis e sociais elementares:

“É uma região que, embora há séculos habitada, ainda se encontra impermeável ao progresso, vivendo seus habitantes como os povos primitivos. Vivem eles abandonados de toda e qualquer assistência, sem estradas, sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos ou higiênicos, contando exclusivamente com seus parquíssimos recursos, defendendo suas vidas e propriedades a bacamarte, sem proteção de espécie alguma, sabendo da existência de governos, porque se lhes cobram impostos de bezerros, de bois, de cavalos e burros.” (Neiva e Penna, 1916, p. 199).

Para a difusão dessas ideias muito contribuiu a publicação de artigos na imprensa, por Belisário Penna no jornal *Correio da Manhã* e por Monteiro Lobato em *O Estado de S. Paulo*. Os textos do primeiro foram republicados em 1918, no livro *Saneamento do Brasil*, porém a mais ampla divulgação decorreu dos escritos de Monteiro Lobato, reunidos em *Problema Vital*, no mesmo ano, com a inclu-

são de capítulo sobre a regeneração de Jeca Tatu, um de seus personagens mais conhecidos, representativo dos pobres, sobretudo dos lavradores e outros trabalhadores rurais, na literatura brasileira.

Nas décadas que se seguiram, estas fortes imagens continuaram a ser mobilizadas no debate intelectual e político sobre os rumos do Brasil, tão bem sintetizado na metáfora criada por Miguel Pereira: o Brasil como um imenso hospital. Evidenciam-se referências muito próximas a imagens e descrições presentes em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. A condição social do sertanejo, vista por aquele autor como de isolamento em relação à *civilização* do litoral, passou a ser qualificada principalmente como de *abandono* (Lima, 1999 e 2009).

Também as viagens da Comissão Rondon e os textos produzidos a partir dessas experiências foram cruciais para a formação de novas imagens sobre os sertões e o isolamento do sertanejo, em estreito diálogo com a interpretação de Euclides da Cunha. É o que se verifica, sobretudo, na obra de Roquette-Pinto, especialmente *Rondonia* (2005), livro cuja sétima edição foi publicada recentemente como fruto da cooperação entre a Editora Fiocruz e a Academia Brasileira de Letras.

Ativo participante dos movimentos nacionalistas que se intensificaram a partir das décadas de 1910 e 1920 e, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial, Roquette-Pinto teve os momentos iniciais de sua trajetória intelectual fortemente influenciados pela experiência de participar da Comissão Rondon e das correntes intelectuais que começaram a apontar, na ausência de políticas públicas nas áreas de saúde e educação, os verdadeiros obstáculos para a construção da nação brasileira (Lima, Santos e Coimbra Jr., 2005; Lima e Sá, 2008; Venancio Filho, 2005).

Um dos principais objetivos da viagem de Roquette-Pinto realizada em 1912 foi o estudo do povo Nambikwára, que nos anos imediatamente anteriores havia sido contatado por integrantes da Comissão Rondon. A leitura de *Rondonia* demonstra que seu autor transitou por muitos outros caminhos, e não somente aqueles da antropologia e da etnografia indígena (Lima, Santos e Coimbra Jr., 2005).

No prefácio da segunda edição de *Rondonia*, Roquette-Pinto afirma que seu objeto não era apenas o “homem primitivo”, o índio Paresí ou Nambikwára, mas também “os resultados da obra fecunda dos sertanejos do Brasil, dirigidos pelo ideal feito homem”. Dessa forma, além das discussões sobre a antropologia e a etnografia indígena, o livro retrata a preocupação com o que, em um artigo posterior, o antropólogo viria a chamar de “etnografia sertaneja” (Roquette-Pinto, 1927:299).

É no debate sobre o sertanejo como base da nacionalidade que *Rondonia* revela uma forte dimensão de crítica social. Ao mesmo tempo em que, através dos povos da Serra do Norte, Roquette-Pinto reflete acerca da humanidade de seu tempo, também elabora comentários sobre a situação geral do país e sobre as condições locais específicas associadas ao extrativismo da borracha. Em *Rondonia* são recorrentes imagens contrastantes, como aquela de um país cindido (litoral-sertão, cidade-interior, etc), com forte inspiração na obra de Euclides da Cunha, e em *Os Sertões* em particular (Lima, Santos e Coimbra Jr., 2005).

A partir da história de Benedito, seringueiro que encontrou em andrajos e faminto em sua incursão pelo vale do Rio Jurueña, Roquette-Pinto descreve as condições sub-humanas do regime de barracão a que estavam submetidos os trabalhadores dos seringais e observa a importância de registrar a experiência daquele seringueiro como um “caso clínico de patologia social”. Segundo o relato, Benedito havia trabalhado durante 14 anos na extração de borracha, sabia ler muito mal e era caboclo de “complexa mestiçagem”. Após reproduzir a relação dos itens de alimentação, vestuário e higiene fornecidos a título de empréstimo ao trabalhador e observar que ele já contraía dívida expressiva com o proprietário do seringal no ano anterior, Roquette-Pinto observa: “Eis aí o preço de um homem. Há uma diferença tão grande entre o que são os brasileiros das cidades e o que padecem as populações sertanejas, que até parecem habitantes de dois países diversos.” (Roquette-Pinto, 2005; p. 99).

Em outro texto – “Euclides da Cunha naturalista”, publicado em 1927 na coletânea *Seixos Rolados* – Roquette-Pinto detém-se novamente no tema de uma

etnografia sertaneja, observando a especial relação entre homem e natureza e a dificuldade do observador de outra cultura captá-la, descrevê-la e interpretá-la. O antropólogo oferece vários indícios de que o etnógrafo deveria ter a alma de um naturalista. Admirador do naturalista presente na obra de Goethe, a este compara Euclides da Cunha. Dessa forma, *Os Sertões* é definido como obra de etnografia sertaneja, entendida como o estudo do processo de formação da nacionalidade brasileira.

Para Roquette-Pinto, o sertanejo resultaria de complexo processo de mestiçagem que, no caso observado por Euclides da Cunha, em Canudos, contaria com forte presença do negro, aspecto, a seu ver, desconsiderado pelo autor de *Os Sertões*. De acordo com o antropólogo, a associação entre o sertanejo e a formação da nacionalidade se encontraria no encadeamento entre homem e ambiente, pois “seu tipo sublimou-se nessa completa adaptação às condições ecológicas: ele é um forte; representa um verdadeiro tipo de raça brasileira.” (1927, p. 296).

Faz-se necessária uma observação sobre o significado atribuído à palavra sertão durante o período em pauta, ressaltando-se que ele nunca teve precisão geográfica (Amado, 1995; Lima, 1999). O sentido metafórico evidencia-se na diversidade de lugares e contextos em que a palavra foi utilizada: para nomear o Oeste paulista nas primeiras décadas do século XX; a Amazônia; a cidade do Recife; a capitania de Minas Gerais; áreas do semiárido nordestino; o Norte de Goiás; e até mesmo subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Talvez sua melhor tradução possa ser encontrada em uma das mais expressivas imagens referidas ao movimento sanitarista da Primeira República, sugerida pelo médico e também Acadêmico Afrânio Peixoto (1922): o sertão no Brasil começaria onde terminava a Avenida Central, símbolo da reforma urbana e embelezamento do Rio de Janeiro. É a ideia de distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores que pode ser apontada como denominador comum dos diferentes usos para o vocábulo.

A partir das referências aos textos de importante viagem científica do Instituto Oswaldo Cruz e das viagens da Comissão Rondon, sobretudo *Ron-*

donia, de Roquette-Pinto, procurei demonstrar a força social das ideias mobilizadas por Euclides da Cunha e os novos significados atribuídos à tese sobre o isolamento do sertanejo e da reflexão sobre o Brasil a partir da categoria sertão.

No que se refere à produção intelectual de grandes interpretações da sociedade brasileira, durante as décadas de 1910 a 1940, chamaria ainda atenção para a importância de *Os Sertões* na formação de um estilo de trabalho intelectual, algo que foi apontado, segundo perspectivas distintas, por Antonio Candido, a cuja análise já fiz referência, e Wanderley Guilherme dos Santos (2002), que em *Paradigma e História: a Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira* assinalou este aspecto da contribuição de Euclides da Cunha. Segundo Santos:

“a análise de Euclides da Cunha abre caminho pelo qual vai enveredar número cada vez maior de analistas. As três décadas seguintes à publicação de *Os Sertões* testemunharão a crescente influência de escritores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Gilberto Amado, cuja característica teórica é a percepção de contrastes, oposições, polarizações.” (Santos, 2002, p. 47).

Portanto, essa presença de Euclides da Cunha verifica-se tanto na abordagem específica dos contrastes geográficos/culturais como no estilo de trabalho intelectual predominante nos livros de interpretação do Brasil.

~ Euclides da Cunha nas ciências sociais das décadas de 1940 e 1950

As ciências sociais institucionalizadas em ambiente universitário na década de 1930, após a criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e da Universidade de São Paulo, em 1934, viveram durante as décadas de 1940 e

1950 sob o signo da modernização, atentas fundamentalmente ao tema da mudança social e das resistências à mudança. E é neste sentido que podemos entender a leitura da obra de Euclides da Cunha naquele contexto. Pode-se afirmar que ela foi orientada por três temas chave: a dualidade litoral/sertão, vista como contraponto entre sociedade moderna e sociedade tradicional; o isolamento do sertanejo, ressignificado e problematizado nos trabalhos sobre populações rústicas; e a busca de uma perspectiva autônoma de interpretação do Brasil.

No que se refere ao primeiro tema, pode-se constatar sua relevância nas discussões sobre mudança dirigida ou provocada, uma das mais recorrentes nas ciências sociais durante as décadas de 1950 e 1960 e que se expressou de forma acentuada na primeira fase da obra do principal expoente da sociologia paulista, Florestan Fernandes (Arruda, 1996; Villas Bôas, 2006). Entre outros textos, é por meio de diálogo com o relatório da viagem empreendida ao Vale do Tocantins entre 1934 e 1938 por Julio Paternostro, médico do Serviço de Febre Amarela da Fundação Rockefeller, que Fernandes discute o antagonismo entre litoral e sertão e traz ao debate à contribuição de Euclides da Cunha. O relato da viagem de Julio Paternostro inspirou o livro *Viagem ao Tocantins*, publicado pela prestigiada *Coleção Brasileira* e apresentado no prefácio escrito por Roquette-Pinto como mais um momento de “redescoberta do Brasil” e de denúncia das precárias condições de vida no interior.

Em “Um retrato do Brasil”, Florestan Fernandes (1979) apoia-se naquele livro para discutir o significado da oposição entre litoral e sertão e indicar a necessidade de pesquisas feitas por especialistas sobre as populações e relações sociais no interior do país. O sociólogo paulista observa a pouca nitidez geográfica dos termos litoral e sertão, que apareceriam na verdade como expressão de certo tipo de formação social e cultural no qual o tempo, mais precisamente os contrastes entre várias fases históricas de uma civilização, seria variável mais significativa que o espaço. Não se tratava de distância geográfica, mas de distância cultural que se manifestava nos contrastes, ou, no limite, nos antagonismos e conflito entre civilização e “culturas de *folk*”. Referia-se Fernandes ao

conceito do antropólogo norte-americano Robert Redfield, bastante difundido à época (Fernandes, 1979, p. 123).

De acordo com o sociólogo, conformados pela tradição milhares de indivíduos viviam a vida dos séculos XVIII ou XIX e, no contato entre o civilizado do litoral e o homem sertanejo, o “pária da civilização”, como o chamou Pater-nostro, as atitudes variavam da simpatia à rejeição, mas eram marcadas por inegável etnocentrismo. E numa frase de forte apelo simbólico afirma: “A realidade cultural do Brasil é e será ainda durante alguns anos a descrita por Euclides da Cunha em *Os Sertões*.” (Fernandes, 1979, p. 125).

Em sua perspectiva, falar em antagonismo entre litoral e sertão implicava perceber as resistências à modernização e a necessidade de um papel ativo do cientista social no processo de “mudança dirigida” reclamado. Tratava-se, em síntese, de defender a adoção pelo governo e pelas administrações locais de técnicas sociais, informadas por trabalhos de especialistas da área de ciências sociais, capazes de subsidiar uma “uma política de controle e orientação, na medida do possível, dos processos sociais”. (Fernandes, 1979, p. 164). O sociólogo afirma que o problema da intervenção e do controle sobre processos sociais era constitutivo das ciências sociais que, em suas palavras, “nasceram e desenvolveram-se, sob o signo de Augusto Comte ou sob o signo de Karl Marx, com o duplo propósito do conhecimento exato da realidade social; e de seu domínio pelo homem.” (Fernandes, 1979, p. 161).

A modernização requeria recursos racionais de pensamento e ação e esbarrava em obstáculos de natureza cultural. Mesmo na cidade de São Paulo, com todo o avanço da urbanização e de uma mentalidade social a exigir planejamento racional, o irracional, segundo a ótica do sociólogo, continuaria a “possuir grande importância na vida cotidiana dos indivíduos”, indicando que a industrialização e a urbanização não teriam “eliminado, em cidades brasileiras, toda a herança cultural popular”, que se manifestava, entre outras esferas, “nas crenças religiosas ou mágico-religiosas.” (Fernandes, 1958, p. 185).

Esse tipo de reflexão e ênfase não foi, no entanto, exclusivo da sociologia de Florestan Fernandes. Como o próprio autor observa, um ponto de partida im-

portante pode ser encontrado na obra de um dos pioneiros do processo de institucionalização universitária das ciências sociais, Emílio Willems. Especialmente nos textos sobre assimilação e transformação cultural em comunidades de imigrantes e entre populações caboclas, um dos seus principais objetivos consistia na possibilidade de “introduzir maior uniformidade sociocultural na sociedade brasileira como um todo e um mínimo de integração social nas diversas aglomerações humanas regionais.” (Fernandes, 1958, p. 234). Florestan Fernandes atribui a Willems contribuição decisiva, por ter proposto, com maior exatidão científica, problemas referidos à ideia de preparar as novas gerações para uma “civilização em mudança” (Fernandes, 1958, p. 233).⁴ A influência da perspectiva e dos conceitos por ele propostos, especialmente o de *cultura rústica*, para a análise das novas leituras do dualismo litoral/sertão torna imprescindível, ainda que de forma sucinta, que se dê atenção a alguns aspectos de sua obra sociológica.

“Não existe um sistema de entendimentos que possa servir de base comum à civilização urbana e à multiplicidade das culturas sertanejas”. Este é um dos pontos centrais destacados por Emílio Willems em um de seus trabalhos menos conhecidos, dedicado ao “problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico.” (Willems, 1944, p. 9). O tema da distância cultural é enfatizado pelo autor que caracteriza o Brasil como um aglomerado de “culturas diversas que se localizam na mesma fronteira política” (p. 9). Passo a citar um trecho que considero bastante representativo:

“Se for traçada uma reta, no mapa do Brasil, ligando a cidade de São Paulo às cabeceiras do Xingu, no planalto mato-grossense, encontra-se, ladeando essa linha, uma série de agrupamentos humanos culturalmente muito heterogêneos. Numa extremidade está a metrópole moderna representando um tipo

⁴ O texto a que me refiro aparece como o capítulo VI de *A Etnologia e a Sociologia no Brasil* (São Paulo, Anhangüê, 1958), com o título “O Ensino da Sociologia na Escola Secundária Brasileira”. Foi apresentado originalmente como comunicação ao I Congresso Brasileiro de Sociologia (1954).

de civilização urbana que se está rapidamente difundindo em todas as zonas da Terra onde entrou a cultura ocidental [...].

Prosseguindo pela reta encontram-se, já bem mais distantes do ponto de partida, populações caboclas cuja vida parece decorrer em um mundo diferente do nosso. Pouco ou nada as liga ao mercado urbano. Não dependem dele e o uso que fazem do dinheiro é muito restrito[...]. Geralmente se é impiedoso com essas populações; aplicam-se-lhes epítetos como ‘atrasados’, ‘indolentes’[...]. Se se perguntar a um de seus indivíduos se conhece o nome do presidente da República, ele não entenderá bem o sentido da nossa pergunta. Pouco ou nada se incomodarão com o nosso conselho de curar ou evitar a anquilostomíase. Embora falem português, não parece fácil entender-se com eles.” (Willems, 1944, p. 8).

O conceito de cultura rústica proposto por Emílio Willems estará presente em diferentes trabalhos, entre os quais se destacam *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, e *O Campesinato Brasileiro*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Farei apenas breves observações a esse respeito.

Em *Os Parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido (1971) discute as transformações nos meios de vida e padrões de sociabilidade do caipira paulista tradicional, relacionando-as às mudanças socioculturais que acompanharam os processos de urbanização e industrialização no estado de São Paulo. O conceito de *cultura rústica* baliza a análise do autor, que acentua a necessidade de distingui-lo de *folk-culture*, pois, se em ambos se trata do tema do isolamento relativo e da incorporação e reinterpretação de traços culturais, que vão se alterando ao longo do contínuo rural-urbano, cultura rústica indica um padrão específico de contato interétnico e cultural. Entende, dessa forma, que,

“no caso brasileiro, rústico se traduz praticamente por caboclo no uso dos estudiosos, sendo provavelmente Emílio Willems o primeiro a utilizar de modo coerente a expressão cultura cabocla; e com efeito aquele termo exprime as modalidades étnicas e culturais do referido contacto do português com o novo meio.” (Candido, 1971, p. 22)

Assim como nos trabalhos de Emílio Willems, a análise de Antonio Candido aproxima a cultura cabocla do caipira à existência nômade ou seminômade, associada ao processo de conquista dos sertões.

O conceito de cultura rústica também esteve presente no desenvolvimento de pesquisas sobre o campesinato e os movimentos messiânicos no Brasil, que aparecem com relativo destaque na produção em ciências sociais no período que se estende de 1956 a 1964 (Villas Bôas, 2008). Percebe-se, nessa linha de investigação, uma preocupação comum aos estudos anteriormente citados: avaliar o impacto de mudanças socioculturais em populações sertanejas. Entre as principais obras que se dedicaram ao estudo desses movimentos, recorrendo ao conceito de cultura rústica, encontram-se as de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965, 1975).

Por cultura rústica, a autora compreende o “universo das culturas tradicionais”, as quais “resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígene”. Formada nos dois primeiros séculos da colonização, essa cultura rústica teria persistido através do tempo, “apresentando traços de cultura nativa misturados com traços das culturas negras, mas tudo vitoriosamente colorido com as tonalidades da componente portuguesa.” (Queiroz, 1965, pp. 140-141).

O que se percebe, através dos estudos sobre “grupos rústicos” realizados por Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, é a ênfase nas contradições presentes no processo de integração dessas populações à chamada civilização urbana. Em seus estudos, Maria Isaura chama atenção para o mito do isolamento desses grupos e as possibilidades diferentes de participação na economia e na vida social modernas. Certas formas de interação com os núcleos urbanos gerariam na verdade maior isolamento de sertanejos e caipiras, acarretando situações de decadência e miséria, mas essas não eram o resultado necessário do contato que, em determinadas situações, poderia favorecer o nível de vida e até mesmo a preservação dos padrões tradicionais de sociabilidade das assim chamadas sociedades rústicas. Verifica-se, assim, importante diálogo

crítico com a contribuição de Euclides da Cunha, considerando a força das ideias criadas pelo autor de *Os Sertões* e a necessidade mesmo de submetê-las à crítica e à pesquisa empírica, de modo a rever conceitos predefinidos sobre as populações sertanejas ou caboclas.

Como vimos, o dualismo litoral/sertão esteve presente na formação histórica das ciências sociais no Brasil, principalmente no que se refere às análises de mudança social. Discutia-se a distância entre os polos atrasado e moderno da economia e da sociedade brasileiras, muito embora, também durante esse período de 1945 a 1964, tenham surgido as primeiras críticas argutas à perspectiva dual dominante nos estudos sobre modernização e desenvolvimento.⁵

Outra forma de concebê-lo, que já se havia anunciado em momentos anteriores e na própria obra de Euclides da Cunha, inverte o sinal positivo atribuído ao litoral e às tendências modernizantes. Trata-se da leitura do dualismo litoral/sertão à luz da ideia que opõe civilização de copistas à civilização autêntica. O dualismo transforma-se, assim, em expressão de uma perspectiva intelectual sobre a sociedade brasileira, tal como se vê nos textos de Guerreiro Ramos. Para ele:

“A visão euclidiana do Brasil é [...] algo a restaurar, e implica uma altura do espírito que devem esforçar-se por atingir os novos sociólogos. Ela tornou dramaticamente perceptível a alienação da cultura brasileira. A campanha de Canudos, que Euclides estudou, é descrita em *Os Sertões* como um episódio em que esta alienação provocou conflito sangrento de brasileiros

⁵ O desenvolvimento e a urbanização são temas muito presentes, entre outros periódicos, na revista *América Latina*, periódico oficial do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, criado no Rio de Janeiro em 1957, e dirigido inicialmente por Luiz Aguiar da Costa Pinto. De acordo com Oliveira, a partir de meados dos anos de 1960, em vários artigos da revista, “o desenvolvimento começou a ser questionado em função da constatação empírica de que um país podia perfeitamente passar por um processo de intenso crescimento econômico, alcançar altos índices de industrialização e, ao mesmo tempo, continuar a viver com níveis elevados de miséria e de outros indicadores de subdesenvolvimento.” (1995, p. 279).

contra brasileiros, conflito que continua a ser hoje, em forma larvar, um dado ordinário da vida brasileira. [...] E nos dias presentes trava-se no âmbito das ciências sociais no Brasil uma luta decisiva entre o espírito euclidiano e o espírito litorâneo ou consular.” (Ramos, 1995, p. 175).

Tal perspectiva é, ao mesmo tempo, expressão dos dilemas vividos no processo de construção de identidade pelos intelectuais brasileiros. O drama de Euclides da Cunha, dos sanitaristas, de Roquette-Pinto, de sociólogos como Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos e de tantos outros intelectuais consistia também em saber de que forma se colocar diante do progresso ou da modernização da sociedade brasileira, tantos eram seus impasses, tantas as contradições e desconhecimento sobre esse “outro” que aparecia em suas reflexões, pesquisas e viagens como um “retardatário”, um “anemiado”, um participante de “cultura de *folk*” ou de “cultura rústica”.

As constantes retomadas da obra de Euclides da Cunha, as referências a um espírito ou ponto de vista euclidiano falam-nos de um conflito entre tradição e modernidade. Nos dias de hoje, com a intensificação do debate e da crítica à modernidade, *Os Sertões* é lido como obra precursora de tal crítica, apesar de suas várias referências ao caráter inevitável do progresso. Importa aqui lembrar que Euclides da Cunha, de forma absolutamente original, com todas as ambiguidades e tributo ao pensamento cientificista e às ideias de inferioridade racial, buscava empreender um esforço de integração territorial e social, base para que se transformasse a nação de ficção em realidade. Talvez seja o caso de lembrar a crítica euclidiana a uma sociedade que simplesmente “copiava”, de maneira superficial, os ditames da sociedade moderna, mantendo uma estrutura fundiária retrógrada e a ausência de políticas em áreas tão sensíveis como a saúde e a educação, como tantos intelectuais denunciaram desde fins do século XIX. Sociedade de contrastes, de antagonismos, de imensas distâncias sociais e culturais, sociedade que, para Florestan Fernandes, na década de 1950, ainda evocava a memória do conflito de Canudos.

~ Considerações finais

Se seguirmos no tempo a aventura de *Os Sertões*, constatamos *que esta obra* foi vista, desde sua publicação em 1902, como um grito de alerta para a elite política do país. Esta, assim como a intelectualidade, era com frequência caracterizada como superficial e presa a um cosmopolitismo de aparência, insensível à visão dos dramas sociais do sertão brasileiro. Como observou com acuidade Gilberto Freyre, tratou-se de uma obra de revelação e não de descrição e daí, para este autor, não deveríamos buscar nos textos euclidianos um retrato do Brasil, se por tal entendermos uma fotografia orientada pelo olhar naturalista, mas sim entender seu estilo como o de um pintor expressionista. Para Freyre, o que Euclides da Cunha fez foi intensificar a realidade, exagerá-la, tornando o que dela surgisse aos seus olhos e à sua sensibilidade como mais real do que a realidade. Portanto, Euclides não nos apresentaria sertanejos e seringueiros, mas imagens estilizadas a partir dos traços que mais pretendia fixar no leitor (Freyre, 1966). Podemos pensar que a estilização no domínio artístico esteve também presente no trabalho científico do autor e retomo, assim, minha observação inicial ao sublinhar a indissociabilidade das naturezas literária e sociológica de *Os Sertões*.

Minha intenção ao compartilhar tais ideias foi a de indicar questões que nos convidem a ler a obra euclidiana não apenas como a narrativa da Guerra de Canudos, mas como uma grande narrativa sobre o Brasil. Busquei também seus ecos no pensamento social brasileiro, percebidos especialmente nos momentos em que o tema da mudança assume o primeiro plano no debate acadêmico e político. Afinal, este é um dos mais importantes sentidos de nos aproximarmos de um clássico: entendê-lo em sua individualidade histórica e como um texto que ultrapassou o seu tempo.

~ Referências bibliográficas

- ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte, Rocco, 1998.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 8, n. 15, pp.145-51, 1995.
- ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os Sertões*. São Paulo, Edart, 1960.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Revisitar Florestan. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs, n. 30, ano II, pp. 11-15, fev. 1996.
- CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil [1950]. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v.18, n. 1, pp.271-301, 2006.
- CANDIDO, Antonio [1964]. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1971.
- CARVALHO, José Murilo de. Brasil, naciones imaginadas. In: Annino; Antonio, Leiva, Luiz e Guerra, Francisco-Xavier (org.). *De Los Imperios a Las Naciones: Ibero-América*. Zaragoza: Ibercaja, pp. 401-423, 1994.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. Poder, ideologias e saúde no Brasil: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (org.) *Cuidar, Controlar, Curar: Ensaio Históricos sobre Saúde e Doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. *Power, Ideology and Public Health in Brazil (1889-1930)*. Ph.D Thesis, Harvard University, 1987.
- CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: *Dados*, n. 28, pp. 361-92, 1985.
- CUNHA, Euclides da [1902]. *Os Sertões*. In: Cunha, Euclides da. *Obras Completas*. Vol. II. Reimpressão atualizada de 1995. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A, 1966 a.
- CUNHA, Euclides da [1902]. Da Independência à República (esboço político) [terceira parte de À margem da história]. In: CUNHA, Euclides da. *Obras Completas*. Vol. I. Reimpressão atualizada de 1995. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A, pp. 361-416, 1966 b.

- FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. 3.^a ed. São Paulo: Difel, 1979.
- FERNANDES, Florestan. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha, Revelador da Realidade Brasileira. In: CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Organização de Afrânio Coutinho. Reimpressão atualizada de 1995. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, pp.17-32, 1966.
- GALVÃO, Walnice. Introdução. In: *Euclides da Cunha*. São Paulo: Ática, (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1984.
- HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento. As Bases da Política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS. 1998.
- KROPF, Simone *Doença de Chagas, Doença do Brasil: Ciência, Saúde e Nação (1909-1962)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- LAMBERT, Jacques. *Os Dois Brasis* [1959]. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 5.^a ed., 1969.
- LIMA, Nísia Trindade. Uma Brasileira Médica: o Brasil Central na Expedição Científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na Viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. In: *História Ciências Saúde. Manguinhos*, 16 (supl.I), pp. 229-48, 2009.
- LIMA, Nísia Trindade. A Sociologia Desconcertante de *Os Sertões*. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (org.) *Os Sertões de Euclides da Cunha; Releituras e Diálogos*. São Paulo: Editora da UNESP, pp. 73-98, 2002.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil. Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan.1999.
- LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: O Brasil Redescoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo V. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural do Banco do Brasil. 1996.
- LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura e COIMBRA JR., Carlos E. Introdução à Rondonia de Edgard Roquette-Pinto. Roquette-Pinto, Edgard. *Rondonia. Anthropologia Ethnographia* (Fac-símile da 1.^a ed. de 1917). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2005.
- LIMA, Nísia Trindade e SÁ, Dominichi Miranda (org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG e Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

- MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, vol.I, pp.72-110, 1989.
- NISBET, Robert. O conservantismo. In: BOTTOMORE, Thomas e NISBET, Robert (org.) *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- PEIXOTO, Afrânio. Discurso pronunciado no banquete oferecido ao Prof. Miguel Pereira, em 19 de maio de 1918. In: P.Leão et al. (eds) *Afrânio versus Afrânio*. Niterói: Tipografia Jerônimo Silva, pp. 29-37.
- NEIVA, Arthur e PENNA, Belisário. Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. In: *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 8, n.º 30, pp. 74-224, 1916.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP, vol. 2, pp. 233-308, 1995.
- PATERNOSTRO, Júlio. *Viagem ao Tocantins*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, série 5, vol. 248. 1945.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Campesinato Brasileiro: Ensaio sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Alfa ômega, 1965.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- ROMERO, Sílvio. Resposta do Sr. Sílvio Romero. Recepção de Euclides da Cunha (18 de dezembro de 1906). Academia Brasileira de Letras, *Discursos Acadêmicos. 1897-1919*. Tomo I. Vol. I-II-III-IV, p. 269-310. 2005.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard, *Rondonia*. (Fac-símile da 1.ª ed. de 1917). 7.ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.
- Roquette-Pinto, Edgard. Euclides da Cunha Naturalista. In: ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos Rolados. Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça: Machado & Companhia, 1927.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: Médicos, Bacharéis e Cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- STEPAN, Nancy. *Picturing Tropical Nature*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- STEPAN, Nancy. *Gênese e Evolução da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Artenova/Fiocruz, 1976.
- THIELEN, Eduardo *et al.* *A Ciência a Caminho da Roça. Imagens das Expedições Científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao Interior do Brasil (1903-1911)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2002.
- VENANCIO FILHO, Alberto, Prefácio à sétima edição. *Rondonia*. (Fac-símile da 1.^a ed. de 1917). 7.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, pp. 9-24. 2005.
- VILLAS BÔAS, Glaucia. *A Vocação das Ciências Sociais*. Um estudo de sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.
- VILLAS BÔAS, Glaucia. *Mudança Provocada. Passado e Futuro no Pensamento Sociológico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- WILLEMS, Emilio. *O Problema Rural Brasileiro Visto do Ponto de Vista Antropológico*. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1944.



Menotti Del Picchia.
Acervo ABL.

Em torno do *Juca Mulato*

ANDERSON BRAGA HORTA

Poeta, contista e crítico literário. Publicou os seguintes livros de poesia: *Altiplano e Outros Poemas*, *Antologia Pessoal*, e ainda *A Aventura Espiritual de Álvares de Azevedo: Estudo e Antologia*, entre outros.

O poema *Juca Mulato*, de Menotti Del Picchia, tem sido um dos de mais bela fortuna em nossas letras. Surgido em 1917, é ainda lido e apreciado nestes inícios do século XXI, apesar da crescente “despoetização” da sociedade (que não é “privilégio” nosso, reconheçamos). Por isso mesmo — por continuar vivo o poema, e para não cedermos passivamente a essa despoetização — merecem sempre alguma palavra o livro e seu autor.

~ O poeta

“Um homem de sete instrumentos”, costuma-se dizer daquele que revela competência ou habilidade em atividades diversas. O autor desse *Juca Mulato*, de longa e persistente fortuna, tocava mais de sete. Além de poeta, foi prosador profícuo, com forte presença no

*Roteiro de palestra proferida na ANE, em 8.9.2009

romance, no conto e na crônica, na memória, no ensaio literário e no ensaio político, na literatura infanto-juvenil e no gênero teatral. A complexidade de sua organização intelectual e artística o levou a lavrar outros campos, como o da pintura, o da escultura, o da música. Exerceu importante papel na defesa e difusão do ideário modernista, como autor de uma espécie de diário do movimento nas páginas do *Correio Paulistano* e como orador da Semana de Arte Moderna. No Modernismo histórico, é de salientar sua atuação destacada na crista dos grupos Verde-Amarelo e Anta. De importância tamanha, nesse particular, que Wilson Martins afirma ter sido ele, “e não Mário ou Oswald de Andrade, o chefe do primeiro Modernismo”. Pertenceu às Academias Paulista e Brasileira de Letras. Profissionalmente, foi jornalista, editor, fazendeiro, industrial, diretor de banco, advogado, procurador-geral do Estado de São Paulo, tabelião. Entre as sereias cujo canto o seduziu figurava a política, tendo exercido diversos mandatos de deputado estadual e deputado federal (no Rio de Janeiro e em Brasília) pelo PRP (Partido Republicano Paulista) e, afinal, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

Filho dos imigrantes italianos Luigi Del Picchia (também poeta) e Corinna Del Corso, Paulo Menotti Del Picchia nasceu em São Paulo, em 20.3.1892, e aí faleceu, em 23.8.1988. Estudou em Campinas, Itapira (SP) e Pouso Alegre (MG). Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Deixou numerosa obra, de que citaremos apenas alguns livros: *Poemas do Vício e da Virtude* (o da estreia, em 1913), *Moisés*, *Juca Mulato* (ambos de 1917), *A Angústia de D. João* (1922), *Chuva de Pedra* (1925), *O Amor de Dulcineia* (1926), *República dos Estados Unidos do Brasil* (1928), *Obras Completas* (em 13 vols., s/d), *O Deus sem Rosto* (com poemas escritos em Brasília, 1968).

~ O poema

Juca Mulato saiu em 1917, no mesmo ano, portanto, de *A Cinza das Horas* (Manuel Bandeira), *Nós* (Guilherme de Almeida) e *A Frauta de Pã* (Cassiano Ricardo). Nada, no poema, prefigurava o Modernismo, ainda não incluído no ideário es-

tético do autor. Já está nele presente, é certo, o nacionalismo (de tema e tom), que, noutros termos e engastado em diverso contexto, definiria importantes vertentes do movimento; mas a sua filiação é romântica, de um romantismo perpassado pelo “espírito parnasiano”, se nos permitem fundir aquela observação de alguns críticos com esta visão de Wilson Martins, temperando-a com a ressalva de Júlio Dantas: “dum parnasianismo ardente e paradoxal – mármore e sangue, bronze e nervos”. Se, porém, pouco ou nada interessa às correntes modernistas, como tais, é o *Juca Mulato*, ainda hoje, a obra mais querida e de maior repercussão dentre as de Menotti. Na palavra incisiva de mestre Manuel Bandeira: “Nenhum dos seus livros modernistas superou o êxito de *Juca Mulato*, onde o Poeta se apresenta em sua feição mais genuína”. O que parece confirmar a dúvida de muitos acerca da *sinceridade* do modernismo menottiano (dúvida talvez mais cabível em relação a um Guilherme de Almeida...).

O assunto do poema é a inopinada paixão de Juca Mulato pela filha da patroa. Divide-se em nove partes que assim resumimos:

1: *Germinal* – Mostra Juca Mulato em seu ambiente, define-lhe uns traços e assinala o início da paixão. 2: *A Serenata* – Belas trovas cantadas ao violão, em seguida ao despertar para o amor. De grande encanto melódico. 3: *Alma Albeia* – Diz do alheamento de Mulato às coisas do seu dia a dia, flagra-lhe uns devaneios eróticos, expõe passagens de sua luta e rendição ao amor que lhe nasce. 4: *Fascinação* – Um belo e espraído cântico ao amor, força vital que anima a Natureza e o Cosmo (“Tudo ama!”), força a que decididamente sucumbe. Única parte do poema em que se emprega a polimetria. E, parece-me, a mais próxima do estilo simbolista. 5: *Lamentações* – Mais uma vez exhibe o autor a sua mestria na quadra setissilábica, em duas trovinhas de excepcional fatura, cantando a fugacidade do amor e suas tristes sequelas. Segue exprimindo a dor de amor num soneto decassilábico, em quintilhas de cantantes alexandrinos trímetros e em dísticos de alexandrinos convencionais. As últimas lamentações dirigem-se ao cavalo Pigarço (palavra que designa a cor do animal, mas é também o seu nome), e nelas, de novo, revela o Poeta sua força na canção popular. 6: *Presságios* – Culminação da trova popular, agora em quintilhas heptassilábicas de mara-

vilhosa musicalidade e perfeita amarração conceitual. A redondilha, aqui, obscurece os alexandrinos de em torno. 7: *A Mandinga* – Diálogo com o feiticeiro, a quem pede uma cura para o mal de amor. Mas não há mandinga para isso: “– Juca Mulato: esquece!” Para esquecer, Roque, o feiticeiro, diz-lhe que fuja. 8: *A Voz das Coisas* – O cedro, a torrente, a estrela, o azul, a terra incitam-no a ficar: “o que te vale rir, fugitivo e a esmo, / buscar a mesma dor que trazes em ti mesmo? / Tu queres esquecer? / Não fujas ao tormento... / Só por meio da dor se alcança o esquecimento.” 9: *Ressurreição* – Juca dirige-se ao “coqueiro do mato” para dizer-lhe que lhe compreende “o sonho inatingível”, vaticinando: “Ai! eu sempre serei infeliz nesta vida!” Na parte II, outro soneto, alexandrino, dirige-se à “Senhora”, formulando uma filosofia da busca da felicidade bastante evocativa do soneto famoso de Vicente de Carvalho. Na parte III, que finaliza o poema, exorta-se o protagonista, realisticamente resignado: “Vai! Esquece a emoção que na alma tumultua. / Juca Mulato! volta outra vez para a terra, / procura o teu amor numa alma irmã da tua.”

~ A linguagem do poema

Ao nacionalismo temático do *Juca Mulato* não corresponde um nacionalismo linguístico à semelhança, por exemplo, do pregado por Manuel Bandeira em “Evocação do Recife”. A linguagem do poeta-narrador não se aproxima, nunca, do coloquial; e mesmo as falas do herói, simplório embora, não o fazem jamais, com esta única exceção, em “Alma Alheia”, II, verso 8: “Estás ficando gira...” Já na primeira dessas falas (em “Germinal”, III, versos iniciais) o tom elevado e *culto* ressalta: “Que delícia viver! Sentir entre os protervos / renova-se se escoar uma seiva alma e viva, / na tenra carne a remoçar o corpo moço...”

Em “Lamentações”, as seções vêm todas entre aspas, o que indica, no poema (com a exceção decerto involuntária das três primeiras estrofes de “Ressurreição”, onde se omitem), serem provenientes do lábio enamorado de Juca. E obedecem todas – mesmo a cantiga dirigida ao cavalo Pigarço (V) – ao alto padrão linguístico observado pelo poeta-narrador. Há, aliás, nessa cantiga, duas

ocorrências de aposíncrise, fato sintático por certo incomum nos falares do português do Brasil: “era como se o não visse” e “Antes era eu que a não via”.

No diálogo que trava com o feiticeiro (“A Mandinga”, I, verso 11), é evidente a fuga ao populismo pronominal: “você me vai dar um remédio”, em vez do corrente (já hoje com foros de literariedade) “vai me dar”. (Verdade que poderia dizer “vai-me dar”...). Em contrapartida, na parte final (“Ressurreição”, II, verso 2), evita nitidamente a *tmese*, escrevendo “o poderia pôr”, quando a vírgula que antecede o sintagma sugeriria, talvez, “podê-lo-ia pôr”.

Destoando da geral correção de linguagem, a pontuação de Menotti, neste poema, está longe de ser canônica. Na maioria dos casos, é razoável supor distração.

~ Métrica

Merecem nota alguns incidentes métricos.

O verso utilizado é, quase sempre, o alexandrino de cesura medial ou o trimembre. Surge isolado, entretanto, um dodecassílabo atípico no início de “A Voz das Coisas”: “E a torrente que ia rolar para o abismo”.

Antes (em “Germinal”, V, verso 18) já observáramos uma quebra por excesso: “como o sol que traz a luz e, depois, deixa a sombra”, onde, ao que parece, distraidamente se encosta o artigo à palavra *luz*.

Também parece distração (“Germinal”, II, v. 8) o singular “desejo” em “tem desejo até de rebrotar raízes”. Há, contudo, se bem que menos *gritantes*, outros hiatos na sequência dos versos: “Aflora-lhe *no ímo* um sonho que braceja”; “o *ar* é como um bafo, a água corrente, um pranto” (“Germinal”, IV, I e 23); “Eu, da luz *do* olhar garço” (“Lamentações”, V, 31); “— Roque, eu mesmo não sei *se* este mal tem cura” (“A Mandinga”, I, 23).

Em sentido contrário, algumas sinéreses: “etíope” (“Germinal”, II, antepenúltima linha); “veem” (“A Serenata”, 4.^a quadra, v. I: “Os céus não veem tua mágoa”; pode-se ler, alternativamente, com sinérese em “tua”); “E fica incerta, ao ouvir-te a voz, a dor da gente” (“Lamentações”, III, 3); “canoa” (“Lamentações”, IV, 8); “caem-te” (“Ressurreição”, I, 7).

~ As trovas e a dor de amor

A beleza ideativa e musical, bem como o acabado torneamento das trovas de “Presságios”, deixaram-mas, desde as primeiras leituras, feitas ainda em meus primórdios poéticos, íntegras e destacadas na memória. Lembrando-as, afiguravam-se-me como que engastadas no poema; como se tivessem surgido independentes e só depois aproveitadas no contexto dele. Isso me sugeriu divagações acerca de uma tristeza “literária”, falsa tristeza manhosa, visceralmente romântica, dengosa e sonsa, dissimulada aplicação da filosofia do chorar-para-mamar...

A releitura, agora, mostra que me enganava. Conforme vimos, o autor não cogita de diferenciar, linguística ou estilisticamente, da palavra do poeta-narrador as falas do protagonista. Assim, as trovas, aqui ou alhures, no poema, são de Juca, não de Menotti...

Isso, porém, não invalida de todo aquelas divagações. Não pertinentes a Juca Mulato, a não ser na medida pessoana em que todo poeta é um fingidor, sê-lo-ão, todavia, a outros poetas chorões, propensos a um estado de espírito melancólico não necessariamente fundado em motivo real de padecimento ou desilusão amorosa.

~ Observações finais

Convergem no poema os três estilos poéticos dominantes no Brasil de meados do século XIX a inícios do XX.

Apesar da proximidade cronológica e de algumas opiniões em tal sentido, em nada antecipa a ruptura modernista.

A linguagem é conservadora, o mesmo podendo-se dizer da versificação.

Nada disso diminui o valor da composição, uma das mais fascinantes realizações da lírica nacional (embora narrativo, o poema é de natureza lírica) no período imediatamente anterior à instalação do Modernismo.

Dom de poesia

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA

*“Quando toco numa palavra, ela se
ilumina como um navio à noite.”*

LÊDO IVO

No limiar dos seus vivazes oitenta anos, quando há pouco publicou a monumental *Poesia completa 1940-2004* (Topbooks, Rio de Janeiro, 2004) que traça, nas suas mil e cem páginas, um percurso de mais de sessenta anos de literatura que o coloca entre os nomes mais altos da poesia brasileira, Lêdo Ivo oferece-nos este inesperado *Réquiem*, um denso e compacto livro de poemas que se lê de um fôlego, com o espanto, a luminosidade e a comoção que trazem sempre consigo a grande lírica.

Como sempre foi para Lêdo Ivo, e sem negar o requinte formal e artesanal dos seus versos, a poesia é iluminação, são lampejos rimbau-
dianos na noite escura da vida e da morte (e não é um acaso que o autor tenha traduzido, em 1957, as *Illuminations* de Rimbaud).

É doutora em Línguas e Literaturas Ibéricas e Ibero-Americanas pela Università degli Studi di Palermo (Itália). Ensina Literatura Portuguesa e Brasileira na Università degli Studi di Perugia (Itália). Organizou antologias de vários poetas brasileiros e portugueses. Entre os livros publicados, de poesia e ensaios, estão *Fara*, 2005; *Storie nella Storia: Le Parabole di Guimarães Rosa* (ensaio), 2005; *No Coração da Boca* (poesia), 2006.

Encontramo-nos diante de uma espécie de *sunto* poético e filosófico, um condensado forte e compacto de toda a sua obra, um tocar o fio imperscrutável do universo, por onde passa uma densa e secreta linfa e que só poucos conseguem roçar, correndo o risco de serem fulminados. Todo grande poeta o toca com delicadeza, como faz Lêdo Ivo, e não se queima, pelo menos não de forma visível, ou não o bastante para morrer.

O poeta percorre, nessas páginas, tantos momentos de sua vida, a partir de uma recordação da infância, uma obsessiva recordação, diria, da cidade de São Miguel dos Campos, berço da sua família materna. Ele era ainda menino quando acompanhou o pai, que era advogado, em uma viagem a esta cidade de Alagoas e à vizinha Barra de São Miguel, localidade litorânea e território no qual viviam, no tempo do Brasil colônia, os índios Caetés, antiga população da qual descende Lêdo Ivo.

Os Caetés entraram tragicamente para a história brasileira após o naufrágio do navio que transportava o primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha, que foi capturado e literalmente devorado pelos índios, junto com os outros membros da tripulação, num cerimonial antropofágico característico de algumas tribos costeiras do Brasil quinhentista. A seguir, e por represália, os Caetés foram perseguidos pelos portugueses e quase completamente exterminados.

Considerados por muito tempo, pela historiografia oficial, sobretudo portuguesa, como povos bárbaros e selvagens (e diga-se, a tal propósito, que essa imagem foi funcional à colonização e justificou tantos massacres, inclusive de grupos que não praticavam a antropofagia), os Caetés foram “recuperados” pela literatura brasileira em chave simbólica e mítica, no momento em que todo o passado nacional era revisto à luz de uma nova consciência, no início do século XX. Os modernistas, de fato, inverteram a imagem negativa do mau selvagem, associada quase sempre aos grupos que se opuseram à colonização, e Oswald de Andrade chega mesmo a propor que o momento culminante da fundação do Brasil fosse esse em que os índios Caetés, desafiando o poder político e religioso do Império lusitano, haviam – iconoclasticamente – comido o bispo.

Justamente nesse espaço cheio de simbologia e história, diante do oceano, que o poeta denomina “Mar caeté”, havia já na época da sua infância um estaleiro naval abandonado e em ruínas, restos de uma arqueologia industrial a decompor-se, expostos, como eram, à salsugem e à umidade do ambiente lacustre característico da região, chamado, por isso, das Alagoas, pela presença de lagoas costeiras, onde estagna a água do mar e onde cresce a típica vegetação dos mangues.

Esse lugar sugestivo, impresso na memória em um momento da infância em que as imagens e os eventos nos marcam com maior força e nitidez, retornará com frequência na obra do poeta, como voltarão os detritos dos navios abandonados, os elementos da paisagem marítima, os animais lacustres, os peixes e as aves migratórias, as igrejas carcomidas das pequenas cidades e vilas, os cemitérios e os manicômios, os lugares degradados pelo tempo e pela ferrugem que ele ama, como ama as coisas e as pessoas marginalizadas, junto com os seus ancestrais Caetés, eternizados num rito prodigioso e primitivo que os levou à morte.

Repercorrendo com a memória tantos momentos da sua vida, no livro *Confissões de um poeta*, publicado pela primeira vez em 1976, o autor, referindo-se à sua Maceió e ao estado de Alagoas, afirma:

“Quem nasce aqui respira desde a infância um aroma de açúcar, vento, peixe e maresia, sente que o oceano próximo cola em todas as coisas e seres um transparente selo azul. (...) No alto da colina, o branco farol da minha terra vai iluminar a noite, quando esta vier esconder as aranhas e lacrais, e os sonhos e os segredos dos homens. Luz branca. Eclipse. Luz encarnada. Os feixes do farol clareiam os telhados enegrecidos pelas chuvas, as ladeiras, os coqueirais que cantam e dançam na noite longa, os mangues onde água e terra se dissolvem, os cajueiros floridos. No universo redondo, entre os goiamuns ocultos na lama negra das alagoas e as constelações, entre os fogos de santelmo e os cantos dos galos, o farol de Maceió guia os navios e os homens.”¹

¹ Lêdo Ivo, *Confissões de um poeta*, Sergasa, Maceió, 1995, 3.^a ed., p. 25.

Todo esse universo, em que mar e terra se misturam e se dissolvem um no outro, como no início do mundo, esse lugar ligado às suas origens, à sua infância, à história da própria família, volta nesse breve poema do regresso, do refluxo, das perguntas sem resposta que o poeta pôs ao longo de toda uma vida, das respostas que não elucidam e não satisfazem a dolorosa espera dos homens. Diante do estaleiro apodrecido e dos navios deixados a languescer no porto, o poeta vê-se de novo a fixar o oceano sem fim, a dialogar com a noite e com o dia, a chorar a dor de ser uma criatura mortal com o desejo lancinante de eternidade, com o anseio de subtrair à morte seres e lugares queridos, com a impotência e a fragilidade que, inevitavelmente, nos marcam.

Não se pode ler este livro sem dor e comoção e, paradoxalmente, sem a sensação de alegria e beleza que proporciona sempre a grande poesia, mesmo quando trata de sofrimento e morte. Esse é o enigma da palavra poética, dor que tem, em si mesma, a alegria do humano tocado por Deus, ou de Deus tocado pelo homem num momento de êxtase.

Se as perguntas metafísicas, imemoriais e cósmicas que põe Lêdo Ivo ao mar, ao vento e à noite não têm respostas, elas são necessárias e têm razão em si mesmas e no fato de que o homem é uma criatura pensante, uma consciência viva e atenta até mesmo quando caminha para o nada. O poeta afirma, de fato, que *A eternidade passa como o vento. / Só o tempo é eterno*, invertendo, assim, um consolidado axioma, ligado às nossas concepções de tempo e de eternidade, para evidenciar que a eternidade não passa por nosso corpo, não a conhecemos, nossa consciência não a contém em seu núcleo. Contemos o tempo, e o tempo vivido e absorvido verticalmente é a única coisa que, de eterno, possuímos.

O magma incandescente desse lirismo plasma a sua forma torrencial, por vezes obsessiva nas imagens recorrentes, nos versos longos que quase tiram o fôlego ao leitor que desejasse seguir sua exata amplidão. A linguagem, encantatória e elegíaca, rica de *pathos* dramático, mantém o tom coloquial, como na melhor tradição poética brasileira. A música é de uma harmonia encrespada, como as ondas do mar, marcada pelas tantas interrogações: *Onde estão os loucos de minha infância, / os loucos que cantavam e dançavam no hospício devastado pelo sol? / Onde estão os meus navios e a luz do farol?*

A vida é vista como um caminho, um percurso breve e intenso, ao fim do qual ele se vê com menos certezas do que quando partira. E se o mar e a noite parecem sorver as nossas vozes individuais, a poesia permanece como um lampejo de consciência difuso, testemunho de amor, profecia da noite que, mais do que nos abater, revela afinal que a vida deve ser vivida.

Trata-se, aqui, de uma poesia elegíaca, mas, ao mesmo tempo, límpida e luminosa, poesia de um amor declarado à amada perdida, saudação a um tempo compartilhado com os seres queridos, recuperação da memória, balanço dos caminhos feitos e dos lugares vistos, abraço fraterno e passionai à existência e às palavras que a tornam verdadeira, despedida da infância, pranto contido e prece.

Réquiem, o título da obra, é a primeira palavra da oração latina, na liturgia dos mortos, *requiem aeternam dona eis Domine*, “o repouso eterno doe-lhes, ó Senhor”. O réquiem é uma invocação e é o canto de uma ausência. Celebrar ou cantar o réquiem é reviver, na memória, a pessoa ausente, é refletir sobre laços e relações interrompidos repentinamente. Nesse sentido, o réquiem faz parte daquele processo de elaboração do luto que é fundamental para que possamos aceitar a separação, a perda das pessoas queridas.

O pranto pela morte da amada se associa aqui, porém, à evocação do amor humano intenso e pungente, como é próprio da elegia. De fato, ao elaborar o luto, Lêdo Ivo celebra, ao mesmo tempo, e obstinadamente, a vida compartilhada em plenitude, reafirma ainda e sempre a ternura e o milagre dos afetos, a intensidade do sentimento de união que ele estabelece com os seres e coisas, mesmo as menores e aparentemente insignificantes:

*Sempre amei o dia que nasce. A proa do navio,
a claridade que avança entre as sombras esparsas,
o longo murmúrio da vida nas estações ferroviárias.*

(...)

*E sempre amei o amor, que é como as alcachofras,
algo que se desfolha, algo que esconde
um verde coração indesfolhável.*

(...)

*Sempre amei o que vive na água negra dos mangues.
Sempre amei o que nasce. Sempre amei o que morre
quando a noite desaba sobre as casas dos homens.*

O réquiem de Lêdo Ivo assemelha-se curiosamente às bem-aventuranças evangélicas, ressoa nele o “Sermão da montanha” (Mateus, 5, 3-II; Lucas, 6, 20-22), tanto na estrutura do texto quanto em seu significado íntimo, de discurso revolucionário que subverte preceitos consolidados:

*Felizes os que partem.
Não os que chegam aos portos apodrecidos.
Felizes os que partem e não regressam jamais.
(...)
Felizes os que viveram mais de uma vida.
Felizes os que viveram vidas inumeráveis.
Felizes os que desaparecem quando os circos vão embora.
(...)
Felizes os que moram nas ilhas periféricas
e são rodeados ao cair da noite por uma nuvem de tanajuras.
Felizes os sedentários que um dia foram embora.*

Afirma o poeta e crítico Ivan Junqueira que, “ao contrário de muitos poetas cuja produção se amesquinha na velhice, a de Lêdo Ivo cresce ainda mais”², acrescentando ainda que se a comparássemos ao vinho melhor, que quanto mais envelhece mais se torna precioso, o conceito que daí adviria é o da “maturidade do maduro, ou seja, o do sabor dessecado de uma passa que ainda soubesse ao frescor da uva. Um fruto cristalizado. Quase um diamante.”³ Ao ler e ao realizar, com o poeta, esse visceral percurso nas palavras e na vida, sentimo-nos também “felizes”, ou seja incluídos nas suas extravagantes e poéticas bem-aventuranças, nós leitores a quem foi dado, como uma prodigiosa oferta, esse seu maduro e denso fruto de poesia.

² Ivan Junqueira, “Quem tem medo de Lêdo Ivo”, *In Lêdo Ivo, Poesia Completa 1940-2004*, Topbooks, Rio de Janeiro, 2004, pp. 25-43 (41).

³ *Ibidem*.

~ Obras de Lêdo Ivo

Poesia

- As Imaginações*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1944.
Ode e Elegia. Rio de Janeiro: Pongetti, 1945.
Acontecimento do Soneto. Barcelona: O Livro Inconsútil, 1948.
Ode ao Crepúsculo (com *A Jaula*). Rio de Janeiro: Pongetti, 1948.
Cântico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
Ode Equatorial. Niterói: Edições Hipocampo, 1951.
Linguagem. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
Acontecimento do Soneto e Ode à Noite. Rio de Janeiro: Orfeu, 1951.
Um Brasileiro em Paris e O Rei da Europa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
Magias (com *Os Amantes Sonoros*). Rio de Janeiro: Agir, 1960.
Uma Lira dos Vinte Anos (reúne: *As Imaginações*, *Ode e Elegia*, *Acontecimento do Soneto*, *Ode ao Crepúsculo*, *A Jaula* e *Ode à Noite*). Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.
Estação Central. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.
Finisterra. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
O Sinal Semafórico (contém os livros precedentemente publicados até *Estação central*). Rio de Janeiro, Brasília: José Olympio, INL-MEC, 1974.
O Soldado Raso. Recife: Edições Pirata, 1980.
A Noite Misteriosa. Rio de Janeiro: Record, 1982.
Calabar. Rio de Janeiro: Record, 1985.
Mar Oceano. Rio de Janeiro: Record, 1987.
Crepúsculo Civil. Rio de Janeiro: Record, 1990.
Curral de Peixe. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
Noturno Romano. Teresópolis: Impressões do Brasil, 1997.
Rumor da Noite. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 (com *Noturno Romano*).
Plenilúnio. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.
Poesia Completa. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

Romance

- As Alianças*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.
O Caminho sem Aventura. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.
O Sobrinho do General. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
Ninho de Cobras. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
A Morte do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1984.

Conto

Use a Passagem Subterrânea. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

O Flautim. Rio de Janeiro: Bloch, 1966.

Um Domingo Perdido. São Paulo: Global, 1998.

Crônica

A Cidade e os Dias. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1957.

O Navio Adormecido no Bosque. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

Ensaio

Lição de Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951.

O Preto no Branco. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.

Raimundo Correia. Poesia. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

O Girassol às Avessas. Rio de Janeiro: Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade de Cultura, 1960.

Paraísos de Papel. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1961.

Ladrão de Flor. Rio de Janeiro: Elos, 1963.

O Universo Poético de Raul Pompeia. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963.

Poesia Observada (reúne *Lição de Mário de Andrade*, *O Preto no Branco*, *Paraísos de Papel* e os inéditos *Emblemas e Conveniências*). Rio de Janeiro: Orfeu, 1967.

Modernismo e Modernidade. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1972.

Teoria e Celebração. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

Alagoas. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

A Ética da Aventura. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

A República da Desilusão. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

Autobiografia

Confissões de um Poeta. São Paulo: Difel, 1979.

O Aluno Relapso. São Paulo: Massao Ohno, 1991.

Literatura Infantil

O Menino da Noite. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

O Canário Azul. São Paulo: Scipione, 1990.

O Rato na Sacristia. São Paulo: Global, 2000.

Antologias

Antologia Poética. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

- O *Flautim*. Rio de Janeiro: Bloch, 1966.
50 *Poemas Escolhidos pelo Autor*. Rio de Janeiro: MEC, 1966.
Central Poética. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.
Os Melhores Poemas de Lêdo Ivo. São Paulo: Global, 1983.
10 Contos Escolhidos. Brasília: Horizonte, 1986.
Cem Sonetos de Amor. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
Antologia Poética. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991.
Os Melhores Contos de Lêdo Ivo. São Paulo: Global, 1995.
Illuminazioni, trad. e org, por Vera Lúcia de Oliveira. Salerno: Multimedia Edizioni, 2001.
As Melhores Crônicas de Lêdo Ivo. São Paulo: Global, 2004.

Cd-Rom

- Lêdo Ivo — A Voz do Poeta*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Coleção Multimídia, vol. 3.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Leda, *Labirinto de Águas: Imagens Literárias e Biográficas de Lêdo Ivo*. Maceió: Edições Catavento, 2002.
- CAMPOS, Marco Antonio, “Con Lêdo Ivo”, in *Literatura em Voz Alta*. Medellín: Universidad Autonoma Metropolitana, 1996, pp. 291-295.
- CÁRDENAS, Maria Teresa, “Lêdo Ivo, Poeta Lúdico y Riguroso”, in *Revista de Libros El Mercurio*, 17/03/2001, n.º 619.
- CHAMIE, Mário, “A Uva, a Ave, a Neve, a Greve e o Resgate da Poesia”, in IVO, L., *Central Poética (Poemas Escolhidos)*. Rio de Janeiro, Brasília: Nova Aguilar, INL, 1976, pp. 9-22.
- DE OLIVEIRA, Vera Lúcia, “Abitare il momento”, in IVO, L., *Illuminazioni*. Salerno: Multimedia Edizioni, 2001, pp. 5-14.
- ESPÍNOLA, Adriano, “Curral de imagens e pensamentos”, in *Diário de Pernambuco*, Recife, 9/12/1995, p. 5.
- ESTEVAN, Manuel, “Brasil No Está Lejos”, in *Heraldo de Aragon*, Zaragoza, 25/01/1990.
- FRIAS, RUBENS Eduardo Ferreira, *A Raposa Sem as Uvas: Uma Leitura de “Ninho de Cobras”*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.
- GOMES, Osmar, “Poesia é Aventura Sem Fim”, in *Anexo*, Florianópolis, 12/03/1996, p. 1.
- HELENA, Lúcia, “Os Melhores Poemas de Lêdo Ivo”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, 03/1985, n.º 84, pp. 110-111.

- JUNQUEIRA, Ivan, “Idílios com a Eternidade”, in IVO, L., *Curral de Peixe*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, retrocopertina.
- “Quem Tem Medo de Lêdo Ivo?”, in IVO, L., *Poesia Completa (1940-2004)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, pp. 25-43.
- KEYS, Kerry Shawn, “Introduction”, in *Landsend – Selected Poems*. Harrisburg: Pine Press, 1998, pp. 5-7.
- KÖPKE, Carlos Burlamaqui, “A ‘Central Poética’ e a Equação dos Conflitos”, in *Revista de Poesia e Crítica*, Brasília, 07/1977, n.º 3, pp. 57-60.
- LEPECKI, Maria Lúcia, “Finisterra”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, n.º 21, 09/1974, pp. 99-100.
- LISBOA, Eugénio, “A Noite Misteriosa”, in *As Vinte e Cinco Notas do Texto*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, pp. 201-203.
- LUCAS, Fábio, “Crepúsculo Civil”, in *Colóquio Letras*, Lisboa, n.º 125/126, 06-12/1992, pp. 319-320.
- MARIA E SILVA, José, “O Feiticeiro das Palavras que Descobriu Carmo Bernardes”, in *Jornal Opção*, Goiânia, 06/1994, pp. 27-30.
- MONTEMAYOR, Carlos, “A Poesia de Lêdo Ivo”, in IVO, L., *A Noite Misteriosa*. Rio de Janeiro: Record, 1982, pp. 123-144.
- NAME, Daniela, “Lêdo Ivo Faz um Mapa das Desilusões na Literatura”, in *O Globo*. Rio de Janeiro, 16/04/1995, p. 7.
- NEJAR, Carlos, “Lêdo Ivo: poder de metamorfose verbal”, in *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11/05/1991, p. 11.
- OLIVEIRA, Vera Lúcia de, “Poesie di Lêdo Ivo”, in *Pagine*, Roma, anno XI, n.º 29, maggio-agosto 2000, pp. 26-27.
- PANTIN, Blanca Elena, “La Poesía es un Problema de Cultura no de Sensibilidad”, in *El Diario de Caracas*, Caracas, 13/11/1994, p. 27.
- PEIXOTO, Sergio Alves, “Uma Poesia de Lêdo Ivo, ou Uma Teoria de Pássaros”, in IVO, L., *Os Melhores Poemas de Lêdo Ivo*. São Paulo: Global, 1998, 3.ª ed., pp. 7-10.
- PENIDO, Samuel, “Crepúsculo Civil”, in *Linguagem Viva*, São Paulo, 12/1991, p. 5.
- PORTELLA, Eduardo, “Uma Obra Torrencial e Indomável sob o Signo da Bruxaria”, in *O Globo*. Rio de Janeiro, 18/08/1974, p. 7.
- RICCIARDI, Giovanni, “Lêdo Ivo”, in *Auto-retratos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 209-226.
- Rozário, Denira, “Estou em Busca da Mentira e da Ficção – Entrevista”, in *Palavra de Poeta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, pp. 80-87.
- Secchin, Antonio Carlos, “Poesia em Diálogo com o Mundo”, in *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07/10/1995, p. 4.

Lygia e a imortalidade da palavra

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO

Professor
Emérito da
UERJ e Titular
da UFRJ

Estendo minbas antenas e como um inseto subindo pelo áspero casco de uma árvore faço a minha escolha e sigo meu caminho! E difícil! E duro! Mas já optei. E carrego comigo a alegria dessa opção.

LYGIA FAGUNDES TELLES.

In: Seleta, Rio de Janeiro: José Olympio, 1971

Leu nos jornais a importante notícia de que a Escritora Lygia Fagundes Telles está reeditando a sua obra (quase completa, é claro) e que vários volumes já se encontram, para alegria de seus leitores, nas boas livrarias.

Ao chegar aos seus gloriosos 80 anos, todos os seus contos e romances, até aqui, estão sendo reeditados, depois de cuidadosamente revistos. E seus numerosos leitores já podem encontrar, nas livrarias, as seguintes reedições: *Antes do Baile Verde* (1970), *As Meninas* (1973) e

Invenção e Memória (2000), agora publicadas pela Companhia das Letras. A reedição foi minuciosamente feita, pois acredita que nos detalhes é que Deus aparece: Ana Maria Machado e José Saramago, em posfácio, uma brasileira e um português, elogiam a sua ficção e as suas qualidades humanas sutilmente reveladas no livro *Invenção e Memória*, por nós já analisado em outro ensaio. Nela, o conceito de real é dado importante que logo se oferece à consideração da análise crítica.

Com efeito, em sua linguagem literária, o conceito de real, felizmente, está muito longe de ser fotográfico, pois nele não se espelha o reflexo do mundo exterior, mas o real desse reflexo, o que é muito diferente. Assim, em sua autêntica linguagem literária, o real do texto é aquilo que o próprio texto vai construir como verdade. Não é, de forma alguma, simples cópia do mundo exterior, pois a expressão de sua visão realista não se deixa aprisionar pelas circunstâncias do mundo exterior. Ao contrário, o que se tem é um realismo libertado, como nos grandes e verdadeiros escritores.

Com efeito, a sua linguagem sempre interroga o Ser diante do mistério. Por isso mesmo a estática da língua enriquecedoramente se transforma na dinâmica do discurso literário, numa espécie de humanismo vertical. Por isso, na sua ficção, o que se nos depara é uma espécie de conflito em que o homem, por vezes, se desespera e outras vezes se ilumina. Daí a qualidade maior de sua ficção sempre voltada para a análise da condição humana, em sua grandeza e em sua precariedade, onde há risos e lágrimas, tudo isso construindo um tecido narrativo de profunda essência humana. Exemplifiquemos: num conto como “O Menino”, topa-se com o desmoronar do mundo infantil pelo conflito direto com a mentira do mundo. Ou, num romance como *Ciranda de Pedra*, sente-se a dor angustiante de Virgínia, revelando seu conflito interior. No conto “Birutá” têm-se um menino órfão e seu cãozinho em dolorosa frustração, como se tem o amor de mãe ferido na ambiguidade de um conto como “Natal na Barca” e tem-se ainda a exploração das fronteiras entre o real e o irreal em “O Encontro”. Veja-se, por fim, a narrativa de impacto em “Venha ver o pôr-do-sol”, ou então se contemple o mistério numa narrativa inverossímil, como “O Noivo”,

raçando por uma espécie de temática do desencontro ou do absurdo. Enfim, contemple-se o tema da desconfiança ou da insegurança afetiva em “Verde Lagarto Amarelo”, onde a expressão do tempo subjetivo se transforma no eixo da narrativa, através de fusões e cruzamentos que respondem pela recusa ou desconstrução do tempo exterior, o tempo das folhinhas e calendários. Tudo isso – e muito mais – logo nos mostra claramente que o mundo construído pela ficção de Lygia deita as suas raízes profundas na argila da própria condição humana.

Explica-se assim e assim se compreende que uma das condecorações mais importantes e mais sérias, em plano internacional, o PRÊMIO CAMÕES, lhe tenha sido atribuída no ano de 2005. Nesse mesmo ano, a Rocco publicou uma pequena antologia de contos intitulada “Meus contos esquecidos”, com textos escolhidos pela própria autora, para atender à solicitação de vários leitores, que Lygia sempre considerou e considera como “cúmplices no mistério da criação”.

Como incansável contista da condição humana, várias vezes temos louvado o seu gosto (ou paixão?) literário, quer se trate de conto, novela ou romance. A leitura dos contos é amena e fascinante, neles colocando Lygia o gosto do mistério e a penetrante análise da própria angústia de existir. Ao todo, são 22 contos sempre construídos com leveza de estilo e invejável técnica de ficção, a partir de núcleos dramáticos que se interpenetram na arquitetura narrativa, sempre com invejável domínio da linguagem, em que por vezes transparecem traços líricos, para verticalizar-se em firme base ontológica. Assim, com Heidegger, podemos dizer que sua linguagem literária, em última análise, é a própria morada do ser. Em seus contos, esteticamente construídos em torno de um núcleo dramático central, ela desenvolve círculos concêntricos que motivam a ação. Trata-se, em todos eles, de uma narrativa essencialmente indagadora da condição humana, em sua grandeza e em sua precariedade, envolvendo desencontros, perdas, brigas, nostalgias, mistério, amor, paixão, desenganos, ódio, fuga ou morte, que tudo isso nos pertence, quando atingimos a condição de pessoa.

Bem sabemos que o conto se distingue da novela e do romance, cada um com suas próprias características e estrutura literária. Na verdade, o conto, como estrutura mais breve, centrada num núcleo dramático essencial, distingue-se da complexidade do romance, em seu afã de representar o fluir do próprio destino humano, envolvendo a problemática de um ou mais seres humanos em conflitos, com vários núcleos dramáticos simultâneos. Na novela, mais linear que plurilinear, o que se tem é uma sequência de núcleos dramáticos, enquanto o conto gira em torno de um só núcleo dramático dominante: um episódio excêntrico ou curioso, uma questão humana angustiante ou enriquecedora, um mistério, uma fuga, uma recordação alegre ou triste. Em qualquer caso, o real do texto, que não se confunde com o real histórico, será sempre aquilo que o próprio texto, em sua essência narrativa, vai construir como verdade. Queremos dizer: o eixo narrativo parte da realidade (o real histórico), mas sem se confundir com ela, pois ficção não é reportagem, revestindo-se assim de sua própria representação. No caso, a expressão do tempo, que logo revela os grandes escritores, centrando-se na duração interior (*la durée* bergsoniana), espécie de acúmulo secreto de vivências interiores, que se presentificam, às vezes projetando-se ou não a narrativa em perspectivas futuras, pois o tempo tanto pode ser o *estar sendo* de Sartre como o futuro de Ernst Bloch, utopicamente encarado.

Portanto, a sua expressão do tempo é totalizadora, envolvendo o passado, o presente e o futuro, pois o tempo humano não se confunde com folhinhas e calendários. Como sempre, ela inicia a narrativa de seus admiráveis contos de modo *ex abrupto*, ou seja: de chofre ou sem preparo anterior. Assim, a narrativa prende a atenção do leitor *ab initio*. Veja-se este exemplo:

“Rafael abriu o portão e correu para a rua. Sentia-se sufocado, prisioneiro de uma nebulosa espessa que o arrebatava e agora o levava para longe daquela COISA medonha que ficava lá atrás. Entregou-se num desfalecimento à viscosidade nevoenta e rolou ladeira abaixo. Não podia saber o que era, não se lembrava, mas tinha a certeza de que era algo monstruoso demais, NÃO QUERIA SABER! JÁ ESQUECI!...”

Como se vê, desde o início o leitor fica fisgado pela atmosfera de indagação e mistério da narrativa. Que “nebulosa” seria aquela? E “aquela COISA medonha que ficava lá atrás”? Qual o sentido da “viscosidade nevoenta”? Que significaria a expressão “algo monstruoso demais” de que não queria saber? Logo de início, sente-se o leitor imediatamente atraído pela narrativa, interessando-se por sua continuidade, desde a primeira linha.

O conto em questão é “A FUGA”. Sem querer tirar do leitor o prazer da leitura, o que apenas vamos ressaltar é que o conto tem sua própria estrutura, com fases evolutivas bem nítidas. E foi escrito numa linguagem envolvente, como podem apreciar os que se entregarem à sua leitura, mergulhando na essência humana do fascinante texto. E toda a narrativa se desenvolve em termos de devaneio ou monólogo interior, tornando-se com isso mais atraente e sedutora a montagem de cenas. Nela, o monólogo interior aparece centrado na narrativa da personagem principal, que é Rafael, jovem, doente, que foge, delirantemente, de casa. A expressão do tempo se presentifica pela memória, como angustiante duração interior: os pais autoritários, a desaprovação do seu amor por Bruna, a doce amante, tudo em reminiscências revividas intimamente em verdadeiro drama pessoal, agravado por sua doença. Ele poderia casar-se, como os pais queriam, com uma jovem solteira, mais ali estava Bruna, a doce amante, e amor é isso: jamais abandonaria Bruna, ainda que se casasse com as II mil virgens... E tudo isso aflorava em forma de devaneio místico, com o pensamento torturado pela doença, construindo-se um longo e doloroso monólogo interior. Lygia sabe, certamente por feliz herança machadiana, desenvolver uma narrativa com sutil penetração psicológica. Em tal arte de monólogo interior, também foram mestres Virgínia Woolf e James Joyce, estando ela, assim, em muito boa companhia. E o conto termina assim:

Rafael teve um desfalecimento. Outra vez a névoa, mas agora sentiu-se leve dentro dela. Desaparecera a dor, só aquela aflição, ah, tinha que saber, foi com minha mãe? foi com ela?... ‘Mãe’, gritou, aproximando-se do grupo compacto de homens. Afastando-os com brutalidade, deu com um caixão.

Na sua frente estava agora um caixão negro. De novo quis recuar, cobrir a cara: ‘Não, não!’. Viu a mãe entrar na sala amparada por duas mulheres, os olhos esgazeados, Rafael!”.

Em seguida, vem a terrível antevisão da morte, como desfecho, em misteriosa atmosfera sobrenatural: “Inesperadamente, como se o puxassem pelos cabelos, ele debruçou-se sobre o caixão e se encontrou lá dentro.”

Teria o nome Rafael um sentido simbólico? Muito provavelmente, sim! Tal nome próprio vem do hebraico (*Refá’el*), pelo latim *Raphael*, e tem o sentido de *Deus curou*. Portanto, na morte, Rafael encontrou a sua cura, no delírio da morte, mesmo que tudo isso fosse pura alucinação...

Como se vê, o angustiante tema da solidão, o reiterativo tema da morte, de sua indignação humana e de sua revolta diante das injustiças e da corrupção social, ou mesmo do terrível descompasso que se instaura entre o Ser, cada vez mais consciente de si mesmo, e a inevitável decadência do corpo biológico, tudo isso transparece na ficção de Lygia Fagundes Telles. Ela, na verdade, só acredita na imortalidade da palavra, como negação de morte. E concluímos, com certeza de que Lygia é, realmente, imortal. Ou seja: ela soube projetar, na palavra escrita da literatura, a sua imortalidade.

Machado e o Rio de Janeiro

GILBERTO DE MELLO KUJAWSKI

O Machado de Assis que assina suas crônicas nos jornais não é o mesmo do humor apolíneo, observando a vida e as pessoas em postura distante e impassível. O Machado cronista é o escritor humano, vivamente participante da vida da corte, a mui sedutora S. Sebastião do Rio de Janeiro, a sua cidade, onde ele respirava a ple-nos pulmões o ar e o cenário do seu meio natural.

Machado é homem visceralmente urbano, vinculado de corpo e alma ao ambiente da corte imperial, o coração do Brasil, a capital política, social e cultural, e o centro dos acontecimentos em todo o país. Muito ao contrário do que se passa com José de Alencar, que reflete em seus romances toda a variedade do Brasil provinciano e rural, com suas limitações e estilos regionais, para o autor de *Quincas Borba* o Brasil se concentrava no Rio de Janeiro. O escritor poucas vezes viajou para fora do Rio, e a província só de longe aparece em sua obra, com vagas referências a São Paulo, Campinas, Rio Grande do Sul e o Norte.

Com formação filosófica e jurídica, publicou vários livros de ensaio e tem no prelo, para sair em março de 2010, um novo texto: *O Sentido da Vida* (Global Editora). Foi por 36 anos colaborador do *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo*. É membro do Instituto Brasileiro de Filosofia.

* As citações provêm de edição em três volumes da Aguilar, da *Obra Completa de Machado de Assis*.

Nesta identificação dominante com sua cidade, Machado responde em tudo e por tudo ao feitio espiritual do mundo clássico grego. O cenário, o lugar natural do homem na Grécia e em Roma era a cidade, a *polis* e a *urbs*. Na cidade antiga seus habitantes viviam reunidos na ágora e no fórum, e só nesta contiguidade, nesta fricção corpo a corpo, assumiam sua condição de cidadãos. Somente associado com seus concidadãos na praça pública, e não isolado em casa, é que o homem antigo se encontrava consigo mesmo. “A cidade – escreve Fustel de Couanges – era a associação religiosa e política das famílias e das tribos, a urbe o lugar da reunião, o domicílio e sobretudo o santuário desta sociedade” (*A Cidade Antiga*).

O Brasil machadiano contraía-se, comprimia-se na capital brasileira, a cidade do Rio de Janeiro. A vivência da circunstância municipal, com seu cotidiano miúdo mas saboroso, predominava de longe sobre a preocupação com o Brasil como um todo, inclusive porque o centro de gravitação política, social e cultural de seu tempo era a corte.

Nada acontecia de importante que não nascesse na corte ou não passasse por ela, com sua concentração fervilhante de vida, história, comércio e novidades em todos os setores.

Não que Machado não tomasse conhecimento do Brasil como um todo, na sua integração política e social. Não é preciso apresentar-se como um militante político, ligado a partidos, ideologias e facções, para somar com o interesse nacional. Não é necessário cantar com fervor o hino nacional e jurar a bandeira batendo no peito para mostrar-se patriota. Patriotismo não é nem histrionismo cívico, nem fanatismo nacionalista. Patriotismo é o compromisso com o projeto de vida coletivo que é a minha pátria. É zelar pelo contorno social, material e cultural em que eu vivo. E o contorno mais próximo de nós está precisamente na cidade em que passamos nosso dia-a-dia. O amor à pátria, quando não consiste num palavreado vazio, começa no amor à minha cidade e à minha região. É implantado na minha cidade natal ou adotiva que visualizo o país como um todo, maior e mais distante do que meu município. O amor vai do próximo para o distante. Começa amando o mais próximo de nós, o circunstancial, o que está em torno, as mil e uma miudezas do cotidiano, para depois alcançar o maior e o mais distante, o país, a pátria.

Machado enxergava o Brasil do ponto de vista de sua cidade, a corte, a capital, a cabeça da nação. A acusação de absenteísmo frequentemente dirigida a Machado é falsa e caluniosa. Absenteísta (pernóstica palavra, que dói no ouvido) é a pessoa que não assume posição nas questões de interesse público ou coletivo, seja no plano nacional, estadual ou municipal. Ora, no que diz respeito ao Rio de Janeiro, basta passar os olhos pelas crônicas machadianas para constatar sua preocupação permanente e reiterada com os problemas da cidade, seu futuro e sua administração. E no tocante ao interesse nacional, suas posições sempre foram muito nítidas e firmes. Machado não defendeu publicamente a Abolição (mesmo porque na sua condição de funcionário do governo não podia sustentar abertamente a causa abolicionista, como observa Ayrton Marcondes), mas há provas de que se regozijou com o 13 de Maio, como consta inclusive de trechos de sua obra (em *Esau e Jacó*, por exemplo).

Machado sempre se manteve leal ao trono, à Monarquia, e não manifestou entusiasmo algum quando da proclamação da República. A Guerra do Paraguai foi mais de uma vez lembrada em suas crônicas, e a defesa da soberania nacional foi assumida corajosamente pelo então jornalista quando da Questão Christie. Poucos sabem que Machado na ocasião publicou nas páginas dos jornais um hino patriótico de sua autoria, o “Hino dos Voluntários” (cf. Magalhães Júnior e Ayrton Marcondes, ob. cit., p.121).

E que dizer do retrato em sépia do velho Brasil imperial estampado nas páginas antológicas de “O Velho Senado”? Zacarias de Góes, o encanecido e respeitado líder liberal, Itanhaém, Eusébio de Queirós, Nabuco de Araújo, Olin-da, Uruguai, Montezuma, Paranhos... “Achava-lhes uma feição particular, metade militante, metade triunfante, um pouco de homens, outro pouco de instituição” (“O Velho Senado”, em *Páginas Recolhidas*, O.C., II, 637).

Outras reminiscências dos senadores do Império encontram-se nas Crônicas. Esta que segue é imperdível:

“Eis aqui Eusébio de Queirós, chefe dos conservadores, respeitado pela capacidade política, admirado pelos dotes oratórios, invejado talvez pelos

seus célebres amores. Uma grande beleza do tempo andava desde muito ligada ao seu nome. Perdoem-me esta menção. Era uma senhora alta, outoniça... São migalhas da história, mas as migalhas devem ser recolhidas. Ainda agora leio que, entre as relíquias de Nélsion, coligidas em Londres, figuram alguns mimos da formosa Hamilton. Nem por se ganharem batalhas navais ou políticas se deixa de ter coração. Jequitinhonha acaba de chegar da Europa, com os seus bigodes pouco senatoriais. Lá estavam Rio Branco, simples Paranhos, no centro esquerdo, bancada inferior, abaixo de um senador do Rio Grande do Sul, como se chamava? – Ribeiro, um que tinha ao pé da cadeira, no chão atapetado, o dicionário de Moraes, e o consultava a miúdo, para verificar se tais palavras de um orador eram ou não legítimas; era um varão instruído e lhano. Quem especificar mais? São Vicente, Caxias, Abrantes, Maranguabe, Cotegipe, Uruguai, Itaboraí, Otôni, e tantos, tantos, uns no fim da vida, outros para lá do meio dela, e todos presididos pelo Abaeté, com os seus compridos cabelos brancos” (*A Semana*, Crônica de 11 de agosto de 1895, O.C., III, pp. 666-7).

~ Urbanidade e amores secretos

A urbanidade, o cultivo das boas maneiras, vem a ser o código de conduta adequado ao homem da urbe, o cidadão. No cotidiano das grandes aglomerações urbanas, ao contrário do que ocorre entre a população rarefeita do campo, o cidadão tem que lutar para garantir seu espaço físico e social, roçando a toda hora um com o outro. Diversamente do que parece, o gesto de urbanidade não traduz aproximação entre as pessoas, e sim o expediente para prevenir o distanciamento cortês entre desconhecidos na rua e nos lugares públicos, para não se atitarem. Um simples “bom-dia”, ou “com licença”, “por favor”, “perdão”, o mero sorriso de aquiescência são códigos de defesa do território, que devem ser decifrados assim: “tudo bem, fique à vontade e me deixe à vontade”, “não estou no seu caminho”, “não quero te

atrapalhar”. A urbanidade é o código usado para garantir entre as pessoas a distância regulamentar, o respeito recíproco que deve existir entre elas para facilitar a convivência, principalmente nos pontos de aglomeração de pedestres ou de carros particulares. Obedecer aos sinais de trânsito, dar passagem ao motorista em dificuldade são gestos que medem o grau de urbanidade no meio citadino. A urbanidade é tanto maior quanto mais populosa a cidade, e atinge o máximo de impessoalidade nos grandes centros. A urbanidade não se dirige à outra pessoas enquanto tal, Sr. Fulano de Tal, mas ao cidadão anônimo, ao meu concorrente no tráfego diário da cidade grande. É o ritual de convivência para não invadir a esfera alheia, privativa, praticado com toda a formalidade e maior discrição.

Machado foi modelo de urbanidade, tanto no estilo literário, que jamais se afastava da língua-padrão, como enquanto homem e cidadão modelado pelos padrões de conduta e interesse do velho Rio imperial. Seu compromisso de urbanidade estilística é explícito e taxativo: “Ora, eu não tenho outro desejo senão falar e escrever corretamente a minha língua; e se descubro que muita coisa que dizia até aqui não tem foros de cidade, mando este ofício à fava, e passo a falar por gestos” (*Obras Completas*, III, 517).

Fazia parte de sua ética de escritor o compromisso inabalável com a pureza do vernáculo, a língua portuguesa transplantada ao Brasil e aqui aculturada e formalizada à nossa maneira, meio pachola, com “foros de cidade”, mas em perfeita linha de continuidade com nossa matriz histórica.

Machado de Assis respeitava e venerava o Rio como uma instituição, mantendo com ela e seus concidadãos o relacionamento formal e impessoal próprio da urbanidade, conforme a entendemos. Mas bem outra era a disposição de Joaquim Maria, que amava e perseguia o Rio de Janeiro como um namorado faz com sua eleita, dia e noite, em ação e em pensamento. Mais uma duplicidade naquele escritor essencialmente dúplice, não no sentido de falso e hipócrita, mas de complexidade e pluralidade interior. A bem dizer, Machado de Assis teve dois grandes amores: sua mulher, Carolina, e sua cidade, o Rio de Janeiro.

Joaquim Maria foi um carioca da gema, sem o ranço de misantropia que lhe atribuem, divertindo-se com o ritmo buliçoso das ruas, amante de bailes, reuniões e teatros, e animado sempre por aquele traço de humorismo próprio do carioca típico.

O romance e o conto submetem-se facilmente aos dogmas e idiossincrasias das escolas literárias vigentes, o Romantismo, o Realismo, o Naturalismo, etc. A crônica, talvez por ser considerada um gênero menor, escapa à regimentação inflexível ditada pelas escolas. Na crônica fala o autor mesmo, a partir de sua autenticidade, de sua liberdade interior, liberta do formalismo e do dogmatismo dos sistemas, das doutrinas e das tendências estilísticas dominantes.

Ao iniciar sua carreira de cronista nos jornais, Machado se refere àquele “pico e sabor que são a alma da crônica” (*Notas Semanais*, 1878). Pico, isto é, chiste, graça, malícia. No mesmo ano promete intercalar na crônica, ainda tratando de coisas sérias, “o ar brincalhão e galhofeiro” próprio do folhetim (O.C., III, 384). Ou seja, o autor de *Brás Cubas* adota em seu trabalho de cronista o humorismo formalmente deliberado, propositado, procurado. Note-se bem, o humorismo pelo humorismo, sem acidez, sem o veneno do pessimismo, descontraído, simplesmente divertido, como quer ser o humorismo carioca. Na crônica, Machado se liberta de si mesmo, daquela imagem do autor distante, situado em plano superior e avaliando os dramas da existência como comédia e nada mais. Volta a ser o Machadinho que perambulava pelas ruas à procura do seu segundo amor em todas as formas, figuras, cenas e ritmos da cidade do Rio de Janeiro.

~ Passeando pelo Rio

A primeira obrigação do cronista urbano é passear pela cidade, bater perna de manhã, à tarde e à noite pelas ruas, vielas, praças, bairros, logradouros diversos que guardam os segredos e o espírito dos lugares, como fazia Machado:

“É meu costume, quando não tenho o que fazer em casa, ir por esse mundo de Cristo, se assim se pode chamar à cidade de São Sebastião, matar o

tempo. Não conheço melhor ofício, mormente se a gente se mete por bairros excêntricos; um homem, uma tabuleta, qualquer cousa basta a entreter o espírito, e a gente volta para casa ‘lesta e aguda’, como se dizia em não sei que comédia antiga” (O.C., III, 510).

O bonde é personagem principal em suas crônicas. Das páginas mais hilariantes são aquelas em que o autor se aplica a formular regras para andar de bonde (O.C., III, p. 414s). Adota estilo puramente burocrático na redação dos artigos, divididos por assuntos:

- Art. I – Dos encatarroados.
- Art. II – Da posição das pernas.
- Art. III – Da leitura dos jornais.
- Art. IV – Dos quebra-queixos.
- Art. V – Dos amoladores.
- Art. VI – Dos perdigotos.
- Art. VII – Das conversas.
- Art. VIII – Das pessoas com morrinha.
- Art. IX – Da passagem às senhoras.
- Art. X – Dos pagamentos.

Sua lista de assuntos urbanos é inesgotável. Além do entusiasmo pelo carnaval, fala nas touradas, espetáculo habitual no Rio daquele tempo. Nas conversas dos vizinhos. Nos fogos juninos. Nos doces e nas receitas de doces. “O princípio social do Rio de Janeiro, como se sabe, é o doce de coco e a compota de marmelos. Não foi outra também a origem da nossa indústria doméstica” (O.C., III, 376).

No Teatro Lírico. Na Câmara Municipal. Na Polícia. Na Maçonaria. Nos casos de loucura. Nas igrejas e nos sinos das igrejas. Na Câmara dos Deputados e na política. Na Federação Espírita. No curandeirismo. No encilhamento. Na ópera (seu gosto pela música clássica era extenso e diversificado). No estado das finanças. Nas festas de Reis, etc., etc.

Balas perdidas? Como não, estas não são novidade. Em crônica de 1893 lemos este trecho incrível: “...ele, pela sua parte, já fizera testamento, não sabendo se voltaria para casa (*sic*) visto que a existência dependia agora de uma bala fortuita” (O.C., III, 591). Explica-se: naquele ano de 1893 eclodiu no Rio Grande do Sul a revolução federalista, e sua repercussão atingiu o Rio, com troca de tiros entre a Armada e o Exército.

Os marcos institucionais da cidade do Rio de Janeiro são assinalados em crônica de 1893, publicada em *A Semana*. Para o frequentador habitual das livrarias, onde encontrava sua rodinha de amigos e confrades, a capital federal, na sua visão, era “o prolongamento da Rua do Ouvidor”... Outros marcos institucionais da cidade são enumerados na mesma crônica:

“Os cariocas ficarão sempre com a baía, a esquadra, os arsenais, os teatros, os bailes, a Rua do Ouvidor, os jornais, os bancos, a praça do comércio, as corridas de cavalos, tanto nos circos como nos balcões de algumas casas cá embaixo, os monumentos, a companhia lírica, os velhos templos, os rabequistas, os pianistas”.

Destes “pianistas” sairia um dia Ernesto Nazaré...

Eis com que lirismo de enamorado é descrito o amanhecer no Rio, o acordar da cidade:

“Bom dia, belo sol! Já daqui vejo as guias torcidas dos seus magníficos bigodes de ouro. Morro verde e crestado, palmeiras que recortais o céu azul, e tu, locomotiva do Corcovado, que trazes o sibilo da indústria humana ao concerto da natureza, bom dia! Pregão da indústria, tu, ‘duzentos contos, Paraná, último de resto!’, recebe também a minha saudação. Que és tu, senão a locomotiva da Fortuna?” (O.C., III, p. 597).

Certas manhãs do criador de Capitu tinham pinta de surrealismo. Veja-se o início da crônica de 10 de junho de 1894, em *A Semana*.

“Ontem de manhã, indo ao jardim, como de costume, achei lá um burro. Não leram mal, meus senhores, era um burro de carne e osso, de mais osso que carne. Ora, eu tenho rosas no jardim, rosas que cultivo com amor, e que me querem bem, que me saúdam todas as manhãs com os seus melhores cheiros, e dizem sem pudor cousas mui galantes sobre as delícias da vida, porque eu não consinto que as cortem do pé. Hão de morrer onde nasceram” (O.C., III, 610).

Então, o autor dessas linhas tão joviais e simpáticas acaso não estaria de bem com a vida?

~ Machado de Assis, precursor do humorismo carioca?

Na ficção, isto é, no romance e no conto, Machado podia fazer praça de realismo, ceticismo, pessimismo e outros dogmas, mas na crônica livrava-se de todo este compromisso doutrinário, reconquistando, mediante o humorismo, que se diverte com as posições definitivas e dogmáticas, sua liberdade interior. De onde se conclui que a nota distintiva do humorismo machadiano, na crônica, está na recuperação de sua autenticidade pessoal, de sua liberdade criadora, acima e à parte de suas convicções filosóficas e dos conceitos e preconceitos das escolas literárias de seu tempo. Como cronista, Machado voltava a ser ele mesmo, livre de qualquer compromisso com o “outro”, o cético, o pessimista, o descrente.

“Não me obriguem os leitores a pôr os colarinhos do estilo grave...” (O.C., III, p. 403). O humorismo machadiano, temperado de ironia, é seu encontro com as coisas postas em seu lugar. Rompe convenções, estoura lugares-comuns, questiona ideias feitas, desmascara hipocrisias, desmoraliza figuras de retórica e devolve ao escritor sua autonomia e sua elasticidade de espírito próprias para encarar as coisas sob ângulos mais autênticos e verazes.

Brincando, brincando, refletindo, refletindo, descobre realidades insuspeitadas, disfarçadas sob a capa do lugar-comum repetido à exaustão, e da inércia mental irremovível:

“Não há muito quem brade contra a centralização política e administrativa? É uma flor de retórica de todo discurso de estreia; um velho bordão; uma perpétua chapa. Raros veem que a centralização não se operou ao sabor de alguns iniciadores, mas porque era um efeito inevitável de causas preexistentes. Supõe-se que ela matou a vida local, quando a falta da vida local foi um dos produtores da centralização” (O.C., III, p. 404).

Eis um exemplo da capacidade de desmistificação do humorismo machadiano. Ainda hoje é comum atribuir-se a falta de vida local à centralização político-administrativa, quando a história ensina que é o contrário que acontece. Este achado desmente a teoria conspiratória da história. A força das coisas é maior do que a vontade dos grupos que agem isolados na sombra e na contra-mão do trânsito da vida política e social.

Fica a pergunta no ar: será Machado de Assis o precursor do humorismo carioca, com seu humor de folhetim, seu “ar brincalhão e galhofeiro” nas crônicas, conforme ele, deliberadamente, proclamava?

Repetimos que Machado foi um carioca da gema e orgulhava-se disso. Ser carioca significa armazenar um capital de experiência histórica, social, política e cultural superior ao que é comum no restante do nosso país. O Rio de Janeiro, do alto do Corcovado, assistiu e participou de tudo o que aconteceu de importante no Brasil desde a chegada de D. João VI em 1808. Toda esta vivência acumulada e fermentada na memória coletiva imprimiu ao habitante do Rio de Janeiro um perfil privilegiado, distinto dos naturais de outros Estados. O carioca é o único brasileiro que não é provinciano. Porque viveu muito tempo à sombra da corte imperial, depois da capital da República, numa cidade que era a primeira a receber as novidades que chegavam de fora, e onde se tomavam decisões de interesse nacional, com todo o contexto que tais decisões pressupunham, como a opinião pública, mais sensível na capital, a imprensa, e a sociedade organizada (patrões, trabalhadores, sociedades de classe, Exército, Igreja, intelectuais, etc.).

No Rio de Janeiro a permeabilidade entre as classes sociais é muito maior do que em outros pontos do Brasil. Existe um diálogo e uma aproximação muito maior entre a elite e o povo do que em outros estados, nos quais as clas-

ses são mais estratificadas e distantes entre si. A capilaridade cultural é muito maior e mais fecunda do que no restante do país. O homem e a mulher do povo no Rio sabem que não estão no mesmo nível das classes mais favorecidas, mas procedem como se estivessem no mesmo plano. No Rio todos têm opinião sobre tudo e sabem argumentar com propriedade e coerência, num discurso sempre lubrificado por um humorismo peculiar.

O humorismo carioca tem por alvo o *status* das pessoas e das instituições. Numa cidade em que o “sabe com quem está falando” não tem a força de intimidação que pode ter em outras regiões do país, e na qual a República nivelou a aristocracia ao comum do povo, todo imprudente que pensa em olhar os outros por cima recebe punição na hora: será ridicularizado para todo o sempre. Da mesma forma, a proximidade da população com os representantes do poder, ao tempo em que o Rio era capital da República, estimulava a cobrança dos políticos, sempre em termos humorísticos. Figuras preferidas dessa cobrança eram o presidente da República e quem estava mais perto dele. Getúlio Vargas, ao tempo da ditadura, não era poupado pelas línguas do povo. Eram anedotas sobre anedotas, e dizem que Vargas toda noite se reunia com seus assessores para saber o que diziam dele, e ria às gargalhadas com o que ouvia.

O carioca vê o mundo que o cerca com olhos críticos, meio céticos, meio divertidos, sempre atento ao outro lado das opiniões consagradas, esperando a hora em que tudo vai dar em samba. Eis aí a diferença entre cariocas e paulistas. Estes últimos, italianados, inventaram a expressão “acabar em pizza”, versão limitada e menos espirituosa do dito carioca mais antigo “acabar em samba”.

O humorismo carioca, finalmente malicioso, é de molde a provocar mais o sorriso irônico do que o riso aberto ou a gargalhada. Tem por base o consenso de uma sociedade que já viu o direito e o avesso das coisas, e não se deixa enganar facilmente. O humorismo carioca é uma instituição popular, um patrimônio cultural da cidade, a competição renovada a cada minuto a propósito de qualquer coisa, na disputa por quem se sai melhor, quem tem mais presença de espírito. Sua finalidade essencial é a desmistificação. Nenhum propósito ético, nenhum traço do *ridendo castigat mores*. Nada disso, nada de dar lições, nem de

censura dos costumes. Apenas, o que não é pouco, a sabedoria acumulada na luta pela vida. Como quem diz: “eu te conheço desde o outro carnaval”, “não vem que não tem”. Em bom português, é a malícia da puta velha, com muitos anos de janela e a quem ninguém engana.

Os humoristas cariocas conhecidos nada mais fazem do que refletir esse humor agudo e meio debochado criado não por eles, mas pela população carioca. Aparício Torelly, o Barão de Itararé (gaúcho acariocado), Sérgio Porto, o famoso Stanislaw Ponte Preta, Millôr Fernandes, ainda e sempre na ativa, Ziraldo, cartunista, o grupo do *Pasquim* são alguns representantes dessa forma de experiência da vida em que consiste o humorismo carioca.

O humorismo carioca é polêmico, não para corrigir as pessoas e as instituições, mas para desmistificá-las. O humorismo machadiano é igualmente polêmico, atingindo pessoas, instituições, serviços públicos, e até o leitor, também para desmistificá-los. Conta Machado a acusação de um amigo: “Você ri de tudo, dizia-me ele. E eu respondi que sim, que ria de tudo, como o famoso barbeiro da comédia, *de peur d’être obligé d’en pleurer*” (O.C., III, 437). Pode ser, mas enquanto não chorava, o autor das crônicas, tal como o barbeiro, divertia os outros e se divertia ele mesmo.

Talvez caiba indagar se Machado de Assis, com a abundância de sua verve, além de bem humorada, sempre irônica, não seria o precursor do humorismo carioca, que tem naqueles nomes acima citados seus representantes consagrados no curso do século XX. Precursor do Barão de Itararé e de tantos outros brilhantes expoentes? Veja-se como Machadinho brinca com a polícia, por exemplo:

“Os *secretas* compreenderam que a primeira condição de uma polícia secreta era ser secreta. Para isso era indispensável não só que ninguém soubesse que eles eram *secretas* como até que nem mesmo chegasse remotamente a suspeitá-lo. Como impedir a descoberta ou a desconfiança? De um modo simples: — gritando: Sou *secreta*! Os *secretas* deixavam de ser *secretas*, e, sabendo o público que eles já não eram *secretas*, agora é que eles ficavam verdadeiramente *secretas*” (O.C., III, 424).

O luar e o lugar dos sertões

GILBERTO MENDONÇA TELES

Poeta e ensaísta.
Professor
Emérito da
PUC-Rio e da
Universidade
Federal de Goiás.

A palavra *sertão*¹ tem servido, em Portugal e no Brasil, para designar o “incerto”, o “desconhecido”, o “longínquo”, o “interior”, o “inculto” (terras não cultivadas e de gente grosseira), numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se vê sempre no “certo”, no “conhecido”, no “próximo”, no “litoral”, no “culto”, isto é, num lugar privilegiado – na “civilização”. É uma dessas palavras que traz em si, por dentro e por fora, as marcas do processo colonizador. Ela provém de um tipo de linguagem em que o *símbolo* comandava a significação (re)produzindo-a de cima para baixo, verticalmente, sem levar em conta a linguagem do outro, do que estava sendo colonizado. Refletia na América o ponto de vis-

¹ Na sua forma inicial, de conferência, publicado em francês no *Colloque International – Sertão: Réalité, Mythe et Fiction*. Université de Haute Bretagne, Rennes, França, 1991. Ampliado e transcrito em *A Escrituração da Escrita*. Petrópolis: Vozes, 1996. Novamente ampliado para *O Clarim e a Oração: Cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração, 2002. E em *Via Viator: Estudos em homenagem a Fernando Cristóvão*. Lisboa: Colibri, 2004.

ta do europeu — era o seu *dito* (ou seu ditado), enquanto nas florestas, nos descampados, nas regiões tidas por inóspitas, de vegetação difícil, ia-se criando a subversão de um *não-dito* nativista e sertanista que se tornou um dos mais importantes *signos* da cultura brasileira, sobretudo depois que Euclides da Cunha, no início do século XX [1902], publicou o seu livro magistral, *Os Sertões*, escancarando a realidade brasileira para os próprios brasileiros que, durante todo o século XX, discutiu e louvou esse livro, pondo sempre em evidência a sua linguagem, mas sem compreender bem os sentidos latentes na tortuosidade de uma escrita que a crítica, apalermada, pensou fosse uma “prosa parnasiana”, tratando logo de classificar o livro como “romance” [José Veríssimo e João Ribeiro], como “epopeia” [Afrânio Peixoto] e até como “poesia” [José Veríssimo]. Afrânio Coutinho chega ao cúmulo da baianidade, no fim de sua vida, ao pôr *Os Sertões* no gênero épico, ao lado de *Os Lusíadas*, do *Uruguai*, do *Caramuru*, em vez de incluí-lo entre os grandes ensaios brasileiros. Confundia a metáfora hiperbólica “a epopéia de Canudos” com a sua falta de rigor no estudo do texto de Euclides da Cunha.

A obscuridade etimológica que envolve o termo sertão² constitui um dos elementos motivadores das várias significações que ele foi adquirindo, à medida que o espaço brasileiro se foi ampliando para Oeste. Dir-se-ia que a horizontalidade da conquista territorial atuou no esvaziamento do símbolo colonialista, transformando-o em signo linguístico da nova realidade nacional e ampliando o imaginário dos nossos escritores. O percurso dessa transformação se deixa ler ao longo da poesia brasileira, não só através de mudanças operadas no significante escrito e falado [*sartão* → *çartão* → *certam* → *sertão* → *Sertão* → *sertões* → e o lúdico *ser tão*], mas principalmente pela incorporação de conteúdos provenientes da configuração geográfica do Brasil, com 4.328 km de extensão Leste-Oeste e 4.320 km de Norte a Sul, do que resultaram grandes áreas vazias no Centro, no Planalto Central, que só a partir de 1950 começam a ser efetivamente ocupadas. Isto explica o sentido popular,

² Cf. “Nota de Rodapé”, no final.

segundo o qual o sertão é outro lugar, é o lugar do outro: fala-se dele, mas ele sempre está longe da enunciação. É a concepção metropolitana que pôs a palavra em circulação no século XVI, que se amparava num demonstrativo, num advérbio ou num dêitico [esse, ali, lá, acolá, mais além], para melhor caracterizá-lo. A subversão deste conceito estratificado na língua só foi possível quando o escritor formulou a sua própria linguagem, assumindo-o como circunstância e falando de dentro dele, nele, “Destes sertões”, como na épica de Cláudio Manuel da Costa. Foi neste deslizar entre a língua e a linguagem, entre o lugar da acepção geográfica e o lu(g)ar da acepção poética, que se criaram as melhores imagens do sertão, como na aproximação de “Sertão e Favela”, em Oswald de Andrade, ou como no aproveitamento de um verso de Camões para a belíssima figura do “Sertão do Nunca Dantes” no *Martim Cererê*, de Casiano Ricardo. Ou como no cordel de Camongo, onde se diz que o Saci “Quanto mais pulo aprendia / e ensinava no sertão / mais inimigo fazia, / mais ganhava admiração / e mais punha poesia / no seu pulo e certidão”.

Pode-se falar no “entrelugar” do sertão, espaço entre a língua e a linguagem, entre a observação que se quer científica e a imaginação que o leva à literatura. É o que se documenta abundantemente nos cronistas e viajantes, incluindo-se os religiosos e catequistas, e vai lentamente aparecendo na obra dos poetas, com o seu “luar” e, claro, com o seu “lugar” ou “não-lugar”, uma utopia ou uma eutopia (um bom lugar) – um lugar banhado de luar: o lu(g)ar de fusão, de encontro de Riobaldo com o Diabo, uma trindade em que se reúnem o Inferno, o Purgatório e o Paraíso, como quer Ariano Suassuna em *A Pedra do Reino*, o lugar de encontro do mar com o sertão, segundo a profecia.

~ I. Nos Cronistas e Viajantes

A palavra sertão está em todos os cronistas e viajantes que visitaram o Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII, época das entradas e bandeiras, das descobertas de minas de ouro e diamante, da fundação de povoados e cidades, como

Vila Rica, em Minas Gerais, e Vila Boa, em Goiás. Os primeiros viajantes deixaram observações apenas sobre o litoral, onde viveram. Daí é que “contemplavam” o interior – o sertão –, falando dos índios que vinham do “mato” ou do sertão, palavras que se identificam na época. Depois, seguindo o exemplo dos bandeirantes, arriscaram-se para além da Serra do Mar; e já no século XIX configuravam todo o Brasil nos seus relatórios e relatos, como Saint-Hilaire, Pohl e Ferdinand Denis, por exemplo. Na obra desses viajantes existe um rico repositório de mitos, lendas, casos e uma série de músicas e canções: de amor, de guerra, de rituais (fúnebres, encantatórios) que ficaram sempre à margem da cultura brasileira. Os historiadores da cultura o ignoraram; os antropólogos tinham outras “preocupações”; e os sociólogos, “atarefados” com as classes sociais na perspectiva comunista, não lhe deram nenhuma importância e às vezes nem mesmo sabiam dele.

É claro que, oficialmente, a Carta de PERO VAZ DE CAMINHA, de 1500, hoje com pátina de literatura, é o primeiro documento a registrar a palavra *sertão* no Brasil. Ao falar das aves, anota que “*alguus deziã que virã rrolas mas eu nõ as vy mas segundo os arvoredos sam muy mujtos e d’jmfindas maneiras nõ doujdo que per esse sartaão ajam mujtas aues*” [p. 57]. E, ao descrever a nova terra que vê de dentro da nau capitânia, diz que “*depomta apomta he toda praya parma mujto chaã e mujto fremosa. pelo sartaão nos pareceo do mar mujto grande por que aestender olhos nõ podíamos veer se nõ tera earuoredos que nos parecia muy longa tera*” [p. 62].

Documenta-se aí o sentido que se generalizou entre os viajantes do século XVI: o da oposição *litoral* X *sertão*. No primeiro exemplo o demonstrativo aponta para o distante – “*esse sartaão*”, o que está longe “deste lugar”, de onde se fala: e a distância fica ainda maior quando se vê a palavra na sua forma antiga, com a assimilação de *e* / *a* e com as duas vogais antes da crase [aã]. No segundo, se concretiza a oposição: vista do mar e, portanto, em oposição a ele, a terra distante – o *sartaão* – pareceu ao cronista “*muy longa tera*”, com a conotação de terra vasta e distante por não ser abarcada pelos olhos. É com este sentido que vai

ser usada duas vezes em *Os Lusíadas*: primeiro referindo-se à Vila de Pondá, conquistada pelos portugueses no interior da Índia (“Pondá no *sertão* posta”, X,72); depois tratando das incursões pelo interior da Ilha de Java, como nos versos da estrofe 134 do canto X:

“A gente do Sertão, que as terras anda,
Hum rio diz que tem miraculoso,
Que por onde elle so sem outro vae,
Conuerte em pedra o pao que nelle cae”

Com exceção de ANDRÉ THEVET, em cuja obra *As Singularidades da França Antártica* [1558 ?] não conseguimos encontrar a palavra “sertão” mas apenas o seu equivalente ou “tradução”, como “interior” ou alguns possíveis sinônimos como “mato” e “região”, todos os viajantes que passaram pelo Brasil, da segunda metade do século XVI ao século XVIII, deixaram ligeiras referências ao termo, utilizando-o quase que com a mesma significação: a de terras distantes do litoral, *interland*, deixando aí implícita outra oposição – lugar sem árvore, praia, litoral / lugar com árvore, mato, interior [sertão]. A variação semântica, se existe, é mínima. Na obra de HANS STADEN, *Duas Viagens ao Brasil*, de 1557, encontra-se a descrição de uma viagem de Santa Catarina ao Paraguai, lendo-se que “Aqueles que seguiram por terra se muniram de víveres para a caminhada *através do sertão*” [p. 65]. Nos dois livros de PERO DE MAGALHÃES GÂNDAMO, amigo de Camões, encontra-se o termo sertão. Na *História da Província Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*, de 1576, o cap. 3 trata “Das capitánias e povoações de portugueses que há nesta província” e nele se lê:

“Tunto dellas [povoações] auia muitos Indios, quando os Portugueses começaram de as pouoar: mas porque os mesmos Indios se leuantauam contra elles & faziam lhes muitas treições, os governadores & capitães da terra destruíramnos pouco a pouco & mataram muitos delles: **outros fugi-**

ram pera o sertão, & assi ficou a terra desocupada de gentio ao longo daas pouoações”. [p.10 e 11].

E no próprio título do cap. 14, “Das Grandes Riquezas que se Esperam da Terra do Sertam”, se documenta a palavra, já numa grafia diferente, como era comum nessa época. [Lembre-se, de passagem, que a uniformização da ortografia portuguesa só se vai dar em 1911.] Esse capítulo mostra, numa narração fantasiosa mas contida, como os índios, expulsos da costa leste do Brasil, foram ter com índios provenientes da costa oriental, do Peru, ávidos por trocar ouro por ferramenta e como encontraram uma cidade de ouro e prata no caminho [o mito do El-Dorado]. Vale a pena ver o texto, tal como está na edição *princeps*:

“Esta prouincia Sancta Cruz, alem de ser tã fertil como digo, & abastada de todolos mântimentos necessarios pera a vida do homem, he certo ser tambem muy rica, & auer nella muito ouro & pedraria, de que se tem grandes esperanças. E a maneira de como isto se veo a denunciar & ter por cousa aueriguada, foy por via dos Indios da terra. Os quaes como nam tenham fazendas que os detenham em suas patrias, & seu intento nam seja outro senam buscar sempre terras nouas, a fim de lhes parecer que acháram nellas immortalidade & descanso perpetuo, aconteceo leuantareense hũs poucos de suas terras, & **meterense pelo sertam dentro**: onde depois de terem entrado algũas jornadas, foram dar com outros Indios seus contrarios, & ali teueram com elles grande guerra. E por serem muitos & lhes darem nas costas, nam se podéram tornar outra vez a suas terras: por onde lhes foy forçado **entrar pela terra dentro muitas legoas.**”

Em sua *Viagem à Terra do Brasil*, de 1578, JEAN DE LÉRY, sempre a contestar ANDRÉ THEVET, descreve o que viu e o que ouviu ao longo da costa brasileira. Quando deseja indicar fatos que ocorreram longe da costa, não usa a palavra “sertão”, mas expressões como “cerca de 20 léguas pelo interior das terras”, no

“mato”, “dentro do mato” e outras sinônimas. Comporta-se como se o olhar do civilizado devesse estar sempre no litoral, além do qual só existem as terras do interior e, portanto, do desconhecido, concepção que vai chegar a Machado de Assis e, de certa forma, a muitos habitantes do Rio de Janeiro na atualidade. Se a usou no original francês, não conseguimos saber. O certo é que, se usou, seu tradutor ou não gostava da palavra ou camuflou-a nas expressões mencionadas. Leve-se em conta, também, que Jean de Léry tratou apenas dos tupinambás, índios que percorriam as praias do Brasil, de Pernambuco a São Paulo.

Em 1587, no *Tratado Descritivo do Brasil*, GABRIEL SOARES DE SOUSA, quase no fim da segunda parte do seu livro, inicia o cap. CLXXVIII anunciando que “Daqui por diante se vai continuando com a vida e costumes dos tupinaés, e outras castas de gentio da Bahia **que vive pela terra dentro do seu sertão**, dos quais diremos o que pudemos alcançar deles; e começando logo nos tupinaés”. E a seguir dirá:

“Os quais tupinaés nos tempos antigos viveram ao longo do mar, como fica dito no título dos tupinambás, que os lançaram dele para o sertão, onde agora vivem, e terão ocupado uma corda de terra de mais de 200 léguas; mas ficam entressachados com eles, em algumas partes, alguns tapuias, com quem têm também contínua guerra”.

No *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, escrito por volta de 1588, o PE. FERNÃO CARDIM descobre a jaboticaba e diz que ela “é fruta rara, e acha-se somente *pelo sertão adentro* da capitania de São Vicente” [p. 60]. Dá depois uma visão geográfica do sertão ao descrever o *pinheiro* e registrar que “No *sertão* da Capitania de São Vicente até ao Paraguay há muitos e grandes pinhais propriamente como os de Portugal” [p. 61]. E mais adiante, tratando das línguas indígenas, anota que

“Em toda esta provincia ha muitas e varias nações de diferentes linguas, porém uma é a principal que comprehende algumas dez nações de Índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande **corda do sertão**, porém são

todos estes de uma só lingua ainda que em algumas palavras discrepão e esta é a que entendem os Portuguezes; é facil, e elegante, e suave, e copiosa, a difficuldade della está em ter muitas composições: porém dos Portuguezes, quasi todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os Indios a sabem em breve tempo, e os filhos dos Portuguezes cá nascidos a sabem melhor que os Portuguezes, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente, e com estas dez nações de Indios têm os Padres comunicação por lhes saberem a lingua, e serem mais domesticos e bem inclinados: estes forão e são os amigos antigos dos Portuguezes, com cuja ajuda e armas, conquistarão esta terra, pelejando contra seus proprios parentes, e outras diversas nações barbaras e rão tantos os desta casta que parecia impossivel poderem-se extinguir, porem os Portuguezes lhes têm dado tal pressa [*sic*] que quasi todos são mortos e lhes têm tal medo, que despovoão a costa e **fogem pelo sertão a dentro até trezentas a quatrocentas leguas**” [p. 194-5].

É uma citação bastante longa, mas realmente importante pelo número de informações sobre o *habitat* dos índios no século XVI e, principalmente, pelo processo gradual de extinção de que foram vítimas pelos colonizadores portugueses.

FREI VICENTE DO SALVADOR, o nosso primeiro historiador [a sua *História do Brasil* é de 1627], várias vezes menciona o *sertão*, fixando-lhe definitivamente o sentido de terras de dentro do país, em oposição às terras “de fora”, isto é, as que se estendem pela costa brasileira. As suas imagens ficaram famosas como aquela de que o Brasil tem a “figura de uma harpa” ou a de comparar os portugueses com os caranguejos:

“Da largura que a terra do Brasil tem para o **sertão** não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” [p. 59].

Do capítulo XX, intitulado “Das Entradas que Neste Tempo se Fizeram pelo Sertão”, transcrevo um parágrafo em que não deixa de haver alguma ironia na maneira de narrar os acontecimentos a respeito dos selvagens. Além do que o termo *sertão* aparece como lugar montanhoso e distante:

“Por estas razões [os moradores reclamaram pelo fato de os índios terem fugido para o sertão], ou por comprazer aos suplicantes, deu o governador as licenças que lhes pediram para mandarem **ao sertão descer** índios por meio dos mamalucos, os quais não iam tão confiados na eloquência que não levassem muitos soldados brancos e índios confederados e amigos, com suas frechas e armas, com as quais, quando não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força. Mas ordinariamente bastava a língua do parente mamaluco, que lhes representava a fartura do peixe e marisco do mar de que lá careciam, a liberdade de que haviam de gozar, a qual não teriam se os trouxessem por guerra” [p. 180].

A palavra *sertão* aparece também explícita no título do cap. XXV [“De uma Entrada que Nesse Tempo se Fez de Pernambuco ao *Sertão*”] e no do XXI: “De uma Entrada que se Fez ao Sertão em Busca dos Gentios que Fugiram das Guerras de Cirigipe e Outros”. Compreenda-se: a guerra do Sergipe e outras foram as de capturas de índios que, como recurso, fugiam para o interior do país...

A crítica de Frei Vicente, em torno de 1620, em Portugal, deve ter influído na exploração do novo território e atuou na formação da consciência nativista no Brasil, assim como as peripécias da epopeia portuguesa serviram de estímulo e de comparação com as novas peripécias por que passavam os bandeirantes, todos empenhados em descobrir ouro, conquistar índios e ampliar as “suas” terras pelo sertão adentro. Em 1616, no sertão de Paraupava (atual Rio Araguaia, no centro do Brasil), um bandeirante escreveu no verso de uma página de inventário algumas estrofes de *Os Lusíadas*, comparando as aventuras de Vasco da Gama com as suas próprias andanças pelo sertão, visto, portanto, como um mar, imagem que se tornará emblemática na cultura brasileira, como

na profecia de Antônio Conselheiro em Canudos, segundo a qual “o mar vai virar sertão / e o sertão vai virar mar”.

No famoso livro de ANDRÉ JOÃO ANTONIL, *Cultura e Opulência no Brasil*, de 1711, há inúmeras citações do termo *sertão*, como quando fala dos engenhos **de cana-de-açúcar** [“Por isso, os bois, que vêm do *sertão* cansados e maltratados no caminho”, p. 106]; **do tabaco**, usado por grande “parte dos moradores dos campos, que chamam da Cachoeira, e de outros do *sertão* da Bahia, passou pouco a pouco a ser um dos gêneros de maior estimação” [p. 149], “fora o que se lavra pelas mais partes do sertão dela” [p. 157]; **das minas de ouro** no *sertão* [a descoberta do ouro preto] e dizendo que “Das cidades, vilas, recôncavos e *sertões* do Brasil, vão brancos, pardos, e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem” [p. 167]; **dos índios** [“brigando entre si sobre a repartição dos índios gentios que traziam do *sertão*”, p. 165]; **das pastagens**, lugar em que tem oportunidade de descrever as dimensões dos vários *sertões* que antecipam o grande estudo de Euclides da Cunha:

“E, posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo **sertão** se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o Rio de São Francisco 80 léguas; e continuando da barra do Rio de São Francisco até a barra do Rio Iguaçu, contam-se 200 léguas. De Olinda para oeste, até o Piauí, freguesia de Nossa Senhora de Vitória, 160 léguas; e pela parte do norte estende-se de Olinda até o Ceará-mirim, 80 léguas, e daí até o Açu, 35; e até o Ceará Grande, 80; e, por todas, vem a estender-se desde Olinda até esta parte quase 200 léguas [p. 199].

É no século XVIII que surge a obra fantasiosa de SEBASTIÃO DA ROCHA PITA, *História da América Portuguesa*, de 1730. Logo no Livro Primeiro, descrevendo apologeticamente o Brasil, anota que “A sua latitude pelo interior da terra é larguíssima” e, na mesma página 21, informa sem nenhuma cerimônia, que “As montanhas dos Guararapes, que principiando menos elevadas quatro

léguas da mesma vila, vão continuando para o *sertão* com grandíssima altura, e acabam em serranias que penetram os ares”. Na página seguinte, junta num único parágrafo informações sintéticas [dir-se-iam poéticas] sobre Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Depois de anotar que o Serro Frio tem “mais partos de ouro” que “as minas de Potosí tiveram de prata”, escreve:

“A estupenda serra de Paranapiacaba, que, tendo assento no continente vizinho às vilas de Santos e S. Vicente, vai inconstantemente subindo em voltas, umas sobre o mar, outras para o interior da terra, e dando por algumas partes entrada menos difícil, por outros estreitos e fragoso trânsito para a cidade de S. Paulo, que lhe fica pelo **sertão** sete léguas distantes” [p. 22].

Um tanto hiperbolicamente fala do Rio São Francisco que, com o Amazonas e o da Prata, “podem fazer um triunvirato das águas dominantes sobre todos os rios do mundo”, acrescentando que “fecundíssimas e medicinais as suas águas, navegáveis de embarcações medianas mais de 40 léguas pelo *sertão*; por duas [*sic*] abre a boca, querendo tragar o mar quando nele entra, e por muitas o penetra, adoçando-lhe as ondas” [p. 23].

Depois aparece o *Diálogo das Grandezas do Brasil*, editado em 1741 e hoje atribuído a AMBRÓZIO FERNANDES BRANDÃO. A palavra *sertão* já aparece no primeiro diálogo, quando Brandônio levanta, talvez pela primeira vez, o problema de que os espanhóis eram melhores conquistadores do que os portugueses. Ao que Alviano confirma, dizendo quase à maneira de Frei Vicente do Salvador: “Como não, se vemos que, em tanto tempo que habitam neste Brasil, não se alargaram para o *sertão* para haverem de povoar nele dez léguas, contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem somente em fazer açúcares?” [p. 29]. E no “Diálogo Quinto”, tratando das aves e pássaros, fala dos *anuns* [anus] dizendo, pela boca de Brandônio, que são pretos por não terem sangue. Alviano estranha e Brandônio acrescenta: “Pois assim passa, que estes pássaros o não têm. *Hyendaias* [jandaias] são outros pássaros que se criam no *sertão*” [p. 203].

No século XIX, quando se fazia a nossa independência política, FERDINAND DENIS estava no Brasil e nos deixou excelentes observações sobre vários aspectos da nossa vida cultural. No seu livro *Brasil*, em seis volumes, de 1837, há várias referências ao *sertão*, a começar pelo sumário, onde há um capítulo que se denomina “Extensão Prodigiosa de Antigas Propriedades no Sertão da Bahia” e no qual já se lê a transcrição de uma denúncia de Aires de Casal: “Por extenso que possa ser o sertão da Bahia, pertence ela [*sic*] quase completamente a duas das principais famílias desta cidade” (p. 258). Na p. 384 traz um capítulo que se chama “Habitantes do Sertão”, onde se fala no sertão de Minas, no de Pernambuco e usa em lugar do termo sertão o possível sinônimo *deserto*: “Todavia já não há índios no deserto”. Fala também em “brancos de raça pura” e na “poesia” popular do sertão. É a partir de suas críticas em outro livro que os escritores brasileiros vão despertar para a nova realidade nacional, procurando ver a natureza do Brasil em vez de copiar a da Europa e criando assim imagens que vão sustentar o sentido do Romantismo brasileiro. Sobre a importância de seu livro *Scènes de la Nature Sous le Tropiques, e de Leur Influence sur la Poésie*, de 1824, veja o que escrevemos na 4.^a edição de *Camões e a Poesia Brasileira*.

O século XIX foi o dos grandes viajantes pelo interior do Brasil. E um dos maiores, se não o mais importante deles, foi o GENERAL COUTO DE MAGALHÃES, com *O Selvagem*, de 1876, obra onde Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e muitos modernistas foram buscar a autêntica matéria nacional de muitos de seus escritos. O livro está dividido em oito partes e um apêndice, onde são bem estudados o homem americano, o do Brasil, as suas línguas, raças, famílias, religiões, geografia, lendas, contos e mitos, além de um Curso de Língua Tupi (*Nheengatu*). A sua VI parte se denomina “O Grande Sertão Interior”, expressão que conota uma série de referências, que vão da síntese científica de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, de 1902, à síntese literária de *Grande Sertão: Veredas*, de J. Guimarães Rosa, em 1956. É nessa parte – nesse “grande sertão interior” – que o General-Presidente de Províncias [Goiás, São Paulo, Mato Grosso e

Pará, além de administração em Minas Gerais] estuda a região [o sertão] dos selvagens, usando constantemente expressões como “Nesses sertões”, “sertão de Cuiabá”, “pelo sertão adentro”, “fazendo-se aos sertões”, “destes sertões” e tantas outras.

Mas é na V parte, “Família e Religião Selvagem”, que Couto de Magalhães ousa passar da descrição exterior à configuração de uma teogonia tupi, valorizando e estruturando o imaginário selvagem, quase cem anos antes de Lévy-Strauss escrever *O Pensamento Selvagem*. É desse capítulo, como se verá adiante, que retiramos os tópicos da **lua** e do **luar**, misturado-o com a letra da famosa modinha de Catulo da Paixão Cearense [“Luar do Sertão”] para o título deste estudo, em que o *sertão* (e os *sertões*), na vaga claridade do *luar*, transforma-se no **lugar** privilegiado – uma *eutopia* – em que os problemas sociais e econômicos, descritos por Euclides da Cunha, adquirem a dimensão mágica e encantatória da poesia e das lendas que ativam a imaginação dos sertanejos, como na obra de Guimarães Rosa.

~ 2. Na Poesia Brasileira

Evidentemente, não é possível escrever a história da poesia brasileira em torno da palavra SERTÃO, assim como é possível fazê-lo em torno do nome de CAMÕES, como demonstramos no livro acima mencionado. Mas ao longo da poesia brasileira pode-se documentar, no real e no imaginário da poesia, a transformação das duas vertentes semânticas iniciais do termo *sertão*: a que é concebida no *litoral* e a que se vai compondo no *interior*, ou seja, dentro do próprio *sertão*. E como, a partir daí, se foi elaborando a dicotomia entre a visão de uma realidade bruta, mas autêntica na sua brasilidade, e uma visão utópica, de pureza e de esperança.

Seria importante recolher dos viajantes e, depois, dos antropólogos brasileiros (Couto de Magalhães, por exemplo) as observações sobre a música, o canto e a poesia dos selvagens, como “As Trovas Indígenas” no volume

Primeiras Letras, editado em 1923 pela Academia Brasileira de Letras. Entre elas está a da Lua Nova, possivelmente traduzida das canções indígenas:

Lua nova, os meus desejos
Na vossa presença estão:
Levai-os ao meu amigo
Lá no fundo do sertão.

A importância da lua [e do luar] nas trovas dos índios do sertão está ligada ao sentido que eles dão às suas divindades. Couto de Magalhães, em *O Selvagem*, documenta, melhor que todos, a cosmologia indígena, informando a partir da página 168 que “Os deuses superiores, a quem o selvagem atribui ação geral sobre o mundo, são [...] o sol, a lua, e Rudá, ou o deus do amor, ou da reprodução”. E acrescenta: “Guaracy, o sol. Este deus criou o homem e os viventes; abaixo dele parece que havia outros seres sobrenaturais, especialmente adstritos a certas ordens de animais”, como o *Uirapuru*, o deus dos pássaros; o *Anhangá* [sic], da caça; o *Caiapora*, do mato; e o *Uauyará*, dos peixes. “Os deuses submetidos a Jacy, ou lua, que é a mãe geral dos vegetais”, são: o *Saci Cererê*, o brincalhão; o *Mboitatá*, gênio que protege o campo contra as queimadas; o *Urutau*, a ave que assombra os caminhos; e o *Curupira*, o protetor das florestas. Para o grande sertanista, estas duas ordens de deuses, protetores dos seres vivos – homens, águas (rios, lagos, fontes) e vegetais (campos, árvores e florestas) está ligada a Rudá, deus do amor. É claro que existe uma analogia com a Trindade cristã, assim como esta tem alguma coisa a ver com a de Hesíodo, nos versos 116 e seguintes da sua *Teogonia*: a concepção de três entidades primordiais que existiam antes da criação do universo – o Abismo (Χάος), a Terra (Γαῖα) e o Amor (Ἔρως). Eros aparece com um papel especial, pois, não tendo o poder de criar (de procriar), tem o de atrair um para o outro os seres que foram sendo criados a partir de cada um dos dois outros deuses.

Eis como Couto de Magalhães descreve o deus do amor, Rudá: “Sua missão é criar o amor nos corações dos homens, despertar-lhes saudades e fazê-los

voltar para a tribo, de suas longas e repetidas peregrinações”. Tinha como auxiliar *Cairé*, a lua cheia; *Catiti*, a lua nova, “cuja missão é despertar saudades no amante ausente. Parece que os índios consideravam cada forma de lua como um ente distinto. Há incontestavelmente propriedade e poesia nesta concepção de lua nova e lua cheia como fonte e origem de saudade”. Transcreve três canções, uma para o deus do amor, outra para a lua cheia; e a terceira para a lua nova, dizendo que as

“invocações eram feitas ao pôr-do-sol ou da lua, e o canto, como quase todos os dos índios, era pausado, monótono e melancólico. [...] a jovem índia [...] devia dirigir-se a Rudá, ao morrer do sol ou ao nascer da lua, e, estendendo o braço direito na direção em que supunha que o amante devia estar, cantava:

Rudá, Rudá,
Iuáka pinaie,
Amãna reçaïçu...
Iuáka pinaie
Aiuté Cunhã
Puxiuéra oikó
Ne mumanuára ce recé
Quahá caarúca pupé”.³

A invocação à lua cheia, a *Cairé*, era a seguinte: “*Cairé, cairé nú / Manuára danú çanú / Eré ci erú cika / piape amu? Omanuara ce recé / Quahá pitúna pupé*”, traduzida como: “Eia, ó minha mãe [a lua]; fazei chegar esta noite ao coração dele [o amante] a lembrança de mim”. E a invocação da lua nova, a lua invisível, a *Catiti*, a que Oswald de Andrade meteu no seu *Manifesto Antropófago*, dizia no seu todo:

³ Couto de Magalhães dá, na mesma página 172, a seguinte tradução: “Ó Rudá, tu que estás nos céus, e que amas as chuvas... Tu que estás nos céus... faze com que ele [o amante] por mais mulheres que tenha, as ache todas feias; faze com que ele se lembre de mim esta tarde quando o sol [ou a lua] se ausentar no ocidente”.

Catiti, Catiti
Imára notiá
Notiá imára,
Epejú [Fulano]
Emú manuára
Ce recé [Fulana]
Cuçukui xa icó
Ixé anhú i piá póra.⁴

A poesia do clarão da lua ilumina os contos e lendas do sertão, criando fantasmagorias, imagens dúbias, elementos do fantástico em que as coisas e os seres são e não são ao mesmo tempo, propiciando aos contistas a linguagem de um realismo mágico, impossível de se esquecer na literatura regional brasileira, mesmo quando não havia ainda uma literatura brasileira.

Na vasta obra do PE. JOSÉ DE ANCHIETA, a palavra *sertão* confirma o significado de terras distantes do litoral, em oposição geográfica e cultural a ele, mas já se apresenta designando o lugar de gente (índio) que precisa ser catequizada, como na estrofe I7 do poema “De São Maurício”, escrito em torno de 1580:

“Mártires mui esforçados,
pois sois nossa defesa,
defendei com vossa mão,
vossos filhos e soldados,
que são idas ao *sertão*,

pois vão, com boa intenção,
a buscar gente perdida,

⁴ Tradução: “Lua Nova, ó Lua Nova! Assoprai em Fulano lembranças de mim; eis-me aqui, estou em vossa presença; fazei com que eu tão-somente ocupe seu coração”.

que possa ser convertida
a Iesu, de coração,
a ganhar a eterna vida” [p. 376].

O texto nos faz saber que os jesuítas organizavam entradas para trazer índios a serem catequizados: o “outro”, o índio estava no mato, no sertão, sujeito à sua “filosofia” de vida e de “religião”. Os jesuítas estavam no litoral, e eram cristãos. Logo, era preciso buscar os índios para convertê-los ao cristianismo. Com isto passa-se a ideia de que a religião católica era boa e a crença dos selvagens ruim.

No seu teatro [em português, espanhol e tupi], há um auto sobre o “Recebimento que fizeram os índios de Guaraparim ao Pe. Provincial Marçal Beliar-te”, cujos versos 71 e 72, em setessílabos, dizem que “Uns são velhos moradores, / outros novos, *do sertão*” (p. 239); e, no “Diálogo dos Diabos, Satanás e Lúcifer contra S. Maurício, no adro da igreja”, se lê: “Não fica nenhum rincão / que não revolta num ponto, / *da costa até o sertão*” (p. 293). Na tradução espanhola, ao lado, aparece a forma *sertón* (“*la costa con el sertón*”, p. 293); e na tradução tupi o termo *sertão* encontra expressão na perífrase *ñaimbyára pupé*, (p. 710), lendo-se a oposição “planalto X litoral” na etimologia indígena: **ña** = assim; **yby** = terra, chão; **ára** = alto, de cima [o dia, por exemplo]; **pupé** = onde, em meio – daí *ñaimbyára pupé* = “terra que está no alto”, planalto, e, em decorrência, “*terras do interior*”, na perspectiva de quem as vê da costa, entre matos e montanhas, como no verso “da costa até o sertão” (p. 293, acima).

Na *Informação do Brasil e de suas Capitâneas*, de 1584, Anchieta menciona muitas vezes o *sertão*, sempre na oposição com o litoral, como na página 12, onde, falando sobre o gentio, escreve:

“Todo este gentio desta costa, que também se derrama mais de 200 léguas pelo *sertão*, e os mesmos carijós que pelo *sertão* chegam até as serras do Peru, têm uma mesma língua que é grandíssimo bem para a sua conversão. Entre eles pelos matos há diversas nações de outros bárbaros de diversíssimas línguas a que estes índios chamam Tapuias, que quer dizer escravos, porque todos os que não são de sua nação têm por tais e com todos têm guerra.”

E logo a seguir, no mesmo parágrafo, faz uma observação importante para o estudo da toponímia dos primeiros anos do Brasil e do lugar de certas tribos na Bahia, anotando que

“Destes tapuias foi antigamente povoada esta costa, como os índios afirmam e assim o mostram muitos nomes de muitos lugares que ficaram de suas línguas que ainda agora se usam; mas foram se recolhendo pelos matos e muitos deles moram entre os índios da costa e do sertão.”

O termo sertão adquire agora maior densidade semântica com a acepção de “interior do Brasil” e vai-se tornar comum na vida dos luso-brasileiros, com pais, filhos, irmãos e amigos entrando continuamente na direção do Oeste. Na obra de GREGÓRIO DE MATOS, na segunda metade do século XVII, o sertão é visto como coisa próxima, mas ainda de fora, como nas “Décimas” em que se descrevem as festas de um cavalo e se fala no “boi do sertão”, aparecendo noutro poema a expressão “esse sertão” e, noutro, de forma “experimentalista”, “Um vaqueiro... do sertão”. E diz ainda que “O Tapuia é mui valente,/ Pouco digo, valentão,/ pois no centro do sertão/ Fez já fugir muita gente”. Gregório de Matos trata o sertão de longe, em oposição à cidade da Bahia (ou do Recife). Mas trata-o também como uma realidade contígua, apenas distante.

No século XVIII, quando se vai consolidando a ocupação humana do interior do Brasil – Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, oeste de Pernambuco e de Alagoas, sul do Ceará e do Piauí –, o sentido de sertão adquire conotações mais concretas, sendo agora visto de fora e de dentro. Vira contexto e circunstância e deixa de ser um lugar longínquo. O relatório de um governador das Minas Gerais, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, informa, numa frase decassílabo, que “*O Sertão está quieto e sossegado*”. O narrador está escrevendo de dentro do sertão, está nele, não num espaço desconhecido, mas numa região que se vai individualizando como o indica a maiúscula do vocábulo. Os poetas da época também assumem o sertão, numa atitude que, para além dos modelos arcádicos, estimulava uma filosofia mais profunda de nativismo a que só os modernistas dariam as devidas dimensões críticas.

Entretanto, a palavra não se encontra no *Uruguai*, talvez porque toda a ação do poema se passe no Sul, envolvendo o Rio Grande, o Uruguai e parte da Argentina. E nisto se patenteia o sentido geográfico que a palavra foi tomando, referindo-se mais tarde apenas ao *hinterland* e ao Nordeste. Em BASÍLIO DA GAMA ela só se documenta no poema *Quitúbia*, onde se diz que “O Sertão penetraste valoroso”: a referência é o herói do poema, Quitúbi, nome de guerra de Domingos Ferreira de Assunção, que, em 1773, esteve duas vezes vitorioso no sertão angolano de Balundo.

Nas obras poéticas de CLÁUDIO MANUEL DA COSTA, logo no “Prólogo ao leitor”, encontramos “os sertões da Capitania das Minas Gerais”. O poeta está dedicando o seu livro e fala com certo orgulho num “Engenho” poético, que está escrevendo “desde os sertões” e sente prazer em contrapor a sua produção poética à da Metrópole. Cláudio vira a mão única que até então caracterizava o significado de sertão: agora a perspectiva é também do interior para o litoral, e não há só um, mas vários sertões, pois o poeta só se refere a ele no plural – “ásperos sertões”, “centro dos Sertões”, “Destes Sertões”, “estes sertões escuros”, “O giro dos sertões”. O sujeito lírico de Cláudio olha o sertão de perto, como o comprova o demonstrativo *este* na maioria dos exemplos.

Mas é no *Caramuru* (1781), de FR. JOSÉ DE SANTA RITA DURÃO, que se encontra o maior número de abonações do lexema sertão. Não é de admirar, uma vez que o tema da narrativa épica se localiza na Bahia e abrange os dois primeiros séculos da história do Brasil. Aí se fala “em meio dos sertões”, “no sertão vasto”, “no cabloco do sertão mais bruto”, nas “nações do sertão” e na chegada de Tomé de Souza, que “Toma posse legítima e patente/ Da Bahia e sertão”. Além de inúmeros outros exemplos. Uma simples leitura chama a atenção para o jogo sertão / sertões, com predomínio do singular; o plural só aparece quando o narrador trata de várias nações de índios. É como se cada tribo tivesse o seu próprio sertão, como se as suas terras fossem realmente demarcadas, como nos versos do canto I: “Mas a gente infeliz, no sertão vasto/ por matos e montanhas dividida”. O comum, entretanto, é que o termo se oponha a litoral, o que está, aliás, bem expresso em dois versos quase iguais:

“Terror do sertão vasto e da marinha” (p. 95) e “Se ouvirá na marinha e sertão vasto” (p. 200), notando-se recorrência da expressão “sertão vasto” em pelo menos cinco outros versos. Finalmente, no Canto III, a palavra sertão não deixa de estar sugerida num jogo de palavras, melhor, na montagem que se pode fazer dos significantes Ser e tão nos versos “Mas mais raro será quem, insolente,/ Tenha do sumo Ser tão cega incúria” (p. 84). O poeta não se refere diretamente ao sertão, mas está falando da cultura dos índios que o habitam.

O século XIX idealizou o sertão. O que havia sido sentimento legítimo de orgulho de descoberta e convivência, com o escritor mineiro percebendo de perto os hábitos e a carência da vida sertaneja, vai receber, depois da Independência, os efeitos da romantização da natureza e dos habitantes do interior, a que se opõem não somente o litoral, mas também a Corte do Rio de Janeiro, que ocupou o lugar de Lisboa na produção da linguagem dominadora, o que, de certa forma, continua até hoje com os meios de comunicação de massa; e o sertão – o interior, as terras despovoadas e distantes, sobretudo certas áreas nordestinas – passou a ser o lugar do conflito social dos jagunços e cangaceiros, dos agregados e oprimidos por uma política agropastoril que privilegiou sempre os mais ricos. As tendências literárias, como o indianismo e o sertanismo, não chegaram a disfarçar a vanglória de uma nacionalismo que evoluiu para o ufanismo das classes dominantes.

Os poetas românticos usaram pouco a palavra sertão, principalmente se se levam em conta os grandes volumes de versos que escreveram. GONÇALVES DE MAGALHÃES só a usa três ou quatro vezes. Porto-Alegre, nas *Brasilianas*, fala duas vezes em “incultos sertões”. GONÇALVES DIAS emprega “por ínvio sertão” em “O canto do piaga”. Em *Os Timbiras* apenas duas vezes, uma delas para falar no “ronco dos sertões imensos”. E o mais curioso é que a sua melhor poesia é a indianista ou a da natureza panteisticamente considerada. ÁLVARES DE AZEVEDO, num único poema, fala “No deserto”, “No silêncio” e “Nos perfumes do sertão”, quase esgotando os semas que estruturam o seu conteúdo. CASIMIRO DE ABREU se sente no sertão: “o alaúde adormecido do pobre filho do sertão”, como no prefácio às suas *Primaveras*. JUNQUEIRA FREIRE

canta tudo que vê “Nos sertões” de sua terra, segundo a sua própria expressão. Fagundes Varela é o mais copioso dos nossos românticos e com uma temática toda voltada para a natureza nacional, apresentando-se entusiasmado com o sertão. Na obra de CASTRO ALVES, quando o Romantismo atinge melhor a sua preocupação social, encontramos no poema virgilianamente denominado “*Sub tegimine fagi*” os versos “O pensamento indômito, arrojado / Galopa no sertão”. A palavra se apresenta agora como o espaço da liberdade, onde o signo (não o símbolo) assume, como imaginário individual, a sua mais alta realização na ideologia do sertão. Tanto é verdade que, logo a seguir, em “Pedro Ivo”, o poeta vai dizer ao herói popular que “a liberdade ainda pulula ali”, no sertão. Já em BERNARDO GUIMARÃES, homem do interior, a palavra só existe na recordação, como em “Saudades do sertão do Oeste de Minas” e em “Cenas do sertão”. MACHADO DE ASSIS retoma a primitiva ideia romântica do sertão, vendo-o de fora e ampliando-o no verso “De sertão em sertão”. E Sousaândrade, em *O Guesa*, o rodeia de adjetivos (“O azul sertão formoso e deslumbrante”), mas o alarga na direção dos Andes, no Peru.

Os parnasianos, apesar do realismo, não mudaram nada do conceito de sertão. OLAVO BILAC, em *O Caçador de Esmeraldas*, o usou três vezes: no início na primeira parte, no famoso verso “Fernão Dias Pais Leme entrou pelo sertão” e no final, com ligeira variante: “Fernão Dias Pais Leme invadiu o sertão!”. Na terceira parte alude pleonasticamente ao “sertão deserto”. RAIMUNDO CORREIA opõe as feras da cidade às “feras do sertão”, vendo-o de fora e através de chavões do tipo “As filhas do sertão”, “a brisa do sertão”.

Os simbolistas trataram um pouco diferente o sertão, aproximando-se do vocábulo e criticando o seu lado romântico, como no poema “Na Vila”, de CRUZ E SOUSA: “as agrestes paragens do sertão / Se dão saúde a espíritos enfermos / Também supremas nostalgias dão!”. E ALPHONSUS DE GUIMARAENS, numa carta a Mário de Alencar, se queixa dos “miseros sertões mineiros!”, onde vivia. E, num poema, volta à imagem dos “invios sertões”, mas dando-lhe novas conotações simbólicas, aproximando-a do “eterno sono”, numa bela imagem da morte como lugar de “escura brenha”, onde os homens se perdem.

Este sentido crítico dos simbolistas vai-se perder ou se desviar com o aparecimento de *Porque me Ufano do Meu País*, do CONDE AFFONSO CELSO, em 1900. Como este livro escamoteia qualquer aspecto crítico em relação ao Brasil, a palavra sertão só aparece quando se elogia o caráter do homem do interior e quando se enaltece o valor dos bandeirantes que iam “à conquista do remoto sertão misterioso”. O livro de Affonso Celso vem logo depois dos acontecimentos de Canudos, de que resultará em 1902 a obra fundamental de EUCLIDES DA CUNHA, *Os Sertões*, de linguagem que a crítica despreparada viu como parnasiano-positivista, mostrando cientificamente uma série de problemas que assolavam o interior da Bahia. E vem também depois de *Sertão* (1896), de Coelho Neto, e de *Pelo Sertão* (1898), de AFONSO ARINOS, livros que se valeram do conto para mostrar a cor local das regiões centrais e, nas entrelinhas, os quadros de miséria da gente que ali vive.

Foi sob influência do ufanismo que surgiu o maranhense CATULO DA PAIXÃO CEARENSE, com livros denominados *Meu Sertão* (1918), *Sertão em Flor* (1919) e *Alma do Sertão* (1928), este último no ano mais importante da produção modernista, quando saíram livros como *Martim Cererê* e *Macunaíma*, mas também ano em que começam a aparecer os romances do Nordeste. A obra de Catulo celebra ufanisticamente o sertão, contrapondo-o à cidade e à literatura culta, escrevendo em dialeto caipira e deixando alguns poemas que, musicados, se tornaram parte viva do “folclore” brasileiro, como é o caso de “Luar do sertão”, verdadeiro *locus amoenus* que ocupou o “lugar do sertão” no momento crítico do Modernismo, mostrando só o lado bom do interior, como nos versos: “Este luar, cá da cidade, / tão escuro / não tem aquela saudade / do luar / lá do sertão”, onde se endossa a filosofia de exaltação do campo e das grandezas do Brasil.

Os modernistas utilizaram o humor e a ironia para introduzir um sentido de crítica política e sociológica em relação ao interior brasileiro. Na “Falação”, texto com que OSWALD DE ANDRADE apresenta o seu *Pau-Brasil*, em 1924, juntam-se “O Sertão e a favela”, com a miséria identificando as duas palavras. A reescrita que faz de Fr. Vicente do Salvador o leva às “águias do sertão” e aos índios “Que cada dia descem do sertão”. MÁRIO DE ANDRADE, apesar da

grande abertura lexical de sua poesia, só vai usar a palavra sertão depois de 1928, quando grita: “Eh ritmos de síncopa e cheiros lentos do sertão”, quando cita uma “viola / De sertão” e se diz estar “Sonhando com o sertão”. CASSIANO RICARDO é, porém, o poeta modernista que mais empregou a palavra, sobretudo em *Martim Cererê*. Aí vemos um “sertão antropófago” e encontramos a pergunta: “Cadê o sertão daqui?” e a resposta (“Lavrador derrubou”) que denuncia o desmatamento da nossa floresta. Mas Cassiano se vale mais de 30 vezes da palavra que, segundo o poema, “trancava a passagem ao conquistador eu! / Com as raízes da vida enterrada no chão. / O sertão! / O sertão! / O sertão!”. O poeta soube explorar o valor cultural da palavra, mas sempre na perspectiva do litoral para o interior e quase sempre de maneira alegórica, sem verdadeiramente problematizar os conteúdos humanos dessas regiões do país. Carlos Drummond de Andrade só em 1962, no poema “O Padre, a Moça”, vai empregá-la pela primeira vez nos seguintes versos: “Em cem léguas de sertão / é tudo estalar de joelhos / no chão.” E em “A Visita”, sobre a visita que Mário de Andrade fez a Alphonsus de Guimaraens em Mariana, registra “miseráveis sertões”, aliás a mesma expressão usada por Alphonsus na carta a Mário de Alencar. No poema “Inscrições Rupestres no Carmo” descreve os “nativos de sertão do mato-dentro”, dizendo baixinho o antigo nome de Itabira (do Mato-Dentro).

Com a poesia de JORGE DE LIMA o termo sertão se atualiza na geografia nordestina, aparecendo ao lado de caatingas, capoeiras, ipueiras, serrotes e capões. Para o poeta o Rio São Francisco tem “alma” e “nevrose” capaz de “salvar o Nordeste e remir o sertão”. Ele diz a Marcel Proust que “dentro de mim voltou, / o sertão, o sertão, o sertão”. Descreve a Santa Dica dos sertões de Goiás e até se equivoca num poema a Santa Rita Durão, quando diz: “Mas teu Brasil, *Caramuru*, não tem sertão”. E mesmo num poema estranho como *Invenção de Orfeu*, poema-livro, lá está no primeiro canto o verso: “É preciso andar sertões para encontrar-vos”.

Paralelamente à influência de *Grande Sertão: Veredas*, de GUIMARÃES ROSA, publicado em 1956, e da construção de Brasília no Planalto Central, a poesia de

JOÃO CABRAL DE MELO NETO se tornará, sem dúvida, a mais importante expressão dos problemas humanos do sertão nordestino. Em *O Rio* (1954) encontra-se uma “Notícia do Alto Sertão” que significa “terra desertada,/ vazia, não vazia,/ mais que seca, calcinada”. Em nove dos seus livros há imagens em torno da palavra sertão: “na folha plana/ do Sertão”, o “Sertão desapropria”, “o Sertão coletivista”, o “Sertão masculino”, “erizado” e de “alma bruta”. Em *A Educação pela Pedra* (1966) o “Alto Sertão” é o lugar da seca, onde os rios são “interinos” e “a pedra não sabe lecionar”. Mas o livro de João Cabral que mais o cita é *A Escola das Facas* (1980), onde se reúnem todas as significações nordestinas da lexia sertão: Nordeste interior, seca, retirante, lugar duro e difícil, cuja geografia levou o poeta à comparação insistente com Sevilha. Há aí imagens como a do “trampolim que quando/ mais o Sertão se seca,/ nos joga retirantes,/ a pé, sem pára-quedas”. O ponto de vista é do litoral, no entanto a linguagem funda o ser e outro sertão muito mais real: a “lixa do Sertão”, “o osso do Sertão”.

Esta simples descrição do percurso da palavra sertão na poesia brasileira levou em consideração, inicialmente, o lado obscuro de sua etimologia e o significado com que ela entrou na nossa cultura, onde se desenvolveu com os novos horizontes das entradas e bandeiras e com a formação de uma consciência nacional. E levou em conta a mudança da ideologia colonizadora na expressão do imaginário brasileiro, em que o *lugar do sertão* se foi deixando assinalar pela sua poesia, por um *luar*, um sentido de luz coada pela atmosfera escaldante, de sobra, de riqueza e miséria, de produção e exploração do homem que habita os grandes espaços do interior ou dos sertões nalgumas das regiões brasileiras.

~ 3. O Entrelugar dos Historiadores

Já se pode dizer que faz um século que a obra-prima de EUCLIDES DA CUNHA, *Os Sertões* (1902), vem repercutindo no leitor brasileiro (e às vezes no leitor estrangeiro), em todo tipo de leitor: no erudito – geógrafo, antropólogo, sociólogo, político, professor, escritor, intelectual de toda espécie – e no leitor

comum que, ou por gosto próprio ou na onda da repercussão entre os letrados, o lê e o admira, mesmo sem compreendê-lo bem, uma coisa assim como se passa com *Os Lusíadas*. Pouca gente tem a coragem de Mário de Andrade para dizer que não conseguia ler inteiramente o livro de Camões. É que se trata mesmo (no caso do livro sobre Canudos) de uma linguagem difícil, de uma escrita apaixonada e já um pouco envelhecida para o desalentado leitor da época da televisão e da internet. O interessante é que não se passa o mesmo com as obras de ficção, como os livros de Machado de Assis, por exemplo.

As observações científicas de Euclides da Cunha, expressas numa linguagem audaciosa que se queria literária e se adequava intensamente à visão positivista do autor, contagiaram muitos cientistas sociais que no entanto não tiveram o talento de criar uma forma especial de escrever, como ele fez, com um olho na paisagem e nos acontecimentos, e outro na linguagem que refletia duplamente – as formas de um conteúdo de miséria e o sofrimento do cientista-escritor em denunciá-las.

A história literária no Brasil se iniciou firmada no determinismo de Taine, nas suas forças primordiais: Raça, Meio e Momento, como também a obra de Euclides da Cunha se criou dentro desses postulados filosófico-científicos. Ainda na metade do século XX, os historiadores não conseguiam pensar fora de tais coordenadas, tratando a história como se ela fosse crítica e vice-versa e ocupando assim um *lugar* que não era bem o que desejavam – um *entrelugar* – entre a Crítica e a História Literária, entre a Ciência e a Literatura, entre a estrutura particular de *Os Sertões* e os diversos gêneros da Literatura. Neste sentido, as histórias literárias brasileiras, na sua maioria, não passaram de quadros sobre os autores, ilustrados com comentários críticos. Não se pensava na transformação dos elementos literários de obra para obra e de época para época. Presas ao modelo da história geral, as nossas histórias literárias não souberam ir além dos contextos, quase sempre políticos. Daí a repetição dos conceitos críticos sobre *Os Sertões*, o medo de encarar seriamente a nova realidade que o livro punha à mostra, a obsessão pelo “estilo de cipó” que não compreenderam bem, principalmente nos primeiros tempos, e o sentido de “fuga”, de escamoteação na procura sempre

frustrada de comparações e no enquadramento do livro como “romance”, “tragédia”, “obra de arte” e, cúmulo dos cúmulos, como “epopeia”, assim como fez Afrânio Coutinho, dando-lhe um lugar literário ao lado de *Os Lusíadas* e dos épicos brasileiros, que escreveram em verso. No fundo, a incapacidade de ver *Os Sertões* como outro livro, com suas “leis” particulares, próprias; e, também, o medo de destoar de julgamentos anteriores.

Não dispomos, a estas alturas, de tempo e espaço para estudar bem a opinião dos historiadores literários brasileiros, de Sílvio Romero a José Aderaldo Castello e Sílvio de Castro. Contentamo-nos com transcrever rapidamente uma e outra opinião e apontar os aspectos que nos chamaram a atenção.

É claro que o nome de Euclides da Cunha não aparece na primeira edição da *História da Literatura Brasileira*, de SÍLVIO ROMERO, que é de 1888. A segunda saiu no mesmo ano de *Os Sertões*, de maneira que só na terceira, de 1943, se introduziu o discurso com que Sílvio recebeu Euclides na Academia Brasileira de Letras, em 1909. Depois de dizer que o autor de obras como *Os Sertões*, *Peru versus Bolívia*, *Contrastes e Confrontos* e *À Margem da História* excede “na força do pensamento e no saber real científico” (p.1942), Sílvio Romero passa ao exame desses livros e chega a *Os Sertões*:

“Já se disse, linhas atrás, que foi este livro que de um ímpeto levou Euclides da Cunha à grande notoriedade. Cumpre, porém, assegurar que nesse singular fenômeno o ilustre escritor nada deveu à crítica indígena; porque esta não o compreendeu cabalmente. Tomou o livro por um produto meramente literário, do gênero de tantos outros que aí entulham as livrarias. Viu nele apenas as cintilações do estilo, as douraduras da forma [...]. Daí os aplausos. Não era desses que precisava o autor. [...] / O livro não era um produto de literatura fácil nem de politiquices irrequietas. Era um sério estudo social de nosso povo, firmado, até certo ponto, na observação direta [...]. / O nervo do livro, seu fim, seu alvo, seu valor estão na descritiva do caráter das populações sertanejas de um curioso trecho do Brasil. / De *Os Sertões* se tira uma lição de política, de educação demográfica, de transforma-

ção econômica, de remodelamento social, de que depende o futuro daquelas populações e em geral dos 12 ou 13 milhões de brasileiros que de Norte a Sul ocupam o corpo central do nosso país e constituem o braço e o coração do Brasil” (p.1957).

Sílvio Romero diz, afinal, que nele, em *Os Sertões*, “A língua atinge a perfeição” e que se trata de “um dos livros máximos na literatura de língua portuguesa” (p. 1961).

Na *História da Literatura Brasileira*, de JOSÉ VERÍSSIMO, não aparece o nome de Euclides da Cunha, mas ele está na quinta série dos *Estudos de Literatura Brasileira*, escritos entre 1901 e 1907. Começa com José Veríssimo a distorção da natureza da obra de Euclides, considerando-o como livro de “um poeta”, “um romancista”, “um artista”, “um pintor”, coisa de quem não sabia o que falar ou tinha medo de o dizer – beliscando e soprando ao mesmo tempo, dizendo “pena tenha o Sr. Euclides da Cunha viciado o seu estilo”, vendo erros de gramática e não se dando conta (como é o caso do relativo *cujo*) de que na sua *História da Literatura Brasileira* usou e abusou do emprego arcaico deste termo. Mas, passada a “semostração” da importância do crítico, escreve, afinal, que

“o Sr. Euclides da Cunha fez daquela campanha uma pintura vigorosa e um estudo que estava por fazer. Descreve-a minuciosamente, julga-a como técnico e como historiador moralista, mostra-lhe os erros, os crimes, as faltas de toda a ordem, como os heroísmos, as bizarras, os feitos de valor que foram muitos. Se desassombradamente expõe aqueles, altamente proclama estes. Livro que me deu a impressão da maior sinceridade, aliada a nobres e generosos sentimentos morais, o seu contém lições que merecem ser meditadas, e que erro grande fora esquecer” (p. 53).

A *Pequena História da Literatura Brasileira*, de RONALD DE CARVALHO, é de 1919. Em vez de enfrentar diretamente a obra de Euclides, o crítico-poeta

prefere diplomaticamente partir para a comparação, sem se dar conta de que os *tropos* (símile, metáfora, etc.) são redutores do real, servem para a ênfase ou para a dissimulação e nos textos científicos podem escamotear a realidade. Exemplo, quando Shelley diz que a Poesia é um rouxinol que canta na escuridão, está fazendo uma bela frase, mas não está dizendo nada sobre o que é mesmo a poesia, pois está transferindo o problema analítico para uma visão absoluta. Ora, Ronald de Carvalho começa dizendo que “O homem do sertão é, por exemplo, Euclides da Cunha; o homem do litoral, Joaquim Nabuco” (p. 24).

Compara depois a *descrição* de Euclides com a dos romancistas e contistas, achando-a “superior à dos ficcionistas”, não vendo deste modo a diferença da escrita e dos gêneros (p. 251). A seguir compara Alencar e Euclides (p. 254) e só na p. 361 dirá a sua impressão sobre a obra, escrevendo que *Os Sertões* constituem uma

“página violenta em que se debuxam as linhas mestras da nossa sociedade rural [...]. A luta dos jagunços é um simples episódio, uma cena brutal, de que o autor se serviu para mostrar as populações do Nordeste brasileiro, o seu *habitat* agressivo e os caracteres da sua existência”.

Mas, para terminar, estabelece mais outra comparação, desta vez com o romance de Graça Aranha, *Canaã*, publicado no mesmo ano de *Os Sertões*.

COELHO NETO, no seu *Compêndio de Literatura Brasileira, de 1929*, pouco diz de interesse sobre *Os Sertões*, a não ser que coloca o livro de Euclides entre “as narrativas históricas”, informando que o autor era um “poderoso estilista, um amoroso da terra cujo sonho, interrompido pela traição, era escrever a história de sua grandeza que jaz ignorada ao Norte” (p. 157). E no manual de *Noções de História da Literatura Brasileira, de 1931*, AFRÂNIO PEIXOTO endossa a mania de não ver diretamente a obra, num gênero novo, num ensaio bem escrito, preferindo situá-la entre os gêneros literários conhecidos e chamá-la metafórica ou hiperbolicamente de “épica”:

“Era um livro forte, que, embora medíocre o assunto principal – uma guerrilha de fanáticos no interior da Bahia –, descrevia na magia de um estilo terso, arrevezado, empolgante, épico, largo trecho de sertão brasileiro. Nabuco disse que foi escrito com cipó: é o seu elogio. Este cipó, com que Euclides escreveu *Os Sertões*, arrastou os sertões até nós” (p. 206).

Além do jogo de palavras que só empobrece a ambiguidade da sua afirmação, Afrânio Peixoto dirá mais adiante que “Uma das razões do êxito de *Os Sertões* [...] é que transportou para a literatura a sua gíria de engenheiro, retorcendo a forma na entrosagem clássica” (p. 240). Além de não ser tecnicamente “gíria”, mas uma linguagem especial, científica, a expressão final não diz nada da obra. Em outro livro (simples antologia com o título de *Panorama da Literatura Brasileira*, de 1940), que ficou famoso por causa da teoria de que “A literatura é sorriso da sociedade: não se pode sorrir na tormenta”, Afrânio Peixoto afirma numa frase também retorcida que “A incompreensão de trucidar os fanáticos, que não educamos, deu, levado o Brasil litorâneo ao interior, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha”.

Excelente é o olhar crítico de NELSON WERNECK SODRÉ, no seu volume de *História da Literatura Brasileira: Seus Fundamentos Econômicos*, de 1938. Pela primeira vez um historiador das literatura e da cultura brasileira está falando por si mesmo, com as suas ideias e pensamentos próprios, quer dizer, não está dialogando com os historiadores precedentes. Não tem medo de afirmar que a prosa de Euclides da Cunha “é intensamente trabalhada, mas esse trabalho denuncia, mais do que uma intenção, uma personalidade”. Para ele, *Os Sertões* têm “um tom de libelo, um teor acusatório, que se engrandeceria com a forma atormentada, que ganharia em força, pelo menos em eloquência, para chegar mais viva e mais poderosa aos ouvidos e aos olhos a que se dirigia” (p. 451). Tem consciência de que o estilo de Euclides da Cunha não poderia servir como modelo, e explica: “No narrador da campanha de Canudos [o estilo] tinha correspondência com o assunto e com a intenção de verberar o crime cometido contra uma coletividade” (p. 452). Sente que o estilo, a linguagem de Euclides é a

parte perecível de sua obra. Na mesma página escreve: “É curioso notar que a inverdade da forma corresponde quase sempre a uma inverdade de conteúdo”, como no estudo sobre a Terra e o Homem, “onde acolheu conceitos e preconceitos da ciência”. Escreve ainda: “O falso de sua botânica, da sua antropologia, da sua sociologia encontra paralelo, em cada caso, no falso da sua linguagem”. Quando narra os episódios, as peripécias é melhor do que a introdução científica. O pensamento rigoroso de Nelson Werneck Sodré ajudou a desviar o tom laudatório da crítica em torno de *Os Sertões*, obrigando-a a se debruçar mais energicamente sobre o livro de Euclides da Cunha.

Outra visão crítica é a de BEZERRA DE FREITAS, na sua notável *História da Literatura Brasileira*, editada em 1939. Começa por dizer que “Euclides da Cunha [...] dedicou-se à sociologia e à história. O autor dos *Sertões* e de *Contrastes e Confrontos* possuía, na realidade, o culto da linguagem, o que não significa fanatismo de vocábulo” (p. 251). E na página seguinte diz que foi Euclides o primeiro a ver a “realidade do conjunto, a tragédia do homem derrotado pelo meio”. E acrescenta, de maneira cortante:

“Desprezando os preconceitos e orientando-se pelo critério rigorosamente científico, incompatível com as sugestões do Romantismo, Euclides da Cunha denunciou o nosso imenso atraso social, e, assim, à nossa concepção lírica das cousas sucedeu uma interpretação realista do homem e da terra.”

É fácil perceber que Bezerra de Freitas se volta para a obra, procurando compreendê-la nas suas estruturas de linguagem e de conteúdo, relacionando-a com o contexto cultural brasileiro.

Na mesma linha de seriedade e contenção verbal é a obra de JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA, *História Breve da Literatura Brasileira*, de 1939, onde diz corretamente que,

“Para se tornar conhecido dos próprios brasileiros, o sertão carecia de um homem excepcional, de um sociólogo que fosse, ao mesmo tempo, um grande artista, capaz da descrição geográfica e da ampla visão dos problemas etnológicos e sociais; sobretudo, capaz de universalizar o drama regional da terra hostil e dos seus bárbaros habitantes abandonados pela Civilização” (p. 103).

É aí que fala em dois sertões: o da Bahia, que para ele merece mais “o nome terrível” de sertão, e o de Minas Gerais:

“Varia o sertão de uma para outra região do Brasil, e varia com ele o sertanejo. Não se pode, por isso, considerar *Os Sertões* como o livro da terra brasileira. Só o extraordinário poder amplificador de Euclides da Cunha fez, de fato, com que muitos vissem englobados nessa obra todos os dramas do imenso *hinterland* do Brasil.”

Daí a sua conclusão, perfeita:

“Embora não seja (porque não podia ser) o livro-síntese da gleba brasileira, *Os Sertões* são a obra mais representativa do Brasil, a mais forte, mais grandiosa e dramática que nesse país até hoje se escreveu: aquela que tem mais a marca do gênio. Só o gênio, na verdade, conseguiria, avolumando um simples episódio histórico, trágico muito embora, da evolução social do Brasil (a campanha de Canudos), fazer aceitar esse conflito entre a sociedade brasileira (litorânea e, até certo ponto, adventícia) e a mentalidade sertaneja como o resumo simbólico do drama inteiro de uma nação” (p. 104).

LÚCIA MIGUEL-PEREIRA, no seu *Prosa e Ficção* (de 1870 a 1920), publicado em 1957, pouco informa sobre o livro de Euclides, afirmando apenas que, “no princípio do século, sobreveio um acontecimento que o modificaria [o regionalismo]: a publicação de *Os Sertões*. A prosa hirsuta, grandiosa e solene de Eu-

clides da Cunha impressionou – porque era de fato impressionante – muitos espíritos” regionalistas (p. 184). Dois anos depois AFRÂNIO COUTINHO, que tanto publicou e tanto se empenhou na divulgação da literatura brasileira, não foi, infelizmente, um bom crítico nem um bom historiador, no melhor sentido deste termo. Soube muito bem organizar bibliografias e antologias de textos crítico, como *Os Caminhos do Pensamento Crítico* (1972), que seguiu o modelo de José Aderaldo Castello em *Textos que Interessam a História do Romantismo* (1960). Mas, quando quis analisar as obras, faltou-lhe imaginação crítica, no sentido que Roland Barthes dá a esta frase. Não é, pois, de admirar que a sua crítica seja a dos chavões, como o dizer que Euclides da Cunha “canalizou toda essa tradição em favor da valorização do racional na literatura”, como se lê na p. 236 de *Introdução à Literatura no Brasil*. Ou, como na p. seguinte: “Com *Os Sertões* romperam-se todas as barreiras à plena afirmação do nativismo brasileiro”. Na p. 43 já havia falado no “estilo caboclo” de Euclides da Cunha. Mas a sua grande preocupação, tal como a de Afrânio Peixoto, foi a de exaltar *Os Sertões*, de achar que a sua afirmação de crítico baiano garantiria um lugar de glória para o livro de Euclides, desde que o classificasse entre as epopeias, uma vez que já havia a metáfora hiperbólica “epopeia de Canudos”. Afrânio Coutinho não teve dúvida: numa antologia feita às pressas, mas com o bonito título de *As Formas da Literatura Brasileira* (1984), colocou *Os Sertões* ao lado de *Os Lusíadas*, do *Uraguai* e do *Caramuru*, formas épicas da literatura de língua portuguesa. Para Afrânio não importavam estruturas e natureza de linguagem, o que contava era a sua intenção de celebrar a obra, já que o assunto do livro era baiano...

ANTONIO CANDIDO diz pouco, mas afinal diz muito sobre o livro de Euclides da Cunha. Se na sua *Formação da Literatura Brasileira*, de 1959, realmente não diz nada, uma vez que a sua formação termina em 1860, é no seu excelente *Literatura e Sociedade* (1967) que aparece, na p. 156, o pensamento bastante citado pelos estudiosos:

“Toda essa onda vem quebrar em *Os Sertões*, típico exemplar da fusão bem brasileira de ciência mal digerida, ênfase oratória e intuições fulguran-

tes. Livro posto entre a literatura e a sociologia naturalista, *Os Sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior)".

O grande crítico vê *Os Sertões* como uma obra-síntese, ponto de chegada e de partida; percebe muito bem o nosso exibicionismo intelectual (como no caso de Tobias Barreto, por exemplo); sente a natureza dúbia da linguagem do livro, entre a "literatura e a sociologia", e capta com segurança as mudanças que ocorrerão no estudo da literatura brasileira. Não repetiu os conceitos chapados dos historiadores e procurou construir elegantemente o seu depoimento. Não é o que ocorre na *História da Literatura Brasileira*, de Antônio Soares Amora, de 1958, que sintetiza, parece, muitas das opiniões já emitidas, como a de bater na tecla da literatura e da arte, isto é, ver *Os Sertões* mais como obra literária. É o que se pode deduzir de trechos como este:

"A essa concepção tipicamente euclidiana [a de ser vista também como ciência social] correspondeu superior capacidade **artística**, não apenas para a **pintura** das figuras humanas, das coisas e da natureza [...], mas também para a intensa **dramatização** das cenas, ora em termos **épicos**, ora em termos **trágicos**" (p. 185).

Na sua *História da Inteligência Brasileira* [vol. V, 1978], WILSON MARTINS se dedica bastante à obra de Euclides da Cunha, ao longo de várias páginas. Seleccionamos a p. 270, onde se encontram informações curiosas, como a dos sábios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que concluíram que *Os Sertões* eram uma "epopeia" e não uma obra histórica; para o sério crítico João Ribeiro o livro não passava de um "romance". Mas Wilson Martins faz convergir para a linguagem toda a importância do livro de Euclides, como se pode deduzir do trecho abaixo, onde se fala, não sei se com ironia, da "vitória da literatura", tanto que muitos termos de sua crítica provêm da literatura:

“Mas, se já se tem contestado, nem sempre com muito discernimento, como se vê, a ciência de Euclides da Cunha, o seu **estilo**, em compensação, sempre mereceu a admiração mais irrestrita e mais sincera. Isto basta para mostrar que *Os Sertões* foram, antes de mais nada, uma **vitória da literatura**; seu impacto extraordinário na vida intelectual brasileira resultou muito mais da forma que do conteúdo, muito mais do “*drama*” expressional que da *tragédia* sociológica (ao ponto de João Ribeiro haver escrito, sugerindo uma tolice de crítico mais recente, que, “sob a pompa da sua linguagem”, o livro não passava de um *romance*...). O amor da frase e da oração rotunda é um dos caracteres mais salientes da língua portuguesa, **língua, por isso mesmo, literária** por excelência, língua para a qual a palavra existe; e Euclides da Cunha soube dar-lhe a sólida armadura do pensamento, identificou-a, por assim dizer, com o assunto e fez do estilo a matéria mesma do seu livro” (p. 207).

Como bom diplomata que deve ter sido, JOSÉ GUILHERME MERQUIOR não quis se comprometer com os escritores do século XX e fez a sua história literária empacar no fim do século XIX, época dos acontecimentos de Canudos. Daí o título de seu livro: *De Anchieta a Euclides*, editado em 1977. Foi uma lástima não conhecer a sua visão da literatura do século XX (poesia, ficção, teatro, crítica, história literária), uma vez que sempre se revelou lúcido nas suas afirmações. Sobre *Os Sertões*, ele o vê como uma “obra de ficção embutida no ensaio” (p. 153), só que não explica o que é “ficção” no livro de Euclides. Será por que é, também, uma narrativa? Mas a história também o é. Ou será pela originalidade da escrita ou do estilo “de cipó”? O leitor fica em dúvida. Mas ele afirma seguro que se trata de “um dos textos mais importantes de toda a literatura brasileira” (p. 195) e tem consciência de que “*Os Sertões* são, antes de mais nada, uma retratação”, pois Euclides havia criticado o “obscurantismo” dos jagunços de Antônio Conselheiro e, depois, em contato direto com o *hinterland*, foi levado a reconhecer o heroísmo anônimo das populações sertanejas. Neste sentido, é com Euclides que se perfaz aquela revelação intelectual e afetiva do sertão, do Brasil oculto e “verdadeiro”, que Capistrano tanto encarecia (p. 196).

Aliás, nessa mesma página, vê o livro de Euclides como um “curioso amálgama de ensaio científico, relato literário e panfleto, denúncia do ‘crime’ da repressão ao messianismo sertanejo” que, por isso mesmo, cobriu de glória o seu autor. Na esteira dos primeiros críticos também fala em “saga sertaneja”, “alcance épico da pintura” que “não deriva das teses racistas”, mas “do sopro de transfiguração artística em que o prosador forjou os protagonistas e massas do drama de Canudos”. Mas termina dizendo que “*Os Sertões* são o clássico do ensaio de ciências humanas no Brasil” (p.198).

ALFREDO BOSI, na importante *História Concisa da Literatura Brasileira* (1970), diz coisas novas sobre a obra de Euclides da Cunha. Para ele “É preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário, o que implicaria em [*sic*] prejuízo paralisante. Ao contrário, a abertura a mais de uma perspectiva é o modo próprio de enfrentá-lo” (p. 348). Com uma visão filosófica e sociológica dirigida na compreensão da literatura a serviço do homem, Alfredo Bosi nos diz que

“É moderna em Euclides a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro com as armas todas da ciência e da sensibilidade. Há uma paixão do real em *Os Sertões* que transborda dos quadros do seu pensamento classificador; e uma paixão da palavra que dá concretíssimos relevos aos momentos mais áridos de sua engenharia social” (p. 347).

Outro historiador de São Paulo, MASSAUD MOISÉS, também professor da USP, publicou em 1984 uma *História da Literatura Brasileira*. A sua capacidade de resumir os acontecimentos literários e de tratá-los historicamente, com discernimento crítico, é um dos pontos altos dos três volumes de seu estudo. No terceiro deles dedica boas páginas a *Os Sertões*, defendendo o livro como ensaio, o que me parece correto, mas deixando alguma dúvida com a sua solução de obra bifronte: “Se não é pertinente falar em obra de ciência, ou em obra literária pura e simples; se as duas modalidades estão verdadeiramente presentes, as mais das vezes numa mescla compacta, é porque se trata de uma obra bifronte” (p. 562).

Na sua recente *História da Literatura Brasileira* (1997), LUCIANA STEGAGNO PICCHIO sabe fazer observações velhas ficarem novas, como neste resumo novo de tudo o que se disse sobre o famoso livro:

“Incluir Euclides da Cunha entre os narradores regionalistas e ‘sertanejos’ não teria sentido se *Os Sertões*, além de ser um documento histórico, uma epopeia negativa, uma denúncia, um panfleto gigantesco e impiedoso, ‘uma obra de ciência escrita como uma obra de arte’, não se tivesse instituído no tempo, a despeito de sua precisa intencionalidade política e social, como modelo estilístico de toda a posterior literatura ‘regionalista’” (p. 400).

A simples adjetivação, como esta de “epopeia negativa”, traz brilho ao texto crítico e nova maneira de conceber a metáfora da “epopeia”. Veja a beleza da imagem do engenheiro que constrói a ponte e, ao mesmo tempo, escreve *Os Sertões*: “a lançar uma dupla ponte, a real, entre uma margem e a outra do rio, e a literária, entre os dois Brasis, da costa e do sertão, entre a Rua do Ouvidor, coração do Rio de Janeiro, e a caatinga” (p. 400).

JOSÉ ADERALDO CASTELLO, em *A Literatura Brasileira: Origem e Unidade* [1999], em dois volumes, tem uma visão crítica perfeita sobre a importância do livro de Euclides da Cunha como obra-síntese, para qual convergem as forças culturais:

“*Os Sertões* é duplamente síntese: síntese interna das observações já acumuladas sobre nossas diversidades, desníveis de contrastes, e do seu enfoque pelo pensamento da época alimentado de fora para dentro. Essa dupla filiação lhe possibilitaria, a partir de um fenômeno determinado em distinto contexto regional, alargar-se numa visão totalizadora do Brasil, para caracterizar a sua fisionomia, que já de longa data vinha sendo delineada, e chamar à responsabilidade a consciência política e intelectual da nação” (p. 413).

Nesse mesmo ano, SÍLVIO CASTRO lança em Portugal os três volumes de *História da Literatura Brasileira*, obra de equipe, nos moldes da que havia feito Afrânio Coutinho com *A Literatura no Brasil*, em 1959. Discípulo de Afrânio, Sílvio Castro foge entretanto dos conceitos e preconceitos do crítico baiano sobre *Os Sertões*. Procura uma visão pessoal e, apesar de ver o livro como um “produto poético” e de dizer que *Os Sertões* “são antes de tudo uma obra de criação literária”, tem boas observações sobre o sertão, como na p. 395 do II v:

“O território desconhecido é o sertão que, fenômeno raro, tantas vezes se concedia concretamente, para logo após restaurar-se mais desconhecido ainda na perspectiva do novo território apenas instaurado. Sendo antes de tudo geografia, o sertão era assim igualmente um percurso cultural para a sociedade civil em evolução”.

Parece que todos os historiadores da literatura têm a obrigação de dizer que o livro de Euclides é forçosamente literatura, só que não explicam porque pensam assim e acham que o leitor aceita passivamente as suas afirmações. Porque há uma tradição neste sentido, é fácil repetir. Às vezes há belas imagens na tentativa de apreender a natureza do livro que, nem por ser de ensaio, deixa de ser literário e vice-versa. Tristão de Athayde, percebendo a dupla natureza dos gêneros metalinguísticos (crítica, ensaio, teoria, história literária, literatura comparada), define superiormente a crítica como “uma arte rodeada de ciência”. Mas o que se viu neste roteiro de fortuna crítica nas histórias literárias é que a leitura dos historiadores, para usar aqui a imagem de Luciana Stegagno Picchio, tem sido feita com o olho direito no engenheiro – no seu arsenal de termos científicos –; e com o esquerdo na sua escrita – na sua linguagem –, fonte de todas as complicações e equívocos na classificação da obra como arte, poesia, romance, epopeia, gesta, sei lá o quê. Acho que o livro de Euclides gostaria mais que o lessem tal como pediu Alfredo Bosi: “*É preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário*”.

~ 4. No Ser tão de Os Sertões

Vejam agora como o próprio Euclides da Cunha pensava o *sertão* e porque o pluralizou no título de seu livro. Na verdade, a forma plural já era bem conhecida, como se deduz de várias passagens em *O Selvagem*, de Couto de Magalhães, para quem o sertão abrangia todo o *hinterland* do Brasil, havendo vários sertões, o do Mato Grosso, o de Goiás, o de Minas, o do Amazonas e em outros lugares longe do litoral marítimo e desabitados ou habitados pelos indígenas.

Na obra de Euclides, o *sertão* vai sendo delineado à medida que avançamos na leitura do livro. Nos “Preliminares” de A TERRA, ele aparece sem nome, em descrições indiretas: é como um tema musical, um *leitmotiv* que se inicia e apenas sugere uma pequena sequência de sons, em crescendo. No cap. I, o narrador (cientista) apresenta “O planalto central do Brasil” e, como se estivesse vendo a Terra de um satélite, o vai contornando para o norte até transpor o 15.º paralelo, a partir do qual se dá

“a atenuação de todos os acidentes – serranias que se arredondam e suavizam as linhas dos taludes, fracionadas em morros de encostas indistintas no horizonte que se amplia; até que em plena faixa costeira da Bahia, o olhar, livre dos anteparos de serras que até lá o repulsam e abreviam, se dilata em cheio para o ocidente, mergulhando no âmago da terra amplíssima lentamente emergindo num ondear longínquo de chapadas...” (p. 3).

Não falou no sertão, mas o sugeriu. E, na página seguinte, usa pela primeira vez o termo *sertões* quando comenta que os rios do sul [do Iguaçu ao Tietê] “correm da costa para os sertões, como se nascessem nos mares e canalizassem as suas energias eternas para os recessos das matas opulentas”. Voltando o olhar para o Nordeste, sugere metonimicamente o espaço de *Os Sertões*, mas ainda sem dizer o termo que está no não-dito de tudo o que o escritor dirá mais tarde. Mas já a sua linguagem narrativa, nas *descrições* [quando fala o narrador preparando o leitor para a história – a *diégese*], não se quer transparente,

vai-se fazendo opaca, mostrando-se nos vocábulos, na sintaxe e no balanço das orações, entre uma frase longa e uma breve, como nas duas linhas desta citação:

“Deste ponto em diante, porém, o eixo da Serra Geral se fragmenta, indefinido. Desfaz-se. A cordilheira eriça-se de contrafortes e talhados de onde saltam, acachando, em despenhos, para o levante, as nascentes do Paraguaçu, e um dédalo de serranias tortuosas, pouco elevadas mas inúmeras, cruza-se embaralhadamente sobre o largo dos *gerais*, cobrindo-os. Transmuda-se o caráter topográfico, retratando o desapoderado embater dos elementos, que ali reagem há milênios entre montanhas derruídas e a queda, até então gradativa, dos planaltos começa a derivar em desnivelamentos consideráveis. Revela-os o S. Francisco, no vivo infletir com que torce para o levante, indicando do mesmo passo a transformação geral da região. / Esta é mais deprimida e mais revolta.” (pp. 8-9).

É aí que o observador “estaca surpreendido...” — é a entrada do sertão, como está anotado no próprio livro: “Está sobre um socorro do maciço continental, ao norte. [...] Ali reina a drenagem caótica das torrentes, imprimindo naquele recanto da Bahia fácies excepcional e selvagem”. É a “Terra ignota”, as “lindes de um deserto”, “E o fácies daquele sertão inóspito vai-se esboçando, lenta e impressionadoramente...”. São as caatingas, as ipueiras, os mandacarus, as obras obscuras “dos filhos do sertão”: “Despontam vivendas pobres; algumas desertas pela retirada dos vaqueiros que a seca espavoriu; em ruínas, outras; agravando todas, no aspecto paupérrimo, o traço melancólico das paisagens...” (p. 13): “Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho do sertão — quase um deserto — quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes...” (p. 18).

Aí a vida é um Inferno, como poderia ter escrito, assim como escreveu, ao vir das chuvas, longe da seca: “O sertão é um paraíso” (p. 43). Ou então, num tom profético: “o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono” (p.46), embora saiba que a natureza ali se compraz “em um jogo de antíteses”.

Os filhos do sertão, a formação mestiça, o famoso *sertanejo* sublinham o lado humano do sertão: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”, como está escrito numa das páginas mais conhecidas no Brasil. É um ser tão sem / *um ser tão sem ser*, como no poema de Félix de Athayde, um **ser** tão adverbial, **tão** no alto da sua vida de miséria e de esperança que teve em Euclides da Cunha o seu primeiro defensor público, a reclamar direta e indiretamente o sentido de cidadania que lhes era devido. A frase de Euclides, na segunda parte do livro – O HOMEM –, pode conotar todas as observações sobre o homem do interior: os seus aspectos antropológicos, sociológicos, econômicos, políticos e messiânicos. Só não foi totalmente um homem à margem da história, porque o escritor o trouxe para dentro de seu livro.

~ 5. Sertão / Sertões

Quando fala das secas é que Euclides da Cunha define claramente, em termos menos rebuscados, o espaço que ele vê como o do *sertão*, esclarecendo ao mesmo tempo os sentidos de singular e plural com que o termo aparece na sua obra: “O *Sertão de Canudos* é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É-lhes de algum modo uma zona central comum” (p. 30).

Tem-se, portanto, o “sertão de Canudos” – o sertão da Bahia –, o mais bem descrito no livro; e os “sertões” que estão além, na vasta região que abrange o fundo de todos os estados do Nordeste. E, relacionados com esses “sertões”, os de Minas Gerais, de Goiás e Tocantins, do Mato Grosso e do Pará, pelo menos. Estes são os sertões geográficos e horizontais que se juntam no grande espaço brasileiro, com todos os problemas humanos e sociais, como o dos latifúndios em face do Movimento dos Sem-Terra, como o da anemia e da fome, da saúde e da falta de escola e lazer, verdadeiro purgatório do homem brasileiro.

Mas há o outro “sertão”, o vertical, das lendas e mitos, dos casos e anedotas, o do messianismo, fácil de assimilar outros mitos, como o do Sebastianismo, que aparece no já mencionado romance de Ariano Suassuna. É o sertão das “horas abertas”, do luar e das fantasmagorias, das assombrações, das superstições, enfim, o sertão do imaginário.

Os dois sertões fornecem, por um lado, o modelo para uma série de clichês que se documentam no título de obras que se denominam sertão *alegre, brabo, bravio, da onça, de espinho e de flor, de Nhô Davi, desaparecido, diferente, do Boi-Santo, do Velho Chico, da viola, o sertão e o centro, e o mundo, e o sertanejo, em carne e osso, em flor, em poesia, maluco, o rio e a terra, sem fim, e caatinga*, além de muitos outros. E, por outro, é o lugar da mais autêntica matéria da literatura brasileira: a dos bons regionalistas, como o goiano Hugo de Carvalho Ramos em *Tropas e Boiadas* (1917), onde se fala dos “sertões ainda por violar”; ou no monumental *Grande Sertão: Veredas* (1956), de João Guimarães Rosa, em que as definições do termo adquirem as mais ousadas concepções, de metafísica e de linguagem, como, dentre outras, as que procuram configurar o lugar do sertão, como estas que fui colhendo ao longo desse grande livro – “O sertão está em toda parte”, “sertão é onde manda quem é forte”, “Sertão. O senhor sabe: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar”, “O sertão é do tamanho do mundo”, “O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?...”, “O sertão não tem janelas nem portas”, e tantas mais.

Reservamos, para finalizar este estudo, um trecho da página inicial do *Grande Sertão: Veredas*, quando o narrador, Riobaldo, começa a contar a sua história, dizendo:

“O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fecho; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”.

Os Sertões, para Bezerra de Freitas, são um livro-síntese e, para Antonio Candido, o fim de uma era literária e o começo dos estudos científicos sobre o Brasil. Já o *Grande Sertão: Veredas*, escrito 54 anos depois, assinala o fim de uma narrativa realista, que teve o seu apogeu com Graciliano Ramos, e o começo de uma nova maneira de narrar, com o imaginário em aberto para todas as formas de ficção, erudita e popular. Na obra de Euclides da Cunha o *sertão* é de natureza realista e naturalista, positivista, documentado horizontalmente com espírito científico; na de Guimarães Rosa o *sertão* é vertical, de dentro para fora, mistura digerida dos dois tipos de sertão, que passa a ser compreendido como o lugar, melhor, o luar – o lu(g)ar – da imaginação ou das superstições nas noites claras, como a que se tece em torno do pássaro *urutau*, também conhecido como o *mãe-da-lua*, que vive amedrontando os sertanejos, sobretudo nas noites de lua cheia.

~ Nota

Os dicionários etimológicos partem sempre do princípio de que devem registrar a origem da palavra neolatina no latim, não se dando conta de que, muitas vezes, a significação culturalmente dominante ultrapassa a língua latina, como é o caso de ARTE, remetida imediatamente para o lat. *ars*, *artis*. Acontece que a *ars* latina só pode ser bem explicada a partir da *areté* [ἁρετή] grega, esforço que se punha para atingir o melhor em qualquer atividade humana. Sem esta significação, oblitera-se o sentido mais profundo da *téchné* [τέχνη], que, no latim, perde grande parte de seu significado para *areté*, através da forma *ars*, *artis*, tanto que o significado de *técnica* continua ligado intimamente ao de *arte*.

O mesmo acontece com o termo SENTIDO, imediatamente ligado ao lat. *sentire*, por sua vez proveniente do subst. *sensus*, *us*. Só que a acepção de “direção” que aparece em todas as línguas românicas, juntamente com a de “sensibilidade”, provém da raiz germânica *sin* ou *sinnes*: as duas acepções é que dão a significação maior da palavra sentido, isto é, as parcelas de “significados” que se tomam em determinada “direção” da análise, sobretudo dos textos literários.

Não é preciso imaginação poética para a aproximação de *daymón e démos* [δαίμων e δῆμος] ignorada pelos dicionários comuns, o de A. Bally, por exemplo. Mas a raiz indo-europeia DAI –, com a significação geral de “dividir”, “repartir os destinos”, possibilitou a formação de *daymón* (“o que reparte os destinos dos homens” e, daí, o *demônio*, ser entre os deuses e os homens) e de *démos* (“o que recebe”, o povo, o território, o país).

Veja-se, a seguir, o resultado de nossas investigações, até este momento, sobre a origem da palavra SERTÃO, de grande importância na compreensão da cultura brasileira.

Os dicionários comuns repetem, com ligeiras variações, a acepção registrada por Bluteau, em 1720: “Região apartada do mar e por todas as partes metida em terras”. Assim está em Antônio de Moraes e Silva, em Fr. Domingos Vieira, em Caldas Aulete, Simões da Fonseca, Cândido de Figueiredo e Aurélio Buarque de Holanda, alguns deles registrando *sertão* e *certão*, como Fr. Domingos, por exemplo; outros ampliando a área semântica do vocábulo, como na *Enciclopédia Brasileira Mérito* e em Aurélio Buarque. O certo é que o termo nos veio de Portugal e ocorre em Portugal, mas só adquiriu a sua grande significação cultural no Brasil, em face da grande extensão do território brasileiro.

Já os dicionários etimológicos dizem que se trata de “Forma aferética de deserto” (Antenor Nascentes), “obscura, controversa ou desconhecida” (José Pedro Machado) e “De etimologia obscura” (Antônio Geraldo da Cunha).

Embora em lat. clássico o conceito de SERTÃO tenha sido expresso por *mediterranea*, *-orum*, ou seja, “as terras do centro de um país”, “as regiões afastadas da costa” (com o singular indicando, a partir do século III, o mar entre a Europa e a África, o antigo *Mare Internum* ou *Mare Nostrum*), chamo a atenção para uma possível explicação etimológica por intermédio do supino de *sérere*, *sertum*, com o significado próprio de “trançado”, “entrelaçamento”, e com o figurado de “embrulhado”, “enredado”, “enfileirado”. Isto porque a raiz desta forma verbo-nominal é a mesma de *desertum* (*de-sertum*: o que sai da “fileira”) e passou à linguagem militar para indicar o “desertor”, aquele que sai (de-) da ordem e desapare-

ce. Daí o subst. *desertanum* para o lugar desconhecido para onde foi o desertor, estabelecendo-se, ainda no lat. clássico, a oposição entre *locus certus* e o “lugar incerto”, desconhecido e, figuradamente, impenetrável. As duas formas verbais provêm da mesma raiz indo-europeia, SER —, como no grego *eirô* (εἶρω) por *seryô* (σεριώ): “atar”, “entrelaçar”, “tecer ou entretecer uma fala, um discurso”; e como no latim *sérere*, “entrelaçar” (donde *serta*, pl. de *sertum*, que deu o português *sertã*, “guirlanda de flores”, “corda náutica”); e daí também o lat. *Sermo*, *-onis*, “conversa”, “sermão”; *dissertatio*, “dissertação” e *desertum*, “lugar desconhecido e seco”, isto é, lugar fora do conhecimento (não entrelaçado nele).

Observe-se, paralelamente, que o adj. *certum*, através da expressão *domicilium certum* e da forma que tomou no port. arcaico, *certão*, pode ter contagiado tanto o significante como o significado de *de-sertanum*, levando-o semanticamente a “lugar incerto”, *sertão*, palavra que aponta sempre para um sítio distante de quem está falando; e quem falava “estava” sempre no “litoral”, enquanto o outro, o interlocutor, se distanciava no espaço contextualizado. Deve ter-se formado no século XV, quando as navegações portuguesas começaram a chegar às costas da África, cujo “interior” (visto do navio, do litoral) era tido como *sertão*. Foi com este sentido que a palavra chegou ao Brasil, em 1500, na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, transformando-se (ampliando-se semanticamente) com a aventura das entradas e bandeiras, no século XVII, com as descobertas das minas e a exploração agropastoril a partir do século XVIII, com problemas climáticos e fitogeográficos do Nordeste e, finalmente, com a consciência política (e literária) dos grandes espaços, dos “grandes sertões” mais ou menos habitados (ou desabitados) no centro do Brasil.

Há, entretanto, outra possibilidade etimológica de *sertão*: a que o liga à língua *bunda* falada pelas tribos bantos de Angola, como se vê no *Dicionário da Língua Bunda de Angola*, de Frei Bernardo Maria de Carnecatim, publicado em Lisboa, em 1804. Segundo Gustavo Barroso (“Vida e história da palavra *sertão*”, in *À Margem da História do Ceará*, texto que me foi indicado por Valmireh Chacon), ali existe o vocábulo *mulcetão* “seguido da forma decepada e corrompida *certão*, com seu significado admiravelmente definido em latim: *locus mediterraneus*, isto é, o interi-

or, o sítio longe da costa, o oposto marítimo”. Para esse dicionarista, *mulcetão* (donde *celtão*, *certão*) é corruptela do bunda *michtu* ou *muchitu* ou, ainda, *cuchitum*, através de nasalação dialetal. Escreve Gustavo Barroso: “Esse termo quer dizer propriamente mato e era empregado pela gente do interior da África Portuguesa. Tornou-se por isso designativo de *mato longe da costa*”. Assim, por influência portuguesa, *muchitum* ou *m’chitum* teria dado *muceltão*, *celtão* e finalmente *certão*, com o sentido de “interior das terras africanas coberta de mataria e nunca o deserto grande, o *desertão*”. Vale ainda transcrever o seguinte: “os portugueses apanharam essa expressão verbal, transformaram-na ao sabor de sua prosódia e a foram aplicando, de início, a qualquer *locus mediterraneus* — sertão do Alentejo ou da Beira, por exemplo; em seguida, às extensões ignotas das novas terras”. E diz ainda que até o século XVIII é comum a grafia *certam*.

Verificando o *Dicionário Ronga-Português*, de Rodrigo de Sá Nogueira (1960), encontramos o vocábulo *mi-tjbu* (com a sua variante *mi-mutjbu*) para a ideia de mato, selva, bosque. Como o ronga, língua falada em Maputo (Lourenço Marques), é um subgrupo do banto, me pareceu curiosa a aproximação dos dois termos: o *muchitum*, de Angola; e o *mi-tjbu*, de Moçambique. Além de apontarem para o mesmo significado, os seus significantes também se aproximam morfológica e fonicamente. No ronga, o prefixo *mi-* tem função nominal, indicando também a região: *mi-tjbu* (ou *mu-tjbu*) quer dizer “a floresta” ou a “a região”. Ora, tanto o bunda como o ronga indicam os pontos em que os navegadores portugueses estiveram em contato litorâneo com os africanos — angolanos e moçambicanos.

Documentadas, essas duas linhas históricas da palavra *sertão* podem ter-se cruzado no final do século XV para aparecerem na linguagem dos historiadores portugueses do século XVI reduzidas à palavra *sertão*. Chegada ao Brasil, aqui permaneceu estacionária nos dois primeiros séculos, em “estado de dicionário”, como diria o poeta. Tanto no nível da *língua* como no da *linguagem*, ela recebeu depois algumas transformações de conteúdo que a fazem hoje tipicamente brasileira.

Bibliografia

- AMORA, Antônio Soares. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1984.
- ANCHIETA. *Informação do Brasil e de Suas Capitânias* [1584]. São Paulo: Obelisco, 1964.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, 1968.
- CAMÕES, Luis de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1982. Fac-similada.
- CAMONGO. *Sociologia Goiana*. Guarabira, PB: Tipografia Pontes, 1980.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Briquet, [1919]1955.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira: Origem e Unidade*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- CASTRO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Lisboa: Alfa, 1999, vol. II.
- COELHO NETO. *Compêndio de Literatura Brasileira*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: São José, 1964.
- _____. *As Formas da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 23.^a edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954.
- _____. *Obra Completa*, dois volumes. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.
- FREITAS, Bezerra de. *História da Literatura Brasileira*. Porto Alegre: O Globo, 1939.
- GÂNDAVO. Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1964.
- _____. *História da Província Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984. Edição fac-similada.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo: Martins, 1941.
- MAGALHÃES, Couto de. *O Selvagem*. 4.^a edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978. Vol. V.

- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa e Ficção* (de 1870 a 1920). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- MOISÉS, Massaud. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- OLIVEIRA, José Osório de. *História Breve da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins, 1939.
- PEIXOTO, Afrânio. *Noções de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- _____. *Panorama da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.
- PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e Boiadas*. Goiânia: UFG, 1997. 8.^a edição, preparada por Gilberto Mendonça Teles.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 45.^a edição, tomo V. Rio de Janeiro: José Olympio, [1888] 1954.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. 1500-1627. São Paulo: USO / Itatiaia, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Seus Fundamentos Econômicos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. São Paulo: USP / Itatiaia, 1974.
- TAINE. *Introduction à l'Histoire de la Littérature Anglaise*. Paris: [?], 1864.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Camões e a Poesia Brasileira*. 4.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- _____. *A Escrituração da Escrita*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- THEVET, André. *As Singularidades da França Antártica*. São Paulo: USP / Itatiaia, 1978.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. 5.^a Série. Belo Horizonte: Itatiaia, [1916] 1977.

~ Resumo

A palavra *sertão* tem servido, em Portugal e no Brasil, para designar o “incerto”, o “desconhecido”, o “longínquo”, o “interior”, o “inculto” (terras não cultivadas e de gente grosseira), numa perspectiva de oposição ao ponto de vista do observador, que se vê sempre no “certo”, no “conhecido”, no “próximo”, no “litoral”, no “culto”, isto é, num lugar privilegiado – na “civilização”. É uma dessas palavras que traz em si, por dentro e por fora, as marcas do processo colonizador. Ela provém de um tipo de linguagem em que o *símbolo* comandava a significação (re)produzindo-a de cima para baixo, verticalmente, sem levar em conta a linguagem do outro, do que estava sendo colonizado. Refletia na América o ponto de vista do europeu – era o seu *dito* (ou seu *ditado*), enquanto nas florestas, nos descampados, nas regiões tidas por inóspitas, de vegetação difícil, se ia criando a subversão de um *não-dito* nativista e sertanista que se tornou um dos mais importantes *signos* da cultura brasileira, sobretudo depois que Euclides da Cunha, no início do século XX [1902], publicou o seu livro magistral, *Os Sertões*. Seguindo o registro dos cronistas e viajantes, dos poetas e dos historiadores da literatura, chega-se à questão do diálogo entre o homem e o sertão, melhor, entre os sertões em que se vai fragmentando o interior do Brasil.

Machado de Assis e a peça *Força por Força*

UBIRATAN MACHADO

Na juventude, entre 1859 e 1868, Machado de Assis exerceu intensa atividade como tradutor teatral. Neste período, verteu para o português pelo menos nove peças, a maior parte delas encomendada pela companhia dramática do empresário e ator Furtado Coelho, de quem era amigo e grande admirador.

O jovem escritor traduzia teatro, então, por compromisso profissional, como uma forma de auxiliar as frágeis finanças pessoais, por vezes, ou quase sempre, sem maior afinidade com o trabalho proposto. O que não excluía casos de admiração declarada pela peça original, como *O Barbeiro de Sevilha*. A comédia de Beaumarchais, leve, espirituosa, repleta de diálogos desopilantes, encantava Machado, que costumava citá-la muitos anos depois.

Era uma exceção. Na maioria das vezes, ele nem se preocupava em divulgar a sua condição de tradutor, o que acontecia sempre que se entusiasmava pelo trabalho realizado, como se confirma em relação ao citado *O Barbeiro de Sevilha* e a *Montjoye*.

Jornalista, estreou na Literatura com *Os Intelectuais e o Espiritismo*. Entre suas obras destacam-se: *A Vida Literária no Brasil durante o Romantismo*, *Machado de Assis: Roteiro da Consagração*, *A Etiqueta de Livros no Brasil*, *Bibliografia Machadiana 1959-2003* e *Dicionário de Machado de Assis*.

Surgindo para a literatura em plena efervescência romântica, entusiasta das teorias de Victor Hugo, Machado via no teatro “uma tribuna e uma escola”, com duas grandes missões, “a moral e a poética”. No entanto, como tradutor, nem sempre teria respeitado estes princípios. Quando da estreia de *Suplício de uma Mulher*, foi acusado de contribuir para a difusão de uma peça escandalosa, que feria a moral da época. Por outro lado, enfrentaria conflitos íntimos ao colaborar para a divulgação de ideias e ideais que, no todo ou em parte, se chocavam com as suas convicções pessoais, caso de *Força por Força*.

Um quadro muito diverso de quando se iniciou no gênero, com a inofensiva e divertida *A Ópera das Janelas* (1857) e, em seguida, as versões de *Pipelet* (1859) e *As Bodas de Joaninha* (1861). Foi o período romântico do tradutor, no qual o entusiasmo, o desejo de afirmação, o idealismo se sobrepunham ao frio exercício profissional.

A mudança de perspectiva, com a adoção de uma postura realista, no duplo sentido de fazer frente às necessidades da vida e de prestigiar a escola realista, se iniciou em 1864, com a tradução de *Montjoye* para a Sociedade Dramática Nacional, companhia que atuava no Teatro Ginásio Dramático desde 1860, reunindo grandes atores, como Pedro Joaquim e Adelaide Amaral, entre outros. O fato representou um salto na carreira do jovem tradutor dramático e uma realização pessoal, comprovada na divulgação da peça, onde constava ser “Tradução do Sr. Machado de Assis”, por clara interferência sua. Os anúncios teatrais costumavam apresentar apenas o nome da companhia e dos atores principais, sem referência ao tradutor e ao autor traduzido.

A comédia de Octave Feuillet, escritor que Machado muito admirava e cuja influência em sua obra de ficção a crítica da época realçou, foi decisiva em sua carreira de tradutor teatral, uma espécie de vestibular para exercer essa função na companhia de Furtado Coelho e se identificar em definitivo com o espírito de renovação teatral simbolizado pelo Teatro Ginásio Dramático.

Inaugurado em 1832 com o nome de S. Francisco de Paulo, apenas em 1855 o teatro da Rua S. Francisco de Paulo (atual Rua do Teatro) adotou o nome de Ginásio Dramático. A partir daí, apesar da plateia minúscula, exerceu uma influência decisiva na renovação da cena brasileira, apresentando o mo-

derno teatro europeu, sobretudo francês, sem desdenhar o autor nacional. Machado costumava chamá-lo de “querido Ginásio”.

A profissionalização do jovem escritor se concretizou com a sua aproximação com Furtado Coelho, para cuja companhia traduziu, a partir de 1865, pelo menos cinco peças, escolhidas a dedo pelo empresário e que fizeram sucesso na Corte, com exceção de *O Barbeiro de Sevilha*, um dos grandes fracassos da companhia.

A primeira delas, *Suplício de uma Mulher*, o polêmico drama de Émile de Girardin e Alexandre Dumas Filho, causou alguma dor de cabeça a Machado, acusado pelo crítico do *Jornal do Commercio* de se promover através da tradução de uma peça imoral. A denúncia feriu-o. Era como se ele, por dinheiro, traísse o ideal que defendia e apregoava: o da missão do teatro como veículo de educação do povo. A resposta ao colega foi irônica, incisiva e um tanto soberba.

Superado esse breve entrevero, Machado continuou traduzindo para o amigo peças de grande repercussão popular, como *O Anjo da Meia-Noite*, *A Família Benoiton*, *Como Elas São Todas*.

É possível, mas trata-se apenas de uma hipótese, que Machado tenha traduzido para a companhia de Furtado Coelho o drama *Tributos da Mocidade*, cujo manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional. Ignoramos se foi encenada, sendo a sua tradução efetuada em data indeterminada, não antes de 1859 ou início de 1860, já que a peça de Léon Gozlan foi lançada na França em 1858.

A quinta e última tradução teatral de Machado para o empresário português foi *Força por Força*, revelada por Jean-Michel Massa em *Três Peças Francesas Traduzidas por Machado de Assis* (Belo Horizonte, Crisálida, 2009). O machadiano francês admite ignorar se o drama de Jules Barbier foi encenado, “mas o manuscrito da tradução mostra no texto uma preparação para a representação, indicações para os papéis, numerosos cortes para tornar ainda mais leve o texto francês de base”.¹

Em nossas pesquisas, descobrimos que *Força por Força* (Maxwel, no original) foi representada pela companhia de Furtado Coelho, constituindo um razoável êxito de público, dentro das limitações da época. A peça estreou no Teatro

¹ Jean-Michel Massa (organizador). *Três Peças Francesas Traduzidas por Machado de Assis*. Belo Horizonte, Crisálida, 2009, p. 182.

Ginásio Dramático no dia 9 de janeiro de 1868, com cenários pintados pelos cenógrafos Tassani e Tenerelli, em benefício da atriz Ismênia dos Santos. Voltou à cena nos dias 10, 11, 12, 16, 18, 19, 23, 25 de janeiro e 29 de fevereiro, espetáculo este em benefício do bilheteiro. Dez representações, o suficiente talvez para cobrir os gastos da peça e dar um pequeno lucro, mas muito longe do que o empresário esperava e do êxito de *O Anjo da Meia-Noite*, que teve, pelo menos, 63 representações na Corte.

Força por Força, que estreou em Paris em 13 de fevereiro de 1867, no teatro Ambigu Comique, tendo mais de 200 representações consecutivas (informação do *Jornal do Commercio*), foi promovida como um grande acontecimento teatral. Um mês antes da estreia, no início de dezembro de 1867, a companhia de Furtado Coelho já anunciava que a peça encontrava-se em fase de ensaio. A seção “Teatros” da *Semana Ilustrada* colaborou na divulgação do trabalho, através de notas, provavelmente redigidas por sugestão ou a pedido de Machado:

“Está por dias a representação da *Força por Força*, no Ginásio. Dizem-me que os principais papéis estão confiados aos Srs. Furtado Coelho, Guilherme Aguiar, Areas, Martinho, Martins. O primeiro papel das damas está confiado à primeira-dama do Ginásio, a Sra. D. Ismênia. Os outros papéis são desempenhados por toda a companhia. Há grande ansiedade por ver o novo drama”.²

Uma semana depois, a publicação de Henrique Fleuiss voltava à carga:

“No dia 9 deste mês deve ter lugar no Ginásio a primeira representação do celebrado drama *Força por Força*, que tanto agradou em Paris há cerca de dois anos (*sic!*), e agora vai deliciar o público de bom gosto, entre o qual figuram todos os assinantes da *Semana*, atuais e futuros”.³

No dia da estreia, o *Jornal do Commercio* publicou na primeira página um longo artigo louvando a atividade de Furtado Coelho e o capricho da montagem de *Força por Força*, com seu “luxo de adereços” e “propriedade dos cenários”, assegurando que “a cena da visão no 4.º ato e o tribunal de justiça no 5.º, onde há

² “Teatros”. *Semana Ilustrada*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1867.

³ Id. 5 de janeiro de 1868.

o grande desfecho dramático da peça, garantem a esta notável composição êxito dos mais felizes”.⁴

A *Semana Ilustrada* voltou a se referir ao drama no dia 12 de janeiro, frisando tratar-se de peça “imensamente dramática” e “montada com singular esmero”, e no dia 19, quando desferiu uma alfinetada no título adotado por Machado, prevendo: “A *Força por Força*, que contra si somente tem o título, deve e há de fazer uma carreira como talvez poucos dramas até agora fizeram”.⁵

A previsão falhou, mas não deixa de ser curiosa a restrição ao título escolhido por Machado, sobretudo vindo de um colega de revista, provavelmente Augusto de Castro, amigo do tradutor, mas sem papas na língua, que não costumava disfarçar as suas opiniões.

Força por Força é um drama ambicioso (Jean-Michel Massa prefere classificá-la como tragédia), com todos os exageros e clichês ao gosto do século XIX, onde o tema do erro judiciário se entrelaça a um assunto que pôs em ebulição a sociedade oitocentista: a manifestação de poderes paranormais e sua utilização no cotidiano, inclusive na resolução de problemas complexos, como ocorre na peça.

O tema começou a se impor no final do século XVIII, o século cético por excelência, com as experiências de Franz Anton Mesmer com o magnetismo animal, ou seja, segundo a sua concepção, a capacidade de o ser humano transmitir a força que garante o equilíbrio cósmico, por ele denominada “fluido universal”. Realizadas em Paris, as sessões do mago austríaco atraíam todas as classes sociais, do camponês à Rainha Maria Antonieta, provocando crises de histerismo, curas milagrosas e reações estapafúrdias. Durante sete anos, entre 1778 e 1785, Mesmer reinou sobre a opinião pública parisiense com mais autoridade do que o rei, segundo Alexandre Dumas.

As noções de fluido e de magnetismo se incorporaram à realidade mágica do homem ocidental. Logo, um discípulo de Mesmer, o Marquês de Puységur, descobriu como, através do sono provocado artificialmente, o magnetiza-

⁴ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1868.

⁵ *Semana Ilustrada*, 12 e 19 de janeiro de 1868.

do revelava dons e conhecimentos surpreendentes. Surgia uma nova atividade: a de sonâmbulo, em geral exercida por mulheres, que apregoavam “o dom de leitura do pensamento, a vidência, o poder de atuar sobre os espíritos perturbadores e de combater os fluidos maléficos que persigam as pessoas”.⁶

Em meados do século XIX, um outro fenômeno mais perturbador que o magnetismo se popularizou com extrema rapidez: a comunicação com os mortos. Em dezembro de 1847, nos Estados Unidos, as irmãs Fox viveram uma série de fatos estranhos (ruídos misteriosos, móveis que mudavam de lugar, pancadas nas paredes) que as levaram a criar um código de comunicação com os mortos. As experiências atraíram a atenção do país para a pequena cidade de Hydesville, estado de Nova Iorque, espalhando-se com rapidez, dando origem ao chamado *modern spiritualism*. Não tardariam as experiências de Allan Kardec e a elaboração de uma nova doutrina, que iria provocar adesões e reações extremas: o espiritismo.

Sem preocupações doutrinárias, fascinada apenas pelas perspectivas fantásticas que se abriam aos olhos humanos, a literatura da época explorou amplamente tais fenômenos. Vamos nos limitar a lembrar as sessões mediúnicas de Victor Hugo, em seu exílio na Ilha de Jersey, nas quais o poeta dialogava, em versos, com o “espírito” que se intitulava *Bouche d’Ombre*. Balzac acreditava em forças ocultas, comunicação dos mortos com os vivos, transmissão do pensamento, fenômenos que desempenham um papel fundamental em *Ursule Mirouet*. Este romance, escrito em 20 dias, trata da tentativa de apropriação fraudulenta de uma herança, frustrada pelo auxílio do sobrenatural.

Como esses grandes espíritos, Jules Barbier explorou o tema em *Maxwel*, nome do juiz que condena à morte um inocente, Butler, vivendo a partir daí um drama de arrependimento e autopunição. A peça se desenrola como um romance policial, com pretensões científicas, como se comprova na adoção da teoria da fisiognomonia (arte de conhecer os homens pela fisionomia), de Lavater, então em grande evidência, sendo um dos pilares da *Comédia Humana*, de Balzac. Goulden, discípulo de Mesmer, uma espécie de porta-voz do autor, que age como detetive, elucidando no final o mistério, graças ao emprego do magnetismo, percebe a inocência do

⁶ Ubiratan Machado. *Os Intelectuais e o Espiritismo*. Rio de Janeiro, Antares, 1983, p. 41.

acusado analisando-lhe as feições e o formato da cabeça: “Não há vestígio de crime no rosto de Butler; é uma cabeça de homem honesto, não a de um assassino”.⁷

O mesmerismo, fundamental no desenvolvimento da trama, também é apresentado como uma verdade científica. Goulden adverte que não se devia dar “crédito aos milagres que pertencem aos charlatães; a experiência só tem demonstrado um fato real, é o sono magnético com a sua exaltação e lucidez!...”.⁸ Neste ponto, parece que o magnetizador dirigia as suas farpas ao espiritismo, na época em processo fulminante de difusão. Talvez. Seja como for, o mesmo personagem aceita um fenômeno de visão espontânea a distância, “não com os olhos do corpo, mas com os do espírito”⁹, que nada tem a ver com o sono magnético ou o mesmerismo, estando relacionado com os fenômenos estudados e proclamados pelo espiritismo. A peça atinge o clímax em uma cena curiosa, na qual uma sensitiva (não por acaso filha de Butler), colocada em transe por Goulden, esclarece o crime cometido 15 anos antes.

Essas cenas levaram Massa a sugerir, sem afirmar, uma suposta identificação do tradutor com a peça: “A questão que permanece aberta é a de saber se há um interesse, um engajamento pessoal do escritor”.¹⁰

O que havia era exatamente o oposto: o assunto irritava o tradutor brasileiro. O racionalista Machado não acreditava em poderes paranormais e desde jovem se colocou em posição hostil ao mesmerismo ou a qualquer outro ismo relacionado ao assunto, sobretudo ao espiritismo. Teria, pois, uma certa reserva em relação à obra de Barbier, que se dissolveria ante a necessidade de ganhar dinheiro.

A antipatia de Machado em relação ao espiritismo inicia-se na mocidade. Uma das primeiras referências à doutrina de Kardec, se não a primeira, se deu durante os distúrbios que se desenrolavam no sul do continente, antecessores da guerra do Paraguai. Um leitor enviou ao cronista do *Diário do Rio de Janeiro* uma série de previsões mediúnicas antecipando a rendição de Montevideu e o fim do conflito, com a

⁷ Jules Barbier. *Força por Força*. In Jean-Michel Massa, *op. cit.*, p. 193.

⁸ *Id.*, *id.*, p. 266.

⁹ *Id.*, *id.*, p. 194.

¹⁰ Jean-Michel Massa. *Machado de Assis Tradutor*. Belo Horizonte, Crisálida, 2008, p. 44.

assinatura de um tratado de paz. Assim se deu, mas o fato não convenceu o escritor, que estabeleceu uma distinção sagaz entre previsão e dedução:

“A maior parte dos acontecimentos anunciados pelo espiritualismo não eram predições, eram indicações. Quase todos eram a consequência provável dos fatos conhecidos. O bombardeamento de Montevideu estava no caso. A atitude da praça, a tenacidade dos chefes, a surdez do governo oriental, tudo fazia crer no convênio. Era indução lógica”.¹¹

Na maturidade, a prevenção contra a doutrina kardecista acentuou-se, beirando a intolerância, e pode ser sintetizada na frase em que, com um ímpeto bem pouco machadiano, proclamava que o espiritismo era “uma fábrica de idiotas e alienados, que não pode subsistir”.¹²

Não vamos alongar a análise das relações de Machado com o espiritismo, que estudamos em *Os Intelectuais e o Espiritismo* (Rio de Janeiro, Antares, 1983). Vale apenas lembrar que a doutrina de Kardec invadiu também a ficção machadiana. *Uma Visita de Alcebiades* é uma sátira mordaz ao espiritismo e “a primeira obra em prosa de ficção da literatura brasileira em que surge um personagem espiritista, como então se dizia”.¹³ *Esau e Jacó* começa com a visita de Natividade, mãe dos futuros gêmeos Pedro e Paulo, à cabocla do Castelo, um esplêndido tipo de espírita à brasileira. O romance tem vários personagens espíritas, como Santos, marido de Natividade e pai dos gêmeos, e Plácido. Todos eles pessoas normais, demonstrando que o escritor substituíra a agressividade da maturidade pela tolerância da velhice sábia.

Tudo sugere, pois, que Machado traduziu *Força por Força* por simples interesse financeiro, sem maior (ou nenhuma) afinidade espiritual, mas com a velha malícia do diabo que, mesmo contrariado, procura conhecer as fragilidades do adversário.

¹¹ Machado de Assis. *Crônicas*, 2.º vol. Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1944, p. 356.

¹² Machado de Assis. *Diálogos e Reflexões de um Relojoeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1956, p. 269.

¹³ Ubiratan Machado. Op. cit., p. 129.

2009: o segundo semestre literário

ANDRÉ SEFFRIN

Este complemento da matéria anterior (*Revista Brasileira*, n. 60, jul./set. 2009) obrigatoriamente deve começar pelas publicações em torno do centenário de morte de Euclides da Cunha, isto é, pela *Obra Completa* (Nova Aguilar/ABL), organização de Paulo Roberto Pereira, em dois volumes, assim como por uma das novas edições de *Os Sertões* (Ediouro), esta acompanhada de encarte fotográfico. É bibliografia, contudo, muito mais extensa do que se pode supor, e a qual devemos agregar ainda a biografia *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos* (Ateliê), de Frederic Amory, os ensaios *A Vingança de Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna* (Unesp), de Francisco Foot Hardman, *Euclidiana: Ensaios sobre Euclides da Cunha* (Companhia das Letras), de Walnice Nogueira Galvão, *Euclides da Cunha: Trabalhos Esparsos* (ABL), organização de Alberto Venancio Filho, Affonso Arinos de Mello Franco e José Murilo de Carvalho, *Euclides da Cunha: Autos do Processo Sobre Sua Morte* (Terceiro Nome), organização de Walnice Nogueira Galvão, *Matar Para Não*

Crítico e ensaísta. Atuou em jornais e revistas e escreveu dezenas de apresentações e prefácios para edições de autores brasileiros. Organizou cerca de 15 livros, sendo o mais recente deles *Poesia completa e prosa* de Manuel Bandeira (Nova Aguilar, 2009).

Morrer: A Morte de Euclides da Cunha e a Noite Sem Fim de Dilermando de Assis (Objetiva), de Mary Del Priore, *Euclides da Cunha: Escritor por Acidente e Repórter do Sertão* (Companhia das Letras), de Lúcia Garcia, *Euclidianos e Conselheiristas: Um Quarteto de Notáveis* (Terceiro Nome), organização de Walnice Nogueira Galvão, transcrição de uma “mesa-redonda reunida na Editora Ática em 1986, com a participação de Antonio Houaiss, Franklin de Oliveira, José Calasans e Oswaldo Galotti”, e o excelente romance *O Pêndulo de Euclides* (Bertrand Brasil), de Aleilton Fonseca.

Tivemos também a *Poesia Reunida de Euclides da Cunha* (Unesp), organização de Leopoldo Bernucci e Francisco Foot Hardman, e, em matéria de poesia, três outras reedições importantes: *O Guesa* (Annablume/Demônio Negro), de Joaquim de Sousândrade, *150 Anos de Primaveras* (ABL/Nitpress), de Casimiro de Abreu, organização de Mário Alves de Oliveira, e *Museu de Tudo* (Alfaguara), de João Cabral de Melo Neto, aos quais é preciso acrescentar *Poemas Coronários* (Globo), de Cyro dos Anjos, e *Vida Apertada: Sonetos Humorísticos* (Nitpress), do esquecido Luiz Leitão. Mas na paisagem poética predominaram sobretudo os contemporâneos: *Sob o Céu de Samarcanda* (Bertrand Brasil/Fundação Biblioteca Nacional), de Ruy Espinheira Filho, *Agendário de Sombras: Sonetos* (Realce), de Jorge Tufic, *As Desaparições* (G. Ermakoff), de Alexei Bueno, *Monodrama* (Cosacnaify/7Letras), de Carlito Azevedo, *Do Que Ainda* (Contra Capa), de Júlio Castañon Guimarães, *Lodo* (Ateliê), de Luís Dolhnikoff, *O Lento Aprendizado do Rapaz que Amava Ondas e Estrelas* (7Letras), de Davino Ribeiro de Sena, *Vi Uma Foto de Anna Akhmátova* (Fundação de Cultura Cidade do Recife), de Fernando Monteiro, *Estúdio* (7Letras), de Janice Caiafa, *Vozes do Mar* (Galo Branco), de Emil de Castro, *Soneto Antigo* (Thesaurus), de Anderson Braga Horta, *A Quarta Cruz* (Topbooks), de Weydson Barros Leal, *Um a Menos* (7Letras), de Heitor Ferraz Mello, *Quatro Cantos do Caos* (Demônio Negro), de E. M. de Melo e Castro, *Sons: Arranjo: Garganta* (Cosacnaify/7Letras), de Ricardo Domeneck, *Mapoteca* (Cosacnaify/7Letras), de Felipe Nepomuceno, *Ambiente* (Cosacnaify/7Letras), de Walter Gam, *Os Acasos Persistentes* (7Letras), de Cláudio Neves, *Pleno Deserto* (Rumi), de Maiara Gouveia, *Poética* (Record), de Luiz Alberto

Moniz Bandeira, *colibrilhos&colibreus* (Com-Arte), de r. ponts, *Coisas no Meio do Caminho* (Imprimatur), de Fernanda Oliveira, *Vinis Mofados* (Língua Geral), de Ramon Mello, *Fragmentos de Maria* (Editora da Palavra), de Maria Dolores Wanderley, *Acima de Tudo a Lua* (Ficções), de Karen Éler, *Fodaleza.com* (Expressão Gráfica), de Cláudio Portella, *Balés* (Língua Geral), de Bruna Beber, *Per Augusto & Machina* (Altana), de Romério Rômulo, *Quintal do Tempo* (Multifoco), de Sergio Luiz Moreira, *Cabeça, Tronco e Versos* (Editora da Palavra), de Victor Colonna, *Outros Azuis* (Imprensa Oficial do Paraná), de Sigrid Renaux, *Águas de Saquarema* (Tupy), de Latuf Isaías Mucci, *Lume do Dia* (Calibán), de Márcia Chieppe, *Espiral* (Editora da Palavra), de Luiz Otávio Oliani, e *As Filhas de Lilith* (Calibán), de Cida Pedrosa com ilustrações de Tereza Costa Rego.

Não faltaram nessa mesma paisagem algumas antologias poéticas editorialmente bem programadas, a exemplo de *Nova Reunião: 23 Livros de Poesia* (Best-Bolso), de Carlos Drummond de Andrade, em três volumes, *Romances de Cordel* (José Olympio), de Ferreira Gullar, edição ilustrada com belas gravuras de Ciro Fernandes, *O Livro de Haicais* (Globo), de Mário Quintana, organização de Ronald Polito, *Poesia Reunida* (Novo Século), de Carlos Nejar, em dois volumes, *Thiago de Mello: Melhores Poemas* (Global), organização de Marcos Frederico Krüger, *O Homem e Sua Hora e Outros Poemas* (Companhia das Letras), de Mário Faustino, em edição de bolso, *Antologia Poética* (Topbooks), de Izacyl Guimarães Ferreira, e não poucas antologias que colaboram para a manutenção da vida literária, tais como *O Que é Poesia?* (Confraria do Vento/Calibán), organização de Edson Cruz, *Pastores de Virgílio* (Escrituras), organização de Álvaro Alves de Faria, *Traçados Diversos: Uma Antologia de Poesia Contemporânea* (Scipione), organização de Adilson Miguel, *Vertentes: Coletânea de Poemas e Fortuna Crítica* (Fivestar), de Elaine Pauvolid, Marcio Carvalho, Márcio Catunda, Ricardo Alfaya e Tanussi Cardoso, *Haicai* (Companhia das Letras), organização de Rodolfo Witzig Guttilla, na série “Boa Companhia”, e os dois novos volumes da série “Roteiro da poesia brasileira”, dirigida por Edla van Steen: *Anos 70* (Global), organização de Afonso Henriques Neto, e *Anos 2000* (Global), organização de Marco Lucchesi. Entre as reedições, contam-se a terceira de *Paranóia*

(Instituto Moreira Salles), de Roberto Piva, e, em edição revista e ampliada, as traduções de poesia chinesa por Haroldo de Campos em *Escritos Sobre Jade* (Ate-liê), organização de Trajano Vieira. É estante em que cabem igualmente a edição de bolso de *Arte de Amar* (Calibán), de Ovídio, em tradução livre de Foed Castro Chamma, *Fremosos Cantares* (Martins Fontes), organização de Lênia Márcia Mongelli, e *Fogo Alto: Catulo, Villon, Blake, Rimbaud, Huidobro, Lorca, Ginsberg* (Azougue), organização e tradução de Afonso Henriques Neto.

Se não tivemos no período um grande romance, se deram a conhecer alguns de alto nível, a começar por *O Albatroz Azul* (Nova Fronteira), de João Ubaldo Ribeiro, e *Os Espiões* (Alfaguara), de Luis Fernando Verissimo, seguidos por *Rei do Cheiro* (Record), de João Silvério Trevisan, *Relato de Prócula* (Girafa), de W. J. Solha, *O Seminarista* (Agir), de Rubem Fonseca, *A Minha Alma é Irmã de Deus* (Record), de Raimundo Carrero, *Moça com Chapéu de Palha* (Língua Geral), de Menalton Braff, *O Livro dos Mandarins* (Alfaguara), de Ricardo Lísias, *O Rastro do Jaguar* (Leya), de Murilo Carvalho, *Estive em Lisboa e Lembrei de Você* (Companhia das Letras), de Luiz Ruffato, e *A Passagem Tensa dos Corpos* (Companhia das Letras), de Carlos de Brito e Mello. O vasto território do romance é, no entanto, dos mais povoados: *Corpo a Corpo com o Concreto* (Azougue), de Bruno Zeni, *As Vozes do Sótão* (Cosacnaify), de Paulo Rodrigues, *O Videogame do Rei* (Record), de Ricardo Silvestrin, *Como Deixei de Ser Deus* (Topbooks), de Pedro Maciel, *Cartografia da Memória* (7Letras), de Emanuel Castro Oliveira, *Céu de Origamis* (Companhia das Letras), de Luiz Alfredo Garcia-Roza, *O Prédio, o Tédio e o Menino Cego* (Record), de Santiago Nazarian, *O Dia em Que Luca Não Voltou* (Companhia das Letras), de Luís Dill, *Sr. R* (Aeroplano), de Alberto Renault, *Abraão, Sabra e Hagar: Romance Bíblico* (Funpec), de Moisés Tractenberg, *Mandingas de Mulata Velha na Cidade Nova* (Língua Geral), de Nei Lopes, *Pontal do Pilar* (Leya), de Paulo César Pinheiro, *Se Eu Fechar os Olhos Agora* (Record), de Edney Silvestre, *Anjo de Dor* (Devir), de Roberto de Sousa Causo, *Reima* (Record), de Dau Bastos, *O Comando Negro* (Globo), de Álvaro Cardoso Gomes, *Consolação* (Record), de Betty Milan, *Immaculada* (WMF Martins Fontes), de Ivone C. Benedetti, *Um Naufrago que Ri* (Record), de Rogério Menezes,

O Manto: Ornitomance das Berenices (Record), de Marcia Tiburi, *Os Dias da Peste* (Tarja), de Fábio Fernandes, *Golpe de Ar* (Editora 34), de Fábrcio Corsaletti, *Sinuca Embaixo D'Água* (Companhia das Letras), de Carol Bensimon, *Os Lençóis e os Sonhos* (Record), Orlando Senna, *...Quero Mais é que se Danem!* (Estação Liberdade), de Mario Lorenzi, *Soledad no Recife* (Boitempo), de Urariano Mota, *O Jogo do Resta Um* (Letra Azul), de Guina Araújo Ramos, *O Pau* (Rocco), de Fernanda Young, e *O Vêu* (Primavera Editorial), de Luis Eduardo Matta. O número de reedições, apesar de reduzido, inclui clássicos e contemporâneos: *A Guerra Está em Nós* (José Olympio), de Marques Rebelo, *Farda, Fardão, Camisola de Dormir: Fábula Para Acender uma Esperança* (Companhia das Letras) e *Seara Vermelha* (Companhia das Letras), de Jorge Amado, *Caetés* (BestBolso), de Graciliano Ramos, *Bom Crioulo* (Hedra), de Adolfo Caminha, *Ciranda de Pedra* (Companhia das Letras), de Lygia Fagundes Telles, *O Natimorto* (Companhia das Letras), de Lourenço Mutarelli, *Acqua Toffana* (Rocco), de Patrícia Mello, *Labyrinth* (Amarilys), de Jorge Andrade, *A Ferro e Fogo* (L&PM), de Josué Guimarães (esta em fins de 2008), e *Noite* (Companhia das Letras), de Erico Verissimo, que teve ainda a edição conjunta, acondicionada em caixa, de *O Tempo e o Vento* (Companhia das Letras).

Em ficção, diga-se de passagem, surgiram novidades inquietantes de *Miguel e os Demônios ou Nas Delícias da Desgraça* (Companhia das Letras), de Lourenço Mutarelli, *Pauliceia Dilacerada: Monólogo Póstumo Dialogado de Mário de Andrade* (Funpec), de Mário Chamie, e *Guia Afetivo da Periferia* (Aeroplano), de Marcus Vinícius Faustini. E narrativas mais soltas, vertidas em deliberado fluxo de consciência, como *A Mulher pela Metade* (Calibán), de Patrícia Tenório, e *Abismo Poente* (Ficções), de Whisner Fraga, já nos territórios fronteiriços em que romance, conto, crônica ou poema convivem em relativa harmonia ou desarmonia, de acordo com o ânimo de cada autor. Como em *Violetas e Pavões* (Record), de Dalton Trevisan, escritor compulsivamente ousado (e moderno) num gênero, o conto, que continua a angariar adeptos: *O Macaco Ornamental* (Bertrand Brasil), de Luis Henrique Pellanda, *A Boca da Verdade* (Record), de Mário Sabino, *Tempo de Estórias* (Bagaço), de Bartolomeu Correia de Melo, *Amostragem Complexa*

(7Letras), de Simone Campos, *O Silêncio das Xícaras* (Editora da Palavra), de Helena Ortiz, *Uma Ilha Chamada Livro: Contos Mínimos Sobre Ler, Escrever e Contar* (Galera/Record), de Heloísa Seixas, *Relógio Sem Sol* (Iluminuras), de Cadão Volpato, *Fábulas Farsas* (Opera Prima), de Gil Veloso, *Mentiras do Rio* (Record), de Sergio Leo, *A Mulher que Transou com o Cavalo e Outras Histórias* (Língua Geral), de João Ximenes Braga, *Uma Rua Sem Vergonha* (Record), de Claudio Henrique, *Memórias da Sauna Finlandesa* (Editora 34), de Marcelo Mirisola, *Faróis Estrábicos na Noite* (Bertrand Brasil), de Cecília Prada, *Uma Tarde Destas* (Imprensa Oficial de São Paulo), de José Roberto Melhem, *Vícios Ocultos* (Bom Texto), de Miriam Mambrini, *A Solidão é Espaçosa* (Calibán), de Inah Lins de Albuquerque, *Matriuska* (Iluminuras), de Sidney Rocha, *A Sombra Que me Seguia* (7Letras), de Adriane Salomão, *A Casa dos Outros* (7Letras), de Marcílio França Castro, *A Casa Deles* (Nankin), de Ana Paula Pacheco, *Malindrânia: Relatos* (Topbooks), de Adriano Espínola, e *Colóquio Com Um Leitor Kafkiano* (Jovens Escribas), de Nelson Patriota, os três últimos portadores de certa estranheza, cada qual a seu modo e medida, às margens do autor de *A metamorfose*.

Entre as boas reedições, situam-se as de *Os Prisioneiros* (Agir) e *Lúcia MacCartney* (Agir), de Rubem Fonseca, *A Noite Escura e Mais Eu* (Companhia das Letras) e *Seminário dos Ratos* (Companhia das Letras), de Lygia Fagundes Telles, *O Livro dos Lobos* (Companhia das Letras), de Rubens Figueiredo, *Nem Todo Canário é Belga* (Agir), de Flávio Moreira da Costa, *Contos de Amor Rasgados* (Record), de Marina Colasanti, e antologias como *Amor e Outros Contos* (Edelbra), de Luiz Vilela, *Contos Antológicos* (Nova Alexandria), de Roniwalter Jatobá, *Contos Antológicos* (Nova Alexandria), de Jorge Miguel Marinho, *Futuro Presente: Dezoito Lições Sobre o Futuro* (Record), organização de Nelson de Oliveira, *Horacio Quiroga: Decálogo do Perfeito Contista* (L&PM), organização de Sergio Faraco e Vera Moreira, esta acompanhada dos “comentários” de diversos contistas brasileiros, e, por fim, *Risos e Lágrimas e Outros “Causos” de Cornélio Pires* (Confraria dos Bibliófilos do Brasil), em tiragem limitada, ilustrada por Natanael Longo de Oliveira, *Contos de Arthur Azevedo: Os “Efêmeros” e Inéditos* (PUC/Loyola), organização de Mauro Rosso, *As Mortes e o Triunfo de Rosalinda* (Companhia das Le-

tras), de Jorge Amado, ilustrações de Fernando Vilela, e *A Arte de Andar nas Ruas do Rio de Janeiro* (Agir), de Rubem Fonseca, conto publicado originalmente em *Romance Negro e Outras Histórias* (1992) e agora republicado em papel *couché* e ensaio fotográfico de Zeca Fonseca.

A crônica, gênero que excede as fronteiras da própria definição, parece atrair cada vez mais escritores e editores: *Comédias Brasileiras de Verão* (Objetiva), de Luis Fernando Verissimo, *Crônicas Para Ler na Escola* (Objetiva), de Carlos Heitor Cony, *Histórias Que os Jornais Não Contam* (Agir), de Moacyr Scliar, *A Biblioteca no Porão: Livros, Autores e Outros Seres Imaginários* (Papirus 7 Mares), de Eustáquio Gomes, *Crônicas Brasileiras* (Desiderata), de Darcy Ribeiro, *O Ciclista da Madrugada e Outras Crônicas* (Record), de Arnaldo Bloch, *Adulterado* (Moderna), de Antonio Prata, *Você é Jovem, Velho ou Dinossauro? – Descubra com Este Livro* (Global), de Ignácio de Loyola Brandão, *Crônicas da Mooca* (Boitempo), de Mino Carta, *De Malas Prontas* (Companhia das Letras), de Danuza Leão, *Há Contravérsias 1: 1987-2003* (Arte PauBrasil), de Ronaldo Werneck, sem ignorar os clássicos – *Não Tenho Culpa Que a Vida Seja Como Ela é* (Agir), de Nelson Rodrigues, *Josué Montello: Melhores Crônicas* (Global/ABL), organização de Flávia Amparo, *Humberto de Campos: Melhores Crônicas* (Global/ABL), organização de Gilberto Araújo, *Para Uma Menina Com Uma Flor* (Companhia das Letras), de Vinicius de Moraes, *36 Crônicas de Rubem Braga* (Confraria dos Bibliófilos do Brasil), ilustradas por Millôr, e a reedição de *Boca de Luar* (Record), de Carlos Drummond de Andrade. Enquanto isso, *Clarice na Cabeceira* (Rocco), organização de Teresa Montero, e *Amor em Texto, Amor em Contexto: Um Diálogo Entre Escritores* (Papirus 7 Mares), de Ana Maria Machado e Moacyr Scliar, integram a estante das crônicas afetivas, assim como na das crônicas autobiográficas cabem livros tão diversos quanto *Escolhas: Uma Autobiografia Intelectual* (Língua Geral), de Heloísa Buarque de Hollanda, *Hélio Oiticica* (Azougue), organização de César Oiticica Filho, Sergio Cohn e Ingrid Vieira, *Prefácios e Entrevistas* (Globo), de Monteiro Lobato, *Dossiê Gabeira: O Filme que Nunca foi Feito* (Globo), de Geneton Moraes Neto, *Os Dentes do Dragão* (Globo), de Oswald de Andrade, organização de Maria Eugênia Boaventura, *Disso Eu me Lembro* (Funpec), de

Omar Garcia Barbosa, e a reedição de *Testemunho* (Apicuri/UNB), de Darcy Ribeiro. Nesse contexto imprimiram-se ainda *Vão-se os Dias e Eu Fico: Memórias e Evocações* (Ateliê), de Edson Nery da Fonseca, e a fotobiografia de Marcos Vinícios *Vilaça Singular e Plural* (Casa da Palavra), texto de Luciano Trigo e outros.

Em dramaturgia, além dos vários títulos da série “Aplauso”, publicada pela Imprensa Oficial de São Paulo, encontramos peças como *O Língua-Solta* (Réptil), de Miriam Halfim, *As centenárias & Maria do Caritó* (Terceiro Nome), de Newton Moreno, *Uma Noite em Cinco Atos* (Editora 34), de Alberto Martins, *Quem é Letícia?* (Fundação de Cultura Cidade do Recife), de Pedro Franco, e livros de referência como *Teatro Contemporâneo no Brasil* (7Letras), de José da Costa, *A Arte de Representar: Aulas de Anatol Rosenfeld* (Publifolha), *Uma Empresa e Seus Segredos: Companhia Maria Della Costa* (Perspectiva), de Tânia Brandão, a reedição de *Dicionário de Teatro* (L&PM), de Luiz Paulo Vasconcellos, e a segunda edição, revista e ampliada, do fundamental *Dicionário do Teatro Brasileiro: Temas, Formas e Conceitos* (Perspectiva), coordenação de J. Guinsburg, João Roberto Faria e Mariangela Alves de Lima.

No ensaio literário, os títulos de maior importância são inegavelmente *O Ajudante de Mentiroso* (ABL/Educam), de Lêdo Ivo, e *A Clave do Poético* (Companhia das Letras), de Benedito Nunes, obras de ensaístas extraordinários, seja pelo tempo de serviço, pela importância do legado e, obviamente, pelo alcance do recado para futuras gerações. E não ficamos aí: *Ficções de Um Gabinete Ocidental: Ensaios de História e Literatura* (Civilização Brasileira), de Marco Lucchesi, *À Luz das Narrativas: Escritos Sobre Obras e Autores* (Editora da Universidade Federal da Bahia), de Carlos Ribeiro, *A Preparação do Escritor* (Iluminuras), de Raimundo Carrero, *O Percurso das Personagens de Clarice Lispector* (Garamond), de Bernadete Grob-Lima, *Do Traje ao Ultraje: Uma Análise da Indumentária e do Sistema de Objetos em Crônica da Casa Assassinada*, de Lúcio Cardoso (Cesmac/Edufal), de Enaura Quixabeira Rosa e Silva, *Passagem de Calabar: Uma Análise do Poema Dramático de Lêdo Ivo* (ABL/Topbooks), de Leila Mícollis, *A Crônica de Benjamin Costallat e a Aceleração da Vida Moderna* (Casa 12), de Andréa Portolomeos, João do

Rio e o Palco (Edusp), organização de Niobe Abreu Peixoto, *Construções Identitárias na Obra de João Ubaldo Ribeiro* (Hucitec), de Rita Olivieri-Godet, *Carlos Nejar: Poeta da Condição Humana* (Gramma), organização de João Ricardo Moderno, *Mário Quintana: Cadernos de Literatura Brasileira* (Instituto Moreira Salles), de Antonio Hohlfeldt e outros, *Ismael Nery e Murilo Mendes: Reflexos* (Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora), de Leila Maria Fonseca Barbosa e Marisa Timponi Pereira Rodrigues, *Musa Fragmentada: A Poética de Carlos Pena Filho* (Editora da Universidade Federal de Pernambuco), de Luiz Carlos Monteiro, *Inteligência com Dor – Nelson Rodrigues Ensaísta* (Arquipélago), de Luís Augusto Fischer, *O Sermão do Viaduto de Álvaro Alves de Faria* (Escrituras), de Aline Bernar, *Contramargem II: Estudos de Literatura* (Kelps/Universidade Católica de Goiás), de Gilberto Mendonça Teles, *Palavra e Sombra: Ensaios de Crítica* (Ateliê), de Arthur Nestrovski, *O Poliedro da Crítica* (Calibán) e *O Núcleo e a Periferia de Machado de Assis* (Amarily), de Fábio Lucas, *Machado de Assis e a Crítica Internacional* (Unesp), organização de Benedito Antunes e Sérgio Vicente Motta, *Machado de Assis: Presidente da Academia Brasileira de Letras* (ABL), de Alberto Venancio Filho, *Joaquim Serra/José Bonifácio, o Moço: Bibliografia dos Patronos* (ABL), de Israel Souza Lima, *Maranhão-Manhattan: Ensaios de Literatura Brasileira* (7Letras), de Marília Librandi Rocha, *Gérard de Nerval: A Escrita em Trânsito* (Ateliê), de Marta Kawano, *O Século de Borges* (Autêntica), de Eneida Maria de Souza, e *Medidas & Circunstâncias: Cervantes, Padre Vieira, Unamuno, Euclides e Outros* (Ateliê), de Cláudio Aguiar, que circulou em 2009 com data de 2008. Sem esquecer as recentíssimas reedições de *Exercícios de Leitura* (Duas Cidades/Editora 34), de Gilda de Mello e Souza, e *O Dorso do Tigre* (Editora 34), de Benedito Nunes.

Na crítica de arte, equilibraram-se levantamentos históricos e assuntos da ordem do dia: *A Grande Feira: Uma Reação ao Vale-Tudo na Arte Contemporânea* (Civilização Brasileira), de Luciano Trigo, *A Experiência Rex* (Alameda), de Fernanda Lopes, *Luis Martins: Um Cronista de Arte em São Paulo nos Anos 1940* (Museu de Arte Moderna de São Paulo), organização de Ana Luisa Martins e José Armando Pereira da Silva, e *Paisagem e Academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil – 1824-1851* (Unicamp), de Elaine Dias. E, em edições de esmerado

cuidado gráfico, figuram *Roupa de Artista – O Vestuário na Obra de Arte* (Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo), de Cacilda Teixeira da Costa, *Vik Muniz: Obra Completa – 1987-2009* (Capivara), organização de Pedro Corrêa do Lago, e *Ziraldo em Cartaz* (Senac Rio), de Ricardo Leite, coordenação de Ana Maria Santeiro.

O número de ensaios históricos, antropológicos, filosóficos e similares, é muito extenso, começando pela edição fac-similar (da edição de 1641) da *Oração Apodíctica aos Cismáticos da Pátria* (Fundação Biblioteca Nacional), de Diogo Gomes Carneiro (“obra escrita no fervor da restauração bragantina, com frases de vigor, esmaltadas num fundo épico, por vezes altissonante”, de acordo com o prefácio de Marco Lucchesi) e pela *Correspondência de Machado de Assis: Tomo II – 1870-1889* (ABL), coordenação de Sergio Paulo Rouanet, organização de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério, a que se somam os dois primeiros volumes que reúnem a obra filosófica de Vicente Ferreira da Silva, *Lógica Simbólica e Dialética das Consciências* (É Realizações), organização de Rodrigo Petronio, *Raymundo Faoro e o Brasil* (Fundação Perseu Abramo), organização de Juarez Guimarães, *O Homem do Povo: Coleção Completa e Fac-Similar do Jornal Criado e Dirigido por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão* (Globo/Imprensa Oficial de São Paulo), *Repensando o Brasil do Oitocentos* (Civilização Brasileira), organização de José Murilo de Carvalho e Lúcia Bastos Pereira das Neves, *História e Literatura: Ensaios Para Uma História das Idéias no Brasil* (Perspectiva), de Francisco Iglésias, *Impresso no Brasil-1808-1930: Destaques da História Gráfica no Acervo da Biblioteca Nacional* (Verso Brasil), organização de Rafael Cardoso, *Um Enigma Chamado Brasil: 29 Intérpretes e Um País* (Companhia das Letras), organização de André Botello e Lília Moritz Schwarcz, *Mão e Contramão e Outros Ensaios Contemporâneos* (Globo), organização de Paula Montero e Álvaro Comin, *Contestado: A Guerra dos Equívocos/O Poder da Fé* (Record), de Walmor Santos, *História da Amazônia* (Valer), de Márcio Souza, *Ética e Cidadania Planetárias na Era da Tecnologia* (Civilização Brasileira), de Marijane Lisboa, *Contemporaneidades* (Lazuli), de Olgária Matos, *As Armadilhas do Saber* (Edusp), de Cleusa Rios P. Passos, *Cultura com Aspas* (Cosacnaify), de Manuela Carneiro da Cunha, *Uma Gota de Sangue: História*

do *Pensamento Racial* (Contexto), de Demétrio Magnoli, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (Global), de Florestan Fernandes, *A história na América Latina* (Fundação Getúlio Vargas), de Jurandir Malerba, *A Rotativa Parou! – Os Últimos Dias da Última Hora de Samuel Wainer* (Civilização Brasileira), de Benício Medeiros, *Samba de Enredo: História e Arte* (Civilização Brasileira), de Alberto Mussa e Luiz Antonio Simas, *Os Ciganos Ainda Estão na Estrada* (Rocco), de Cristina da Costa Pereira, *Instituições Educacionais da Cidade do Rio de Janeiro* (Faperj/Mauad), organização de Miriam Waidenfeld Chaves e Sonia de Castro Lopes, *A Música Popular que Surge na Era da Revolução* (Editora 34), de José Ramos Tinhorão, *Outras Notas Musicais: Da Idade Média à Música Popular Brasileira* (Publifolha), de Arthur Nistrovski, *O Império por Escrito: Formas de Transmissão da Cultura Letrada no Mundo Ibérico – Séculos XVI-XIX* (Alameda), organização de Leila Mezan Algranti e Ana Paula Megiani, *Histórias de Pessoas e Lugares: Memórias das Comunidades de Manguinhos* (Fiocruz), organização de Tania Maria Fernandes e Renato Gama-Rosa Costa, *Diário de Fernando: Nos Cárceres da Ditadura Militar Brasileira* (Rocco), de Frei Betto, *Cabeza de Vaca* (Companhia das Letras), de Paulo Markun, *Rua da Praia* (Instituto Estadual do Livro-RS/Editora da Cidade), de Nilo Ruschel, *Mundobraz: O Devir-Mundo do Brasil e o Devir-Brasil do Mundo* (Record), de Giuseppe Cocco, *Fernand Braudel e o Brasil* (Edusp), de Luís Corrêa Lima, *As Duas Espanhas e o Brasil* (Topbooks), de Tarcísio Costa, *Do Pensamento no Deserto: Ensaios de Filosofia, Teologia e Literatura* (Edusp), de Luiz Felipe Pondé, *O Pai dos Burros: Dicionário de Lugares-Comuns e Frases Feitas* (Arquipélago), de Humberto Werneck, *Nova Ortografia da Língua Portuguesa* (Record), de Domicio Proença Filho, e *Cartas de Erasmo* (ABL), de José de Alencar, organização de José Murilo de Carvalho, mais as reedições de *Formação Econômica do Brasil* (Companhia das Letras), de Celso Furtado, *Sociologia: Introdução ao Estudo de Seus Princípios* (É Realizações), de Gilberto Freyre, *Cinema Brasileiro: Propostas Para Uma História* (Companhia das Letras), de Jean-Claude Bernadet, *Do Modernismo à Bossa Nova* (Ateliê), de Jomard Muniz de Britto, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* (UFRJ), de Octávio Ianni, *Fala, Crioulo* (Record), de Haroldo Costa, e *Cartas de Erasmo* (ABL), de José de Alencar, organização de José Murilo de Carvalho.

E os ensaios biográficos, que aqui exigem outro parágrafo: *João do Rio* (ABL), de Lêdo Ivo, *Artur Azevedo* (ABL), de Sábato Magaldi, *Oswaldo Cruz* (ABL), de Moacyr Scliar, *Peregrino Júnior* (ABL), de Arnaldo Niskier, *Gustavo Barroso* (ABL), de Elvia Bezerra, *Laurindo Rabelo* (ABL), de Fábio Frohwein de Salles Moniz, *Afonso Arinos de Melo Franco* (ABL), de Afonso Arinos, filho, *Rodolfo Garcia* (ABL), de Maria Celeste Garcia, *Pedro Rabelo* (ABL), de Ubiratan Machado, *Antônio Houaiss* (ABL), de Afonso Arinos, filho, este último com seleção de textos e bibliografia de Mauro Villar – todos na chamada Série Essencial da Academia Brasileira de Letras, sem esquecer *Clarice*, (Cosacnaify), de Benjamin Moser (com a moda da vírgula no título), *Bendito Maldito: Uma Biografia de Plínio Marcos* (Leya), de Oswaldo Mendes, *D. Pedro II e seu Reino Tropical* (Companhia das Letras), de Lília Moritz Schwarcz, *Chiquinha Gonzaga: Uma História de Vida* (Instituto Moreira Salles/Zahar), de Edinha Diniz, *Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão* (Companhia das Letras), de Lira Neto, *Abdias do Nascimento* (Selo Negro), de Sandra Almada, e *José do Patrocínio: A Imorredoura Cor do Bronze* (Garamond/Fundação Biblioteca Nacional), de Uelinton Farias Alves.

Uma lista que sem dúvida não termina aqui, considerando-se que cerca da metade dos livros citados teve pouca ou nenhuma atenção de nossa imprensa especializada.